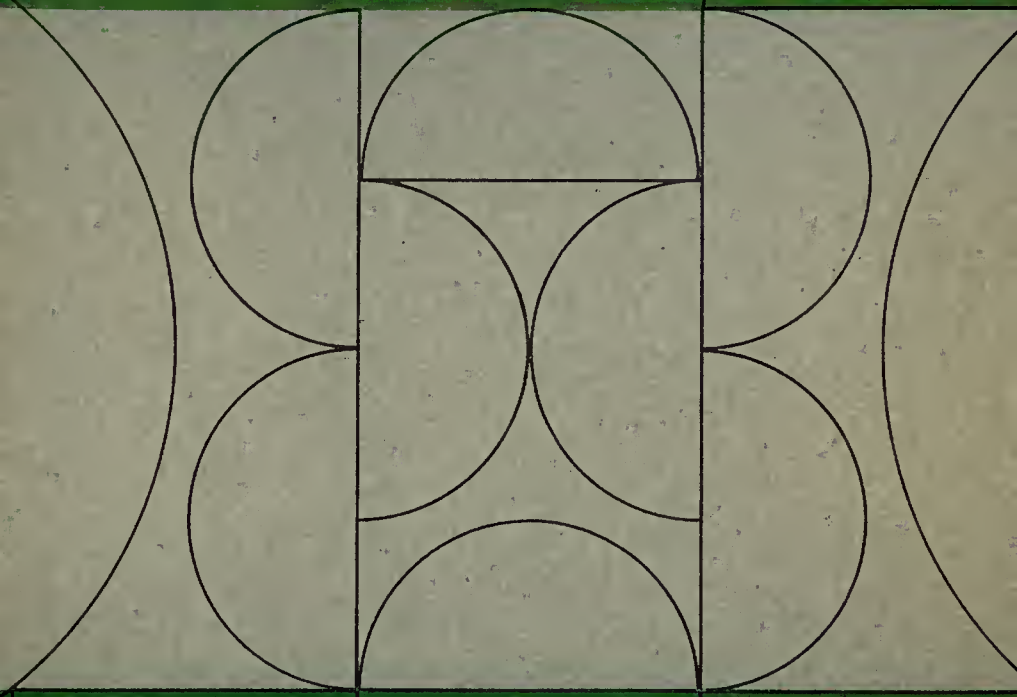
SENADO FEDERAL
PETRÔNIO PORTELLA



TEMPO DE CONGRESSO

SENADO FEDERAL

TEMPO DE CONGRESSO

Petrônio Portella

Capa de Edmun

Centro Gráfico do Senado Federal
Brasília, DF
1973

SUMÁRIO

REVERENCIANDO

— Costa e Silva 9
— Aloysio de Carvalho 15
— Oliveira Salazar 21
— Castello Branco 27
— Milton Campos 31
— Cândido Rondon 39

HOMENAGEANDO

— Caxias 47
— Robert Cox 53
— Joaquim Pires Ferreira 57
— Eduardo Gomes 63
— Américo Thomaz 67
— Oswaldo Cruz 71
— José Bonifácio 75

ADMINISTRANDO

— O Senado, 1971 83
— O Senado, 1972 (I) 97
— O Senado, 1972 (II) 106

DEBATENDO

— O Governo Médici 115
— O Programa de Integração Social 121
— As Atribuições de Legislativo 133

DIVULGANDO

— O Congresso na Escola Superior de Guerra 147
— O Congresso na Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra 173

REPRESENTANDO

— O Brasil no Império Persa 213

EXALTANDO

— O Papel do Jurista 223
— A Magistratura 229

AGRADECENDO

— À Academia Brasileira de Letras 241
— À Sociedade Brasileira de Geografia 247
— À Associação Comercial de Sergipe 255

DIRIGINDO

— O Senado, em 1971 269
— O Congresso, em 1971 279
— O Congresso, em 1972 289
— As Comemorações do Sesquicentenário 299

REVERENCIANDO

Costa e Silva

As grandes homenagens são as que se prestam, sem as reverências subalternas, aos que, poderosos, retribuem devotamentos e dão o que não é seu, em recompensa aos louvores.

Bem haja o gesto de hoje do Senado Federal, ao dedicar a Sessão ao Presidente que, caindo em um leito de enfermo, alteou-se por sobre as honrarias que passam e ganhou da Nação os títulos que não se perdem jamais.

Costa e Silva deu à luta, pela redemocratização do País, mais que a vida, a saúde, sem a qual os dias são, para um homem entregue a grandes missões, martírios e sofrimentos e dor. O Poder se avilta se não for um instrumento de trabalho e de luta a que se entregue o homem de Estado alheio a tudo, a si e aos seus, porque empolgado pela obra que marque sua passagem na vida pública, acima dos limites de tempo, que sepulta as fragilidades, mas honra, engrandece e bendiz os que souberam ser fiéis aos princípios.

Os Senhores Senadores trarão a este recinto, onde o povo pontifica, o muito a dizer sobre as virtudes de chefe militar e de estadista do ilustre Presidente Costa e Silva.

Permitam-me, Srs. Senadores, que me cinja à tarefa menor, para mim, todavia, sumamente grata e importante, qual seja a de registrar, em termos de justiça e gratidão, o muito que deu ao meu Estado o seu Governo.

Senador pelo Piauí, tenho, freqüentemente, ocupado a tribuna para discutir problemas nacionais, mas me relevem — os de maior visão — o proclamar que nada me faz mais feliz que o versar sobre o meu Estado, seus problemas e dificuldades como, também, sua luta, extraordinária, a que jamais faltou a fé, que nasce da autoconfiança, apesar de ainda desolador o quadro, de onde não desertou a miséria material, a oferecer o impacto do contraste com as riquezas espirituais do povo que não será nunca vencido.

Discurso na sessão do Senado de 7 de novembro de 1969

Junto ao Governo do Presidente Costa e Silva não desfaleci no trabalho de todas as horas, pela solução de problemas do Piauí.

A vida pública, não raro, tão condenada, não pode ter outra motivação senão a de luta, o que fez com que a ela me entregasse e dela não desistisse. E se outras razões tenho para lutar, uma, entre todas, me oferece impulsos sobranceiros aos sacrifícios e aos temores — é o Piauí que me encontrará sempre, onde quer que haja uma questão a resolver.

Em várias oportunidades mantive entendimentos com o Presidente sobre o meu Estado e vi o quanto se empenhou em demonstrar, não pela palavra que se vai, com as ilusões, mas, em determinações vigorosas, visando a conceder os recursos indispensáveis ao término da barragem de Boa Esperança. Que se fizessem cortes, contivessem despesas, mas que não faltassem recursos orçamentários à obra prometida aos piauienses. Quantas vezes a imaginação foi mobilizada, para complementar verbas, ante a ameaça de paralisação dos trabalhos.

Em todos os momentos, tivemos o Presidente no papel de amigo do Piauí, a demonstrar que as chocantes desigualdades entre regiões têm de cessar, como fator indispensável ao desenvolvimento global do País.

Poderia, se fastidioso não fosse, arrolar providências e obras do Governo Costa e Silva, em meu Estado. Limito-me a assinalar o financiamento internacional para pavimentação da BR-407, pavimentação da 316 e o estudo hidráulico do Porto de Luiz Correia.

Um legado há a distinguir entre os mais importantes — a Universidade, em fase de implantação.

Se tudo fosse reduzido à Universidade, já seria muito.

Em breve, muitas portas se abrirão para a juventude de minha terra, no milagre de multiplicação de oportunidades. É o belo espetáculo de ascensão de um povo, em conquista do desenvolvimento, pela educação. Obra para a juventude de todos os tempos, obra inseparável de um nome profundamente vinculado ao que, na oficina de cultura, se edificar.

E a ação Governamental não cessará, ao longo dos tempos e em efeitos fecundos, onde houver escolas abertas à cultura e ao desenvolvimento.

Sr. Presidente, não sei como melhor possa prestar minha homenagem, que é também do Piauí. Nada vale tanto quanto o demonstrar que o Poder é um mero instrumento de alguns, a

quem se entrega o destino de todos, e o seu exercício tem asperezas que impõem sacrifícios inenarráveis. O homenageado nos dá o exemplo do quanto é alta a missão de governar.

A política, onde quer que seja exercida, com fidelidade, na Oposição ou no Governo, na tribuna parlamentar ou no recolhimento dos Gabinetes, pela palavra ou pela ação, há de dirigir-se, sempre, no sentido dos interesses da Nação, sem outros tráfegos, onde prosperam conveniências de alguns ou influências subalternas de grupos. Que outros nomes tenham tais atividades, jamais a de política, pois nela não há lugar senão para a grandeza da renúncia pessoal, a coragem de negar tudo o que não ostente o timbre do proveito coletivo.

Assim, não existe missão mais nobre. Em seu desempenho, o homem se expõe a toda sorte de sedução e é preciso caráter, determinação e ideal, numa palavra, força, para não ceder às fraquezas próprias ou às dos outros e afirmar a invulnerabilidade ante as pressões doces ou amargas.

Assim é o homem público — o mundo a seduzi-lo, com seus acenos; o dever a chamá-lo a todos os sacrifícios.

Esta Casa de parlamentares se abre, hoje, para uma homenagem a quem, no Governo, deu tudo que Deus lhe concedeu, visando a construir um Brasil de paz e desenvolvimento. Se suas forças físicas fraquejaram, a força da fé intacta permanece mobilizada por outro timoneiro a serviço dos mesmos ideais.

E no repouso em que se encontra Costa e Silva saiba que, sob suas inspirações, a luta há de prosseguir até que possamos dar aos vindouros o que não nos foi dado receber em legado: o desenvolvimento harmônico do Brasil sob a égide da justiça social.

Esta é a melhor das homenagens que não se detém em mesuras, diante do poder, mas, reverente, consagra um homem, uma vida e um exemplo.

Aloysio de Carvalho

Reverência é a palavra que cabe. E quando nos inclinamos ante a virtude despojada de poder, sobrevivendo a tudo, como que somos também tocados por ela. Crescemos. A grandeza reverenciada conosco se comunica e eis que devemos louvar a Deus, agradecendo-lhe as riquezas com que soube cumular os nossos semelhantes.

O homem áspero e intransigente na defesa de princípios ameaçados, ameno e, até, doce, no convívio com os companheiros, se foi, deixando um lastro que os anos não hão de apagar.

Nos arquivos e nas bibliotecas estarão os legados de uma cultura, em permanente luta, pelo aperfeiçoamento de nossas Instituições Republicanas. Em nossa Casa, avultará sempre a expressão humana, com que enriqueceu quantos tiveram o privilégio de uma proximidade em que tudo era exemplo: a pureza de um caráter sobranceiro às seduções da lisonja, do suborno ou do mero aceno do que não parecesse honesto e justo; o senso de justiça, sempre disposto à luta contra as iniqüidades, fossem as que se manifestassem pela violência, fossem as que se embuçassem nos disfarces da covardia; o horror às usurpações dos que cuidam ser tudo — a lei, o poder, as instituições; honestidade que não buscou nunca as saudações da publicidade, mas o juízo exclusivo da consciência, submissa sempre às imposições da Justiça; inteligência, sem os artifícios ou as encenações que impressionam e dão, imerecidamente, a muitos honraria e poder, mas voltada para a compreensão do mundo do nosso tempo; cultura aprimorada a cada dia, mercê da laboriosa vida de meditação e estudos. Tudo isso nos deu, em contacto inesquecível, o Senador pela Bahia, Aloysio de Carvalho Filho. E se deixou em nós muito de si, muito do que lhe representou disciplina, trabalho, estudo, sofrimentos e lutas, ao País deixou o grande legado de mestre, de escritor e de político.

Muitos terão o que dizer do bacharel, mal saído da Faculdade, verde nos anos, precocemente investido na cátedra, mas amadurecido pelo talento, e autorizado pela cultura. As lições, se

---

Discurso na sessão do Senado de 2 de abril de 1970

fluíam convincentes da palavra do Mestre, ganhavam autenticidade na pureza da figura humana de quem as ministrava. Não há eloqüência maior que toque mais e encante e convença que a do exemplo.

Não basta dizer — mesmo que se diga bem — é preciso viver, coerentemente, dando às palavras a veracidade que só se afere com o modelo da própria vida.

Bem posso imaginar Aloysio de Carvalho Filho numa cátedra, dando-se à juventude, nas lições que não se aprendem no simples manusear dos livros, mas na vivência dos problemas do Direito, na luta por disciplinar indivíduos e Nações para que não tomem outros caminhos que não sejam os da Justiça.

Os que dele tiveram a ventura de receber muito hão de dizer em todos os recantos do Brasil onde bacharéis haja, saídos da Universidade da Bahia, quem foi o Mestre, na sublime cadeia de entendimento e comunicação que é o Magistério: o professor a empolgar os moços com a força da maturidade intelectual e os jovens, na inquietude, em explosão, exigindo respostas para as interrogações marcadas de dúvidas, inconformismo ou revolta.

O Sr. Clodomir Milet — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. Clodomir Milet — Tal qual o nobre Senador pela Bahia, Josaphat Marinho, V. Ex.ª focaliza as qualidades eméritas de professor do ilustre Colega desaparecido. Quero trazer, nesta solidariedade às palavras aqui pronunciadas em memória de Aloysio de Carvalho, o meu testemunho de que, deixando de lecionar na sua Faculdade, e vindo para os embates políticos nesta Casa, ele continuava na sua missão de professor. Cito como exemplo o meu caso. Convidou-me Aloysio de Carvalho para integrar a Comissão de Constituição e Justiça. Não quis. Recusei-me, dizendo-lhe que não tinha condições de pertencer àquela assembléia de doutos, nem sequer sou bacharel em Direito. Disse-me ele que eu não podia recusar o convite, porque havia nas matérias que ali se discutiam assuntos em que eu já penetrara, e citava como exemplo o Direito Eleitoral. Foi ao Senador Filinto Müller e pediu a indicação de meu nome. S. Ex.ª disse-me que a nomeação ou escolha seria feita apesar da minha recusa. Procurei o Senador Aloysio de Carvalho para dizer que só aceitaria entrar para a Comissão de Constituição e Justiça se êle se comprometesse a assessorar-me, orientando-me para que eu não fizesse feio naquela Comissão. Daí nossos contatos diários, as

conversas que mantivemos sobre os casos que ali iam para ser discutidos. Recebia com satisfação e emoção as lições de Aloysio de Carvalho e, se fiz alguma coisa na Comissão de Constituição e Justiça, devo muito a ele que, realmente, foi um grande professor, aqui, como ali, na velha e gloriosa Faculdade de Direito da Bahia.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — V. Ex.ª não está sendo rigorosamente justo no seu aparte, restringindo a si próprio tal influência exercida pelo mestre no Senado; ele ensinou a todos nós. E, de V. Exª, além de mestre, foi um grande amigo.

Outros dirão melhor do professor que ele era e do intelectual que pontificou em outra Cátedra, a maior delas, na Bahia — a Academia de Letras.

Prefiro falar sobre o estadista.

Se se malsinam e condenam os políticos pelo que alguns deles fazem, nos descaminhos do Executivo ou do Legislativo, muitos há que encontramos com as maiores dimensões na mais alta e difícil de todas as missões.

Aloysio foi um político. Não o da caricatura, que se entrega às influências de grupos, aos interesses de classes, ao facciosismo dos partidos, às ambições de famílias, mas aos estudos dos problemas, às preocupações do povo, aos compromissos com a Pátria.

Aloysio de Carvalho Filho foi um político por excelência. Se não tinha o gosto das exibições de praça pública, nem se dava aos exaustivos trabalhos da vida partidária, a qual requer paciência, tinha entranhado o alto sentido da missão a cumprir, sem os temores aos perigos, ou os desalentos ante os obstáculos feitos de incompreensões ou injustiças; sabia afirmar — e o fazia cego — as pretensões que não ostentassem a marca autêntica do interesse público. O circunstancial, por mais influente que fosse, mais poderoso que parecesse, vencido foi sempre ao peso de uma vontade imperiosamente mobilizada por uma consciência convencida de que só o permanente vale e importa. Da Pátria foi servidor leal e austero, como deve ser e é o verdadeiro político.

Surpreendido com o requerimento do nobre Senador Josaphat Marinho, não pude dizer o que me cumpria, nesta Sessão de homenagem. Gostaria de dizer mais, de dizer o que representou para mim o companheiro e o mestre, a quem me liguei nos primeiros dias de atividade parlamentar.

Tínhamos — e com que honra o proclamo! — grandes afinidades. Discordávamos, não raro, no episódico, mas o principal nos unia sempre: o amor ao Direito, o sonho de que a Justiça, afinal, impere, dando aos homens o que merecem, como filhos de Deus, e o ideal de termos, na Pátria, a paz que só o desenvolvimento proporciona.

Aloysio de Carvalho Filho, na sua aparência de cético, tinha em si, portentosa, a fé. Não se toma o caminho da Cátedra sem se acreditar no que se ministra e, muito menos, no bom destino do que se vai transmitir. É preciso ter também crença na juventude. E foi um homem de fé quem, neste recinto, debateu, discutiu, doutrinou e deu tudo que sentiu e aprendeu, seus sonhos, seu ideal, seu trabalho e sua luta, em oferenda ao Brasil que hoje, no Senado, registra, não apenas a saudade pessoal dos companheiros, mas, agradecido, exalta e proclama a perene força de um exemplo.

Oliveira Salazar

A nação brasileira, enlutada, se inclina ante o estadista que falece, e o Senado julga do seu dever o registro que seja um testemunho perante a História sobre quem, por quase quarenta anos, marcou, com sua presença, os rumos e o destino da grande nação portuguesa.

Não cabe discutir-se a validade dos princípios falíveis que ele erigiu em dogmas.

Sua vocação foi autoritária e o regime que instaurou — expressão de sua vontade — deu a Portugal a estabilidade sonhada, com sacrifício, talvez, da ousadia construtiva, que abre aos povos o caminho do desenvolvimento.

Oliveira Salazar permaneceu no governo até ser vencido pela doença — adversária implacável — e hoje há de ficar no reconhecimento dos compatrícios como um dos melhores dos seus servidores.

Nada há que sensibilize mais o povo que a convicção do desprendimento de quem o governa. Pouco importa o trabalho hercúleo ou a luta insana de quem se dê ao ofício de promover o bem comum, se ao povo se oferece, também, o aviltante espetáculo da vida desregrada, do usufruto indevido do poder.

O exercício do poder exige confiança recíproca, respeito mútuo entre governados e governantes, e a estes se impõe uma vida ilibada, sobranceira aos ataques da lisonja, do nepotismo, do tráfico de influência, em suma, da corrupção, isto é, do que destrói e elimina a autoridade indispensável ao comando, à liderança e ao governo.

Mais que da força, o governante vive do respeito dos governados, que lhe vêem na vida honrada a expressão de seus propósitos.

Só nos momentos de paixão e fanatismo os valores éticos cedem ao ímpeto dos ideais, pouco importando a dignidade de quem os defenda. Os homens são simples instrumentos, pois o que vale é a luta pelas idéias supostamente salvadoras.

Discurso na sessão do Senado de 28 de julho de 1970

A moral ganha novas formas para justificar a fisionomia, também nova, da sociedade que se quer afirmar.

Na vida dos povos que aspiram a reformas para aprimorar, a trabalho para desenvolver, não há como desprezar-se a postura dos estadistas.

Na esfera de sua ação não havia lugar para o que não fosse do Estado, nem mesmo para ele. Recatado e pobre, desprezou o fascínio das grandes pompas e os prazeres que o poder proporciona.

Professor, saiu da cátedra, do ensino à juventude, para ministrar a grande lição de civismo ao povo português. Fê-lo com o fervor de um homem de fé, alheio, quem sabe, às contradições de uma sociedade desejosa de mudar, pretendendo superar os ideais inadequados a uma realidade ou incapazes de dar respostas às urgentes indagações da rebeldia.

Solitário, não casou nem teve filhos. Os parentes que, não raro, enriquecem, fazendo despenhar no pauperismo os governantes, não estenderam, em Portugal, sua influência aos domínios reservados ao Estado.

Oliveira Salazar foi, por excelência, um conservador. Nele não prosperava o germe da ousadia. Refratário foi sempre à idéia de renovar, temeroso de sacrificar o que nele era uma inalterável convicção: a necessidade de manter a autoridade, invulnerável aos ataques dos que pretendiam simplesmente negá-la ou dos que, crentes, vigorosos, desejavam afirmar-se, construindo uma sociedade mais plástica e, sobretudo, mais justa.

Assim entendemos dever-se compreender Oliveira Salazar: resistindo aos acenos ou à sedução da aventura nazi-fascista.

O regime político português não ganhou a estrutura ideológica dos que nasceram para permanecer, pois que, ligado a um homem e à sua mística, dependia mais das qualidades de seu chefe que de suas próprias virtudes.

O longo convívio com o poder ajudou-lhe muito a vocação autoritária, mobilizada na construção de um regime em que a vontade do Estado e a do Primeiro-Ministro tivessem uma só expressão. E o estadista, sem parentes ou amigos influentes, tomou o caminho da completa identificação com o poder. Ele era a lei e a justiça. Portugal foi, por muitos anos, o que impunha a vontade de Oliveira Salazar, um místico, um obstinado, um incorruptível, a serviço do que julgou ser a grande causa do povo português.

Deu à sua gente tudo, não lhe sobrando nada do muito que representa o homem, no palco da vida. Deu-se de mais, deu-se todo, e disso resultou sua grandeza, que o tempo não há de destruir, bem como suas falhas, seus equívocos, dos quais impregnou o próprio regime.

Passados os momentos de crises e sobressaltos, de reajustes e concertos cirúrgicos na vida das nações, o poder há de ser exercido pelo consenso popular. Nessa fonte, ganha força tanto maior quanto mais desenvolvido e consciente for o organismo social.

Os homens passam e o que permanece é a Nação em busca dos melhores caminhos, que só se encontram pelo debate, pelo trabalho e pela luta.

Portugal, à medida que o tempo correr, há de rever sua estrutura política e há de encontrar novos caminhos, pois é preciso renovar para atingir, como povo, a grandeza sonhada por sua figura tutelar.

Oliveira Salazar, afirmando verdades discutíveis, venceu o tempo, mantendo o poder porque invulnerável à corrupção, em qualquer de seus disfarces. Se as idéias cambaleavam, fracas que eram, a fortaleza moral do grande estadista mantinha de pé as Instituições.

Cabe, hoje, a reverência à sua memória. Irmãos de Portugal, sofremos a perda de um vulto incomum e, nesta homenagem, proclamamos nossa, por ser verdadeira, a crença, que era dele, na grandeza crescente da Nação lusitana.

Castello Branco

O Senado vem de fazer justiça ao Presidente Castello Branco, reverenciando-lhe a memória ao ensejo do quarto ano de sua morte.

Oradores brilhantes se fizeram ouvir, neste Plenário, numa expressiva homenagem a quem muito deu, como Soldado e Estadista, à Nação.

Assumindo o Governo, por imperativo da Revolução e pela confiança do Congresso Nacional, o Presidente Castello Branco, soldado respeitado pelo heroismo no campo de batalha, demonstrou, logo, sua inflexível vontade de transformar o País, dando nova dimensão à vida pública, pelo exemplo pessoal de abnegação e trabalho e pela indesviável vocação democrática de que é eloqüente testemunho a Carta Constitucional de 1967.

Não se rendeu às seduções da popularidade ante o dever de sanear e corrigir; não cedeu aos arroubos demagógicos, com que se provê o presente, agravando ou destruindo o futuro; cumpriu a missão, servindo o povo, engrandecendo a Pátria sem o bafejo dos ruidosos aplausos populares. Desempenhou, todavia, o seu mandato presidencial, deixando os alicerces com que a Revolução, pelos dois governos que se seguiram, soube construir a obra extraordinária de desenvolvimento econômico e social.

Pretendeu dotar o País de um instrumento político que lhe desse paz e segurança, e após a morte foi, ainda, vítima da incompreensão dos que, cegos à marcha irreversível da Revolução, se mobilizaram para a contestação do diploma político vigente, seu legado maior aos brasileiros.

Em meio às turbulências de um regime excepcional — marcado sempre pelos excessos da paixão — Castello Branco era a serenidade da Justiça a frenar a fúria dos radicalismos, mas era, também, a obstinação implacável que não vacilava em cumprir a missão, por mais difícil e árdua, impopular ou perigosa. Seus compromissos revolucionários com a Pátria pairavam por sobre tudo ou sobre todos e se impunham pela fortaleza de uma autoridade impressionantemente forte. Era o homem da discussão e

---

Discurso na sessão do Senado de 21 de julho de 1971

do debate e soube prestigiar os políticos honrados, ouvindo-os, sem renúnciar, jamais, ao que lhe cabia — o poder de decisão.

Ninguém demonstrou tamanha vocação política, que sempre impõe grandeza, espírito de renúncia, disposição indefectível de dar-se às causas maiores da Nação, negando o que de pessoal haja, a embargar o trabalho e a ação a serviço de todos.

Castello Branco se fez o maior e mais clarividente dos políticos, porque a todos conduziu, falando e agindo, sem faltar à coerência, antes dando à palavra o lastro do exemplo expresso na ação correta, justa e honesta.

Entre os que lhe mereciam apreço não estavam os que, pequenos, capazes não fossem de antever o amanhã — por que dava todo o acervo de seu poder criador — ou os fracos, perdidos entre o que nobre e digno não fosse.

Castello Branco foi, portanto, um autêntico político. Afeiçoado ao diálogo que esclarece e persuade, desconheceu o que, para os desavisados, constitui o clima do político, pois não fruiu as vantagens e viu fugazes as honrarias e as desprezou, sabendo, como poucos, enfrentar os desafios e afirmar, com coragem cívica invencível, sua determinação de mudar para aperfeiçoar, esquecido de si — foi um estóico — porque entregue à Pátria que, hoje, reverente, expressa, pelo Senado, sua gratidão eterna.

Milton Campos

Num mundo tumultuado pela negação dos valores, bem haja a reverência aos que souberam altear a vida pública, marcada por desambição e renúncia e sob as inspirações dos melhores sentimentos cívicos.

Entre quantos ilustraram o Congresso, é possível que alguns tenham logrado aplausos calorosos em proporção maior, mas ninguém, com certeza, pôde exceder Milton Campos, no respeito que sua simples presença sabia suscitar.

Era a imagem viva de quem nos fazia crer nas virtudes humanas, tão grande ele se apresentava, na postura simples e discreta. Dele todos se aproximavam, recebendo exatamente o que buscavam: compreensão, tolerância, profunda identificação com o problema alheio. Não havia pequenos ou grandes, intelectuais ou bisonhos, mas seres humanos merecedores, se não de afeto, menos, de receptividade. E todos mantinham com ele o diálogo. Entre seus cultos, um houve revelado sempre, em todos os momentos: o homem. Não conheço ninguém que de Deus haja melhor recebido o mandamento e, sem tibiezas, o tenha vivido acima das desilusões e desenganos: "amar ao próximo".

A figura sóbria ganhava dimensões imensuráveis na extraordinária força com que amava o ser humano. Não sei "se como a si mesmo", pois talvez haja superado a ordenação mais tocante e bela dos Evangelhos. As canseiras não valiam; as amenidades do isolamento não contavam; as limitações físicas não prevaleciam, se sua atuação fosse pedida ou um serviço, reclamado para suavizar as agruras de alguém, porque o cidadão, o político, o mestre, o pensador, presente estava a irradiar força, a emprestar calor, a ajudar prestimosamente, como sob o impulso de um dever indeclinável.

Por esse amor, que é bem a síntese dos mandamentos, pois a ele todos se reduzem, Milton Campos deve ser entendido.

E como nele tudo era íntegro, fácil é identificar esse sentimento em todos os planos em que lutou, trabalhou e pensou: no seio da família, perante a sociedade, ante a Pátria, abrangendo,

---

Discurso na sessão do Senado de 12 de abril de 1972

enfim, a humanidade, com certeza por amar, sem alarde, a própria fonte do amor — Deus Todo-Poderoso.

Se era um liberal, não se enfileirava entre os que, ao arrepio da História, ainda crêem na livre empresa, sem os freios do Estado. Liberal o foi pelo respeito — direi religioso — à pessoa humana, na qual via, por mais estranha ou distante que fosse, motivos superiores para desvelar-se em apreço. O homem, para ele, era intocável. Nada podia obstar-lhe os passos livres, a caminhada solta pelo mundo. E tudo que lhe embargasse o sonho ou o ideal que o arrebatava foi abominado por quem viveu, intensamente, a sentença do Salvador: amai ao próximo.

Com a sobriedade caracterizadora de sua conduta diária, sem expansões ou euforias exuberantes, Milton Campos parecia um cético, se não, um descrente.

Viu o mundo transformar-se, sob o domínio da máquina, com a forma de burocracia ou corporação, e, ameaçado por ela, o homem sem força e até sem vontade para erguer-se e se fazer o agente do concerto, impregnando a sociedade do sentido de libertação cristã.

E as dúvidas devem ter feito sofrer o seu espírito sensível, apesar de sempre disposto às pregações otimistas.

Descrente Milton Campos não foi nunca, antes foi um exemplo do quanto podemos crer, em meio às fraquezas alheias, no poder das idéias. Quantas vezes, em praça pública, a mensagem dirigida ao povo ganhava sentido pedagógico junto aos líderes, no alto do próprio palanque? A palavra não visava à disputa pessoal de um posto, mas à defesa de princípios.

Quem encontrou dentro de si esses estímulos e impulsos, acima da contenda entre pessoas, para ele meramente episódica, bem armado estava de fé.

Muitos lhe confundiram a circunspecção — introvertido que era com a dos sem fé, que nada tem a dar ou a oferecer.

A política tornou-se a atividade que mais o seduziu e encantou e nela não há lugar para os que, irreparavelmente desiludidos, não se arrimam aos fundamentos transcendentais da vida.

E se nos detivermos na contemplação de sua personalidade incomum, um paradigma encontraremos: foi bem o símbolo de extraordinários atributos, e eles, na figura esquiva, tímida e discreta, gritavam, como a transmitir-nos, em forma modelar, a inteireza de imagem singular do autêntico pró-homem. Mais que os dotes brilhantes de inteligência, o que nele mais luzia era a

alma nobre, onde as virtudes despontavam, para nossa admiração e para a reverência de nosso respeito.

Os amigos contavam, como a melhor das promoções, o afeto com que soube distingüi-los. Mesmo os que dele dissentiram e em outros campos adversos militaram, proclamavam sempre eles insuspeitados com Milton Campos, como quem se desculpasse da distância ou buscasse fontes comuns um encontro honroso.

Não quis o Poder e, quando nele esteve, viu a tristeza de não ter meios de fazer mais por aqueles com quem a vida foi parcimoniosa. O Poder lhe chegou pela vontade alheia, mas soube sempre convocar a vontade própria para o mister único de servir, despreocupado com a recompensa da gratidão popular, pródiga às vezes em responder, com aplausos, à propaganda dos que se inculcam benfeitores, sendo-o muito mais de si próprios, da família ou dos grupos oligárquicos.

Na cátedra foi o mestre integral. O que ministra as aulas com o que mais convence, a insuperável ilustração do exemplo. Na Escola, Milton Campos foi mais que a palavra fácil e fluente, foi a presença espiritual, respeitada pela tocante força de quem fez da vida um desdobrar contínuo de doações dos bens maiores, que os materiais ele os tinha parcos. O que acumulou, nas horas de vigília e de estudos, transferiu à juventude, deixando, com muitas gerações, um legado que não se extingue — um pouco de si e era muito.

Ao dedicar-se à vida profissional de advogado, bem sei que afeito não deve ter sido ao ruidoso bulício do Forum. Com certeza, foi o purisconsulto formado no recolhimento e na meditação e entregue a um juramento de fidelidade à Justiça. O que produziu constitui viva expressão da intransigente defesa de princípios. Não conheceu a versatilidade necessária à transação com o objeto de sua crença — o Direito.

Político, era o mestre agindo sob a inspiração do que pregava na cátedra. Sempre o mesmo homem, o de pensamento e o de ação, dando grandeza ao magistério e dignidade à vida pública. Nesta, esquivo foi à ação aparatosa. Não cortejava a massa, servia-lhe com devoção, sem limite, invulnerável sempre às influências ocasionais que consagram muitos, com os favores do povo. Seus princípios não oscilavam na direção dos interesses.

Dos companheiros teve o respeito, a estima, a confiança. Foi a palavra oportuna e providencial, o trabalho desinteressado e profícuo, quando o objetivo fosse servir, sem recompensa ou prêmios.

No exercício do Governo, serviu-se sempre da provisão da prudência, que é o raciocínio sobranceiro aos arroubos da paixão.

A discrição com que, indefectivelmente, atuava, evitou que se transformasse no ídolo do povo que, certamente, teria sido, se conhecida fora a virtude integral do ser devotado às melhores causas do Brasil.

Ao lhe examinarmos a vida, deparamo-nos com um mundo de incontáveis belezas. Ser-nos-ia difícil destacar o que de mais estável nela houve a sintonia da palavra com a ação, da inteligência com os lustres da cultura, em busca fiel do nobre e justo.

Inteligência que o fez ver melhor e mais longe, o que os outros não alcançavam, ou viam sob a deformação da inveja ou das prevenções.

Cultura que iluminava o meio ambiente, não obstante o cuidado em não perturbar a alma dos simples, vista com caridade, ou a presunção fátuos, vista com misericórlia.

Caráter que impregnava o pensamento e a ação, numa harmonia e unidade imunes à corrupção, fosse a da lisonja, que amolece, fosse a do interesse, que enodoa.

Humildade a começar nos gestos, no falar, no entender-se com todos, pois cada um era seu irmão a quem a indulgência devia ser distribuída, não com o perdão que desnivela, mas com a compreensão que aproxima e identifica humildade que é despojamento de tudo que orgulho seja, para que se afirme, sem alarde, o valor pessoal, em sua verdadeira dimensão.

Altivez que é postura de quem, sem temor, age e reage, tangido pela certeza de convicções profundas.

Bravura que é dizer-se e fazer-se sempre o que impõe a consciência, alheio às conveniências, com desprezo às críticas e indiferente ao incenso e aos louvores.

Vi Milton Campos, pela primeira vez, como Governador, no Palácio da Liberdade, quando o visitei integrando comissão de universitários da Faculdade Nacional de Direito.

E muito tempo passou para reencontrarmo-nos, eu, governando meu Estado, e ele, Ministro da Justiça.

O tratamento do Ministro ao Governador fez-me evocar o homem que vira no Palácio do Governo: simples, afável, modesto.

Levado a prestar serviço ao meu Estado, por mais de uma década, cingi-me à atuação regional, em plano diverso, portanto, daquele em que se fez líder o notável brasileiro.

Somente com o primeiro mandato federal, que ainda exerço, me foi dado conhecer melhor Milton Campos, na Comissão de Constituição de Justiça, a que presidiu, espargindo sobre ela a influência do magistrado exemplar.

Fui, depois, seu sucessor na Presidência daquele órgão técnico e contei com judiciosos conselhos e a prestimosidade do jurista, sempre interessado em todos os problemas. Dele disse, neste Plenário, ao término do último período legislativo, quando já eram débeis as esperanças de que voltasse a nossa Casa: "Milton Campos. Um nome. Um patrimônio moral. Um monumento espiritual. Um político. Um estadista. Um homem! Um santo homem! Uma figura diante da qual nos sentimos pequenos, deserdados de virtudes, tão grande ele é, na pureza do seu caráter, na grandeza do seu civismo, na eloqüência do exemplo, na humildade das atitudes corajosas, no desprendimento, na desambição, na compostura. Milton Campos, como ninguém nos pode doutrinar, pois sabemos que a lição vem pura, honesta, lúcida, autêntica, porque é a expressão de um ser nascido para pregar as mensagens que marcam os homens de todas as gerações".

Assim vi Milton Campos e dele recebi muito. Deu-me o sim confiante, após mais de duas horas de conversa, sobre o destino de nossas Instituições, prontificando-se, então, a relatar o Projeto de Reforma Política. E deu muito — a mim, de mais — mesmo sem concluir o trabalho interrompido pela doença fatal, pois eu, em sua voz rouca e débil, ao telefone interurbano, expressão da força de quem sabe fazer do martírio o testemunho de que o homem é invencível ante o que falece ou morre. Dentro dele havia forças eternas que poucos sabem irradiar, no exemplo que legam, na benquerença que granjeiam, no culto que suscitam.

Nesta tarde de evocação, em que a saudade nos empolga o coração de tristeza, um sentimento de intenso orgulho nos domina. Nesta Casa, e entre nós, viveu alguém que nos deixou uma mensagem. E, nela, a crença na grandeza do homem.

Cândido Rondon

Que o País se detenha sempre em referências necessárias aos que, protagonistas da História, nela fulguram como heróis, mártires e construtores.

Entre quantos fizeram à Pátria a mais qualificada e nobre das doações — a da própria vida — um varão ilustre avulta e se destaca: Cândido Rondon.

Patriota, no sentido autêntico, que não comportou variações, nem ensejou dúvidas, quando, diante de si, mais que o dever se lhe exigiu, porque se lhe impuseram sacrifícios sem conta, destemor diante do que infunde medo aos fortes e bravos.

Trazia em si a alma romântica do pioneiro que não encontra nos obstáculos limites para a ação temerária e desbravadora.

E, assim, seu trabalho foi marcado pelos riscos e renúncias que caracterizam a trajetória incomum dos heróis. Não o que vence destruindo, deixando atrás de si destroços e cinzas. Herói que nasceu soldado e morreu soldado. Mas, herói, sim — sui generis — que, "para não matar, nem deixar que se matasse um só homem, preferiu arrostar cem vezes a morte", como dele disse o Embaixador Fuad Carim.

Cedo impôs-se uma autodisciplina que foi a razão de suas incontáveis vitórias.

Submisso, sempre, às normas, foi, às vezes, um rebelde impulsionado pela intolerância que votava à injustiça.

Concluiu os cursos militares com inexcedível brilho e renunciou à vitaliciedade da cátedra que lhe daria a tranqüilidade citadina, a que todos os jovens, justificadamente, aspiram, para ser fiel à sua vocação de lutador bravo e estóico.

Cândido Rondon deixou, na cidade, tudo a que nos apegamos: o amor da família, as atrações que prendem, a carreira ascensional que o talento garantia e o rígido e fiel desempenho das missões lhe assegurava. Sozinho seguiu ao encontro do desconhecido — presumivelmente sombrio — embora o soubesse pe-

---

Discurso na sessão do Senado de 5 de maio de 1972

rigoso e árduo, mas sob o embalo do ideal de servir a Pátria, abrindo à sua terra os caminhos da comunicação.

Se são mártires os que morrem no cumprimento do dever ou em defesa da fé, o martírio engrandece os que, não perdendo a vida, fazem-na um testemunho de grandeza, num desfilar constante de provações, se necessárias ao bom desempenho do ofício. Em doações, entregam dias, meses e anos de existência ao sofrimento total, desde o que importa em perigo certo da perda da saúde ao desconforto até às privações dos bens e regalos que o mundo proporciona. Mártir foi Rondon, no dar tudo que tinha, em todos os momentos — mesmo a vida — para realizar o que considerava o bom exercício de um posto de comando de uma guerra incruenta contra a natureza e o homem hostis.

Em suas memórias, Ester de Viveiros resume tudo, nos versos transcritos de Fernando Pessoa:

Para ser grande, sê inteiro: nada
teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
no mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
brilha, porque alta vive.

Todo o mundo maravilhoso que o homem pode criar em torno de si, à sua passagem, no trabalho que empreende, temos diante de nós se conhecermos a fascinante epopéia que foi a vida de Cândido Rondon.

Desafiou a própria limitação física e pôde dar cabo de sua marcha monumental, entre 1900 e 1915 — com curtas interrupções — no trabalho de autêntico desbravador valente e indômito.

No seu tempo, levar os fios dos telégrafos era levar tudo — era levar a civilização. Esta incluía a catequese aos nossos irmãos indígenas que viam, no branco, o usupador a ser destruído. Rondon revelou-se, então, a extraordinária figura humana que incorporou à sua proteção, como se de sua família fossem, os índios, fazendo-os soldados destemidos da grande missão civilizadora.

Plantou, na Amazônia, os postes, em lances de heroísmo que constituíram razão de orgulho para a nossa raça. Era a antevisão do idealista, que ampliava as perspectivas da Comunicação e se fazia seu grande precursor.

E, nesta sessão, motivos temos para louvar Rondon e dizer aos brasileiros que os homens públicos de hoje, entregues ao

aperfeiçoamento das comunicações, não deixaram cair a bandeira que, com ingentes sacrifícios, soube erguer essa figura legendária, nos sertões inóspitos de nossa terra.

A telecomunicação, todos o sabemos, é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social de uma Nação, e o Governo do Presidente Médici, através seu dinâmico Ministro Higino Corsetti, realiza autêntica revolução nesse setor.

Quem não conhece a EMBRATEL?

Conseguiu essa empresa, em cinco anos, implantar a rede básica do Plano Nacional de Telecomunicações, completando o seu sistema de microondas, com milhares de quilômetros em visibilidade e tropodifusão, graças, principalmente, ao elevado grau de profissionalização de seus funcionários. Conta com centenas de estações repetidoras e torres metálicas e elevado número de centrais telefônicas interurbanas; dispõe de mais de 3.000 terminais de Telex, aos quais se somarão mais treze mil nos próximos anos; procede à profunda transformação na telefonia brasileira, com a crescente expansão da CTB, e a execução do audacioso Plano de Um Milhão de Telefones, que se constituirá em outro êxito; colocará em operação, no próximo ano, o cabo submarino entre o Brasil e Las Palmas; e participa, desde 1965, do INTELSAT, o mais moderno sistema de comunicação, juntamente com outras 70 nações. Moderniza-se a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Essas são algumas de suas realizações, a que se somam inúmeras outras, e permito-me não enunciá-las, pois que do conhecimento de toda a Nação.

O Brasil, que há menos de 10 anos despertou para as telecomunicações, já venceu o desafio que se lhe apresentava. É a discagem direta à distância, interligando, de norte a sul, vários Estados, e, num futuro próximo, todas as unidades da Federação. É o rápido crescimento de sua rede telefônica. É a TV a cores que, em breve, chegará a todos os Estados. É o desenvolvimento da Educação e Cultura, com os programas de rádio e TV educativos. É, enfim, a mais avançada tecnologia levando o progresso a todos os quadrantes do Brasil.

É o País integrando-se, pelo conhecimento de si mesmo, num encontro entre brasileiros, através de comunicações rápidas e eficientes. É o Brasil ganhando o tempo perdido e se ligando ao mundo numa permuta, troca e intercâmbios de mensagens, que hão de fazê-lo conhecido e, por isso, respeitado.

Um Ministério empreende, valentemente, esse trabalho digno do seu mais ilustre precursor, graças ao que o Brasil se motiva e arregimenta, visando a ser a potência econômica a que corresponda uma sociedade próspera e feliz, porque livre.

E neste trabalho de mobilização, a que não pode faltar jamais a fé, importante é, e será ainda mais, a ação do Ministro das Comunicações, tendo à frente o Ministro Higino Corsetti.

Comunicação — palavra mágica no nosso século. Traz em si todos os poderes. Preserva valores, mas, também, os destrói, une e separa, leva a mensagem da paz, como, em segundos, faz beligerantes, indivíduos e nações.

Sem ela, prolifera a ignorância, reina o atraso e o homem perde a direção do seu destino. Com ela tudo pode nascer e ser criado, dependendo do sentido da mensagem. Se liberta o homem, fazendo-o dono do universo, fincando seu domínio sobre a lua, tudo muda, desde as relações familiares ao conceito de Sociedade e Estado.

Estou certo de que as comunicações, entregues a mãos firmes, terão sempre o sentido do bem comum, o da construção do amanhã radioso do Brasil potência entre as Nações, do Brasil do desenvolvimento e da paz, sobretudo, o da Justiça.

Salve Rondon! E podemos saudá-lo, dizendo-lhe que o passado glorioso é a inspiração sob a qual construímos, hoje, com amor e confiança, o futuro que se delineia em nossos horizontes.

HOMENAGEANDO

Caxias

Não sobrevivem as Nações que não saibam cultuar suas Instituições basilares, as que lhes velem pela tranqüilidade e lhes garantam a paz.

Há, na história dos povos, instituições que não podem envelhecer, pois crescem e se aperfeiçoam com a Nação para lhe serem o apoio e o sustentáculo.

E entre elas avulta o Exército. E, nele, se ressalte o soldado, o servidor de quem mais se exige. Dele se quer o sacrifício, dele se pede o exemplo. Cultivando, nos quartéis, os rígidos princípios da hierarquia e da disciplina, a serviço das instituições indissoluvelmente ligadas ao destino da Pátria, com elas o soldado aprende, em todas as lições da Academia, a se dar, a se entregar, nada prevalecendo sobre o augusto ofício de servir, até o sacrifício. Na paz, servir na árdua missão de ministrar aos compatrícios de todas regiões as lições de civismo, nas quais se aprendem o culto à Pátria e o respeito aos deveres que ela impõe a todos os cidadãos; velar pela soberania, expressão e força de um povo integrado na comunidade internacional, a afirmar-se perante o mundo como Senhor de seu destino, fiel às leis e aos tratados e insubmisso a tudo que não tiver a marca do interesse nacional; ser onipresente onde se ameace a ordem, quando intranqüila esteja a Nação, comprometida a paz e afetada a segurança. Pouco importa o perigo ou o sacrifício.

O soldado dignifica o ofício, atribuindo-lhe as qualificações que merecem o respeito e a reverência do povo, acima do poder da força que encarna e simboliza.

O soldado é o que vela o que é de todos, desde o patrimônio dos cidadãos, cuja importância míngua ante os valores permanentes da Pátria — as instituições permanentes que lhe marcam a fisionomia e a vida — até a tranqüilidade de sua marcha, pela história, em busca dos caminhos que a levem ao desenvolvimento e lhe consolidem a paz.

O soldado é o que se engrandece nas tarefas profissionais, múltiplas formas de, em silêncio, servir, sem os estímulos da

Discurso na sessão do Senado de 25 de agosto de 1968

ambição pessoal, turbadora, não raro, das intenções de quem só aspira a cumprir o dever maior para com a Pátria.

O soldado é o que, não descaracterizando a missão, sabe integrar-se no meio social, do qual o quartel é expressão fiel e solidária.

O soldado é o bravo capaz de desprezar o risco, quando a ameaça ronda um valor sob sua guarda e proteção.

O soldado é o cidadão entregue a um e só compromisso, e este é com a Pátria.

Acima dela, nada importa ou vale, Quando a seu serviço, na paz ou na guerra, as prevenções cessam, os preconceitos morrem, a alma cresce isenta para que possa inspirar-se somente naquilo que interesse à Nação. Tal como o monge que, alheio a tudo, se imola e eleva, na comunhão com Deus, o soldado também há de sacrificar-se por amor à Pátria.

E é ao soldado, como guardião, a quem a Nação não pode ainda retribuir, nem mesmo em vantagens materiais, o múltiplo e exaustivo trabalho de todo dia, que se concede, todavia, a confiança e, com ela, instrumentos excepcionais, cuja destinação está inscrita na consciência, formada na Academia e alicerçada na outra escola, dura, áspera e nobre, a caserna.

O soldado é o cidadão que aprende a ser humilde no mundo social, onde se nivela a todos, e poderoso, no ofício, ao acionar as armas que a lei lhe atribui, no exclusivo interesse da Nação.

O soldado, em suma, é um cidadão a quem a Pátria confia tudo o que deve ser defendido, cultuado e preservado.

O soldado é o cidadão que escolheu um caminho, onde a fraqueza tem de ser banida, o medo esquecido, a ambição pessoal contida, para que se agigante, acima de tudo, o invencível e militante amor à Pátria.

E graças a Deus, a Nação se une ao Exército neste culto e pode, reverente, por seus representantes, exaltar, no militar insigne, no patriota autêntico, no democrata extraordinário, no ilustre Ministro do Exército, General Orlando Geisel, as qualidades e os exemplos que dignificam a carreira militar.

V. Exª dá continuidade às diretrizes de Luiz Alves de Lima e Silva, o símbolo augusto de quem fez da vida um exemplo de como se pode servir à Pátria, e demonstra a autenticidade dos conceitos que tenho a honra de expender, nesta tribuna, sobre o soldado e sua insigne missão.

E se mais coubesse dizer, diria, então, que o soldado, de tanto aprender, pode receber para dar o muito que se exige ao cidadão para governar.

E eis o exemplo que nos ofereceu Emílio Garrastazu Médici, em hora difícil para a Nação. Afastou-se de suas atividades profissionais e assumiu o comando supremo do País e, agora, mobiliza força em busca da paz, entre os brasileiros, promovendo o desenvolvimento, sob a égide da justiça.

Ainda é Caxias, o pacificador, o estadista, a irradiar o exemplo com o qual, ajudados por Deus, construiremos uma Pátria, livre e próspera, que será o legado maior às gerações que hão de vir.

Robert Cox

Sumamente honrado com a visita de V. Exª está o Senado da República, aqui mais que representado, porque simbolizado na pessoa do nosso ínclito Presidente Gilberto Marinho e particularmente feliz se encontra a Comissão de Legislação Social, que, através do Presidente, traz ao visitante ilustre a mais efusiva das saudações.

Num mundo conturbado pelos desajustes e desequilíbrios sociais, em todas as latitudes, o homem, que domina a técnica e vence a natureza, penetrando-lhe os mistérios, antes insondáveis, não afirma a mesma lucidez e — diria melhor — a mesma grandeza, ao traçar as normas de convívio entre indivíduos, grupos e nações. A onipotência do engenho, que fez tudo possível, chocase com a pequenez do egoismo, a afogar, na miséria que degrada, na ignorância que cega, na doença que prostra, a humanidade cindida, pelo abismo entre os que tudo alcançaram e os que, desfigurados, nem parecem filhos de Deus.

E se tudo é grande neste século de contrastes, estes se multiplicam num complexo de relações desconcertantes, e constituem autênticos desafios aos homens que buscam estudar as sociedades, dando-lhes a disciplina do Direito.

Na vertigem das mudanças imensas e constantes, novas realidades emergem, destruindo poderes e impérios, homens e instituições, e exigindo a presença do Direito, notadamente, do ramo que proteja a sobrevivência dos fracos, sem a qual as sociedades perdem o equilíbrio e fazem gerar, em seu organismo potente a parecer invencível, o próprio germe da autodestruição.

Mais cedo do que proclamam os profetas do otimismo, tão apegados aos números frios das estatísticas, cairão os impérios em divórcio com a Justiça.

Eis, Senhor Professor, a magnitude de sua missão: afirmar, por sobre o Poder, por mais que ele se afigure incontrastável, o primado do Direito, profundamente integrado no seu sentido social.

Saudação ao Presidente do Instituto de Altos Estudos Internacionais

Que tudo se detenha, o egoismo dos que querem mais contra todos, dos que não crêem senão no êxito já sem fronteiras, tão extraordinária a profusão de suas formas, pois o mundo é de todos, e nele todos devemos viver, em harmonia, sob a égide da Justiça.

E se a tecnologia triunfa, em todos os domínios, e a máquina pode fazer descansar os homens, urge saibamos dar aos povos a Justiça, institucionalizando harmoniosas formas de convívio e relações.

Bem se vê, Senhor Professor Cox, o quanto é difícil seu encargo: dar disciplina ao que já não tem mais limite, que esse é o quadro do mundo, em fabulosa metamorfose. E ameçando dominar tudo, marcha a força do poder de poucos, acima dos governos e dos códigos, desviando as conquistas tecnológicas do seu endereço primordial: e a felicidade dos homens.

Bem haja o Instituto de Altos Estudos Internacionais.

Ele nos acena com a tranqüilidade, neste mundo de assombros. Se há as armas do Poder, semeando dissídio e pregando a guerra, há organismo buscando as normas salvadoras, que condicionem e subordinem os homens e as Nações e os conduzam à Justiça.

Se séculos separam os povos, há um elo a unir todos, porque presente, no coração de cada homem: o sentimento de Justiça.

Seja bem-vindo a esta Casa do Povo Brasileiro.

Joaquim Pires Ferreira

Faz precisamente 100 anos, nascia, na cidade de Barras do Maratoan, no Estado do Piauí, em 16 de julho, o ilustre Senador Joaquim Pires Ferreira. S. Exª formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e naquela cidade, bem como no Estado do Rio de Janeiro, exerceu, vitoriosamente, a profissão de advogado, notabilizando-se como cultor do Direito e, sobretudo, como guardião dos direitos individuais na tribuna forense. Mas a profissão de advogado não lhe bastava. Eis que S. Exª foi levado à praça pública para, ao lado dos conterrâneos, defender os interesses do povo.

E assim é que, com a proclamação da República, convidado pelo Marechal Floriano Peixoto para seu Secretário, exerceu a função até eleger-se Deputado Federal pelo Piauí, na Primeira Legislatura da República.

Vê-se logo que, antes mesmo de disputar um cargo eletivo em sua terra natal, já S. Exª se encaminhava para a vida pública, desempenhando, com brilho e eficiência, um posto de confiança no Governo do Marechal Floriano Peixoto.

Representou seu Estado na Câmara dos Deputados, até 1930, interrompendo o exercício do mandato, apenas, no período de 1922 a 1926. Em 1930, foi eleito Senador, logo em seguida à morte de seu irmão, o Senador Marechal Firmino Pires Ferreira.

Foi o único Deputado que se insurgiu contra a entrada do Brasil na Grande Guerra de 1914-1918, quando travou os mais acesos debates naquela Casa do Congresso.

Entre os muitos títulos que lhe honram a biografia, um é o de ter sido um dos 21 membros da Comissão que elaborou o Código Civil.

Foi Presidente da Junta Pró-Hermes-Wenceslau, que levou à Presidência da República o Marechal Hermes da Fonseca. E foi, também, no Senado da República, companheiro de todas as horas do saudoso Senador Pinheiro Machado.

Em 1947, eleito Senador da República, uma vez mais pelo Piauí, terminou seu mandato com 87 anos de idade, sob a le-

---

Discurso pronunciado na sessão do Senado de 17 de julho de 1968

genda da União Democrática Nacional. Como Vice-Presidente das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, foi um dos Senadores que mais relataram projetos de leis.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exª poderia acrescentar que foi um dos Senadores de maior presença às sessões tanto plenárias como das comissões a que pertencia; foi um dos Senadores de maior atividade no Senado. Sempre diligente, sempre inteligente, participando dos debates com uma vivacidade incomum para seus quase noventa anos de idade. É um depoimento pessoal que quero trazer ao discurso de V. Exª porque tive a ventura de conhecê-lo, nesse período, apreciando não só as suas qualidades pessoais de **gentleman,** como suas qualidades de homem público.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Bastaria o aparte do nobre Senador Aloysio de Carvalho para que se completasse o perfil que, neste momento, tento traçar do eminente piauiense. Conhecemos bem a autoridade desse extraordinário representante da Bahia, seu amor ao Senado, seus serviços às instituições, sua extraordinária capacidade de trabalho nesta Casa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — E se o ilustre Senador Aloysio de Carvalho traz esse depoimento é porque teve razões de sobra, razões de justiça, para exaltar as excelências da atuação do extraordinário parlamentar que foi Joaquim Pires Ferreira.

Incorporo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a estas ligeiras considerações o aparte de S. Exª, na certeza de que o meu discurso, já agora, se enriquece do depoimento vivo e palpitante de uma autoridade que, em verdade, pode emitir conceitos, certo de que eles são quase sempre incontestados nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não seria justo deixarmos passar despercebido o centenário de Joaquim Pires Ferreira.

Tendo o Piauí representante nesta Casa, sua voz haveria de erguer-se para que o Brasil inteiro saiba que a terra de Joaquim Pires lhe faz justiça e, reverente, presta, através do seu representante na Câmara Alta, um preito de gratidão imorredoura.

Sr. Presidente, se Joaquim Pires foi o extraordinário parlamentar que brilhou e atuou, de forma excepcional, no Senado da República, o que melhor lhe marcou os caracteres de homem público foi, exatamente, a sua fôrça telúrica. Homem ligado

BIBLIOTECA

à sua terra, seu gabinete era sempre um ponto de reunião dos piauiense, e onde quer que estivesse e visse um piauiense a sofrer, a solicitar uma ajuda ou a pedir um socorro, Joaquim Pires estava sempre mobilizado a serviço dos seus conterrâneos. E isto, Sr. Presidente, no meu entendimento, é, para um representante de qualquer Estado, algo que enobrece e lhe dá grandeza.

Joaquim Pires, como frisei, foi um homem talhado para a vida pública. E, ainda hoje, ele se afirma através de duas gerações. O Professor Jurandir Pires Ferreira, seu filho, teve atuação brilhante na Câmara dos Deputados, representante que foi do Estado da Guanabara, e hoje pontifica na cátedra da Universidade do Brasil, como professor. E um seu neto ainda representa o Estado do Piauí, o Deputado Dyrno Pires Ferreira.

Três gerações de políticos, duas delas buscaram exatamente no avô e no pai insigne a fonte inspiradora para as lutas e as vitórias na vida pública.

Registre-se, pois, nos Anais do Senado, o centenário de Joaquim Pires, e, fazendo-o, Sr. Presidente, quero deixar expressa a reverência do povo piauiense e a gratidão do Piauí, a que ele serviu com denodo e espírito público.

Eduardo Gomes

Falar do Brigadeiro Eduardo Gomes é dizer sempre menos. É não dizer, por mais eloqüente que seja, o quanto ele marcou a vida do nosso País.

É não expressar bem o que ele foi como soldado exemplar, disposto sempre ao sacrifício, qualquer que fosse, para servir à Pátria: desde o gesto heróico, expondo temerariamente a vida na defesa do que julgava ser o melhor para o Brasil, ao trabalho silencioso de levar a todas as regiões isoladas a notícia, a mensagem, a presença do Poder Público, nas asas do Correio Aéreo Nacional.

E eis que o temos nas areias de Copacabana, bravo, ao lado de 17 outros, demonstrando que a vitória não está na glória de vencer pela força, mas no ideal que por sobre tudo permanece aceso e intocado no coração dos homens fortes, não obstante as vicissitudes, não raro, fatais. E quando tal ocorre, o sangue derramado marca a História, pelo fecundo e edificante exemplo que encerra.

Soldado, é Eduardo Gomes um expoente da classe, pelo que representa em caráter, em inteligência, em cultura; pela capacidade de dedicar-se às missões mais árduas; pela tenacidade com que, alheio às dificuldades e aos perigos, tomou a si o desempenho das tarefas pioneiras. É, assim, um líder dos que prescindem dos postos ou funções e suscitam e mantêm com os companheiros os vínculos de confiança, estima e admiração recíprocas.

Chefe que, em torno de si — sem cálculo e sem propósito — formou uma mística, pela altitude de uma posição intocável, invulnerável às fraquezas, tendo sempre em seu favor o apreço dos que puderam contemplar, na intimidade, as virtudes de militar e cidadão.

Se Santos Dumont foi o gênio pioneiro da Aviação, Eduardo Gomes é a expressão mais alta da dedicação, do desprendimento, da bravura da Força Aérea Brasileira, da qual é autêntico símbolo.

Discurso na sessão do Senado de 14 de junho de 1971

Vimo-lo levando aos brasileiros de todos os quadrantes a comunicação através do Correio Aéreo Nacional. E fácil é imaginar-se o que foi esse meritório serviço de bravos e heróis.

Trabalho de guerra, visando a integrar o Brasil, lemos, hoje, na imprensa, sobre o Correio Aéreo Nacional, comentário feliz e exato: "em 41 anos fez o avião mais conhecido até que o automóvel".

Bem haja a iniciativa das homenagens que o Ministério da Aeronáutica, à frente o ilustre Ministro Araripe Macedo, a quem expressamos o nosso respeito, vem de prestar ao soldado austero e ao cidadão reverenciado por todo o povo brasileiro.

A Mesa se associa às homenagens que o Senado, pela palavra do Senador Leandro Maciel, presta ao Correio Aéreo Nacional, ao seu primeiro Comandante e ao Ministério da Aeronáutica, na pessoa do seu preclaro Ministro.

Américo Thomaz

Neste ano celebramos, com justificada euforia, o Sesquicentenário de nossa independência política e proclamamo-nos, com humildade, longe do orgulho que esconde não raro em si a nota de debilidade ou fraqueza, uma Pátria digna dos seus patrocinadores ilustres.

E eis por que, a bem dizer, não vemos em V. Exª, apenas, o hóspede preeminente, mas o amigo que chega ou o irmão que regressa, trazendo-nos um presente régio.

Esta terra também é sua, Senhor Presidente; sua, a religião do nosso culto; seu, o idioma de cem milhões de brasileiros; sua, a raça sem preconceitos; seu, o Rei e nosso Imperador; sua, a Nação que, comovida, aplaude V. Exª, por seus representantes.

Antes da lei, e por ela, somos uma comunidade. Portugueses e brasileiros damos ao Mundo, num aperto de mão, o grande exemplo de entendimento, compreensão, concórdia, amizade, guardando, cada um, a personalidade, mas exaltando, agora e para sempre, os vínculos perenes, que nasceram da epopéias de Cabral, afirmaram-se no idealismo arrebatado de Pedro I e, hoje, têm na presença de V. Exª, que é a melhor das homenagens, a continuidade honrosa e fecunda.

Quatrocentos e setenta e dois anos faz desde que aqui veio o lusitano plantar a Cruz e, ante ela, rezar ao Todo-Poderoso, sob cujas bênçãos lutou e preparou os alicerces desta Nação.

Desentendimentos, sim, houve, negar por quê? Divergências, desencontros, até embates tivemos. A História assinala, sobretudo, que as crises, entre o que nascia para a vida adulta e a Pátria-mãe, alimentavam-se na mesma fonte de onde emanam os mais nobres sentimentos, mas onde se geram dissenções, tantas vezes, ásperas, no seio da família. O filho, grato às origens pelo que é, pretende, todavia, afirmar-se, consciente dos deveres perante a vida, e querendo, na plenitude, fruí-la, liberto e responsável.

Dom João VI fez desta terra o remanso feliz contra a adversidade política da Metrópole. Abriu-nos os portos ao intercâm-

---

Discurso na sessão do Congresso de 25 de abril de 1972

bio internacional e, em regressando à Pátria, deixou-nos o Primogênito. Vislumbraram-se, assim, os primeiros clarões da Independência, nesse tocante gesto de amor.

E foi o lusitano, bravo e ousado, mas desambicioso e romântico, que solenizou nossa emancipação e proclamou-se Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

A História, que registrou, em toda a sua nobreza, a renúncia a dois tronos de Pedro I, assinalará o emocionante encontro do ontem com o hoje. É o preclaro Presidente Américo Thomaz, na visita honrosa, que vem, século e meio após, entregar ao nosso culto os restos mortais do herói e celebrar conosco as glórias de quem libertou, aqui, uma Nação e, no além-mar, um trono.

Senhor Presidente:

O ato solene de que foi Pedro I o artífice tem sua continuidade no trabalho diuturno de todos os brasileiros. "A Independência não foi o grande ato do passado morto, mas que acontece todo dia no dever cumprido de cada um".

Que seja de V. Exª, Senhor Presidente, o testemunho mais conspícuo, o que mais nos desvanece e cativa, neste Sesquicentenário: o Grito do Ipiranga de 1822 ainda é o brado que empolga os brasileiros, no ano de graça de 1972. Unidos no trabalho, identificados na fé, construímos, cada dia, uma Pátria que se conserva fiel ao gesto do seu Primeiro Imperador.

Este augusto plenário se abre para receber V. Exª, Senhor Presidente.

Nós, os representantes do povo brasileiro, aclamamos duas Pátrias unidas, não obstante o oceano, por compromissos, afinidade, solidariedade e — diria melhor — pela posição genuflexa ante os valores eternos simbolizados na Cruz.

Oswaldo Cruz

Poucos, no Brasil, afirmaram tão bem e de forma tão eloqüente sua passagem na vida pública quanto o homenageado desta tarde. Se Oswaldo Cruz foi um cientista, e dos maiores do Brasil, foi, também, um cidadão de coragem exemplar. Nele, o homem da investigação e do estudo coexistia harmoniosamente com o homem de Estado que, decidindo, sabia votar-se, resolutamente, à ação, sobranceiro à turbulência dos protestos e à agitação dos inimigos do novo, do que se cria para aperfeiçoar, inovar ou sanear ou salvar.

Dos que sabem crer e, pela crença, se atiram à luta vivem os povos e nações.

A coragem foi vitoriosamente afirmada, em lances que perpetuaram o cidadão ilustre, no respeito do seu povo e no reverente registro da História. E o Rio de Janeiro viu um sanitarista ilustre agigantar-se, para enfrentar a onda de rebeldia contra a vacinação obrigatória.

Entre os grandes atributos do cidadão investido em função pública nenhum há que mereça ser mais exaltado que o da coragem no agir e determinar contra interesses ou indisposições de forças poderosas, que pretendam obstar o progresso social. Não se inova sem contrariar os que, acomodados, são beneficiários da rotina e difícil é vencer o fatalismo que alguns inculcam ao povo, para justificar a incapacidade de criar alternativas salvadoras.

Oswaldo Cruz é, hoje, um dos eleitos para as nossas homenagens, no ano do Sesquicentenário. Pioneiro, desbravou os caminhos da medicina experimental e se fez um grande benemérito. O Senado, através dos Senadores Benjamin Farah e Waldemar Alcântara, consigna o aplauso ao brasileiro que, há um século, nasceu para fazer da vida uma constante de devoção à medicina e de coragem na defesa da saúde do povo.

Discurso na sessão do Senado de 9 de agosto de 1972

José Bonifácio

No ano do Sesquicentenário, quando o Brasil assinala, em atos de gratidão, o trabalho dos heróis, mártires e construtores de nossa independência política, um nome entre muitos avulta e cresce aos nossos olhos, acima de todos: José Bonifácio de Andrada e Silva.

Quem dúvida pudesse ter sobre a maturidade do Brasil para impor-se, soberano, entre as Nações, bastaria contemplar a personalidade dos Andradas e, dentre eles — José Bonifácio. Este muito tinha e muito já dera à Metrópole, sobretudo, como cientista emérito.

Não há dúvida de que em superioridade evidente se erguia, no palco da vida brasileira, sobre todos, pois a peregrinação pela Europa e a dedicação ao estudo dele fizeram um sábio. Viu, em pleno terror, em Paris, a causa do amor, para sobreviver, transformar-se, temporariamente, em ódio, e presenciou tombar, na confusão e no tumulto, figuras exponenciais, entre elas um gênio de França e seu amigo, Lavoisier.

Tinha consigo as lições dos livros e da História e pretendia, obstinadamente, entregar-se à causa da Independência, não obstante os protestos iniciais de repouso tranqüilo, em sua querida cidade natal, Santos.

Desde logo, José Bonifácio vislumbrou o caminho mais seguro e menos traumático de conquistar a Independência: manter o regime monárquico. A um só tempo preservar-se-ia a unidade do País, amortecendo-se a reação da Metrópole que não assistia à quebra total dos vínculos.

Em meio às paixões desencadeadas em favor de uma causa que já tinha os seus mártires, José Bonifácio soube ver bem e melhor que todos. Colaborando com o Príncipe, orientava-o no sentido da emancipação.

Brasileiro de muitos ofícios, jurista e naturista, em verdade, um sábio, José Bonifácio encontrou na vida pública o palco adequado às afirmações mais qualificadas de seu caráter

---

Discurso na sessão do Senado de 1º de setembro de 1972

e de sua inteligência. Foi um extraordinário político. Não daqueles que sobem em busca de honrarias e vantagens, que ele não as queria, antes desprezava, mas à procura incessante dos rumos certos para o povo e o País. Foi o doutrinador seguro e humano acerca do índio e sua integração na vida brasileira; o pioneiro da abolição da escravatura, depois, o homem de idéias e de ação a serviço de todos, da terra a que, havia pouco, regressara.

Vítima da inveja, peçonha que o débil e incapaz atira por sobre a evidência do valor, José Bonifácio viu o quanto é penosa a vida pública.

Pelos serviços desinteressadamente prestados, sofreu a injúria de ver-se processado.

Até aos 56 anos, teve da vida os bens com que um homem superior deve sonhar: as homenagens de reverência nos grandes centros científicos da Europa, onde recusava cargos da maior importância: compensação das vigílias em meditação e estudo.

A atuação de José Bonifácio celebrada foi, neste Plenário, pelo ilustre Senador Danton Jobin, em discurso magistral.

Nestas ligeiras palavras de homenagem da Mesa quero assinalar que José Bonifácio, se foi o Patriarca de nossa Independência, deve ser, também, o paradigma dos políticos brasileiros.

À vida pública deu densidade e expressão e quando Pedro I, impossibilitado de gerir os negócios do Estado, abdicou do Trono, em documento de extraordinária grandeza, proporcionou ao Patriarca a reparação por todas as injustiças atribuindo-lhe a missão de velar e orientar a vida do Príncipe herdeiro, como tutor. Na hora da eleição, Pedro I não escolheu entre os adoradores do trono, foi buscar o homem de brio, de talento, de caráter:

"A Assembléia Geral

Participo-vos, senhores, que no dia 6 do corrente, Abril, usando do direito que a Constituição me concede, no Capítulo 5º, Artigo 130, nomeei Tutor de meus **amados** filhos ao muito **probo, honrado e patriótico** cidadão, o meu **verdadeiro amigo,** José Bonifácio de Andrada e Silva.

Não vos hei, Senhores, feito esta participação logo que a Augusta Assembléia Geral principiou seus importantíssimos trabalhos; porque era mister que o meu **amigo** fosse primeiramente consultado, e que me respondesse favoravelmente como acaba de fazer, dando-me deste modo, mais uma prova de sua

amizade: resta-me agora, como pae, como Amigo da minha Pátria adotiva, e de todos os Brasileiros por cujo amor abdiquei duas Coroas, **para sempre** uma oferecida, e outra herdada; pedir a Augusta Assembléia Geral que se digne confirmar esta minha nomeação.

Eu assim o espero confiado nos serviços que de todo o meu coração fiz ao Brasil e em que a Augusta Assembléia Geral não deixará de querer aliviar-me, desta maneira um pouco, as saudades que me atormentam, motivadas pela separação de meus **caros filhos e da Pátria que adoro."**

(Carta de D. Pedro I, escrita a bordo da nau inglesa "Warspite", ao retirar-se definitivamente do Brasil, em 8 de abril de 1831, em que participa à Assembléia Geral a nomeação de José Bonifácio de Andrada e Silva para tutor de seus filhos e pede a confirmação desse ato.)

Dizer mais não tem sentido. Esse legado, após o desterro e a proscrição, foi a consagração da vida do Patriarca que fez, pelo Trabalho, a Pátria livre.

ADMINISTRANDO

O Senado, 1971

Ao findar-se a primeira sessão legislativa da 7ª Legislatura, rendo pessoalmente graças a Deus por termos, mais uma vez, cumprido nossas tarefas constitucionais. E — estou bem certo disso — o fizemos com empenho, devotamento e, não raro, sacrifício.

Numa hora de transição, em que, pela própria dialética evolutiva, as velhas estruturas têm de ceder lugar às novas, os sistemas políticos sofrem inevitáveis desgates quando as mudanças se processam no campo social. E essas são as horas mais cruciais para os chamados poderes representativos da Nação. Os fatos ganham autonomia e se desenrolam quase sempre sem o efetivo controle da vontade dos homens. Determinantes imprevisíveis impõem-se e dominam, gerando situações marginais não desejadas.

Assim tem sido e assim há de ser sempre, no curso da História. É o tributo que temos de pagar ao processo de evolução e aperfeiçoamento. Portanto, as eventuais e momentâneas frustrações nunca deverão ser erguidas como obstáculo ao que se quer estabelecer para aprimorar, sob o influxo de idéias nobres e sob o comando de lideranças sadias.

Para evitar as rupturas violentas entre o que está destinado a morrer e as vigorosas formas de vida que despontam, procura-se um elo de transição, que é frágil por si mesmo em face de sua própria destinação. Na composição dessa complexa tessitura, amálgama de experiência, ponderação, transigência, coragem e sabedoria, é que se revelam os grandes condutores.

O Congresso é, notoriamente, o palco onde se revelam líderes, mas é onde, também, se desfazem mitos e carismas. Os despreparados para a vida pública sucumbem logo, no torvelinho das paixões. No entrechoque das idéias nasce o novo dia a que todos aspiram. E os que receberam de Deus a excelsa graça da visão mais ampla, do descortino sobre mais vastos horizontes, da reflexão em meio à desordem, do destemor quando muitos temem, estes estarão cumprindo a mais sagrada das missões, porque só comparável a um apostolado.

Discurso na sessão do Senado de 30 de novembro de 1971

Estou certo de que todos nós estamos vivendo intensamente, em plena consciência, estes cruciais mas grandes momentos de transição por que passa a Nação brasileira.

Mãos vigorosas e honradas comandam o País. Um extraordinário surto de progresso infunde ânimo aos mais pessimistas. A função pública alcança nova dimensão e só os que não afinam com a elevada tônica de dignidade, que se imprimiu ao trato dos interesses nacionais, não terão lugar nesta mobilização geral de valores a que todos os homens de bem deverão responder.

O Congresso Nacional deu de si tudo o que esteve a seu alcance para situar-se entre os que, na frente, com determinação e coragem, assumiram o ônus de enfrentar e vencer o desafio a que se propôs a nosso País. Congratulo-me, por isto, com os ilustres pares. Esta Casa está cumprindo sua missão. Não desmerecerá o momento que estamos vivendo. Não faltará ao apelo da Nação. Todos estamos convocados para a excitante tarefa de soerguê-la.

As relações entre este e os dois outros Poderes da República foram conduzidas com a maior cordialidade e dentro do devido respeito. O Senhor Presidente da República, General Emílio Médici, em inúmeras oportunidades, deu provas de apreço ao Congresso, fazendo-o por via de manifestações expressas e atos incontestáveis. Por dever de lealdade, louvo-lhe a sóbria correção no desempenho de suas pesadíssimas atribuições constitucionais e a marcante presença com que tem sabido impor-se nos momentos das mais graves decisões.

Com o Judiciário, harmônicas são as relações, a que não falta a mútua franqueza, necessária ao bom funcionamento entre os Poderes. Expresso, na pessoa do Ministro Presidente Aliomar Baleeiro, os protestos de admiração aos Juízes que honram nossa mais alta Corte de Justiça.

Ao Poder Legislativo cumpre desempenhar, cada dia melhor, as atribuições de sua competência. E neste sentido se impõe a mobilização de energia, imaginação e inteligência de quantos lhe dão vida, pelo debate vigoroso. A Oposição, veemente no ofício indispensável de fiscalizar e criticar, emprestando sentido e grandeza a um diálogo que deve ter sempre o endereço comum indesviável — o interesse público. A maioria, calorosa e entusiástica, a triunfar sempre, não apenas pela força do número, mas pela eloqüência da persuasão, fundada no acerto do que se elabora e constrói em proveito da Nação.

Não cabe a nota de melancolia ante o que já fomos. Isso é passado. O que importa é construirmos os caminhos do futuro, e este fecundo há de ser, se nos entregarmos, conscientes, ao trabalho de ocupar a posição que nos está destinada.

E, neste período que finda, muito realizamos, Maioria e Minoria. Na tribuna discursos notáveis se proferiram, resultado de trabalho, estudo, meditação e, por que não dizer, sofrimentos. Só os insensíveis não carregam consigo a dor de sentir impossível a solução imediata de todos os problemas que muito valem e representam para cada região.

No silêncio das Comissões, projetos se aperfeiçoam e aprimoram. Técnicos e políticos harmonizam-se, na alta função de doar à sociedade sistemas normativos que, bem concebidos, abranjam, com clareza, a realidade a ser disciplinada. Trabalho que a ignorância subestima, alguns tecnocratas ignoram, mas exige cultura, experiência, sensibilidade e técnica.

E se muito executamos, em oito meses de atividades intensas, não nos entregamos à rotina, antes dela saímos para a perseguição de objetivos maiores que hão de dar densidade e projeção ao Legislativo. Fomos encontrar, na fonte de onde brota nosso Poder, o que precisa ser criado, inovado, aperfeiçoado, a fim de que cresça aos olhos dos que, bem intencionados, o combatem e até dos que, tendo o dever de nele acreditar, o malsinam e condenam.

Fácil não é a empreitada. Preconceitos, prevenções, saudosismos e, devo dizer, personalismos, são barreiras a superar, mais fortes que as proclamadas limitações constitucionais. O Poder contra o qual a ousadia investe, sob aplausos e sem temor dos riscos, é alvo excitante e atraente. E, não raro, muitos desfilam no palco, buscando a efêmera evidência dos falsos heróis.

Um programa tem de ser cumprido por nós — o de darmos tudo que tenhamos, de melhor, para oferecermos ao País um Congresso aparelhado e mobilizado para os debates, as críticas necessárias à elaboração legislativa, não faltando, jamais, ao dever da fiscalização honesta e isenta e, por isso mesmo, indispensável ao bom desempenho da administração pública.

Não pensamos em fazer desta Casa uma oficina de projetos globais, setoriais ou regionais. Essa função, se é executiva, nela temos, todavia, a responsabilidade da participação. Urge nos capacitarmos para bem exercê-la, dotando-nos de assessoria de alto nível que qualifica o voto que, politicamente, devemos dar aos projetos de interesse da Nação. Assim, buscaremos, mais

facilmente, as informações que, ao nos ilustrarem melhor, nos conferem autoridade e respeito, seja nos meios conspícuos, seja nas fontes respeitáveis onde contamos com a confiança do voto.

Esses objetivos têm de ser necessariamente de todos. Ninguém pode negá-los ou esquecê-los. Os erros de uns têm de receber, de outros, o positivo das contribuições que corrigem e aperfeiçoam. Esta é uma Casa de todos, de 66 representantes, cada um devendo dar o concurso ao seu alcance, certo de que, os que eventualmente comandam hoje ,serão comandados amanhã. Valores se evidenciam e sem preterições, pois neste Recinto ganham a expressão que merecem. A palavra é acessível e livre e amplos campos se abrem a quantos se queiram dedicar ao serviço da Instituição e da Pátria.

Eis por que, sabendo necessário um trabalho que, por certo, não nos devolverá o que não pode ser de nossa atribuição, mas nos dará o respeito e o reconhecimento da Nação, deliberou a Comissão Diretora entregar-se aos trabalhos de reforma. Os estudos foram confiados a um Relator-Geral, sendo escolhido o Senador Carvalho Pinto.

Escusado será exaltar-lhe a personalidade. Seus títulos estão em sua atuação, nas obras que legou ao Estado de São Paulo. S. Exª é daqueles a quem se pode atribuir uma missão, certo de que será cumprida, com discrição, honradez, inteligência e espírito público.

Antes de qualquer providência visando à reforma, fiz o que me parecia essencial — entendi-me com o Presidente da Câmara, Deputado Pereira Lopes, a quem presto, na oportunidade, as homenagens de respeito e admiração, e lhe disse dos propósitos de, aperfeiçoando a estrutura do Senado, aumentar-lhe a área de entendimento com a Câmara, instituindo Serviços comuns, entre os existentes, com o que somaríamos esforços, evitando paralelismos tão custosos quanto prejudiciais.

S. Exª fixou, desde logo, a posição de que, resolvidos problemas peculiares à Câmara, tudo fará para unificar os Serviços desde que ofereçam melhor rendimento.

Tão logo se impuseram definições sobre a administração de Serviços, como Processamento de Dados, Gráfica e Biblioteca, solicitamos ao Presidente da Câmara a designação de quatro Deputados para integrarem Comissão Mista com igual número de Senadores. Abordamos logo esses problemas, antes de tratarmos do que concerne, com exclusividade, ao Senado.

Sob a Presidência do Senador Carvalho Pinto, tendo como Relator o Deputado Célio Borja, eis a Comissão: Senadores Carvalho Pinto, Nelson Carneiro, Ney Braga e Wilson Gonçalves e Deputados Luís Braga, Célio Borja, Brígido Tinoco e Faria Lima que, após estudos criteriosos, opinou:

1 — pela unicidade dos Serviços de Processamento de Dados da Câmara e do Senado, com a sugestão de medidas processuais preservadoras do interesse das duas Casas.

2 — Convênio com a Câmara visando a, sob a sua administração, constituir o Departamento Geral da Biblioteca.

3 — Criação do Centro Gráfico do Senado, destinado a servir às duas Casas do Congresso, sob a administração do Senado.

Destaque-se o notável trabalho dos eminentes Relatores: para Biblioteca: Deputado Brígido Tinoco; para Processamento de Dados: Deputado Faria Lima; para Gráfica: Senador Ney Braga; para Relator-Geral: Deputado Célio Borja.

Difícil é qualificar trabalho tão notável. Com a vocação de servir à Instituição, esses expoentes da classe política ofereceram contribuição brilhante ao Poder Legislativo.

O Deputado Célio Borja — é bom que gravem este nome — é um jovem que ainda há de ter missões da maior importância na vida pública brasileira. Sério, capaz, alia a inteligência à cultura e é fácil saber-se o que vem de sua lavra.

Deputado Brígido Tinoco, ex-Ministro, educador emérito e parlamentar brilhante, é um autêntico homem de Estado.

Faria Lima, político de esplêndida linhagem, já na primeira legislatura é vigorosa expressão entre os melhores políticos brasileiros.

Ney Braga, figura em que a energia férrea se esconde na suavidade do trato, é um homem público com quem vale a pena conviver-se porque com ele se aprende, nele se confia. Ney Braga é um padrão de caráter e de virtude cívica. **(Palmas.)**

Eis os que foram distinguidos.

No fim de maio a Comissão Diretora deliberou criar a Comissão Especial para o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento dos Serviços do Senado, com os seguintes membros: Accioly Filho, Carvalho Pinto, Daniel Krieger, Filinto Müller, João Calmon, João Cleofas, José Sarney, Magalhães Pinto, Milton Cabral, Nelson Carneiro, Ney Braga e Paulo Torres.

Não preciso distinguir nomes. Este Plenário os conhece e, por isso, os respeita, e posso asseverar que merecem do Senado a gratidão. Destacarei, apenas, aqueles a quem foram incumbidas missões específicas, na impossibilidade de aludir a cada um, como do meu desejo.

A Comissão Especial, visando a um melhor rendimento de trabalho, decidiu dividir-se em quatro grupos. Devo esclarecer que a numeração dos grupos não implica em hierarquia.

1º Grupo — teve as atribuições de: estudo, coordenação e proposição de sugestões relativas à função e significação contemporâneas do Poder Legislativo e as responsabilidades pertinentes ao Senado Federal.

Presidente: Senador Daniel Krieger

Relator: Senador Milton Campos

Membros: Senadores Filinto Müller e Nelson Carneiro.

Falar sobre Daniel Krieger, já aureolado por tantos títulos e respeitado pela qualificação de talento, cultura e caráter, é saber difícil a tarefa, pelo risco de dizer pouco ante o muito que ele merece.

E o Relator? Milton Campos. Um nome. Um patrimônio moral. Um monumento espiritual. Um político. Um estadista. Um homem! Um santo homem! Uma figura diante da qual nos sentimos pequenos, deserdados de virtudes, tão grande ele é na pureza do seu caráter, na grandeza do seu civismo, na eloqüência do seu exemplo, na humildade das atitudes corajosas, no despreendimento, na desambição, na compostura. **(Palmas).** Milton Campos, como ninguém, nos pode doutrinar, pois sabemos que a lição vem pura, honesta, lúcida, autêntica, porque é a expressão de um ser nascido para pregar as mensagens que marcam os homens de todas as gerações.

Prostrado no leito, o civismo nele estua, acima da fraqueza orgânica que não o vence e nos manda, pelo seu Colega de bancada, Senador Magalhães Pinto, a palavra de que, se Deus lhe permitir, trará o seu trabalho de fé nas Instituições que honra e dignifica.

Sob emoção registro o gesto do grande companheiro que, com a simples palavra, acende em nós o entusiasmo e a crença nos homens públicos do Brasil.

2º grupo — com as atribuições de: estudo, coordenação e proposição de sugestões relativas à instituição administrativa do Senado e à implantação do sistema de processamento de dados.

Constituído pelos Senadores:

Presidente: João Cleofas

Relator: Milton Cabral

Membros: Aciolly Filho, Filinto Müller, José Sarney, Ney Braga, Paulo Torres.

João Cleofas foi nosso Presidente. Em um ano se impôs como comandante. Deixou aqui, como em outros altos postos, a justificada fama de admirável administrador.

E o Relator, Senador Milton Cabral, recém-eleito Senador, entregou-se por inteiro ao difícil trabalho de estudar assunto tão complexo e pôde, ao cabo de exíguo tempo, apresentar projeto do Departamento de Assessoria que há de ser, no que for compatível com o Regimento, implantado no Recesso.

Seu trabalho o impõe ao respeito do Senado que dele espera confiante possa concluir, com igual brilho, o restante da relevante missão que lhe foi cometida.

3º grupo — tem como atribuição: estudo, coordenação e proposição de sugestões relativos à dinâmica do processo legislativo, envolvendo o exame da matéria regimental.

Composição:

Presidente: Magalhães Pinto

Relator: Accioly Filho

Membros: Daniel Kriger, Filinto Müller, João Cleofas e Nelson Carneiro.

Magalhães Pinto é um homem marcado pelo êxito. Sua vida é uma brilhante sucessão de vitórias, conquistadas pelo destemor na luta, e nela ele se agiganta. Se na vida particular é um exemplo, é um pró-homem na vida pública.

S. Exª é Presidente do Grupo de que é Relator o Senador Accioly Filho.

O ilustre representante do Paraná, modesto e arredio, comete a falta grave de evitar exibir a bagagem intelectual do jurista extraordinário que é, a que não falta um inquebrantável caráter.

Sob a admirável gestão desses eminentes companheiros, a que se somou a assistência do Presidente do Senado, do 1º-Secretário e do Coordenador-Geral, mantivemos proveitosos e objetivos entendimentos com o Tribunal de Contas e certos estamos de que, ao longo do recesso, teremos os projetos necessários a uma

eficiente fiscalização do Congresso, com a indispensável colaboração do egrégio Tribunal.

Documentos já foram elaborados e convictos estamos de que as críticas que, desde 1945, se fazem sobre a omissão do Congresso, no tocante à fiscalização financeira, perderão o sentido ante o sistema normativo que esperamos poder elaborar, dentro em breve.

4º grupo — Atribuições: estudo, coordenação e proposição de sugestões relativas a uma divulgação mais ampla e construtiva dos trabalhos legislativos.

Composição:

Presidente: Nelson Carneiro

Relator: João Calmon

Membros: Magalhães Pinto e Ney Braga.

É o líder da oposição, tão brilhante quanto diligente, emprestando colaboração a um setor que exige de nós tudo, a fim de que o ocorrido nesta Casa tenha o conhecimento da Nação. Da eficiência desse serviço depende nossa comunicação que tem de ser permanente, obstinada — único meio de eliminarmos os equívocos que o silêncio enseja, a desinformação alimenta e a deformação agrava.

E coube a um homem de Imprensa a missão de organizar o projeto, e já o concluiu, cabendo à Mesa Diretora, cessada a atividade legislativa deste período, examiná-lo e cuidar de sua implantação.

Exaltemos o trabalho do Senador João Calmon. Homem de ação e talento, não lhe foi difícil apontar as diretrizes a serem seguidas. E o notável homem público foi ajudado pelo admirável jornalista.

E se me cumpre agradecer a todos os membros, sem função de Presidente ou Relator, os inestimáveis trabalhos que lhes marcam a atuação e honram o Senado, assinale-se o acervo das contribuições dos Srs. Senadores que acorreram à convocação para opinar, sugerir e criticar.

As 58 sugestões oriundas do Plenário destinaram-se aos 4 grupos, numa demonstração de interesse em participar de um concerto que a todos pertence, porque visa ao fortalecimento do Senado.

No tocante às nossas instalações, é oportuno que se consignem os trabalhos e seu andamento.

Na gestão João Cleofas construíram-se dois blocos de apartamentos funcionais, com o que se deu solução definitiva ao problema residencial dos Senhores Senadores, o qual tantas despesas, no passado, trouxe à nossa Casa, sem proporcionar aos interessados conforto razoável.

Recebendo os blocos em fase de acabamento, respeitamos os critérios e orientação adotados pelo ilustre antecessor e nos foi possível entregar a quem foram distribuídos os apartamentos, de propriedade do Senado e gravados pela cláusula de inalienabilidade. É uma obra que há de ser creditada à visão administrativa da Casa presidida pelo Senador João Cleofas.

Grande problema teve a Mesa a que presido de enfrentar: a instalação dos novos Senadores, em Gabinetes mais acessíveis ao Plenário.

No tempo mais breve ao nosso alcance, improvisamo-los para todos os Senadores, atribuindo-lhes, sem admissão, nomeação ou contratação de novos servidores, secretário e contínuo.

Ao mesmo tempo, atacamos a obra que se iniciou, do Anexo Dois, com 27.000 m2, cujo cronograma previa o término para o fim do próximo ano. Após nossas gestões, conseguimos acelerar o ritmo da obra, sem ônus para o Senado, e esperamos, em abril, entregar ao uso dos Senhores Senadores, que nele terão amplos ambientes e condignas salas de comissões, de conferências e outros serviços indispensáveis ao eficiente desempenho de suas funções.

A Gráfica teve sua sede ampliada e provida está sendo do equipamento complementar requerido, para atender às solicitações das duas Casas do Congresso.

O prédio da Usina se acha concluído e montado o equipamento capaz de assegurar-nos autonomia do sistema de energia elétrica.

Tudo seria difícil se não tivéssemos a ajudar o devotamento do funcionalismo, à frente o seu Diretor-Geral, contando, nas tarefas de reforma, com a dedicação e competência do Dr. Pedro Cavalcanti.

Aos funcionários de todas as categorias, desde os que, diariamente, conosco privam — exemplo de devotamento e capacidade de trabalho — até o mais humilde, os agradecimentos da Mesa e de seu Presidente.

À Imprensa — jornais, rádio e televisão, as minhas homenagens.

Não sei de profissão mais árdua e mais difícil. Para bem exercê-la, um elenco de nobres qualificações se exige. Capacidade de negar-se, esquecendo muita vez as convicções, para que se vejam fielmente os fatos escoimados de prevenções, isentos de preconceitos.

Ao dar-se a notícia de um fato, a preocupação é com a sua autenticidade, dessirva ao poderoso ou prejudique o amigo, seja benéfica ao adversário, pouco importa, o que vale é cumprir o dever de respeitar o leitor que, cheio de confiança, busca o jornal certo de que, sem distorções, a verdade ali está, límpida, verdadeira e inteira.

Não há profissão que mereça de mim reverências maiores. Inclino-me, sempre, ante quem, com sacrifício e vencendo dentro de si o demônio da mistificação, oferece o exemplo de fidelidade ao nobre e difícil mister.

Aos jornalistas credenciados, brilhantes expressões da classe, minhas homenagens. Espero deles o combate às vantagens indevidas e aos privilégios, exatamente porque os sei incapazes de recebê-los ou fruí-los.

Tenho certeza de que, acima dos desamores e desafeições, o amor à profissão os submete sempre à justiça, que é o melhor caminho de fidelidade ao povo veracidade.

Todos podem contar conosco. Temos iguais objetivos, e o tempo dirá melhor de nossas afinidades. Não temos medo de agir para retificar, como teremos sempre a grandeza de não render-nos a sentimentos pessoais negativos.

Todos defendemos a honestidade a favor dos inimigos e contra os próprios amigos, e defenderemos nós, sem temores, a Instituição que, se nossa é, sem ela não sobrevive: a Imprensa.

Uma palavra me cabe de exaltação ao Líder da Oposição. S. Exª é dos políticos que marcam de grandeza a vida pública. Combate, discute, critica, cumpre, em suma, o dever.

Tribuno que arrebata, não faz concessão aos aplausos dos que, apaixonados, não têm o gosto do debate, antes preferem a injúria aos que merecem o respeito da Nação.

Nelson Carneiro, se ocupa bem o posto de intransigente Líder da Oposição, alteia-se pelo comportamento exemplar, de urbanidade e cortesia a que não faltam a veemência no combate e a lealdade aos princípios partidários de que, no Plenário, é o mais alto e qualificado intérprete. Ao MDB nossos agradecimentos, marcados pelo nosso apreço.

Cabe-me, agora, falar sobre aquele que comanda a Maioria nesta Casa. Confesso que, para mim, é difícil fazê-lo. Senador Filinto Müller. É o nosso líder. De S. Exª tem esta Casa recebido o muito que só os pró-homens sabem oferecer. Cultura, talento, autoridade. Exuberante capacidade de comando. Tem a visão do homem de Estado, a coragem do comandante que sabe transmitir, a cada um, a palavra certa na hora da luta e a ela também se atira, inspirando a todos a confiança que é preciso irradiar.

De S. Exª é difícil falar, sem fazer injustiça; tantas são as virtudes a exaltar, que impossível é mencionar tudo. Digo, então, que, sem o seu apoio, o muito que se tem feito e o mais que se pretende fazer seria impossível. Mas o certo é que se fará porque o Líder não falta ao Congresso e nem faltará jamais à República.

Na tribuna, ou fora dela, sua ação de homem de Estado abre caminho, fixa o exemplo. Sua palavra, vibrante e lúcida, orienta e esclarece.

Os nossos agradecimentos ao Líder e, por seu intermédio, aos ilustres colegas da ARENA, cordiais e leais companheiros, prestimosos sempre e devotados aos trabalhos parlamentares.

O que foi possível realizar, nesses oito meses que se foram, não constitui obra de um, mas trabalho indormido de uma equipe na qual quem menos vale é quem tem a honra de presidi-la. **(Não apoiado.)** Unida, sem diferenças partidárias, suas decisões expressaram sempre o acerto da unanimidade, pois não há divergências nos rumos a seguir, nem nos objetivos a perseguir. Fugindo ao arbítrio das soluções, estas, tanto quanto possível, fundaram-se em normas a todos abrangendo, sem exceções que comprometam a justiça. Administramos, com o zelo que dedicamos ao que é nosso, sem as liberalidades a que muitos se permitem, admissível somente quanto ao que lhes é próprio.

Se mérito há em nossa ação, que as homenagens se tributem a esses eminentes membros da Mesa Diretora.

Senhores Senadores,

Trabalhamos e lutamos e estamos certos de que, ao término do nosso mandato, teremos dado solução a angustiosos problemas. Para tanto, contamos com a ajuda, a que somos sumamente gratos, de V. Exªs e as graças daquele a quem pedimos nos inspire em todas as horas de nosso mandato.

Senhores Senadores: regressem à terra certos de haverem cumprido uma grande missão patriótica, e que Deus continue a abençoar esta Casa para que possa honrar sempre a vida pública brasileira.

O Senado, 1972 (I)

Ao dar início aos nossos trabalhos, entrego a V. Exªs, em nome da Mesa Diretora, o novo Plenário, que, no período de recesso, mandamos construir.

As péssimas condições de acústica e iluminação e o provisório das instalações, que se fez definitivo, determinaram providências que foram tomadas, tempestivamente, para que pudéssemos estar hoje, reunidos, aqui, cumprindo nossa missão constitucional.

Proximamente, estaremos utilizando o Anexo "A", com uma área de 37.000 m2, onde teremos solucionado o problema de garagem, instalações para a Assessoria, Diretoria de Comissões e salas de Comissões, destacando-se 44 gabinetes destinados aos Senhores Senadores que, a partir de então, vão dispor de instalações condignas.

No desempenho de nossas atribuições administrativas, permanecemos em Brasília quase todos os dias do recesso, a fim de que fosse possível ultimar, em tempo, os trabalhos que hoje inauguramos, bem como as Salas de Comissões e Gabinetes, o que será para dentro em pouco.

Acompanhamos, também, principalmente eu e o Senador Ney Braga, 1º-Secretário, os trabalhos de reforma administrativa — uma das metas da atual Comissão Diretora — que há de ter várias etapas de implantação, pois depende do Serviço de Processamento de Dados, em andamento, dentro dos cronogramas.

No mundo de hoje, quando a explosão de informações traz uma massa de dados cada vez maior para cada questão analisada, o Congresso Nacional tomou uma iniciativa histórica, ao promover uma melhoria operacional nos seus procedimentos internos, atendendo às realidades presentes. E, certamente, isso trará reflexos benéficos para toda a Nação.

Contratou um moderno sistema de computação eletrônica, com possibilidades de armazenar, "em linha", cerca de 600 milhões de caracteres, e de atender às consultas por meio de ter-

---

Discurso na sessão do Senado de 3 de abril de 1972

minais distribuídos pelos prédios que abrigam as duas Casas do Legislativo.

Constituiu um Grupo de Trabalho, motivando suas Diretorias para a tarefa de modernização e aperfeiçoamento de todas as práticas existentes, o que criará novas possibilidades para o trabalho dos legisladores que, agora, mais rapidamente, disporão do acesso a um maior e mais preciso número de informações.

O que está sendo feito, numa primeira fase, com término previsto para o fim do corrente ano, é a geração de arquivos de discos magnéticos a partir de todo o acervo de fichas de referência legislativa existente no Congresso Nacional. Cerca de 80 mil fichas foram transcritas e estão sendo convertidas em cartões perfurados, o mesmo se dando em relação às fichas de referência bibliográfica. Estima-se que, nesta primeira fase, cerca de um milhão de cartões serão preparados.

Estes arquivos magnéticos serão manipulados pelo computador eletrônico, para atender a duas grandes áreas do Congresso Nacional, uma de administração interna e a outra de Informação Legislativa, abrangendo toda a legislação do País, permitindo, inclusive, o acompanhamento das proposições e o pleno cumprimento do preceito constitucional, pelo qual o Congresso deve exercer ação fiscalizadora na execução do Orçamento da União.

A segunda etapa do programa será um árduo período de estudos e pesquisas visando à padronização da terminologia legal e à conseqüente consolidação de seus textos. Esta será uma fase caracterizada pela abertura para a extensão dos serviços a todos os organismos interessados.

Para consecução dos objetivos delineados, foram mobilizados, adequadamente, os recursos humanos e materiais necessários. Um grande número de atividades estão sendo desenvolvidas, desde a construção de um edifício para abrigar o Centro de Procesamento de Dados, até programas de treinamento de pessoal especializado e funcionários das duas Casas do Legislativo.

A avaliação técnica desses trabalhos mensalmente vem sendo feita por uma Comissão de alto nível que se reúne em Brasília, integrada pelo Presidente do SERPRO, Diretor da Escola Politécnica de São Paulo e representante da PUC.

Registrem-se, ainda, reuniões seguidas das Subcomissões, sob a coordenação geral do Senador Carvalho Pinto.

Preocupou-se a Comissão Diretora, também, em solucionar o problema da casa própria dos funcionários, principalmente

dos servidores de menor poder aquisitivo, tendo, para esse fim, firmado convênio com a SHIS visando à construção de 230 unidades residenciais. As obras seguem o ritmo previsto em nosso cronograma e deverão estar concluídas em outubro próximo.

Situado no estrito campo do interesse público e pretendendo colaborar com todos os órgãos da administração pública, destacando-se a Câmara dos Deputados, o Serviço Gráfico do Senado, em rápido crescimento, estava a exigir a dinamização de vários serviços e criação de novas formas de produção, dando plena utilização à maquinaria ociosa.

Assim, edificamos o prédio em que funciona o setor administrativo do Serviço Gráfico, estamos procedendo à instalação da Usina Diesel dentro dos requisitos técnicos recomendados, e teremos concluído, dentro de poucos meses, os vestiários para funcionários e a área destinada ao Serviço de Manutenção de Equipamentos. Iniciamos a construção de um galpão para estocagem de matéria-prima, observadas todas as medidas de segurança. E no setor industrial, novo sistema de composição a frio, fotomecânica e máquinas de offset permitirão considerável aumento de produção e sensível melhoria na qualidade dos trabalhos.

Com todas estas providências, aliadas ao sistema de produtividade implantado pela Superintendência daquele Serviço, alcançaremos índices ainda mais expressivos que os obtidos no exercício de 1971, quando, para exemplificar, a receita foi superior em mais de 100% à de 1970.

De nossa parte, entregamo-nos, sem desfalecimentos, ao desempenho de nossas funções, certos de que o Senado, melhor aparelhado, dará condições de trabalhos aos ilustres Pares que, mesmo sem delas disporem, têm honrado as tradições de civismo do homem público brasileiro.

E sabendo da importância que o Senado haverá de ter neste período que se inicia, com a discussão e votação de importantes matérias, inclusive os Códigos já anunciados por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, é que trago a V. Exªs a palavra de estímulo e confiança. O Congresso se renova, com a fermentação que agita a vida partidária, onde as idéias se devem acrisolar, a fim de que se transformem em metas do próprio País.

Sabemos difícil abafar a voz do pessimismo, mas ela nos é útil como advertência. Há almas que nasceram estéreis, como outras há que agitam idéias, para o bom ensejo das discussões fecundas. Umas fomentam a descrença; outras geram a dúvi-

da. Mas proclamo minha crença nos que se agigantam na luta, vencendo óbices ante os quais vacilam e param os timoratos. Umas e outras, de destino antagônico, completam-se no trabalho de construção. As melhores soluções nascem das divergências inicialmente fixadas e dirimidas com a presença do autêntico que termina por afirmar-se vitorioso.

Ao longo de um ano administramos a Coisa pública com dedicação maior do que se nossa fosse, pois o alheio, sobretudo o que é de todos, deve merecer, de nossa parte, diligências e cuidados desvelados, vigilância notória e incontrastável. Os cargos, notadamente num Colegiado constituído de iguais, distinguem-se por funções, em razão das quais se cumulam alguns de responsabilidades e trabalhos ásperos, a que não devem corresponder vantagens ou privilégios.

Ontem, em outros postos, assim procedemos e razões iguais e permanentes temos para jamais desviar-nos do caminho que a consciência nos aponta e impõe.

Demos o que tínhamos para oferecer de melhor e marcamos de inalterável austeridade nossa atuação. A vida pública exige contraiamos deveres que não são próprios dos fracos. Eis porque se afirma que o Poder revela o homem. De tanto dele exigir, convocando-lhe toda a capacidade de criar, decidir e renunciar, as deficiências se revelam e se evidenciam as fraquezas. De nossa parte, não as tivemos, no campo ético, não obstante numerosas, onde a vontade não tem como superar as dificuldades. Mas uma equipe nos deu o suprimento que nos faltava. Os companheiros de Mesa, os líderes Filinto Müller e Nelson Carneiro, todos os Senhores Senadores e funcionários emprestaram-nos o de que necessitávamos para o eficiente funcionamento de nossa Instituição.

Um novo período temos diante de nós e o sabemos árduo. De lutas fizemos repleta nossa vida. Que outras tenhamos, a serviço da Pátria e de suas Instituições.

O Senado, 1972 (II)

Chegamos ao término de nossas atividades legislativas deste ano e, num desafio aos céticos ou descrentes, podemos proclamar o quanto foi profícuo o período que finda.

Bem sabemos que, ao longo do tempo, alguns nos criticaram, alvejando pessoas e no sempre pretenso e proclamado propósito de defender o Congresso, como se o doesto, embuçado em eufemismo, guardasse em si força vital. Não tiveram, todavia, isenção para ver e contemplar todo um esforço visando a altear nossa Instituição que precisa do estímulo da crítica para perseguir e não errar os melhores caminhos, mas não prescinde da Justiça que, não obstante, sempre se afirma e impera.

Desde que assumimos a Presidência do Senado, fixamo-nos em metas indesviáveis. Não fomos em busca do inatingível, nem à procura de inspirações nos moldes do passado. Acreditamos em um novo Legislativo, atuando em uma sociedade que se renova e a ela servindo, em constante processo de adaptação e aperfeiçoamento.

Sabemos necessária a separação dos Poderes e sua independência funcional e não cuidamos de ver se algumas atribuições deslocaram-se de um para outro, mas se isso está conforme a natureza das coisas.

Se artificiais os fundamentos que fortalecem um em prejuízo do outro, não serão os arroubos injuriosos ou a fúria incriminadora a restituírem as prerrogativas, mas a nossa decisão de, validamente, atuar no âmbito que nos compete, a fim de que, por sobre as torrentes de preconceitos e prevenções, a verdade, finalmente, triunfe, dando a cada um o que lhe cabe.

Pouco vale para nós o insistir monótono em que o Congresso deve reagir aos projetos-de-lei oriundos do Executivo e se impõe a independência inidividual acima dos compromissos partidários — individualismo anacrônico num mundo onde domina, no campo da própria iniciativa particular, como nos Estados Unidos, o coletivismo do superpoder das corporações, já agora, em expansão multinacional.

Discurso na sessão do Senado de 5 de dezembro de 1972

A crítica genérica com que se pretende atingir o Legislativo desconhece o universo institucionalizado em que o Poder atua e esquece os compromissos parlamentares, anterior e voluntariamente assumidos.

Prescinde-se, nesses casos, da análise de cada projeto e o sentido social ou anti-social que nele se encerra, para demonstrar-se que o Executivo errou e o Poder Colegiado não teve autonomia para corrigir, retificar ou aperfeiçoar.

Repelimos a tese do confronto, como se o Legislativo existisse para contrapor-se ao outro Poder. O relacionamento harmônico entre ambos é pressuposto essencial do equilíbrio.

Em razão disso é que se criaram os Partidos com ideais, princípios e diretrizes, espontaneamente aceitos e sob os quais atuam, trabalham e lutam os parlamentares da Oposição e do Governo.

Eis as tessituras, vivas e orgânicas, a emprestarem dimensão política ao anfiteatro tão mais ilustre quanto mais altos os debates, a ensejarem a eloqüência dos que afirmam e negam, voltadas as inteligências para o destino da Pátria, a ser permanentemente afirmado pelos que tenham a honra de dirigi-lo.

É, portanto, do vivo debate sobre o que se idealiza e planeja, constrói e executa, que vivem e devem viver os Parlamentos, buscando sempre, na realidade social, as inspirações e os subsídios para o profícuo trabalho de arregimentação do povo e da Nação.

E não é difícil concluir — tão evidente é — pela relevância do papel da Oposição, sem a qual míngua, decadente e estéril, o Parlamento.

Da mestria com que, cheia de mensagem, possa convencer e persuadir setores do povo, além de colocar-se em lugar eminente, no recinto parlamentar, onde os debates evidenciam o brilho dos talentos e a força da verdade, emana a notável expressão do Legislativo, útil, capaz, eficiente.

Por que assim entendemos a Instituição que temos a honra de dirigir é que tomamos, sem relutância, todos os válidos caminhos. Como Presidente não nos impressionaram os episódios e circunstanciais agruras dos que sustentam a Oposição, que isso aos interessados cabe, mas a importância inegável de sua missão, bem como os meios naturais precários de que seus líderes dispõem, e cogitamos logo de instrumentalizar o Senado de modo a poder oferecer aos Senhores Senadores informações e assessorias capazes e condignas.

Somente assim, demonstrando a todos os setores, ao povo, as excelências do seu trabalho meritório, na defesa de grandes teses, na segurança da crítica fundada em dados e orientada para o melhor, poderemos ter, por conquista de auto-afirmação, o reconhecimento geral do quanto é importante a nossa missão.

Não desejamos a dádiva aparente, que oficializa a hipocrisia — véu a esconder tráfegos ofensivos da moral política.

Aspiramos, sim, a que da força do nosso trabalho resulte uma posição de prestígio crescente do Poder Legislativo. Não será a mera crítica que a paixão gera, ou o conselho ousado ou respeitoso dos doutrinadores em crise de elaboração criadora, nem mesmo a vaidade insuflada naqueles que olvidam compromissos políticos, que hão de modificar os Poderes da República e redistribuir-lhes as competências.

O caminho só não o vê quem à paixão se entrega. Está diante de nós e é o do trabalho realístico, orientado pelo que de comum persiste a limitar, em alguns casos, ou a amesquinhar o nosso Poder em outros países do mundo. Ao saudosismo de alguns, ao conformismo de outros, à má-fé dos que, fracos, se dão às facilidades da crítica a um Poder que não tem como revidá-la e reprimi-la; a todos os negativistas, nosso trabalho sério, sistemático, meticuloso, pretende responder.

De logo, entregamo-nos às reformas consideradas indispensáveis, desde as que criaram novas instituições para servir ao Senado, àquelas que asseguram aos Senhores Senadores condições para o estudo, a pesquisa e o que deles exige a Nação.

Reputamos primordial dotar a Instituição das informações sem as quais os debates se anulam no verbalismo inconseqüente e ridículo, estranhos aos fatos e à vida que buscamos entender para disciplinà-los.

Assim tivemos a coragem de ousar, não diremos contra todos, mas contra muitos, menos, por certo, contra os que nos negaram, peremptórios, a validade dos métodos, contra a indiferença dos que não têm o gosto da aventura salvadora que inova e cria, ampliando perspectivas e horizontes, quando tudo parece condenado à rotina consagrada e convencional. Contamos, desde logo, com o apoio de uma Comissão de Alto Nível cujo trabalho será acentuado em Relatório.

Optamos por um projeto de processamento de dados, pioneiro no Mundo, após estudos longos e difíceis, consultas e entendimentos com mestres consumados, empolgados pela teoria, mas sofridos, também, no diuturno trabalho de tirar da máquina

o que ela pode oferecer ao homem e à sociedade. Em nosso Relatório esta história será fielmente contada.

Tendo de opinar e decidir sobre matérias de complexidade técnica, o Legislativo necessita de ter a seu serviço órgãos de assessoria e informações, num providencial encontro e acerto entre técnicos e políticos, uns elucidando setores e aspectos dos problemas, esclarecendo sobre partes deles e os outros decidindo no sentido da harmonia entre a norma a ser criada e todo o mundo social a que ela deve servir.

Nesse processo, cresce a importância do jurista, relegado, não raro, pelos que superestimam as outras ciências sociais, fazendo de conceitos discutíveis em hipérbole nefasta, a própria verdade, acima do que falível seja.

O Legislativo é o Poder onde mais oportuna se faz a recíproca colaboração entre técnicos e políticos. Neste recinto não há ambiente para o monólogo audacioso dos detentores da onisciência. Nele as lições dos livros se confrontam com as lições da vida. As pretensas fórmulas acabadas recebem o impacto de uma realidade que lhes nega a validade preconcebida. Daí, o combate dos que pontificam, substituindo a verdade pelo empolado dos termos, num hermetismo que lhes dá a ilusão de ficarem a salvo das formulações contestadoras.

Não há privilegiado em talento e cultura que seja capaz de prescindir da experiência do descortino de uma Assembléia onde, por força da representatividade, um povo ou uma Nação se faça ouvir. O talento é muito, mas não dispensa a experiência, sobretudo nos negócios do Estado; a ciência ajuda e esclarece, mas não ministra as fórmulas salvadoras das crises, marcadas por peculiaridades imperceptíveis aos que se trancam, auto-suficientes, nos Gabinetes pontificiais.

Não cremos, assim, nos técnicos ungidos do poder político, mas propalando desamor à atividade que não ousam qualificar. O tecnocrata, técnico que assume o poder, há de fazer-se menos profissional que político. Só assim, descobre a realidade mais ampla, transcendente do pequeno mundo de onde proveio.

E como saudamos a contribuição técnica, é que a desejamos, cada vez maior, no âmbito do nosso Poder.

Na atualidade brasileira, algo há de ser realçado: a ansiedade de todos em queimar etapas do processo de desenvolvimento, visando, ainda nesta geração, a oferecer à Nação o usufruto das riquezas e recursos naturais deste País, que está predestinado, pela conduta de seus dirigentes e o trabalho do povo, a transformar-se, não haverá muito, em potência entre as Nações.

A transformação dessa meta em realidade exige a aglutinação de esforços e inteligências na criação de Instituições que possibilitem alcançar tão almejados e altos objetivos.

A nova dinâmica imprimida ao País faz com que os fatos se sucedam mais celeremente. O grande desafio a enfrentar a classe dirigente é manter-se na vanguarda dos acontecimentos, orientando os caminhos a serem trilhados.

Para isto torna-se indispensável a utilização de modernas técnicas e instrumentos de organização e, principalmente, de controle de informações.

O Senado Federal, sensível a esta nova realidade e buscando bem desempenhar suas indelegáveis atribuições, exigia uma reformulação de sua máquina administrativa, equipando-a com os mais avançados recursos oferecidos pela tecnologia.

Atiramo-nos a este trabalho e a reforma administrativa que estamos concluindo objetiva alocar recursos humanos numa ordenação compatível com a otimização de eficiência da estrutura de nossa Casa. Concomitantemente impunha-se a necessidade premente de dominarmos o já conhecido fenômeno da explosão da informação, que em nossa Casa encontra um alto ponto de concentração.

Assim, inauguramos as instalações e serviços do PRODASEN. O período de materialização dessas idéias foi extremamente curto, graças ao empenho da Superior Administração do Senado Federal e da inegável capacidade de realização de jovens técnicos brasileiros. O Serviço de Processamento de Dados do Senado, senhores, é resultante da conjugação de esforços de um dos mais consagrados órgãos da Administração Pública Federal — o SERPRO — com duas das mais renomadas universidades brasileiras — a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em síntese, o PRODASEN representa o passo inicial para a ordenação das normas jurídicas que constituem o Direito Positivo brasileiro.

Os beneficiários desta nova era não serão apenas os senhores parlamentares que terão, à sua disposição, em terminais remotos de vídeo, as informações legislativas e bibliográficas, componentes de nosso Banco de Dados, mas toda a Nação brasileira, que poderá usufruir dos benefícios proporcionados pela centralização sistematizada da legislação, instantaneamente disponível.

E seguros estamos de que, dentro em pouco, teremos o Plano Nacional de Recuperação e Disseminação Automática de Informações.

Disciplinando a criação e funcionamento de centrais de informações em planejamento global a longo prazo, visará a Entidade à criação de um sistema nacional de centrais, no qual hão de definir-se, **a priori**, os vários níveis de informações na área federal, considerando-se critérios harmônicos de segurança e de operacionalidade.

Assim, ganhará o País em eficiência, evitando gastos supérfluos, ao mesmo tempo que dará um sentido orgânico e sistemático, com a organização que se preconiza.

Temos condições, com os resultados alcançados em tempo tão exíguo, de muito fazer no setor da legislação e da jurisprudência, no Congresso, contando com o trabalho técnico e administrativo do Poder Judiciário.

Tivemos de todos o apoio. Criticando, advertindo, apreciando, todos deram seu concurso valioso, indispensável.

Que não se espere da máquina o que ela, por si mesma, não pode dar. Da nossa inteligência depende. Trabalhando-a bem, transmitindo-lhe os dados necessários, muito esforço será poupado e um mundo novo de informações estará ao alcance de muitos, enriquecendo nosso Parlamento e outras Instituições pelas quais o PRODASEN se venha a expandir.

Uma etapa vencemos, difícil, pioneira. Venceremos, neste processo, outros desafios, pois temos de marcar nossa vida de fé, de obstinação e de trabalho. Ousar para aperfeiçoar é criar, eis um dever a que nos entregamos para servir melhor ao Brasil.

Sabemos que não bastam as informações. É preciso um corpo técnico superior, disposto a permanente treinamento. Determinamos a abertura de concurso público para a contratação de especialistas em economia, finanças e os mais diversos campos do Direito — todos professores universitários — ao mesmo tempo que conseguimos cursos de aperfeiçoamento e mestrado, no Exterior, para funcionários de nível técnico de nossa Casa. Tomamos todas as providências ao nosso alcance a fim de que, com um sistema pronto e eficiente de informações e um corpo técnico altamente qualificado, possa o Senado estudar a problemática do País, cumprir bem suas tarefas legislativas e exercer, com objetividade, sua missão fiscalizadora.

Estas atitudes adotadas, e que mostramos em linhas gerais, ajustam-se à idéia que defendemos, segundo a qual o Poder Legislativo terá sempre maior relevo e importância na medida em que, perante todos, puder expressar a valia indiscutível do seu trabalho e de sua ação. Neste fim de ano uma prova demos —

eloqüente entre as que mais o sejam — na votação do Código de Processo Civil. Após estudos que iam pela noite a dentro, visando a que tudo se visse, em tempo tão exíguo, cerca de 500 emendas se votaram, de autoria dos Senhores Senadores que, na oportunidade, contaram com a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil e de suas seções da Guanabara, Recife, Porto Alegre, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Universidade Católica de Belo Horizonte, da Universidade de Uberlândia, do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, de magistrados, juristas e advogados.

Sentindo pequenos os prazos para apreciação de matéria tão importante, apresentamos emenda ao Regimento visando a dilatá-los, o que foi ratificado pelo Plenário.

De posse dos instrumentos de estudo e de trabalho temos, hoje, um Senado com as estruturas material e administrativa renovadas.

No Relatório apresentamos tudo o que nos foi dado realizar; fastidioso será fazê-lo, nesta oportunidade, pois todos os setores mereceram nosso desvelado cuidado em dois anos de intensos trabalhos. E se muito fizemos tudo se deveu a um extraordinário trabalho de equipe. Tivemos a colaboração dos servidores, à frente o ilustre Diretor-Geral, Evandro Mendes Viana. De todos recebemos a adesão ao trabalho renovador.

Menos a mim, porque à Comissão Diretora se deve creditar o que foi feito. Carlos Lindemberg e Ruy Carneiro substituíram diariamente o Presidente na direção das sessões, o que lhe possibilitou dedicar-se melhor às tarefas administrativas. Ninguém os excederia em eficiência e dedicação. São nomes que merecem o nosso respeito.

Clodomir Millet, Guido Mondin, Duarte Filho e Renato Franco foram exemplares no darem assistência à Mesa, e, num trabalho articulado e perfeito de rodízio, permitiram ao Senador Ney Braga voltar-se para a Administração. Tivemo-lo, sempre, em todas as horas, ao nosso lado, chamando a si as incumbências mais difíceis e lhes dando brilhante desempenho. Não fora sua prestimosa ajuda, e menor seria o acervo de realizações. Ele é o administrador consagrado: probo, diligente, capaz.

Ressalto, para honra nossa, o apoio de sempre do Presidente do Partido e nosso líder, Senador Filinto Müller.

Não temos como dimensionar-lhe a personalidade, pois toma altura por inalcançável. Amigo que tem a palavra certa, o gesto

providencial e o desprendimento de dar quando dele mais precisamos.

Notável expressão de nossa vida pública, bem desmente as teses negativas com que se contemplam os políticos. Corajoso, honrado, clarividente, o Senador Filinto Müller, como líder da Maioria, foi o conselheiro, o patriota de palavra clara, o comandante a prever e a decidir, sempre com lucidez incomum. Filinto Müller é um homem devotado ao serviço público e, no ofício, a todos empolga.

À imprensa, ligada ao nosso mister, os agradecimentos. Sabemos o quanto é difícil expender o conceito isento, a verdade despojada do que a deforma, oblitera ou confunde. Em cada jornalista contemplamos um patriota armado de sentimentos cívicos, contra os quais nada importa ou prevalece. De ninguém mais se exige coragem de cumprir o dever, sobranceiro a todas as seduções.

Nada que mais honre e enobreça a profissão que o dizer a verdade — matéria-prima de que lhe é feita a reputação, o nome, o renome.

A imprensa entregue ao fanatismo ou o profissional desviado de sua missão e a serviço de desafeições e desamores, ou escravizado aos interesses — e não os há legítimos, senão os interesses públicos — irradia e dissemina o mal gerando equívocos e minando a paz social.

Como cremos na imprensa e nos seus profissionais com assento no Senado, e os sabemos a serviço da Pátria, saudamo-los respeitosos e agradecidos. Que eles, com a coragem de quem não teme, a independência de quem não deve, a isenção de quem é justo, saibam ajudar-nos a trabalhar pelo prestígio de nossa Instituição.

O que apresentamos aos Senhores Senadores — já o proclamamos — foi o feliz resultado de esforço conjugado da Mesa Diretora. Em suas reuniões não houve voto vencido. As soluções tiveram sempre um indesviável sentido: o interesse público.

Ontem exaltamos os vultos gloriosos que, no Parlamento do passado, plasmaram o Estado Nacional. E, hoje, nesta despedida, expressando a confiança em nosso trabalho, saudamos o futuro que será tanto melhor quanto mais soubermos, com desprendimento e amor, cumprir o honroso ofício de fiéis servidores públicos.

DEBATENDO

O Governo Médici

O que ouvimos neste Plenário, a começar do Líder da Maioria, o nobre Senador Filinto Müller, seguido de outros eminentes colegas, retrata e expressa íntima colaboração entre os dois Poderes da República.

À ação do Presidente Médici, em dois anos de labor, austero e fecundo, corresponde um trabalho consciente e solidário da Maioria que lhe apóia o Governo, no Congresso, menos por uma aceitação passiva de proposições legislativas — o que seria melancólico — que por uma participação entusiástica e calorosa nas medidas que se sucedem, visando a acelerar o processo de crescimento sem perder o sentido de Justiça que corrige a economia, para alcançar o homem e dar-lhe o de que necessita para ser, em todas as regiões, o agente e beneficiário do desenvolvimento.

Dois anos faz desde que, traumatizado e aflito, o Brasil viu tombar um Presidente e um outro foi chamado a cumprir a missão de assegurar a ordem ameaçada e de dar continuidade à Revolução, que traz em si o inconformismo com o que negativo seja ou, iníquo, impeça a harmonia social, que esta não sobrevive sem a justiça.

E hoje, sem pompas e sem ostentações, assinalamos dois anos em que os êxitos não se cingem aos meros índices e números por mais auspiciosos — e os são — mas às transformações qualificativas por que passa o País mobilizado e motivado pela crença na grandeza do seu destino.

Não é uma mística nascida dos passionais apelos com que a demagogia ameniza o sofrimento do povo, nas horas de crise, mas o desabrochar de um sentimento nacional definido e consciente, a apoiar um governo que cria, constrói, inova e aperfeiçoa uma estrutura sócio-econômica capaz de substituir, perante o Mundo, a imagem irreal gerada na desinformação, deformação e deturpação da nova realidade que, com obstinação e sacrifício, estamos fazendo irreversível, para felicidade de todos os brasileiros.

Discurso na sessão do Senado de 4 de novembro de 1971

Não me cabe, na oportunidade, enumerar os frutos de uma ação pragmática. Outros já o fizeram.

Cumpre, todavia, assinalar as mudanças que se processam nas entranhas sociais, enriquecendo de otimismo um povo disposto a contribuir, com o seu sacrifício, para a construção de uma sociedade livre e aberta, onde todos tenham oportunidade de servir e afirmar-se.

O Nordeste já não pede de mão estendida nem postula o assistencialismo desvirtuador da presença do Estado, num meio parco e carente de tudo, mas discute problemas, apresenta soluções sérias, dialoga, mobiliza-se para acompanhar o Centro-Sul, desenvolvido e próspero. E quem identificado não esteja com esse trabalho e essa ação que busque outras atividades, longe da vida pública, que tem definido o objeto de sua luta.

A Amazônia, misteriosa tanto quanto esquecida, abre-se, pelas estradas, à ação de todos, Governo e povo das mais diversas regiões, num encontro feliz da natureza com o homem sem medo, disposto a vencer quaisquer desafios.

São as mais diferentes classes que vêem ampliados os horizontes, sob o comando do Estado que dono e senhor não é de tudo, mas, guarda vigilante e justo dos destinos sociais que não se hão de perder nos descaminhos da injustiça.

É a austeridade administrativa, ensinando, pelo exemplo, o caminho da poupança, que, bem dirigida, multiplica os bens e serviços e, com eles, as oportunidades.

É o trabalho contemplado pelo salário e fundo de garantia e pelo PIS, no produto nacional bruto, sem o jogo de pressões, responsável, no passado, pelo latente antagonismo entre empregado e empregador, hoje, unidos pelo mesmo interesse de lucro, numa feliz e original construção do nosso espírito criador, a destruir dogmas que tumultuavam a vida dos povos, sob inspiração de equívocos. O determinismo da beligerância entre as classes cede às fórmulas democráticas de entendimento recíproco e de convívio harmonioso entre elas.

A política de clientela, pela qual, erroneamente, fora responsabilizada nossa classe — quando devera ser debitada ao contexto subdesenvolvido — morre, nascendo e florescendo nova concepção da vida pública, voltada para os problemas coletivos.

Vamos quebrando, graças ao Altíssimo, as rotineiras fórmulas a levar-nos, sem apelo, ao liberalismo que fundou, alheio a tudo, o paraíso do lucro, desconhecendo todos os valores que havemos de preservar ou ao socialismo, que propõe o primado

do social, destruindo o homem e o alcançando no que tem de intangível, o direito de afirmação pessoal.

A social democracia, em nossa terra, ganha expressão através de um sistema eclético, harmonizado com a nossa formação histórica, em que o Estado protege, estimula e promove a iniciativa particular, demarcando-lhe o limite de atuação, para que a liberdade não seja instrumento negativo a sufocar o fraco, mas condição essencial da ação humana para que possam todos promover o bem-estar social.

Este, o sentido do Governo Médici. Em dois anos sua ação se vem cristalizando na direção a que me refiro, num trabalho coerente que se projeta no campo da administração, construindo uma doutrina que marcará novos rumos ao regime.

A palavra do Presidente do Senado não pode faltar e é de exaltação a um trabalho que resultará, dentro em pouco, no desenvolvimento integral do nosso povo.

Que Deus ajude o Brasil e seu Presidente. Um, unido e motivado pela justificada crença no que constrói e o outro — o comandante — desempenhando a mais alta das funções, fiel ao juramento que honra, enobrece, dignifica e eterniza o homem: o juramento de servir o povo.

O Programa de Integração Social

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — (Como Líder da Maioria. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o mundo vive em crise. É que os povos ainda não encontraram o caminho da Justiça Justiça.

A paz, em nenhum tempo plenamente alcançada, padece de novas e maiores ameaças. Os regimes políticos abalam-se ante o impacto das contestações e dos desafios.

Convulsionam-se nações. As ideologias, praticadas e defendidas por governos fortes que anunciavam o reinado da Justiça, caem ao impacto das contradições e, na prática, evidenciam a debilidade de estruturas políticas incapazes de dar a paz, cujo reinado resulta do desenvolvimento, com liberdade.

Nações líderes, que prometiam proteção a nações satélites, vêem relaxados os vínculos que já não têm a mantê-los o respaldo do interesse recíproco, nem a crença na infalibilidade do sistema político que a realidade condenou, reclamando novos caminhos.

Vemos o grande abismo entre os que concentram fortuna, alheios aos mandamentos de Deus, e os que, ao desamparo, apenas sobrevivem, desfigurados pela miséria e pelo pauperismo.

A técnica multiplica as oportunidades, mas os ideólogos, sociólogos, políticos não sabem como modelar o novo mundo que surge.

As estruturas, em sua rigidez, não têm como disciplinar a realidade, em constante mutação. As palavras sofrem os desvios semânticos para designarem o que vem de nascer, e os doutrinadores políticos se perdem em perplexidade ante as indagações — autênticos desafios.

Os sistemas de comunicação aproximam os povos e os desajustes e contrastes separam-nos de forma assustadora.

Neste clima, desentendem-se as gerações, às quais não temos o que legar senão um mundo dividido e perplexo.

Discurso na sessão do Senado de 25 de outubro de 1972

Os jovens, a quem Deus concede, na plenitude, a graça do otimismo, desviam suas forças capazes de fecundar o mundo e esterilizam-se, pelo desânimo, quando não se entregam ao desespero da contestação, pela violência.

Eis o clima do nosso tempo, diante do qual temos de mobilizar forças e energias, inteligência e ação. A inação será um crime.

Não temos a fórmula da qual resulte o milagre da salvação. As fórmulas "salvadoras" gritam suas falhas e mal encobrem suas contradições. Urge tomemos posição, que há de ser resultante de estudo, meditação, trabalho, formulação e lutas.

O Brasil recebeu também este legado de incertezas que se se soma aos males do subdesenvolvimento. Aqui, há setores prósperos e os há, também, estagnados. Há regiões desenvolvidas e outras carentes de tudo, vivendo horas de aflição. Há uns poucos que prosperam e legiões de desafortunados que, antes, só recebiam as promessas que dão dividendos aos demagogos e agravam, pelo desengano, a miséria do povo.

Mas, desde que, em hora dramática, assumiu o Presidente Médici as responsabilidades do poder, uma mensagem de inconformismo se fez constante, dirigida, a regiões e indivíduos, marcados pelo subdesenvolvimento.

E em sintonia, trabalha todo o Governo, disposto a dar conseqüência à diretriz traçada pelo Chefe da Nação.

Para o Governo não basta legar ao País os instrumentos políticos que salvam a aparência de um regime democrático, a serviço de poucos. Pretende enfrentar as dificuldades conjunturais, mas aspira, também, a corrigir as falhas das Instituições que têm de proteger a todos, dando a cada um as oportunidades de integração na riqueza nacional.

Não basta que a Nação aumente em muito o produto nacional, se ele se concentra em mãos de poucos, agravando os desequilíbrios e as desigualdades.

A democracia há de ter, como alicerce, a Justiça, porque, sem ela, tudo será incerteza e insegurança.

O grande problema para a sociedade que queira ser, a um tempo, próspera e livre é o de não sufocar a iniciativa particular, cujos impulsos criadores terão proteção. Mas, deve haver também a disciplina que lhe previna as exorbitâncias e evite que tudo seja tragado pela ambição hipertrofiada do lucro.

Ao lado dos estímulos às forças da produção, haja o trabalho vigilante do Poder Público contendo os abusos dos fortes

e protegendo os fracos ameaçados ou os que, marginais ainda, tenham, todavia, condições de dar sua contribuição ao desenvolvimento nacional; seja uma região carente que precisa de provisão de meios para desenvolver-se; sejam setores necessitados do impulso pioneiro do Estado, o certo é que a economia não pode guerrear os valores sociais, antes com eles se deve harmonizar, para construir.

O Estado não pode desconhecer ou condenar o jogo livre e honesto da competição, mas há de ser ele presente, para corrigir as distorções, prevenir os abusos e contribuir com o que lhe for possível evitando as lutas desiguais que a injustiça gera.

No esforço gigantesco para diminuir os males da inflação que a quase todos os lares levou a insegurança, e, a poucos, o lucro exorbitante, um grande problema vem preocupando os governos da Revolução e, em especial, o do Presidente Médici: o sacrifício da classe trabalhadora.

Economia débil, empresas em crise por força das medidas saneadoras da moeda, uma classe haveria de sofrer mais — a dos assalariados. Impossível seria dar o que não se tinha, distribuir o que faltava.

E os aumentos de salários não poderiam ser conseqüência de movimentos reivindicatórios, ganhando mais o que melhor se preparasse para exigir, pressionar ou impor. Os salários passaram a ser revistos tendo em vista critérios não predatórios de uma economia já enferma.

Submisso aos imperativos do dever, de não transigir, desprezando o meio usual de comprar a falsa popularidade que embala os governantes inconscientes e lhes dá a ilusão de grandeza tão fugaz, os governos da Revolução perseguiram a desinflação, sem abandonar a meta do desenvolvimento.

Neste quadro de dificuldade devem atuar sempre os governantes responsáveis, não para substituir a iniciativa particular ou castigar os trabalhadores, mas para retificar, corrigir, suprir e ajudar as forças da produção no que couber, visando a que não se debilite, ainda mais, o organismo da Nação. E cabe dizer que dele é parte integrante o trabalhador a quem se deve dar mais que o salário — contido no limite do possível — o estímulo para que participe da renda do País, acima do que percebe e se esgota no dia-a-dia das despesas necessárias.

Sensível ao problema, o Governo do Presidente Médici vem de trazer à Nação um fato auspicioso que abre os caminhos da

participação, na renda nacional, ao trabalhador, que, assim mais se motiva para integrar-se no esforço geral em prol do desenvolvimento.

O Sr. José Ermírio — V. Exª me concede um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com o maior prazer.

O Sr. José Ermírio — É uma nova meta que precisamos cumprir com todo o rigor. Implantar uma justiça social há muito desejada é de grande utilidade e traz o encorajamento adequado para aqueles que trabalham para um Brasil melhor. Os nossos sinceros cumprimentos a S. Exª o Sr. Presidente da República, por esse início de justiça social, que todos desejamos para que o País cresça e prospere num ambiente tranqüilo e útil à classe trabalhadora.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Muito me apraz, Sr. Senador José Ermírio, ouvir-lhe a palavra, porque ela traz a autoridade do vitorioso homem de empresa e do notável homem público que é V. Exª

Recolho o seu aparte como um estímulo a mais às metas do Governo, no sentido de que não esquecendo a justiça social, promova também o desenvolvimento harmônico da Nação.

É o Governo, pois, inovando e construindo, que dá contribuição verdadeiramente revolucionária à instauração de um regime democrático, integrando as forças propulsoras do desenvolvimento.

É fazendo todos participarem, regiões e classes, que criamos uma sociedade próspera e livre.

Não nos podemos prender a fórmulas cediças que desarmam o organismo social contra os ataques de seus inimigos internos e externos. Será reconhecendo os erros dos outros e os de nós próprios, dando ao regime democrático o sentido predominantemente social que haveremos de vencer o subdesenvolvimento e de fruir a paz.

Para tanto, preciso é inovar, criar, dar impulso à imaginação e crer no novo, diverso do que existe criado por outras realidades. Necessário é acreditar no Brasil e, nele inspirado, abrir os caminhos do desenvolvimento e da paz.

O Sr. Guido Mondin — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com o maior prazer.

O Sr. Guido Mondin — Nobre Senador Petrônio Portella, gostaria de dar ênfase ao aparte do ilustre Senador José Ermírio. S. Exª é conhecido em todo o País como forte homem de em-

presa. Tenho a impressão de que é a primeira manifestação que conhecemos em torno da mensagem do Senhor Presidente da República enviada ao Congresso Nacional. Agrada-me sobremodo tê-lo ouvido nesta tarde, particularmente porque me parece ser a primeira manifestação. Penso que ela representa a opinião unânime do empresariado brasileiro acerca da iniciativa governamental. Então, vemos que a Revolução de 1964, primeiro com a unificação da Previdência Social, depois com a instituição do Fundo de Garantia, numa demonstração de que está profundamente preocupada com a situação do nosso trabalhar, num trabalho integralizado de atendimento às necessidades do povo brasileiro. Acho, nobre colega, que o registro de V. Exª sobre um tão grande evento faz esta tarde verdadeiramente notável, no desenvolvimento dos trabalhos do Congresso Nacional, em particular do Senado Federal. É, realmente, para nós todos, uma grande data.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Senador, sou grato a V. Exª por ajudar-me o raciocínio, arrolando fatos comprobatórios do quanto é sensível o Governo do Presidente Médici, e como o foram os demais Governos da Revolução, aos problemas aflitivos do trabalhador brasileiro. Muito obrigado a V. Exª

Temos um acervo de experiências, malogradas ou não, ao longo da história. E muito da teoria tem confirmação na realidade.

A concentração da riqueza toma aspecto assustador nos países altamente capitalizados, onde os governos, não raro, oscilam na direção dos interesses privados e esses se estendem, como um império, a todos os continentes, através do domínio organizado das grandes corporações.

Onde escasso é ainda o capital e intensa se faz a luta pelo desenvolvimento, impõe-se a mobilização dos técnicos, dos homens de Estado, para que se evitem, em tempo, as hipertrofias ameaçadoras do organismo social.

Valer-se da liberdade para drenar recursos, dirigindo-os desnecessariamente, a grupos e setores em evidente prejuízo para regiões onde as oportunidades não chegaram, é desacreditar a democracia, gerando em seu seio as contradições tão decantadas por seus inimigos.

Que o dirigismo estatal não sufoque a iniciativa particular, antes a estimule e promova, sem lhe dar o livre caminho para que se afaste dos deveres para com a sociedade a que deve servir.

Não é fácil a tarefa eriçada de dificuldades, notadamente, num País onde a poupança é escassa e se dirige, naturalmente,

aos setores e regiões onde certo, seguro e rápido seja o lucro. Daí, imprescindível a presença do Poder Público.

Esperar que o País se capitalize para corrigir injustiças, será trabalho bem mais árduo, pois as resistências, não raro, se fazem mais fortes que os próprios Poderes do Estado.

Eis porque novas formulações se impõem, visando ao equilíbrio, de sorte a que não se construa uma sociedade irremediavelmente dividida, em nome da liberdade ao alcance apenas de poucos.

De nossa parte, já demos passos verdadeiramente ousados. Eis a SUDENE, resultado da ação do Estado que renuncia a recursos, para destiná-los aos particulares que pretendem desenvolvê-los em atividades pioneiras. É a iniciativa privada recebendo do Poder Público os instrumentos capazes de impulsionar a economia estagnada de uma região.

Hoje o Presidente Médici propõe ao Congresso a fórmula de integração social.

Estado e empresários unem recursos para contemplar os trabalhadores que hão de ter um patrimônio, em decorrência do seu trabalho e de sua contribuição ao crescimento da empresa a que estejam vinculados. Ao Estado cabe o grande papel de doador, além de administrar, através de uma instituição financeira, o Fundo de Participação do Trabalhador brasileiro.

É a democracia social encontrando sua expressão duradoura no contrato solidário, no entendimento harmônico, na reciprocidade de interesse, entre empregador e empregados, sob a guarda vigilante do Estado, que não toma o lugar de ninguém, mas disciplina e corrige a vida de todos.

Senhores Senadores, mais do que poderia hoje dizer, desta Tribuna, dir-nos-á o Governo, em sua mensagem. Que ela integre este ligeiro pronunciamento para enriquecê-lo:

"MENSAGEM Nº 258

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Ao assumir a Presidência da República, proclamei minha fé no homem e no povo, apontando no desenvolvimento uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública.

Na mensagem ao Congresso Nacional, afirmei que o Governo não compreende a prática da justiça social

senão em termos de distribuição da riqueza global e tudo pretende fazer para que o desenvolvimento econômico seja simultâneo com a promoção social dos trabalhadores e não dê ensejo à formação de castas ou classes privilegiadas, mas represente a oportunidade para que o nível de poder aquisitivo dos assalariados os torne cada dia mais partícipes da riqueza comum da Nação.

Fiel a esses princípios, acentuei, no mesmo documento, o timbre profundamente humanista da política social do Governo, que contempla o homem — empregador ou empregado — como um fim e não como um meio, para que o trabalho seja não só trabalho do homem, mas trabalho em prol do homem.

Em reunião ministerial de seis de janeiro último, ao traçar normas para meus auxiliares diretos, orientava-lhes a ação no rumo da justiça social, lembrando que "sem quebra do desenvolvimento econômico do País, cujo ritmo se deve, não só manter, mas, ainda, acelerar tanto quanto possível, impõe-se, concomitantemente, a adoção de medidas pelas quais se venha a distribuir a renda global de modo mais equânime, a fim de que todas as camadas da população sejam beneficiadas pelo aumento da riqueza comum".

Em consonância com tais pensamentos, que definem diretrizes fundamentais do Governo, preconizei a expansão da economia nacional, sem a qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento.

Queria, assim, tornar bem claro que o fortalecimento da estrutura das empresas, pela preservaão de sua rentabilidade, suscita a união das energias do trabalhador e do talento empresarial, constituindo fórmula prática para a permanente e indispensável harmonia entre o capital e o trabalho.

A participação de todos no produto nacional, a criação de estímulos para a melhoria da remuneração dos trabalhadores, o incremento da poupança individual para a formação de patrimônio, que garanta a cada brasileiro um futuro melhor, tornaram-se, por isso, a minha preocupação constante e justificam plenamente o Projeto de ei que ora submeto à aprovação do Congresso

Nacional, nos termos do artigo 51, parágrafo 2º, da Constituição.

Institui esse projeto o Programa de Integração Social, que abrirá caminho para a organização de uma sociedade aberta, de cuja vida e crescimento todos participem.

Governo, empresários e empregados se associam, pela conjugação permanente de suas forças, de seus recursos e do produto de seu trabalho, para um único fim — o de instaurar uma sociedade integrada, na qual seja uma realidade, e não um mito, a justiça social. Prevê o projeto, como meio adequado para o Programa de Integração Social, um Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

O Fundo de Participação resulta de deduções no Imposto de Renda e de recursos próprios das empresas, de tal sorte e em tal proporção que nenhum sacrifício ponderável se impõe a essas mesmas empresas.

Cada empregado do setor privado, de toda e qualquer empresa, em toda a extensão do território nacional, será possuidor de uma Caderneta de Participação, que lhe conferirá o direito de, em proporção com os salários recebidos e o tempo de serviço, participar, efetivamente, de um fundo global, cuja fonte única não é a empresa, pois também o Governo abre mão, em prol do Programa de Integração Social, de uma parcela de sua receita.

A movimentação do Fundo, que, por seu turno, virá beneficiar as empresas, ampliando-lhes as possibilidades de investimento e até proporcionando-lhes maior volume de capital de giro, redundará em benefício para cada empregado, graças à correção monetária e aos juros dos depósitos nominais, anualmente percebidos, além da possibilidade de utilização total dos depósitos em ocasiões e circunstâncias que o Projeto de Lei estabelece, inclusive para aquisição de casa própria.

Tive em mira, muito especialmente, levando em conta a necessidade de imprimir um sentido formativo e pedagógico a essa iniciativa, incentivar uma política realista de estímulo à formação do patrimônio individual. Não me deixei impressionar, senão naquilo que se me afigurou digno de imitação, por modelos estrangeiros

nem cedi à tentação de enfrentar problemas, que alguns sociólogos e economistas já compararam à quadratura do círculo.

Permitam-me, portanto, os Senhores Membros do Congresso Nacional salientar a originalidade da fórmula encontrada, que, pragmática e objetiva, atende ainda ao mais alto fim visado — a integração social dos brasileiros, pela participação de todos no produto nacional.

O Programa de Integração Social, objeto da proposição que ora submeto ao Congresso Nacional, valoriza o empregado, fortalece a empresa e engrandece o Brasil. Brasília, 20 de agosto de 1970. — **Emílio G. Médici,** Presidente da República."

Nada mais poderia acrescentar, Sr. Presidente.

As Atribuições do Legislativo

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — (Como Líder de Partido.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta Casa, por V. Exª considerada a ruína de um quadro desfigurado, uma vez mais pontificou o ilustre Senador Josaphat Marinho, e bem demonstrou que ainda somos o País dos bacharéis. Num histórico, evidentemente brilhante, mostrou que, se de um lado o País progride no plano material, do outro ainda míngua no quadro de suas instituições políticas. E, assim dizendo, Sr. Presidente, proclama a falência das elites políticas ao longo do tempo e assume o compromisso de ajudar-nos, a todos nós que temos compromisso com o futuro, a corrigir lacunas, a abrir os horizontes para que a nossa mocidade possa, em verdade, perlustrar os amplos caminhos do desenvolvimento econômico e social.

De logo, Sr. Presidente, deixa muito claro que a culpa da fragilidade das instituições políticas não cabe a esse ou àquele Governo. Diria melhor — cabe sobretudo a um organismo ainda tênue e frágil, que é o organismo brasileiro, minado pelo subdesenvolvimento, no qual se insere, forçosamente, o aspecto político.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há negar que, nos últimos tempos, ingressamos, enfim, no planejamento econômico do qual proveio, necessariamente, a diminuição das atribuições do Poder Legislativo, cabendo ao Executivo, que possui os dados indispensáveis de estatística e de informação, uma tarefa maior de controle da vida nacional.

Começa aí, Sr. Presidente, a ser demonstrado que a redução de atribuições, numa certa área do Legislativo, não é imperativo ditatorial mas, sim, conseqüência dos novos tempos em que os homens, os políticos, já não se submetem às injunções regionais e se entregam à tarefa do bem coletivo, vendo o Brasil em termos globais, com o que se eliminará, em breve, a terrível disparidade de seu Nordeste, ao desamparo do pauperismo e seu Centro Sul, próspero e feliz.

Discurso na sessão do Senado de 3 de novembro de 1969

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Com muita satisfação.

O Sr. Josaphat Marinho — Na defesa desta tese não há contrariedade entre nós. Não há quem negue, hoje, que há uma orientação geral tendente a reduzir as faculdades legislativas do Congresso. Mas, também é certo, em todo mundo, que, na medida em que se reduzem as prerrogativas de legislar, se ampliam as de controle. Aqui, no entanto, reduzem-se as de legislar e não se conferem as de controle.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — V. Exª não perde por esperar. Evidentemente, alinhavei, ao longo do seu belo discurso considerações a fazer. Espero que tenha paciência de me ouvir, não embevecido, como eu, mas com a tolerância de um democrata.

O Sr. Josaphat Marinho — Continuarei a ouvi-lo, como estou ouvindo, com a maior atenção, e, até, com encantamento acrescido, porque V. Exª, há pouco, respondeu por mim ao seu nobre Líder, quando, acentuando que não atribui, especificamente, a nenhum Governo, os erros da falta de uma boa estrutura política, reconheceu que eu não procedera com a paixão exacerbada que me foi atribuída.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Devo dizer-lhe que iria exatamente demonstrar o quanto V. Exª é apaixonado. V. Exª já está a tirar conclusões de premissas agora por mim levantadas.

No início do seu discurso, teceu V. Exª considerações de natureza geral, perdendo-se, todavia, de forma inválida e imprecisa, na atribuição das responsabilidades. Daí, a paixão; daí a injustiça de jogar à face dos homens da Revolução todos os erros e desacertos, que se perdem ao longo do tempo. Do passado queremos os ensinamentos, a fim de que, com maior segurança, possamos construir o futuro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Sr. Presidente da República, no discurso com que empolgou toda a Nação, chamou a Oposição para que ela desempenhasse o seu fecundo papel, qual seja o de criticar para construir, o de censurar para corrigir, o de apontar caminho em meio às perplexidades que, às vezes, tomam conta da Nação. Que a Oposição, por seus técnicos, lhe dê as melhores teorias políticas necessárias ao aprimoramento democrático.

Não nos devemos perder, Sr. Presidente, nas críticas ao passado. Cabe-nos, sim, voltados para ele, verificar o saldo positivo

que nos foi legado e, a partir daí, lutar para vencer todas as adversidades, construindo o Brasil do futuro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o sistema democrático debilita-se em todo o mundo. As contestações surgem, não apenas por falta de liberdade. Países há — exemplo disso, a França — em que a liberdade vige, mas a mocidade se rebela, às vezes, sem saber quais os rumos a tomar. Contudo, protesta e tenta, exatamente, destruir tudo, no delírio dos protestos. E é dentro deste quadro difícil e terrível que vivemos.

A mocidade de hoje pode fazer, na França, desafios ao Governo, mas nesse país há instituições sólidas e potentes, capazes de resistir aos impactos. Não teremos, entretanto, Sr. Presidente, no nosso aparelho democrático, meios para enfrentar a onda de subversão, de violências e de terrorismo, sem as armas de exceção. Eis o motivo por que, em 13 de dezembro de 1968, o Presidente Costa e Silva foi obrigado a sair do leito democrático.

E a quem se deve isto? Perguntarão alguns.

E fácil responder: ao irrealismo dos políticos, em cujo seio avultam os homens da Oposição.

Lembram-se V. Ex.as, Srs. Senadores, de quantas vozes, aqui, se ergueram contra a Constituição de 1967? Não procuravam condenar os erros dos homens do Governo; contestavam o regime jurídico instituído pela Carta de 1967. Ao lado dessas contendas formais, os agitadores, os subversivos, os terroristas, preparavam terreno à sombra do mundo político. E quando pretendiam maior liberalização, alheados inteiramente da realidade nacional, com ela não identificados, os homens públicos cometeram o erro gravíssimo de forçar as paredes do regime, resultando, evidentemente, na situação de amplo colapso democrático por que passamos a partir de 13 de dezembro.

Não vou negar, aqui da tribuna, Sr. Presidente, que estejamos em regime transitório. As liberdades sofrem limitações impostas pela segurança nacional.

Não vou negar, Sr. Presidente, que as instituições democráticas estão sob controle. Quem o reconheceu foi o Sr. Presidente da República. Mas isto é resultado, exatamente, da falta de visão dos políticos brasileiros que, ao invés de uma atuação de acordo com o momento, entregaram-se às disputas que só serviam aos radicais, destruidores da ordem constitucional e democrática. Impôs-se, então, o remédio heróico do Ato Institucional nº 5.

Poderia acrescentar que a responsabilidade é de nossa geração, do próprio mundo político atuante no País. Todos nós, ho-

mens de Governos e homens de Oposição, tivemos responsabilidade no desenrolar de um quadro de exceção, felizmente já agora interrompido, graças à outorga da reforma constitucional.

Cumpre, entretanto, dizer que longe ainda estamos do caminho da democracia. Muito haverá a fazer, muitas conquistas haverão de ser pleiteadas, que não sejam pelo simples protesto — em si mesmo estéril — mas por mensagens, estudos, contribuições, que este é o papel de todos nós, homens públicos brasileiros, nesta hora de trabalho e construção.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que os partidos políticos, hoje mobilizados novamente, podem executar a sua tarefa histórica. Nós, os que atuamos nele dele temos o que oferecer, a fim de que os Partidos não sejam instrumentos de interesses de grupos ou pessoas, mas cidadela de luta pelas melhoras causas do povo brasileiro.

Hoje temos, em verdade, o dever de modelar a vida pública, dando-lhe os contornos de que precisa, — para cumprir sua missão. S. Exª o Sr. Senador Josaphat Marinho, ainda há pouco, exprobou a disciplina partidária, achando que ela se incompatibiliza com o sistema de independência individual que deve ser assegurado a todos os filiados.

O Sr. Josaphat Marinho — Releve-me V. Exª. Eu não condenei a disciplina partidária, não poderia fazê-lo. Disse que é preciso não confundir a disciplina partidária e os objetivos da organização política com exigências descabidas, exatamente o que ocorreu em dezembro de 1968.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho a impressão de que não nos cabe, a nós políticos, em termos objetivos, ajuizar sobre o que seja imperativo de uma hora histórica e as exigências descabidas. Isto se perde no mundo do subjetivismo sobre o qual, em verdade, não é possível discutir-se ou dialogar-se.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o certo, o exato, o irrespondível, é que os políticos brasileiros, fugindo à ordem partidária e alheados à conjuntura histórica, perderam, uma vez mais, a democracia brasileira. Navegavam, em verdade, em águas turvas, setores da vida pública brasileira.

E estivemos sob regime de exceção, que não é o melhor, pois à margem dele atuam a prepotência e o arbítrio, contrariando a melhor intenção dos Governantes.

O Sr. Josaphat Marinho — Muito bem! No particular, V. Exª tem inteira razão. Toda ditadura é assim.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Senador Josaphat Marinho, ditadura ou totalitarismo, que é mais do que a ditadura, pressupõe sempre a força, substituindo o debate e a contradição.

O Sr. Josaphat Marinho — Exato, precisamente como na atualidade brasileira.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Devo dizer a V. Exª que é, exatamente, por não desejar isto, que o ilustre General Médici, na sua primeira proclamação, reconheceu que longe ainda estamos do Estado de Direito ou, mais precisamente, da democracia. E convocou, então, todas as forças válidas para o trabalho de revitalização desta árvore, ou desta planta tenra a que se referia o ilustre baiano Otávio Mangabeira.

Sr. Senador, no meu entendimento, muito haveremos de fazer e de realizar com a sua contribuição; não aquela apaixonada de quem se volta para o passado, ao invés de se debruçar sobre a mesa de trabalho e estudo, para oferecer a contribuição, que a sua inteligência pode dar, à obra que a Revolução deseja empreender e ultimar.

Sr. Senador Josaphat Marinho, tenho certeza de que, já agora, depois de V. Exª haver feito o desabafo natural volvido para o passado, contaremos aqui com um doutrinador austero, dando a todos nós construções jurídicas válidas. O que não vige mais são as concepções ultrapassadas de que tudo cabe ao Legislativo, e que constitui esbulho o que lhe foi tirado. Nós, bacharéis, devemos convencer-nos, de uma vez por todas, de que não adiantam mais aquelas abstrações do passado, e que de pouco valem aquelas teorias que os nossos tempos já negaram. Hoje, temos, em verdade, de construir um Estado de Direito, cujos poderes políticos se têm de voltar para o planejamento econômico, vale dizer, sob a liderança do Poder Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais, muito mais, poderíamos dizer a respeito da crítica ao Governo. Cinjo-me ao que julgo principal: a glosa à declaração do Sr. Presidente da República de que distingue, na ordem jurídica, a ordem constitucional e a ordem institucional. Já vejo, então, a sorrir para mim, como quem, de antemão, me vê embaraçado, o ilustre Senador pelo Estado da Bahia.

O Sr. Josaphat Marinho — Não, não o vejo embaraçado, V. Exªs todos já aderiram à nova tese.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Se examinarmos bem, sem paixões desvairadas, a tese do Sr. Presidente da República, veremos que essa declaração se integra no que Sua Excelência propôs à Nação: o jogo-da-verdade.

Vivemos num regime transitório. Necessitamos do esforço de toda a Nação, para que sejam, integralmente, restabelecidas as liberdades democráticas. É preciso que vejamos, ao nosso lado, quantos têm contribuições a dar, energias a oferecer e esforços a desempenhar a serviço do povo brasileiro. Assim, estaremos a encurralar os subversivos que, minoritários, conturbam pela abusiva ação e audácia no agir. Só deste modo, nobre Senador Josaphat Marinho, poderemos sair, definitivamente, do quadro transitório, para ingressarmos, finalmente, na democracia — aspiração máxima do povo. Para isto, é necessário contarmos com a paixão do homem do porte de V. Exª, que, mesmo no quadro de excepcionalidade, nada teria a temer pelo brilhantismo com que defende suas teses, pela altitude com que sempre soube erguer sua voz, nesta Casa, e pela altíssima contribuição que pode dar ao desenvolvimento do País e ao aperfeiçoamento de suas instituições democráticas.

O Sr. Josaphat Marinho — Agradeço a V. Exª as expressões.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Veja bem V. Exª que o quadro de excepcionalidade só se voltará, exatamente, contra aqueles marginais da lei, que não desejam o nosso convívio, mas abalar as frágeis instituições. Para esses, remédios heróicos, excepcionais.

Mas, desde o momento em que todos nós, homens públicos, nos unirmos, em torno dos grandes e cruciais problemas da Nação, evidentemente, haveremos de ver cumprida a palavra do Presidente Garrastazu Médici, com o advento do pleno regime democrático.

O Sr. Josaphat Marinho — Vossa Excelência permite outro aparte? **(Assentimento do orador.)** A intenção de V. Exª é inteiramente respeitável, mas não condiz com os fatos até aqui verificados. A ordem de exceção não vigora, nem figura, apenas, para os que V. Exª chama de subversivos; atinge a todo o quadro das instituições e, particularmente, o Congresso, cujas atribuições continuam amputadas.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Senador, já esclareci a V. Exª que estamos num quadro transitório...

O Sr. Josaphat Marinho — Mas estamos nesse quadro transitório há cinco anos e meio!

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Estamos saindo, exatamente, de um colapso institucional onde avultou, diga-se de passagem, o alto espírito democrático do Presidente, que adoeceu em

plena luta, pelo restabelecimento da democracia no País. É de ressaltar-se, ainda, a desambição de três Ministros Militares que, transitoriamente, responderam pela Presidência da República. Eles disseram à Nação: "aqui não ficaremos, pretendemos entregar o poder àquele que, ungido pelo voto dos representantes do povo, possa governar bem a Nação e tirá-la definitivamente do quadro excepcional, restituindo-lhe a normalidade democrática."

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Não discuto a desambição dos Ministros Militares, mas é evidente a quebra da legalidade, da chamada legalidade revolucionária, a tal ponto que não respeitaram sequer as atribuições do Vice-Presidente revolucionário, Pedro Aleixo, destituído sem qualquer explicação.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Devo dizer a V. Exª que não nego o óbvio. A legalidade foi quebrada em nome da segurança nacional. Nunca V. Exª me viu nesta tribuna a digladiar-me com qualquer dos meus companheiros, visando a negar o evidente.

O Sr. Josaphat Marinho — Faço-lhe justiça.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — É evidente, nobre Senador, que saimos da legalidade democrática. Passamos por provações que a todos nós nos atingiram, mas, Sr. Senador, isso não basta para que deixemos de reconhecer que, no caso brasileiro, há espírito público e desambição, o que muito há diferencia dos quadros latino-americanos, onde um general depõe outro do poder, com exclusivo objetivo de usufruí-lo e de corrompê-lo.

Então, vê V. Exª, há um quadro de boas intenções, o personalismo desapareceu, para que avulte o espírito público. Não contesto, repito, que estejamos ainda em situação transitória, mas este é, exatamente, o momento de crédito de confiança.

Ouvimos um belo discurso, de nítido conteúdo humanístico, do preclaro Presidente Garrastazu Médici e temos razões de nele acreditar. Daí pedir eu a V. Exª, ao ilustre Líder da Oposição, e a quantos divergem deste Governo, que nos unamos exatamente em torno daqueles princípios basilares, que não se devem cingir à simples restauração dos preceitos democráticos, porque há um desiderato maior, superior: o supremo bem do povo, ainda sob o mais terrível dos subdesenvolvimentos.

Srs. Senadores, meus caros colegas: vimos, na fala do ilustre Presidente Garrastazu Médici, uma verdadeira cartilha de

civismo; princípios humanísticos, exatamente aqueles que podem constituir, por si mesmos, lição básica de como bem governar.

Não é hora de volvermos ao passado. Não é hora de nos debruçarmos sobre casos individuais, para pedir a reparação de injustiças, porque essa virá, inexoravelmente, com o perpassar do tempo e no momento em que o surto revolucionário cessar.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Precisamos situar bem o que significa "jogar pedras no passado". Todos os que têm usado da tribuna até hoje falam de um passado...

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Gosto mais de flores.

O Sr. Aurélio Vianna — ... de um passado mais remoto ou de um passado mais próximo. Se uns jogam pedras num passado mais próximo, outros jogam-nas num passado mais remoto. Então, uns não podem acusar os outros. Jogar pedras no passado é análise do passado. Alguém já não dizia que o futuro nada mais é do que uma grande soma do passado mais o presente? Não podemos eliminar o passado de uma análise para construção do futuro. Não há dúvida quanto a isto.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — V. Exª me permite? Comecei, inclusive, a fazer justiça ao eminente Senador Josaphat Marinho. Fiz questão de dizer que ele não atribuiu a ninguém constatou um fato incontestável, qual fosse o de que as instituições econômicas prosperaram e houve uma defasagem das instituições políticas. Não situou no tempo, não precisou responsabilidades, não identificou responsáveis, razão pela qual não estou aqui a recriminá-lo por isso. Se injustiças foram praticadas, isso não invalida o acervo das grandes obras. Elas haverão de ser reparadas exatamente no momento em que as paixões cederem lugar à união de todos pelo Brasil.

O Sr. Aurélio Vianna — Um último aparte, nobre Senador? **(Assentimento do orador.)** V. Exª verifica, então, o seguinte: Ontem, Senadores da ARENA referiram-se ao passado, a um passado mais próximo de nós, para lamentarem ou condenarem certas injustiças que foram praticadas. Senadores da Oposição as condenaram também. Os da Oposição são condenados, são criticados, são verberados, porque se referem às injustiças cometidas; aqueles outros, que também se referem às mesmas injustiças, são poupados. Tudo é fruto da análise. Violência é violência. Não se nega o desejo que a Nação Brasileira tem — e os responsáveis pela administração pública — de instauração de um sistema de

governo autenticamente democrático. Mas V. Exª confessa, com sua lealdade de sempre, que continuamos — apesar da Constituição vigente — num Estado de Exceção.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Devo dizer a V. Exª que temos vigentes inúmeras normas excepcionais. Não está e jamais estará aqui, nesta tribuna, este seu Colega para dizer exatamente aquilo que a realidade desmente. Temos situações ainda a reparar; injustiças a rever; mas temos também um grande acervo construído e a construir, e é exatamente para esta tarefa que convocamos os homens da Oposição do porte de V. Exª

O Sr. Aurélio Vianna — E pode V. Exª ficar certo, Senador Petrônio Portella, que qualquer Governo, inclusive este, presidido pelo General Médici, encontrará a Oposição sempre pronta e disposta a colaborar para a instauração de um sistema democrático de Governo autêntico. **(Muito bem!)**

Não tenha V. Exª dúvidas disto.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Sr. Presidente, dou-me por feliz ao ouvir, já agora, a palavra do Líder da Oposição. As críticas que se fizeram não cabem ao Governo que se inicia. A ele se tributam confiança e apreço e, em sua homenagem, se declara à Nação que é preciso confiar no futuro — e os homens da Oposição estão dispostos a tanto. Peço a cada um deles e, em particular, àquele que, com tanto brilhantismo, ocupou mais uma vez esta tribuna, que já não mais se fixe na História, vendo nela simplesmente os subsídios indispensáveis à construção do futuro. Que de sua privilegiada cabeça — de que o próprio não se envaidece mas que o Brasil tem como orgulho — saiam os clarividentes subsídios capazes de oferecer alternativas melhores ao povo brasileiro.

Não nos apeguemos a princípios ultrapassados, construamos, de fato, o nosso Direito Constitucional. Sabemos que as exigências da nova era impõem ao Executivo um primado, mas não seja ele obstáculo ao sonhado regime democrático.

Sr. Senador Josaphat Marinho, recebemos, com vaidade, a incumbência de tecer considerações a respeito do admirável discurso proferido por V. Exª . Evidentemente, não me caberia entrar em minudências. Simplesmente, a mim foi dada a tarefa de dizer que o Governo tem a melhor das intenções no retorno do País às normalidades democráticas, mas isso só poderá ocorrer no momento em que as paixões esmaecerem e nós, homens públicos, acima das barreiras ideológicas ou partidárias, saibamos oferecer, nesse quadro ainda indeciso e de perplexidade, algo que defina, de uma vez por todas, em atribuições constitucionais,

os Três Poderes da República. Aí teremos a Democracia sonhada, a Democracia reclamada, como disse muito bem o Sr. Presidente da República, e poderemos, então, dispensar os instrumentos de exceção.

Sr. Senador, tenho, pois, como súmula do seu discurso, não discurso de ressentido ou de apaixonado, mas de um jurista e de um político consciente de que, ao longo do tempo, falhamos nas nossas responsabilidades de homens públicos, mas estamos absolutamente certos de que, com boa vontade, clarividência, descortino e boa-fé, saberemos encontrar os verdadeiros destinos da Nação.

O Sr. Josaphat Marinho — Muito obrigado a V. Exª, e a melhor homenagem que lhe posso prestar à elegância parlamentar é aguardar que o Governo converta em atos as nobres intenções que V. Exª acaba de declarar.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — Que Deus nos ajude a controlar a vida do País; que Deus ilumine o Presidente Garrastazu Médici no sentido de que possa, armado dos dispositivos de segurança de que dispõe, destruir, de uma vez por todas, os focos de subversão e, irmanado conosco, construir o Brasil do futuro.

DIVULGANDO

O Congresso na Escola Superior de Guerra

Trago-lhes a palavra do Poder Legislativo a que tenho a honra de presidir. E estou certo de que poderei oferecer alguma contribuição ao melhor entendimento de sua ação no sistema de Governo Republicano Representativo.

Como MONTESQUIEU, direi, dada a minha condição de homem profundamente ligado à representação popular, que não extrairei meus princípios de meus preconceitos, mas, tanto quanto possível, da própria natureza das coisas.

Numa época caracterizada pela pressa, muitos há que malsinam a existência de um Poder que faz, à vista de todos, se prolonguem a discussão e a elaboração de leis exigidas e reclamadas pela Nação, que não pode esperar.

O debate, a discussão, o entrechoque de idéias, o confronto de conceitos e, até, de interesses, constituem uma marcante característica das assembléias políticas. No seio delas, inicia-se e exaure-se um processo de maturação da norma jurídica, indispensável ao estabelecimento do equilíbrio a que a sociedade aspira para alcançar a paz e a estabilidade política.

Mas, nestes tempos em que prevalecem a técnica e o prestígio das denominadas ciências exatas como fontes dominantes da verdade científica, a palavra, extraordinário instrumento de manifestação da alma, desgraçadamente, perde expressão na escala de valores humanos.

Daí, talvez, a prevenção contra a missão parlamentar.

O aprimoramento dos meios de difusão tem feito com que se estreitem e aproximem as fronteiras do mundo, e os fatos de maior impacto são conhecidos de todos numa simultaneidade impressionante.

Assim, a notícia das abastanças de uns chega tão contundentemente ao conhecimento de muitos que não as têm que, aos poucos, ou, não raro, em explosão, gera a consciência do pauperismo e, com ele, a insatisfação em suas múltiplas manifestações e, de tal modo, que a mera palavra, mesmo brilhante e convincente, é pouco para estancar as ondas de contestação que daí

Conferência na Escola Superior de Guerra em 10 de setembro de 1971

refluem. Quem naufraga, no mar de carências sem conta, anseia por algo mais objetivo que se localize no mundo da ação.

É preciso proclamar e insistir e reiterar, para que todos aprendam e não esqueçam que, no Parlamento, a ação é a palavra que precede um sistema normativo necessário ao ordenamento que a vontade nacional exige do Estado.

Vale assinalar, neste quadro, a justificada transformação por que passou o Legislativo, fazendo-o, para mim, mais forte, mas sem alcance maior aos olhos de uma massa longe de ser politizada. As reivindicações populares não se corporificam em projetos de lei viáveis, no próprio seio do Legislativo. Por ele passam, provindos do Executivo, mais aparelhado para o impulso vital.

Se muito existe a ser feito, no Legislativo, pouco lhe resta na análise simplória de quem, na luta pela vida, não tem tempo para deter-se em exame de matérias que não lhe digam respeito.

Tenho persuasiva a ilustração que lhes trago e não me perderei, por desnecessário e fastidioso, na citação de tantas outras. Cingir-me-ia ao que comumente se acrescenta de negativo à atividade parlamentar, ao uso abusivo de estender à Instituição o que estritamente concerne a poucos, a alguns, que se perdem nos descaminhos da função, como de resto acontece em todas as atividades humanas.

Eis uma realidade que, por si, vale por um desafio. Será possível ao Legislativo sobreviver, em meio a tantas vicissitudes, num mundo tão pragmático? Acreditando no sim, tentarei transmitir, no limite de tempo que me foi concedido, as razões de minha crença.

Um dos mais relevantes fundamentos em que se assenta a existência do Poder Legislativo é, não há negar, o da divisão de Poderes. Cumpre frisar que não se trata da ortodoxa divisão tal como a concebia Montesquieu. Valem e subsistem os fundamentos filosóficos, mas não perdura a rigidez do poder tripartido, a cada um se cometendo um elenco de atribuições, definidas e estanques, sem interferência estranha.

A divisão de poderes impõe-se como necessário à democratização do regime político. Sem ela o arbítrio toma conta, invade tudo que deve ser dominado pela norma jurídica a que todos se têm de subordinar, governantes e governados. Pouco importa que presidencial ou parlamentar seja o regime. Em qualquer deles o poder não se concentra incontrastável numa área; antes se divide, em mútua colaboração e harmoniosa dependência. À

ação ilegal e arbitrária de um, haja o corretivo normalizador, no qual se assegurem os direitos dos cidadãos e um fiel desempenho das funções estatais, sob a égide da lei.

É inegável que, mais modernamente, o Poder Legislativo, nas chamadas Democracias Liberais, tem sofrido grandes transformações, sempre tendentes a restringir-lhe a competência e despojá-lo dos privilégios que marcaram sua vida no curso destes dois últimos séculos.

Procurarei situar, com base nas fontes históricas, o momento atual das assembléias políticas, como inelutável conseqüência de sua evolução, do mesmo modo como tentarei prever-lhes a perspectiva, louvado nas mesmas fontes de análise e dedução.

Fixemo-nos no estudo da natureza do governo republicano para, em menor tempo, darmos resposta ao tema que nos foi proposto. Diz-se que há democracia quando o povo, incorporado, exerce o poder soberano. Tem sido assente em todas as nossas Constituições posteriores a 1889 o princípio de que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Já ARISTÓTELES, na sua **POLÍTICA,** sustentava ser a democracia a mais estável e a menos agitada das formas de governo, assinalando ser melhor a soberania das massas que a dos otimates, que são poucos... Porque pode dar-se que os muitos — embora entre eles cada um não seja um grande homem — no seu conjunto, sejam melhores do que aqueles. O povo, em muitas coisas, julga melhor que o indivíduo, seja quem for. A multidão é mais incorruptível. Se um indivíduo deixa-se dominar pela ira ou por outra paixão semelhante, necessariamente corrompe seu juízo; em compensação, é difícil que todos os indivíduos juntos se inflamem da mesma cólera ou se deixem seduzir pelo mesmo pecado. A liberdade é fundamento da constituição democrática. Um caráter da liberdade é o alternar-se o cidadão na obediência e no mando, pois a justiça, no governo democrático, é a igualdade de acordo com o **número** e não segundo o mérito. Melhor é dizer que há democracia, quando todos os homens livres são soberanos, e que há oligarquia, quando apenas os ricos o são.

Muitas têm sido as fórmulas de aferição da vontade popular, tentadas no curso da História. É indiscutível a importância do hoje denominado processo eleitoral. MONTESQUIEU asseverava que as leis que estabelecem o direito do sufrágio são **fundamentais** nos governos democráticos. As assembléias sempre foram tidas como as mais legítimas detentoras da soberania. LIBANIUS, em suas **DECLARAÇÕES** XVII e XVIII, diz que "em Atenas, um

estrangeiro que se imiscuísse na Assembléia do povo era punido com a morte". E isto porque esse homem usurpava o direito de soberania (**apud** MONTESQUIEU, ob. cit., cap. II).

As sociedades se vêm sucedendo, e enriquecendo, necessariamente, umas às outras. Cada formação econômico-social acrescenta algo à herança das que a precedem. A Humanidade deve ser considerada como o homem que subsiste sempre e aprende cada vez mais, dizia PASCAL. "O presente gera o futuro, como foi gerado pelo passado" — Le present est gros de l'avenir et chargé du passé — sentenciava LEIBNITZ. Para compreender o presente é preciso estudar o passado, para ver-se, por dedução, que há um encadeamento lógico na evolução da sociedade e, obviamente, de suas instituições políticas.

A experiência de nossos ancestrais constitui o amálgama com que plasmamos o presente e preparamos os caminhos do futuro. Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos, tal é a lei fundamental da ordem humana, dizia AUGUSTO COMTE, para quem os resultados materiais da cooperação humana dependem mais da contribuição das gerações sucessivas que do concurso das famílias coexistentes.

Assim como a grande e imortal escola de DIDEROT e HUME caracterizou o século XVIII, ligando-o ao anterior, por FONTENELLE, e ao seguinte, por CONDORCET, os pensadores, filósofos, estadistas e políticos de nosso século hão de apontar-nos a larga estrada dos séculos vindouros, aonde iremos, pelos nossos pósteros, na afanosa busca de uma sociedade autenticamente livre.

Não será possível dissociar a História e o destino das instituições políticas, da História do Direito, embora convindo em que sejam acentuadamente diferentes, sob dois aspectos: a História do Direito retrata uma realidade que expressa uma determinada situação da sociedade, mas com cambiantes de formas mais ou menos contingentes e incidentais, cuja regulamentação contribui, sem dúvida, para configurar a imagem do Direito em dado momento, mas que não são, necessariamente, expressão de forças ou de estruturas econômicas, políticas etc. Já a História das Instituições tem por objetivo descrever a evolução das normas e das estruturas jurídicas com relação a seu contexto econômico e social, considerando os fenômenos jurídicos muito mais em sua essência e em sua realidade profunda que em sua manifestação técnica, como assinalou JACQUES ELLUL (**HISTÓRIA DE LAS INSTITUCIONES DE LA ANTIGUEDAD**, Madrid, 1970, pág. IX).

Muitas vezes a realidade social, por um aparentemente abrupto processo de transformação profunda, situa-se, no tempo, bem à frente das regras jurídicas estabelecidas, sobrevindo, então, as inevitáveis rupturas do sistema normativo existente, mas superado.

Em tais circunstâncias, instala-se um caos aparente, resultado do choque entre velhas idéias sedimentadas, que resistem, e as mensagens renovadoras que inspiram e motivam os vanguardeiros.

Presentemente, passamos por esses momentos de transformação, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Estruturas econômicas ruíram; outras estão abaladas em seus alicerces; muitas caminham para o descrédito.

O Poder Legislativo vive, intensamente, a crise da hora presente. Não creio, contudo, em que pereça como Instituição, porque ele constitui uma autêntica, legítima, válida e insubstituível expressão histórica.

Entre os dórios, no Século XI a.C., para as mais importantes decisões reunia-se uma Assembléia do povo, mas integrada pelas "heterias" (grupos de família), tendo competência para aprovar ou rejeitar as decisões do Conselho de Tribos (poder executivo temporal, diferente do poder dos reis, que era de caráter meramente religioso).

Esparta, não obstante seu caráter de estado eminentemente militar, conseqüência do caos estabelecido com a invasão e conquista dos dórios, deu grande realce às assembléias populares. A "Apella" ou "Ekklesia" era a assembléia de todos os cidadãos maiores de trinta anos, que tivessem recebido a educação prescrita em lei e não houvessem sofrido a "Atimia" (suspensão ou cassação de direitos políticos).

Atenas concedeu à História exemplos edificantes de instituições populares, no período da "democracia clássica". Nessa fase, a Asssembléia do povo ("Ekklesia") constituia-se de todos os cidadãos, embora, em realidade, dela só participassem dez por cento deles. Mas qualquer um podia propor uma lei ou um decreto. O direito de palavra era franqueado a qualquer do povo, que podia usar da prerrogativa de oferecer emenda aos projetos em curso.

Sabe-se, contudo, que depois que Atenas reduziu a representação de sua Assembléia, restringindo-a a um corpo de 1.000 cidadãos, dos mais ricos da cidade, abandonando o governo popular, perdeu para sempre suas **virtudes,** entrando em desgraça para acabar em ruínas.

Tebas, nos anos 371 a 362 a.C., após haver recuperado seu destino, edificou uma vigorosa democracia, sob cuja égide organizou um poderoso exército. Como poder dominante no recém-instituído regime, despontava a Assembléia do povo, integrada por todos os cidadãos das diversas cidades, e com competência para eleger os "beotarcas" (governadores) e decidir sobre todos os assuntos essenciais. Não obstante pesada, lenta em suas deliberações e difícil de reunir, a Assembléia Federal de Tebas permaneceu intocada, mesmo após a morte de Epaminondas e a perda da hegemonia tebana. (Cfr. JACQUES ELLUL, **in** ob. cit. págs. 113/114).

Desde os tempos mais remotos da comunidade romana — a "gens" — o poder é identificado com uma Assembléia, que toma decisões coletivas e exerce jurisdição sobre todo o povo. Já no regime monárquico, a par do Senado primitivo, composto de 100 membros, identificam-se os "comícios" ("comitia curiata" e "comitia calata"), com poderes consideráveis, tais como votação de leis, decisões relativas à guerra etc. As deliberações dos "comícios" eram objeto de uma verdadeira votação, que se efetuava por cúrias, agrupamento de "gens". Sob a República, nos seus primórdios, conquanto o poder administrativo fosse exercido pelo "ditador" ("praetor maximus" ou "magister populi"), o poder político cabia ao Senado e, também, às centúrias, que exerciam o poder assemblearial do mesmo modo que as cúrias. Tudo que tinha caráter político submetia-se aos comícios: os tratados de paz, as alianças, a concessão do direito de cidadania, a fundação de colônias, a alienação de terras públicas, a organização dos poderes do Estado (magistratura e sacerdócio), a eleição dos cônsules e o amplo exercício do poder legislativo.

Com a vigência do tratado ("foedus") que estabeceu a paz entre patrícios e plebeus, após a revolta destes, no Monte Avelino, nasceu a figura dos **Tribunos** ("tribuni plebis"), defensores da plebe ante a **civitas** e ante os magistrados. Os tribunos, embora não fossem magistrados e não dispusessem do poder para convocar o Senado ou os comícios, tinham, contudo, um imenso poder **negativo,** exercido através do **veto.** Cada tribuno podia opor sua vontade a toda decisão que lhe parecesse prejudicial à plebe, no exercício de um papel que se denominava "auxilium plebis". Constituíam, em suma, a oposição legalmente organizada. Com os tribunos surgiu a figura modernamente denominada de imunidade parlamentar. Era ele considerado "sacrossanto", intocável; sua casa, sagrada, servia de asilo. Sagradas eram, também, sua pessoa e suas vestes. Ninguém podia ameaçá-lo, prendê-lo ou, até, interromper-lhe o discurso. Quem o fi-

zesse, imediatamente incorria na condição de **sacer,** isto é, de violador de uma **lex sacrata** e era excluído da comunidade. O tribuno da plebe podia, assim, pelo **veto,** paralisar as ordens do cônsul, as deliberações do Senado, as eleições, as votações dos comícios. Podia, ainda, através da **ius auxilii,** estender suas imunidades a qualquer da plebe que estivesse sob perseguição dos cônsules ou dos magistrados. Esse poder dos tribunos muito contribuiu para equilibrar as dissenções sociais e estabelecer uma razoável convivência entre patrícios e plebeus.

Vale acentuar que, em princípio, por uma tradição que se sedimentou na consciência dos romanos e se projetou em sua organização política, toda e qualquer decisão, pública ou privada, deveria ser tomada sempre em Conselho. Assim, o Senado que, inicialmente, era mero Conselho do rei, logo se converteu em Conselho da República Romana.

Com a evolução do Estado e as transformações impostas por um sistema de vida mais estável, fundiram-se em uma só classe os patrícios e plebeus, formando todos a dos **cidadãos** ("civitas"), com direito de voto em todas as assembléias, já então denominadas **"Assembléias do Povo",** podendo eleger ("ius suffragii") e ser eleitos ("ius honorum").

O fim da República e o começo da desagregação do Estado Romano têm como marco, que se assinala por volta do ano 149 a.C., a freqüência com que se violavam a Constituição não escrita e as leis de Roma. Para elidir uma proibição legal a que um cidadão antes de ser pretor fosse nomeado cônsul, derrogou-se, por um dia, uma lei que se opunha a essa eleição, fato que se repetiu por várias vezes. O próprio Senado enveredou pelo mesmo caminho, votando, freqüentemente, leis inconstitucionais e injurídicas, sendo de sublinhar, dentre todas, o **Senatus-consultiu ultimum** (ano 121 a.C.), que suspendia as garantias constitucionais dos cidadãos romanos, medida que, daí por diante, passou a ser imposta sempre que uma situação difícil se apresentava.

Sob o IMPERIO BIZANTINO, vamos encontrar o Senado de Constantinopla com as mesmas atribuições do Senado romano, reunindo-se, ao mesmo tempo, como Assembléia Municipal (sob a presidência do Prefeito da cidade) e como Assembléia Política, detentora da soberania popular.

As Assembléias Gerais, reunidas no Hipódromo, já registravam a liderança de partidos políticos (azuis e brancos contra verdes e vermelhos), denominados "demos", correspondendo,

claramente, às classes sociais. Os azuis representavam a aristocracia e, sob o ponto de vista religioso, a ortodoxia; os verdes, os operários e heterodoxos. Assinale-se que o Governante (imperador) se obrigava a adotar as cores de um dos partidos e, em conseqüência, a governar com seu apoio.

Entre as **Instituições Bárbaras** notabilizaram-se, como marco histórico, as germânicas.

Os germânicos constituíam uma aglomeração de grandes povos (francos, alemães, vândalos, godos, etc.) provindos, principalmente, do Báltico. Tinham uma civilização acentuadamente guerreira e sua organização básica — a tribo — unia-se, por solidariedade religiosa e de parentesco. A chefia das tribos confiava-se aos "notáveis" (príncipes), que representavam uma espécie de nobreza, mas com autoridade limitada, porque o poder supremo era reservado à Assembléia de todos os homens em condições de empunhar armas.

Embora os guerreiros germânicos fossem demasiadamente independentes para aceitar uma organização política estável, preferindo vincular-se pessoalmente a um chefe, é de assinalar-se que este era designado por **eleição da Assembléia da Tribo.**

O poder das assembléias populares é identificado em todos os povos germânicos, após sua divisão em reinos independentes. Encontramo-lo, inclusive, nos reinos visigodo e franco (os mais bárbaros).

Com as **Instituições Merovíngias,** isto é, relativas à primeira dinastia dos reis de França, no início da Idade Média, resultantes de uma confusa mescla dos sistemas romano e germânico, verifica-se um completo desaparecimento da idéia do Estado. No Reino Merovíngio, o poder é o próprio rei. Não existe noção de interesse ou de poder público. O rei exerce-o em seu próprio interesse porque é o mais forte. Ele é o "dominus", o senhor de tudo, de coisas e pessoas.

Mas, mesmo nessa tormentosa fase, o juramento de fidelidade ao rei, exigido de todos os súditos, faz-se **perante uma assembléia popular.**

Mais tarde, o poder dessas assembléias ganhou maior expressão. O **Placitum** era uma assembléia comparável aos Concílios e a ela o rei submetia problemas políticos concernentes a todo o reino.

Com o debilitamento da autoridade dos reis, em decorrência dos ininterruptos períodos de exercício, em seqüência hereditária, o **Placitum** passou a congregar maior número de pessoas,

convertendo-se, assim, num **Conventus Generalis,** isto é, uma assembléia geral do povo, com poderes até para depor o rei.

Assim foi, também, durante o Império Carolíngio e depois dele, instituído por Carlos Magno, com os **Conventus Generalis** e os **Placita Generalis,** do que resultaram, mais tarde, por via do instituto do **"consensus"** e da imposição de peremptórios "Capitulares", os compromissos entre o Povo e Rei a respeito do exercício da soberania, gênese do **"Contrato Social"** e do **"Pacto Constitucional".**

A **Revolução Francesa** nasceu sob esses auspícios. A soberania, por direito divino, é arrancada dos reis e transferida à nação, que define sua vontade, pela lei.

Na Declaração de Direitos dos franceses, redigida em 1789, está dito no art. 3: "O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação; nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente". Este mesmo princípio já houvera sido inscrito na Declaração da Independência americana, em 1776, e tem sido uma constante em todas as nossas constituições republicanas.

Em verdade, as idéias libertárias, que durante mil anos foram sepultadas na Idade Média, ressurgiam com extraordinário vigor, não de fatos isolados, mas numa eclosão vigorosa e, poder-se-á dizer, universal, explodindo praticamente ao mesmo tempo nos Estados Unidos, com a Declaração da Independência; na Inglaterra, com a Grande Carta; na França, com a Declaração dos Direitos.

Assentava-se definitivamente, aí, o princípio da soberania do povo, a exercer-se, unicamente, por meio das assembléias populares.

Não é preciso sublinhar a importância das assembléias políticas na História Contemporânea. Mas vale lembrar episódios ilustrativos que bem definem uma irresistível tendência da consciência política dos povos, no sentido de que as decisões de seus grandes momentos seja deferida à clarividência do grupo social, da alma coletiva que as assembléias representam.

Há crescente fortalecimento do Poder Executivo, há cerca de 40 anos, oriundo, com certeza, da indispensabilidade do planejamento econômico, sob comando centralizado, que apresenta as formas mais diversas, desde as de origem totalitária, de onde nasceu, até as que se conciliem com a liberdade. Mais recentemente, relacionam-se com a necessidade de defesa do Estado contra a onda de contestação intensa e sem fronteiras.

Diante de tal realidade a estrutura do Poder Legislativo sofreria, como sofreu, modificações fundamentais, distanciada das fórmulas clássicas concebidas para reger etapas históricas outras da vida dos povos. E esse fenômeno ganha vulto nos países de economia débil, de estrutura social em crise, mais vulneráveis, portanto.

Tais fatores, que devem ser enfatizados para que melhor se estude a Teoria Geral do Estado, não negam a imprescindibilidade da presença do Legislativo em todos os países do mundo.

É verdade que diversas são as suas atribuições, não raro minguadas suas prerrogativas, servindo, às vezes, a coonestar o Poder Absoluto, mas, nem por isso, a tese se invalida — a desnecessidade da representação popular, nascida mesmo de processos esdrúxulos, para participar dos destinos do País e dar a outorga da vontade popular aos atos do Governo.

Até junho de 1970, em estudo feito sobre 135 países (excluídos 15, recém-criados, portanto, em trabalho de organização), apenas em 17 fechados ou suspensos estavam os Parlamentos: onze na África, quatro na América Latina, um na Ásia e um no Oriente Médio.

Qualquer que seja a denominação que se lhe dê, Assembléia Nacional, Assembléia Legislativa, Câmara de Representantes, Câmara dos Comuns, Parlamento, Congresso Nacional, o poder representativo oferece a sua contribuição e marca sua presença, refletindo o consenso do povo ou o apoio de uma elite.

Eis fatos que reputo da maior importância, retratando a realidade do próprio mundo em que vivemos.

No Brasil, o Congresso, como já frisei, vem passando por evidentes transformações que lhe não diminuem a valia.

E fôssemos observá-lo, sob o estrito ângulo do que custa para a Nação o seu funcionamento, teríamos dados surpreendentes: em 1971, a despesa orçamentária prevista com o Poder Legislativo é de 0,87%, menos de 1%, e para o exercício de 1972 vai a pouco mais de 0,50%, isto é, 0,68%.

As funções legislativas, tão pouco onerosas, muito têm a oferecer, não obstante as limitações que lhe foram impostas e a competência legisferante concorrente do Poder Executivo.

Os fundamentos filosóficos preservadores dos direitos individuais devem ser assegurados por normas que não dependam da vontade todo-poderosa de um chefe, caudilho, presidente ou ditador, mas do crivo de vontades, localizadas em âmbitos di-

ferenciados e independentes, sob a publicidade que enseja a crítica ou o aplauso. Ao enfatizar a importância do Poder Legislativo, ao qual não se atribui mais a competência para a iniciativa de lei que aumente despesa, parece-me entregue a conformismo cheio de renúncia a incompatibilizar-me com o Poder que tenho a honra de chefiar. Enganosa conclusão essa!

Motivos há, que passo a expor, demonstrativos de que as inovações institucionalizadas na Carta de 1967 salvaram o Legislativo de práticas que, antes, não lhe valorizaram a ação, posto que projetassem, eventualmente, alguns dos que lhe integravam os quadros.

A Federação, constituída por unidades juridicamente iguais, perdia-se nas tentativas desarticuladas de um planejamento global necessário às correções, não direi niveladoras, mas humanizadoras, de um todo marcado pelo desenvolvimento acelerado, em algumas regiões, e, em outras, pelo pauperismo. E nesse quadro, agitadores incendiavam os campos, numa exortação à violência — e eles eram numerosos — recrutados de instituições conhecidas como insuspeitas, o que aumentava a força de persuasão e proselitismo.

Aonde íamos? Era a pergunta que alguns, perplexos, se faziam! E outros, angustiados com a resposta que já tinham, cuidavam de mobilizar-se, visando às providências que, se não tardavam, haveriam de ser, tempestivamente, coordenadas.

Muitos, lembrados da ditadura de 1937 a 1945, queriam preservada a legalidade para que a História não repetisse o eclipse da liberdade. Resistências precisavam de ser quebradas entre os cidadãos, fardados ou não. As famílias ganharam a praça pública, de rosário em punho, numa prece que era também uma barreira invencível à propaganda subversiva, que parecia querer dominar tudo e a todos avassalar.

O Brasil se agitava, e, ao invés de vê-lo e compreendê-lo, para discipliná-lo, atentos a novas realidades, muitos subjugavam-se às fórmulas clássicas e a conceitos válidos para situações de evidente normalidade. Em meio à ameaça da guerra civil, nós, bacharéis, cuidávamos de ver sobrepairar ao vendaval a ordem jurídica, evidentemente agredida.

A ordem jurídica periclitava — claro estava. Urgia um trabalho renovador, refratário às normas cediças a sufocarem os anseios da sociedade brasileira.

A autonomia dos Estados-membros haveria de ser reformulada para ensejar o controle rígido da União nos assuntos da

economia e finanças. A diferença entre regiões impunha a presença de um poder único a impulsionar, em termos de justiça, planos e programas de desenvolvimento, acordes com um plano nacional e global.

A estrutura jurídica há de mudar sempre que eivada de preconceitos.

O conceito de federação não é estático e não constitui tabu que não possa ser examinado, para atender a imperativos que lhe fortaleçam os fundamentos. O poder periférico cabia ser mantido, para que a administração, atenta a realidades provinciais, cumprisse objetivos específicos. Mas dividido o País em Estados industrializados e desenvolvidos, com densidade demográfica compacta, em contraste com Estados agropastoris, lavoura de subsistência e pecuária de cultura extensiva, o desequilíbrio chocante exigia a presença da União a decidir sobre os caminhos a seguir, definindo, de forma imperativa, as diretrizes econômico-financeiras.

"A União não intervirá nos Estados, salvo para:

.....

V — reorganizar as finanças do Estado que:

.....

c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas em lei federal."

O Poder soberano faz objeto de decisão sua um setor responsável pelo desenvolvimento harmônico, para que não fique à mercê da política regional ou entregue ao franco jogo de interesses privados.

Assim, o delineamento da autonomia política dos Estados-membros fixava-se em limites bem definidos, tomando o sentido social que haveria de ganhar maior expressão, com a redistribuição de rendas, necessária à afirmação das unidades mais fracas, desprovidas de recursos.

Não se alegue se haja ferido o princípio do sistema federativo em seus fundamentos. Nele não há lugar para ortodoxias, já o dissemos. Elástico é para adaptar-se ao contexto social a que se destina. Adota-se, por inspiração de realidades religiosas, culturais, étnicas, históricas, e visa a garantir a União através de maior ou menor descentralização do poder. Cada nação, fiel às peculiaridades, aumenta ou diminui o poder provincial, sem perder o sentido hegemônico do Poder Federal.

Pouco valeria limitar a ação dos Estados-membros, pluralizando, no âmbito federal, a competência para iniciativa e decisão dos assuntos econômico-financeiros. Frustrações haveria. Disputa entre Poderes seria inevitável. E as Instituições, se não têm o destino da eternidade, não devem nascer precárias, contendo em si as fontes evidentes de crises.

Eis, imperiosa, a necessidade de comando centralizado. O Poder que tem, a seu serviço, a mais qualificada equipe assessora e as melhores informações está — proclamemos — capacitado a planejar melhor, disso decorrendo a inseparável competência para as proposições legislativas respectivas.

Ao Chefe de Estado cumpre a missão mais difícil: decidir. Pesar, entre as alternativas que se lhe apresentam, a que melhor atenda ao universo social sob sua jurisdição, sentindo o que sob sua vista está, mas descobrindo os interesses particulares e anti-sociais que se escondem sob fórmulas bem arquitetadas.

Nesse laboratório de idéias, uma função da maior relevância muita vez se subestima — a do jurista, o técnico a modelar as novas criações para enriquecerem o mundo jurídico.

Impulsionada a idéia, bem se vê o quanto é oportuna a busca de todas as colaborações, subsídios e críticas. Por mais capaz o Executivo, seu círculo é sempre fechado para que se dê conta de todas as imperfeições da norma elaborada. E essa tem de servir à sociedade, devendo ser precedida pela publicidade que mobiliza os apoios e as contrariedades.

Se aplaudo a hegemônica posição do Executivo na iniciativa legislativa, defendo — como fervoroso crente — a validade da missão do Congresso.

Nele, o debate se processa e, por ele, as opiniões diversificadas se confrontam; nele, os projetos-de-lei aperfeiçoam-se, escoimando-se os equívocos, as obscuridades e imperfeições; as regiões fracas têm a palavra de reivindicação; a Nação fala, e o Estado, ao impor a norma, proclama o consenso da maioria.

E se, na busca incessante por encontrar novos horizontes para o Legislativo, tivermos confiança no acerto de sua contribuição, muito haveremos de dar-lhe.

Mas, finalmente, uma união se fez, entre civis e militares, e dela nasceu a Revolução de 1964.

Não nos cabe descrevê-la, mas dela tirar as lições que, em pouco, iria ministrar-nos. Se foi, no início, um golpe armado, ganhou, depois, corpo doutrinário e se afirmou. Ao longo do

seu processo, expurgou, puniu, com certeza, cometeu equívocos, mas definiu, com segurança, os objetivos nacionais e operou — o que é sumamente importante — transformações qualitativas que deram e vão dar outra dimensão à História do Brasil.

Instituições se criaram, algumas ganharam o destino das coisas mortas — foram sepultadas — e outras passaram por evoluções úteis e oportunas. Entre estas, o Poder Legislativo.

Ao País se impunha o ingresso na era do planejamento em que a iniciativa particular, resguardada, sofresse as limitações do interesse público e este se fizesse sentir por sobre grupos, facções ou regiões.

Nosso caminho está definido — é o da Social Democracia. Não queremos o Estado senhor de tudo e de quase todos, e dele se apropriando uma minoria tutelar a decidir, a dominar; mas não aspiramos, também, a um Estado indiferente e abúlico, a assistir ao jogo das ambições e ao crime das injustiças.

Queremo-lo presente e atuante, disciplinando a vida social, estimulando a iniciativa particular e a provendo do que necessita para os impulsos do desenvolvimento, sem descurar dos deveres de coibir os abusos e evitar a concentração crescente da riqueza. Assim, o regime capitalista que escolhemos não se deformará, antes terá o sentido democrático abrangente de todos, a todos contemplando com os seus frutos, sob os benfazejos influxos da liberdade.

Em um País, com a dimensão do Brasil e a diversidade entre regiões e unidades federadas, mais se acentua a importância do comando do Estado, para que se diminuam as distâncias econômicas e se varram as injustiças sociais que ameaçam minar a comunidade.

Se a unidade nacional não sofreu colapso e frágeis foram as tentativas de atingi-la, hoje difícil é prever-se o que se semeia, através do transistor, nos campos e nas cidades, onde se não falta tudo é porque há miséria, atraso, subdesenvolvimento.

Ante esse quadro, a Federação não podia ficar estrangulada por uma estrutura obsoleta, antes haveria de adequar-se à realidade a exigir novos moldes.

Alguns há que aspiram à co-participação de comissão mista executivo-legislativa nos trabalhos dos anteprojetos de lei. Será etapa a denunciar pleno ajuste de atribuições e extraordinária dinâmica de integração. Não será um flagrante a presenciarmos nos dias em que perseguimos, ainda, os caminhos da fecunda interação dos Poderes. Mas outra diretriz poderá ser, de logo,

estudada. Se os técnicos, entregues às tarefas políticas, menosprezo têm pelas missões que exercem, e evitam nomeá-las, e difícil é o diálogo (porque este pressupõe entendimento que se assenta na confiança), bem poderia, no futuro, o projeto de lei chegar ao Congresso, acompanhado de um dossier completo, seus fundamentos, dados estatísticos e técnicos, não se cingindo à simples exposição de motivos.

Claro que, entre esses, excluídos estão os que, envolvendo, em seu nascedouro, segredos de Estado, tivessem o timbre de segurança nacional.

Assim, o processo legislativo alcançaria, no Congresso, a amplitude de publicidade e as Instituições cresceriam, pela participação de todos, interessados no sistema normativo do País.

Operar-se-ia uma linha de continuidade entre a elaboração das leis e sua execução. Íntima seria a colaboração entre Executivo e Legislativo, justificada pela origem partidária comum, além de ensejarem-se meios mais eficientes de fiscalização.

O Poder Executivo, por mais probo e eficiente que seja, precisa do alerta da crítica; da ajuda da fiscalização. Governar é delegar poderes, é confiar. É desdobrar funções e entregar a muitos missões que precisam de controle. Governar é ter sob a guarda um complexo que se estende a zonas extensas, inacessíveis a quem remotamente é responsável pelo todo; governar é prover de tudo, setores mergulhados na penumbra; governar bem é ter consciência de que há uma engrenagem interna em que, pela rotina e pela participação, alguns se envolvem, se perdem e se corrompem; governar bem é não acreditar na infalibilidade do homem, antes crer na sua imperfeição, que o arrasta aos erros, pelos preconceitos, pelas afeições, pela ambição. Governar é explorar o poder para dele extrair tudo que se transforme em direitos e bens em favor do homem e da sociedade, sem olvidar jamais que, a cada dia, em todos os planos, hão de ser desafiadas as seduções. O poder continuado, sobretudo, vicia e domina; oblitera a visão, cega; obstrui a razão, paralisa. Muitos, quando o detém ou nele se investem, lhe pagam pesados tributos. E o que, sobranceiro, por ele passa, imune à avalanche que corrompe ou submete, é um pró-homem, um autêntico homem de Estado.

Eis a razão por que creio na importância do Congresso, como Poder do povo, com seus desacertos, mas com suas virtudes, a compor, a integrar, a completar — inseparável parte do todo — o legítimo Poder do Estado.

O Congresso precisa aperfeiçoar-se nos trabalhos de fiscalização. Assim, sua eficiência melhor se caracteriza numa colaboração que só ele decididamente pode prestar.

Nessa função só uma inspiração deve prevalecer por sobre tudo, acima das barreiras partidárias: o interesse público. Não há quem melhor se **interesse** em saber se o Plano Nacional de Desenvolvimento está sendo cumprido e, com ele, o orçamento da União. Missão do Congresso, ainda aí, cumprindo seu dever com o Executivo e com a Nação.

Cabe assinalar quão difícil é o exercício eficiente de tais atribuições.

O isolamento entre os povos se quebrou; o conhecimento chegou a todos. O rádio fez ver ao analfabeto um mundo novo. A notícia orienta homens e povos. Aos simples, a palavra do rádio leva o dogma; o culto se deixa envolver pela mensagem subliminar. É a disputa da comunicação, que esclarece, mas confunde; converte para a verdade, mas desvia pela mistificação.

Neste clima, um Poder se ausenta. Não tem ao seu alcance a máquina da promoção e suas atribuições não convencem o povo de sua validade. O que dele, hoje, surge é a resultante da vontade de um outro Poder: o Executivo, que possui, a seu serviço, a publicidade gratuita e a torrente de fatos a persuadir e a convencer.

Num País subdesenvolvido e apressado por integrar-se entre os que prosperam, o tempo dos cidadãos não se perde senão em conhecer o que de concreto venha do Estado, endereçado a tal anseio geral, já o dissemos.

Bem se vê, todavia, o quanto importante é a função do Congresso. Não lhe será mais deferido o que, ontem, caracterizava sua atuação. Não lhe compete a iniciativa de projetos que obstem ou mutilem os planos de desenvolvimento condicionados, sempre, ao social. Mas, num esforço integrado com o Executivo, muito tem a oferecer, pois o seu processo pode facilitar e ajudar a arregimentação do povo para alcançar os objetivos nacionais. O simples e direto apelo ao povo pode conceder aos governantes executivos o aplauso ou o apoio. Mas tudo fica na superfície, sem raízes e sem resistências para enfrentar as vicissitudes do amanhã. Cinge-se a homens que passam e os vínculos, com eles, desaparecem.

Não obstante usuais em todo o mundo — e por isso a crise dos legislativos — esses métodos criam um leito próprio à margem do universo institucionalizado e oferecem a ilusão de eficiência.

Os administradores ostentam o bafejo do apoio geral, mas a realidade social tem valores que assim não se contemplam e, tão logo a ação eventual do Executivo diminua ou cesse, a crise se instala, por força da instabilidade das Instituições que não se articulam nem se ajustam a um todo inseparável e orgânico.

O caminho único é, definindo o que compete aos Poderes, dar a cada um os meios de eficiente exercício de suas funções. O ponto crucial é, pois, viabilizar o Legislativo com a nova realidade.

Já enfatizamos sua prestatividade, mas assinalamos o quanto lhe é difícil demonstrá-la aos que não vivem a intimidade da ação parlamentar.

Impõe-se, então, um harmonioso trabalho do qual resulte, sem desconfianças e indisposições, a consciência da necessidade da existência dos três Poderes.

Situado nos seus limites estritos, nos termos definidos pela Constituição de 1967 e Emenda nº 1, importa convencer-nos do dever de prestigiar a ação do Legislativo que deve existir para dar cumprimento às atribuições que, intimamente, se ligam às do Executivo e as completam.

Identificados por uma política que deve emanar de um organismo comum — o Partido — Legislativo e Executivo hão de perseguir iguais objetivos, ostentando uma linha de conduta e ação merecedora da confiança popular.

Uma vez mais negando o que alguns consideram dogma do regime presidencial, proclamo necessária a eleição do Presidente pelo Congresso a fim de que os dois Poderes não venham, eventualmente, a digladiar-se em dissidências geratrizes de impasses e crises.

Ao ser eleito, o Presidente tem uma maioria partidária no Congresso, comprometida com o plano governamental que, antes de ser pessoal, caberia ser apoiada pelo Partido.

A vida da Nação, nessa tessitura orgânica, deixaria de gravitar em torno de homens para alcançar estágio mais alto de organização política. Das Instituições partidárias nasceriam as diretrizes da ação política a orientar o Executivo e a condicionar o trabalho legislativo.

Outra seria, assim, a dinâmica parlamentar. Os êxitos administrativos dos governos exaltariam os nomes de seus titulares, mas fixariam, no seio do povo, a marca da respectiva agremiação.

Os dois poderes não se desfigurariam e guardariam o que lhes é próprio, sem prejuízo da ação conjugada e harmônica, sob o signo partidário.

E, no Congresso, o jogo de idéias se faria mais vivo e expressivo. O que proviesse do Executivo seria um lógico desdobramento do programa do Partido, cabendo à Oposição dar objetividade ao seu trabalho de fiscalização e crítica. Todos teriam sua mensagem de colaboração ou inconformismo a expandir-se, vitalizando os recintos parlamentares e clareando os horizontes da Nação, num incessante e fecundo trabalho de persuasão e proselitismo. No seio dos partidos e no trato com as idéias, a juventude teria um lugar para aprender e ensinar, pois ela possui, também, o que nos transmitir nessa dinâmica de elaboração e construção.

Caberia aos candidatos executivos apresentarem um programa de ação a ser aprovado pelo Partido, e este, se adotado, seria dele próprio, a todos democraticamente se impondo e fazendo-os responsavelmente solidários. A fidelidade partidária tão necessária não seria, apenas, imperativo da lei, mas decorrência da participação dos que, maioria, conquistaram, nas eleições, as honras e os deveres do Governo.

Este se me afigura o caminho certo a ser seguido. Áspero sei que o é. Obstruído está por prevenções, preconceitos e desconfianças. Os vícios que marcaram a vida partidária não lhe são inerentes. Não é ao político a que devem ser debitados, mas a todos, à sociedade, em cujo seio as Instituições nasceram; a todas as suas classes, pois nenhuma se isola, incontaminada; todas têm, por pequena que seja, uma fração de responsabilidade.

O que importa é dar às Instituições funcionalidade que as integre umas nas outras, num efetivo trabalho de transformação revolucionária.

E nessa obra integral todos os órgãos e entidades sejam contemplados como indispensáveis ao desempenho das funções do Estado e, entre eles, os Partidos.

Somente dessa forma, constituirão pólos de atração de opinião pública, porque o que se realize ou se pretenda realizar no País teria, neles, o nascedouro ou as legítimas fontes inspiradoras da contestação.

Os jovens, que nas Universidades estudam, devem ter onde, fora delas, expandir-se, buscando, também, aprender, identificando-se com a ação a ser exercida — se atraídos para a vida pública militante — ou habilitando-se, pelo conhecimento, à par-

ticipação na vida partidária que melhores rumos apresentarem para a Nação.

O que não opera efeito — senão negativo — é o se dar, constitucionalmente, vida aos Partidos, mas reduzi-los à inação. Tudo o mais será decorrência dessa missão maior, a curvar todos os candidatos, fazendo dos progressos partidários as idéias-forças forças a arregimentarem a opinião pública.

Vitorioso o Partido, teriam seus titulares, no Governo, um único compromisso — de suma importância — com o programa que apresentaram ao Partido e que, aprovado, dele passou a ser instrumento político em torno do qual se desenvolverá intensamente sua atividade, posso dizer, sua vida.

Do passado é a tese dos compromissos com pessoas ou da sujeição a grupos oligárquicos.

Armado de atribuições hegemônicas no âmbito dos poderes do Estado, o Executivo nada tem a embargar-lhe a ação, submissa, apenas, aos deveres programáticos. Toda a dinâmica dos dois Poderes políticos estaria harmonizada, sem pressões que não fossem as do vínculo inquebrável — o Partido.

Para tanto se há de destruir o que obsta a formação da autêntica imagem partidária. A própria lei lhe tira os meios de desempenho das funções a que foi destinado, gerando os vícios que maculam o processo seletivo da representação popular.

Ao disciplinar um processo eleitoral oneroso, condena e pune o abuso do poder econômico e prevê, para os Partidos, os recursos indispensáveis. Mas esses estão por vir e não vieram, porque não cuidamos de dar às agremiações partidárias a expressão que, em traços gerais, tentei delinear. Vige, ainda, o travo da desconfiança na má administração delas, quando tudo, pela lei, há de ser fiscalizado por um Poder: a Justiça.

Seduziu-me o falar mais sobre o Congresso, reduzindo o tempo reservado ao Senado. Presido ao primeiro em razão de dirigir o segundo, e um é parte integrante do outro. Falar sobre o Congresso é tratar do Senado.

Como, todavia, muitos lhe contestam a importância na dinâmica legislativa, é de bom alvitre que se lhe exalte a serventia.

O Senado não deve subsistir pela simples tradição. Tem ele, no regime bicameral, ou quando privativamente exerce funções que lhe são cometidas pela Constituição, importância que é de ressaltar-se.

Sua origem está na Federação, embora não lhe seja peça indispensável, em termos conceituais. No Brasil, sua existência é fundamental ao equilíbrio das funções legislativas.

O Senador, eleito por oito anos e em sufrágio direto e majoritário, é o político presumivelmente lastreado de experiência e bafejado de um prestígio que corresponde à responsabilidade de liderança. Não flutua em concessões eleitorais, em que homens públicos se improvisam, não raro, atraídos pela ilusão das vantagens que, honestamente, não existem. Tem o Senador o **status** do Chefe, do Líder e expressa o pensamento partidário ou facção expressiva deste, agindo, no cenário federal, sob tais condicionamentos. Tem o dever de tudo ver e examinar, sem preocupações particularistas. E na Casa de representação paritária, se diligente, provoca o debate e evidencia as peculiaridades e disparidades entre as unidades federadas, fiscaliza os Estados-membros e ajuda o Executivo no trabalho de dar unidade à política econômico-financeira.

O Senado tem funções igualmente importantes, no processo legislativo, sob regime bicameral: constitui-se em Câmara revisora na apreciação dos projetos oriundos do Executivo que tramitam sucessivamente nas duas Casas, como transfere à Câmara tal atribuição, nos que dele nasçam.

Sob a vigência da Emenda nº 1, nova dimensão foi dada ao Senado, em matéria legislativa fundamental: o Orçamento. Antes o mesmo era discutido e votado na Câmara, cometendo-se muito pouco ao Senado, que recebia o diploma para meros retoques finais. Hoje, o assunto é discutido e votado em reuniões conjuntas, em regime de igualdade de decisão, não obstante a desigualdade numérica dos membros da Comissão Mista.

Nos projetos que, em razão da urgência, são também enviados ao Congresso para apreciação concomitante das duas Casas, o sistema bicameral não se altera. As discussões se processam em conjunto, mas o Senado e a Câmara votam em separado.

Se não tivesse dado, como de meu dever, importância prioritária ao Congresso do qual é parte o Senado, muito haveria de deter-me na justificação de sua existência, necessária ao equilíbrio de tendências, opiniões e interesses no seio do Legislativo. As negativas não se fundam em argumentos que lhe invalidam a ação. São meras opiniões de sentido geral, expendidas por quem não penetrou no âmago dos problemas legislativos.

Vivemos momento de excepcionalidade. Não modelamos, na plenitude, o nosso sistema político, já aperfeiçoado, como vimos

— é verdade — mas, ainda, por tomar a forma definitiva em que a segurança se concilie com a liberdade. A Revolução de Março buscou, em vão, por duas vezes, o leito constitucional, e emergências surgiam, compelindo-a a valer-se de instrumentos de exceção, sem abandonar sua vocação democrática.

Irrealístico, se não inoportuno, voltarmos as atenções, apenas, para o estritamente político. Os fatos sociais não se isolam e condições não temos de destacar, num contexto subdesenvolvido, fórmulas políticas perfeitas. O regime democrático não deve ser privilégio de alguns e não vige, por isso mesmo, em seus modelos clássicos, em país onde a maioria da população se encontra em condições subumanas.

A liberdade de não morrer de fome, que deve ser assegurada a todos os brasileiros, é meta que, com obstinação, perseguimos, ao lado das outras liberdades integrantes do ideal democrático que, entusiasticamente, professamos.

Não basta um ato de vontade, por mais poderosa que seja, capaz de fazer todos viverem fruindo os excelentes frutos da liberdade. O processo é penoso e não pode ser parcial, posto que de extraordinária importância.

Delimitadas as áreas de competência dos dois Poderes, reformulado o conceito de federação, reestruturados os Partidos, dando-lhes a posição legítima que lhes cabe no contexto constitucional, bem sei que subsistem dificuldades consideráveis à institucionalização do regime brasileiro.

Não nos assenta bem o simples repetir a indagação de todo dia, sobre quando será revogado o Ato Institucional nº 5.

Há um efetivo trabalho de elaboração e cristalização de um sistema, diuturnamente testado no rotineiro funcionamento das Instituições e, nos momentos de crise, oriundos das contestações armadas — lamentavelmente freqüentes.

Interromper-se esse trabalho, pelo simples desejo de dar forma definitiva ao regime, é ir ao encontro do risco, sem contar com os inconvenientes de fazer permanentes os instrumentos que poderão, amanhã, ser indispensáveis, em restrito âmbito de incidência.

Indiscutível é que, ante as formas inusitadas de violência, se arme o Poder Executivo de ação justa e incontrastável, mantenedora da segurança nacional.

Constituições modernas consagram estados de emergência que bastam para garantir a paz, na iminência de abalos sociais, mas não atendem à realidade dos dias que vivemos.

Novas formas de violência que, em si, isoladamente consideradas, não caracterizam um estado de emergência, criam a intranqüilidade e recrudescem na medida em que a repressão não se fizer imediata.

A proteção aos direitos individuais não deve servir de abrigo aos ativistas políticos, armados contra bens e pessoas.

Daí a necessidade de criarmos uma estrutura jurídico-política que não se assente nas velhas fórmulas que embargam a ação do Estado, quando célere há de ser na defesa da ordem ameaçada, seja por grupos poderosos ou por um simples cidadão.

Seria, assim, de se reformularem as leis de segurança, atribuindo ao Executivo os meios de agir, em defesa da sociedade. Cessado o perigo da impunidade, que se adotem as medidas necessárias ao julgamento de quem atentou contra a lei.

Haveria a institucionalização de um processo específico, imposto pela realidade dos nossos dias, a entronizar-se em nosso sistema.

Bem sei que isso repugna aos liberais que reprovam e malsinam o terrorismo, mas não oferecem, dentro dos cânones ortodoxos, os meios eficientes de prevenir e coibir os crimes políticos, a tomarem as formas mais imprevistas.

Quando evolveremos para o que preconizo, não é fácil prever. Os fatos e o tempo apontarão a melhor fórmula. Essa, entretanto, há de ser encontrada, a fim de que normas adequadas fundamentem e assegurem a pronta ação do Estado contra as ameaças ou os ataques às Instituições.

Não, apenas, evidentes são os índices auspiciosos de desenvolvimento. A prática do regime democrático vem sendo assegurada, sem desfalecimentos, turbada, apenas, pelos agentes da desordem, contra os quais exclusivamente se aplicam os dispositivos de segurança do Estado.

Os fatos vão inspirando os novos moldes da sociedade livre e aberta, desenvolvida e justa, que será o grande legado da Revolução.

Na ADESG

O PAPEL DAS ELITES

O problema das elites foi lançado, por volta de 1914, num livro famoso, por Ortega y Gasset. Ao publicar sua **Revolução das Massas,** pouco antes da guerra de 14, o pensador espanhol, definia, pela primeira vez, uma ameaça e um perigo que cercavam as elites ocidentais. Para ele, a expansão das massas punha em risco os valores da própria civilização ocidental e representava uma verdadeira subversão social, mais profunda que as revoluções de caráter político que vinham caracterizando o início do século: "As sociedades, dizia ele, são sempre unidades dinâmicas compostas de dois fatores: minorias e massas. As minorias... são especialmente qualificadas. Uma característica de nosso tempo é o predomínio... da massa e do vulgar. A massa é a agregação de pessoas sem qualificação especial.

A palavra "elite" já tinha curso corrente na cultura ocidental. Começara sua carreira na França onde caracterizava a parte selecionada das mercadorias postas à venda. No século XVIII, palavra já indicava "distinção". Mas foi Vilfredo Pareto quem lhe deu entrada na terminologia da sociologia e da ciência política, destacando a tônica do seu significado de "escolha de objetos" para **qualidade** — pessoas e grupos.

Foi assim que o sociólogo e economista italiano conceituou elite, iniciando um processo semântico que teria longo curso: "Passemos a constituir uma classe à parte com as pessoas que têm os índices mais altos em seus ramos de atividades e demos a essa classe o nome de elite... Assim teremos duas camadas na população: (1) uma camada inferior, (2) uma camada mais alta, a elite, que é dividida, por sua vez, em duas: (a) elite governante e (b) elite não governante". Mais recentemente, o pensador político Lasswell definiu a elite como o conjunto de pessoas que têm maior acesso aos valores de uma determinada sociedade e conseguem monopolizá-lo: "são os detentores das posições mais

Conferência na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra em 10 de outubro de 1972

elevadas numa dada sociedade. Há tantas elites quanto haja valores". Ao lado de uma elite de poder (a elite política), há elite de riqueza, prestígio e conhecimentos (para citar apenas algumas). Como precisamos de um termo para as pessoas que integram a elite em relação a diversos valores, falamos "da elite" (a elite da sociedade).

O sociólogo Wright Mills tornou a imprimir circulação ao termo aplicando-o à descrição da sociedade norte-americana num livro de grande sucesso, **A Elite do Poder**. Na sua concepção, a sociedade americana era dominada por uma elite constituída de burocratas, militares e industriais. Esse livro teve grande êxito e foi utilizado como crítica ao **establishment** norte-americano. No fundo, este liberal-socialista desejava uma revisão da sociedade e uma mudança na composição de suas elites. O que queria, em verdade, era uma reformulação na sua maneira de circular.

É preciso não confundir a antinomia elite-massa com o problema das classes sociais, superiores e inferiores, embora haja relação muito estreita entre os dois aspectos da estrutura social.

Numa sociedade de classes, a elite é geralmente constituída de elementos provindos das classes superiores e dominantes, isto é, daquelas que tradicionalmente detêm o poder e a riqueza. Numa sociedade igualitária — ou que tende para isso — a elite pode ser recrutada dentre vários grupos sociais. Nesse caso, não importa tanto a procedência social, mas o caráter que a elite imprima na orientação dos destinos da sociedade. No caso da Rússia, por exemplo, uma elite burocrática composta de indivíduos dos mais diversos escalões sociais, tanto da classe média quanto da operária ou das massas camponesas, tem o privilégio de conduzir os destinos da nação soviética. Em outros países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos nota-se, hoje, a tendência para a formação de uma elite de caráter tecnocrático que é recrutada entre elementos das mais diversas camadas sociais e que se caracteriza não só pela aquisição de determinada tecnologia, física ou humana, como pela participação no sistema de valores em que predominam a ciência e a técnica.

O que se verifica atualmente, portanto, é que o problema das elites de poder tende, no pensamento sociológico, a superar o que foi a preocupação dominante até a segunda guerra mundial, isto é, a luta de classes, que constituiu a medula da reflexão marxista. Nesses pontos, como em tantos outros, Marx não se revelou um bom futurólogo. Na sua perspectiva, a mudança social de caráter revolucionário resultaria da conquista do poder por uma classe social privilegiada em razão do des-

tino histórico e seria: a classe proletária. Tal coisa não ocorreu nem mesmo na União Soviética, onde não é uma classe operária, como tal, que detém as rédeas do poder.

O que de fato aconteceu, na História do Ocidente, foi um tipo de evolução ditado muito mais pelas necessidades emergentes da ciência e da tecnologia do que por qualquer outro fator. É curioso ver como o conceito de elite foi superando outros enfoques sociológicos e sócio-políticos no pensamento do Ocidente.

Tornou-se frisante, ainda, a preocupação de retraçar a circulação das elites, ou seja, o recrutamento ou a expansão, como um todo, de membros de um grupo dominante numa dada sociedade, em uma ou mais de suas instituições separadas, ou em determinada categoria social de estrutura rudimentar como, por exemplo, um grupo de artistas ou de eruditos.

A circulação ou renovação da elite teve três movimentos bem caracterizados de definição. O primeiro deles veio no bojo das teorias darwinistas.

O Darwinismo social marca sua época em fins do século passado e, entre nós, até avança pelo século XX. Imaginavam os pensadores dessa escola que as elites sociais se compõem e renovam sobretudo biologicamente. As diversas classes sociais, nessa concepção, colocar-se-iam, em relação umas às outras, numa acirrada competição biológica. A camada superior constituir-se-ia, por meio do recrutamento eugênico, de um grupo biologicamente mais adaptado através de uma taxa de fertilidade diferencial. Essa concepção gerou vários monstrengos ideológicos, sendo o nazismo e toda a corte de doutrinas racistas, o mais forte deles, resumidas na palavra "arianismo". Para seu adeptos de vários credos e países, o poder era conquistado ou retido graças à excelência dos genes de um determinado grupo na população que conseguia manter, através dos tempos, suas qualidades biológicas de liderança.

Entretanto, ninguém pôde jamais descobrir a relação entre esses traços biológicos e as qualidades sociais que assegurem a um determinado grupo, num dado momento histórico, a posição de comando social. Por outro lado, ninguém foi capaz de identificar, numa sociedade, os indivíduos predestinados a essa função por uma diferenciação biológica superior.

Parecerá a muitos ociosa essa consideração do darwinismo social, mas é bom lembrar que uma das figuras de maior realce na sociologia brasileira, Oliveira Vianna, partilhava, de certo modo, dessas concepções. Julgava poder extremar-se, na

população brasileira, os elementos mestiços inferiores (sic) dos elementos de seção, que não hesitava em qualificar de arianos.

Em vários dos seus ensaios, Oliveira Vianna — cuja contribuição à sociologia brasileira foi, sob outros aspectos, das mais notáveis — estendeu-se a respeito da composição social do povo brasileiro, procurando daí colher conclusões para uma definição dos nossos destinos políticos e culturais. Na realidade, via a trajetória do nosso povo extremamente vinculada ao conflito entre elementos "superiores" e "inferiores", como tais definidos pela maior ou menor quantidade de sangue ariano que lhes corria nas veias. Todo o racismo latente no Brasil adquiriu foros de teoria, através das obras do sociólogo fluminense, cuja preocupação etnológica era legítima, mas cujas conclusões racistas eram extremamente discutíveis.

Outro enfoque do problema da renovação das elites foi dado por dois autores, um italiano e outro francês, que reagiam às formas parlamentares e liberais de governo inspiradas no extraordinário pensador da Renascença italiana, que foi Maquiavel. Tanto para o italiano Pareto quanto para o francês Sorel, todas as sociedades são de caráter oligárquico. A elite governante caracterizava-se pelas proporções mutáveis dos resíduos sociais, e esse fenômeno ocorre quando os agregados sociais persistem na sua identidade, seja por uma intenção de usar uma força, a fé, o antitotalitarismo, a crença na própria causa, seja por um intuito combinatório, caracterizado pelo antintelectualismo e pela astúcia, pelo ceticismo, pela relutância em empregar a força pelo uso e gozo dos resultados da liderança e não pela crença na Justiça da própria causa.

Segundo esses pensadores, qualquer revolução acarretaria um reforço imediato nos resíduos que se caracterizariam pelo ânimo de persistir em contraposição aos que manifestassem o intuito combinatório. Isto porque, explicavam, tanto a força de convicção quanto a intenção de empregar a força são condições mínimas necessárias para a conquista do poder, embora esse processo também exija qualidades de inteligência e astúcia a fim de desenvolver a estratégia e tática necessárias.

Entretanto, as condições para manutenção de poder e os efeitos dissolventes e aburguesantes do privilégio mudam, gradativamente, à proporção dos resíduos, de modo que, em breve, as "raposas" superam os "leões" na composição da elite. No entender desses autores, isto resultaria da mudança no caráter das pessoas que já participam da elite e, em parte, do recrutamento de "raposas'- dentre a não-elite. Essa circulação de "raposas" na elite priva as massas da liderança inteligente, mas au-

menta a preparação de resíduos de resistência entre elas. Atinge-se, finalmente, um estágio em que a elite se torna inteiramente avessa ao uso da força e perde a fé no seu destino. Os "leões" das massas, ao contrário, convencidos da justiça de sua causa, estão prontos a empregar meios extremos e a recrutar indivíduos com as qualidades de inteligência e astúcia indispensáveis à conquista do poder. O resultado é a revolução e um novo ciclo político.

É clara a influência das idéias de Pareto e Sorel na gênese do fascismo e na ideologia através da qual os fascistas de todos os matizes procuraram legitimar sua violenta conquista do poder.

É evidente que a palavra "resíduo" é usada na teoria de Pareto com um sentido técnico muito específico. Para ele, era a manifestação de impulsos e sentimentos que se cristalizam em princípios, afirmações ou crenças subjacentes à ação racional ou lógica. Em suma, para o pensador italiano toda transformação política derivava de impulsos ou sentimentos motivadores de um tipo de ação não-lógica. Pareto, ao contrastar esta ação não-lógica com a ação lógica, tal como se manifesta na pesquisa científica, na economia, abria, dessa forma, um hiato entre o mundo da racionalidade e o mundo da política. Embora julgasse os homens capazes de lógica e de racionalidade, Pareto não ocultava, como também Sorel que, na maioria das vezes, eles se deixam levar por impulsos e sentimentos, conclusão grave que tira às elites políticas um dos mais importantes fundamentos de sua legitimidade.

Recentemente, o problema das elites mereceu uma colocação mais empírica, motivada pelo estudo dos efeitos da concorrência internacional nas áreas do crescimento econômico e da pesquisa científica. Tal problemática é traduzida num sentido muito prático, em termos de **recursos humanos** e resultou numa dupla preocupação, hoje generalizada a todos os países em desenvolvimento. A primeira, de identificação do talento e da criatividade nas classes sociais e nos grupos étnicos, privados do acesso aos serviços educacionais que, no passado, representavam um passaporte social indispensável para as elites, e na elaboração de sistemas de educação superior acessíveis àqueles que se julgassem merecedores dessa promoção. O pensador inglês Young caracterizou essa nova camada como a meritocracia, procurando analisar os fatores que levavam os indivíduos a serem selecionados e a ingressar na elite.

A segunda preocupação relativa aos recursos humanos foi concernente à "evasão dos cérebros". Não só o assunto foi agitado em países subdesenvolvidos, mas também nas elites científ-

ficas e tecnológicas dos países mais avançados que, em dado momento, começaram a acusar-se, reciprocamente, de uma verdadeira pirataria dos talentos. A Inglaterra passou a cobrar veementemente dos Estados Unidos a "fuga" dos seus técnicos. Os países latino-americanos, imediatamente, puseram-se a clamar em coro contra a evasão de seus cientistas e pesquisadores em proveito dos Estados Unidos.

O assunto mereceu debates e análises em várias Conferências e Congressos e ensejou, entre nós, um livro de um eminente antropologista brasileiro, o Professor Thales de Azevedo, que se deu ao trabalho de pesquisar em que medida as elites brasileiras seriam desfalcadas por essa evasão.

O assunto hoje perdeu um pouco do seu interesse. Cada país procura aperfeiçoar seus sistemas de formação tecnológica e científica, seus ambientes de pesquisa, porque cada vez mais se comprova que a famosa "evasão" dos talentos nada mais é que a natural atração do técnico e do cientista pelos ambientes onde encontram maiores facilidades para o desempenho de sua profissão e o exercício de sua vocação. O livro do Professor Thales de Azevedo é interessante nos seus dados e nas suas conclusões. Mostra, por exemplo, que um dos remédios para a evasão é "... a intensificação da educação comum beneficiando a totalidade da população, em nível primário completo, inicialmente, e, depois, em nível médio; e a volta da escola média à sua função social, com os meios de proporcionar uma educação igualmente comum, isto é, fundamental, satisfatória, inespecífica, porém voltada para o trabalho, como no ensino primário. É claro que isto não implicaria numa concepção meramente utilitária da educação, porque esta pode e mesmo deve ser temperada por uma filosofia integral da existência, inclusive humanística e religiosa para os que assim preferirem. A Universidade, por seu turno, encarregar-se-ia de dar o toque de especialização à formação geral trazida da escola secundária pelos alunos e de, finalmente, proporcionar a estes o treinamento profissional e cultural. Evidentemente, isso exige um ataque global aos problemas da educação e uma permanente interação das várias fases do processo de ensino e formação.

Um país que **economiza** em matéria de educação só pode manter-se no atraso. Estão de acordo os especialistas em educação no que tange ao desenvolvimento em que esta deve ser planejada, para atingir quotas superiores à da simples demanda profissional. Acordes estão, ainda, que a mão-de-obra qualificada, em

todos os seus níveis, para ter efeito estimulante sobre a renda nacional, deva correr diante desta, crescendo algumas vezes mais do que a mesma. Ilustrativo é o exemplo dos Estados Unidos que, aliás, só em parte pode ser invocado em relação aos países de baixo nível tecnológico e de elevadas taxas de analfabetismo, pois enquanto ali o operário tem, em média, 10 a 11 anos de escolaridade, no caso do Brasil ela não passa de 2 anos. Em todo o caso é para registrar que, nos 20 anos a contar de 1940, embora os novos fatores de incremento da produção fossem da ordem de menos de 2%, o produto aumentou de quase 30%, graças à crescente qualificação dos trabalhadores, aos progressos da tecnologia e às melhorias de organização e gerência.

"Desse modo, um incremento razoavelmente intenso da escolaridade e de sua duração ao nível da escola elementar e o estímulo à educação em níveis secundário e superior atuam sobre a economia e o desenvolvimento global, elevando os padrões de vida e de cultura, aumentando a produtividade e criando mais empregos. O princípio a orientar essa política é o de que os países em desenvolvimento devem elevar substancialmente a qualificação da sua mão-de-obra numa taxa mais alta que a do crescimento da população; assim, se estima que aquela qualificação, da mão-de-obra média e superior, precisa incrementar-se duas a três vezes mais rapidamente que a formação global da força de trabalho."

Diante do exposto verifica-se que o problema das elites, da sua formação e renovação é tão complexo que nos obriga a uma discriminação tipológica. Não há como fugir a uma classificação que, sem dúvida nenhuma, acompanha uma determinada evolução da sociedade.

A elite é um imperativo da vida social. Ela lhe exprime os valores, em dado momento, e ao mesmo tempo cria os símbolos que norteiam o comportamento das maiorias. A Professora Suzanne Keller reserva o nome de elites estratégicas para aquelas que reivindicam ou assumem responsabilidades de influência e dominância sobre a sociedade como um todo, em contraste com as elites segmentares que só exercem influência em subdomínios ou subsistemas da sociedade. Embora os limites entre esses tipos não sejam às vezes muito claros, devido à própria superposição ou interrelação nos subsistemas sociais, a distinção se impõe. Algumas elites segmentares são mais nítidas do que outras. É mais fácil distingui-las no domínio da economia, da política, da diplomacia, na alta administração civil e militar, do que nas artes, na religião ou na vida intelectual.

Mas essas elites nascem, por sua vez, de uma especialização ou diversificação que só aparece nas sociedades industriais do Ocidente. Foram elas precedidas por outras formas de domínio e influência, a começar pela casta, cujos limites são cortantes e que busca apoio geralmente num sistema religioso.

Outro tipo de elite foi a aristocracia, na qual um grupo de famílias exercia as principais funções sociais fortemente apoiado na propriedade territorial ou no monopólio de certos bens sociais. Geralmente se crê que a aristocracia é o modelo por excelência, das elites. Isso, entretanto, só se verifica em certa fase da História, na Grécia antiga, na Renascença, na Europa do Antigo Regime ou na Alemanha Prussiana. A filosofia social de Platão, talvez o primeiro pensador do Ocidente a discutir o problema das elites, inspirava-se nitidamente no modelo aristocrático da sociedade. Por isso mesmo, suas idéias sempre encontraram eco em outras sociedades que se conformavam com o mesmo modelo.

Em certa altura da história do Ocidente, nota-se uma diversificação, passando a aristocracia a partilhar o comando com outros grupos sociais baseados no comércio e não mais na guerra. Daí por diante as elites dominantes revelam maior complexidade, embora a principal característica do seu poder sejam a riqueza e a propriedade, não as relações de sangue ou as convicções religiosas.

A característica primordial — que se segue ao aparecimento das elites estratégicas — é a de uma camada social não mais exercer todas as funções de poder, havendo uma diferenciação e especialização, relativamente às mesmas.

A classificação se faz de acordo com o mérito e este, por sua vez, reflete um determinado avanço científico e tecnológico. Todos os autores contemporâneos, que versaram o problema, insistem nessa diferenciação das elites estratégicas que se competem no exercício do poder. Para uns, a concorrência se deve entre cientistas, organizadores, econômicos e líderes religiosos ou culturais. Para outros havia uma distinção muito clara entre as elites organizadoras — podemos chamá-las gerentes — que lidam com problemas objetivos, concretos, e as outras mais difusas, de organizações maiores, que lidam com problemas morais e espirituais.

Seja como fôr, o papel das elites em nosso tempo visa nitidamente a indicar objetivos à sociedade, adaptá-la às mudanças criadas pela tecnologia, integrar os grupos complexos que, a todo momento, ameaçam romper com as suas reivindicações próprias, o consenso social, a manter certa coerência social e, finalmente, a

atenuar as tensões e conflitos que, frequentemente, repontam no seio das sociedades plurivalentes do nosso tempo.

Essas funções não são exercidas com igual intensidade pelo mesmo tipo de elites. Tendem, de forma crescente, a fazer parte dos diversos tipos de grupo de poder que perdem, cada vez mais, o caráter monolítico. Não só a elite se diversifica como exige, a cada momento, uma integração entre a elite dominante e as subelites.

Embora os autores da moderna ficção científica com pessimismo apontem a existência, no futuro, de socie dades monolíticas governadas por engenheiros, militares ou cientistas, tudo parece sugerir que o poder no futuro será mais partilhado e que a composição da elite dominante será um mosaico de elementos colhidos nas diversas subelites. Haverá, sim, uma elite altamente especializada para determinados segmentos ou funções sociais. Tudo indica, todavia, que, na medida em que se especializam, perdem elas a possibilidade de exercer um domínio geral sobre a sociedade.

O certo é que o termo **elite** está associado, na acepção sociológica, à noção de classe. Como esclarece Max Weber, no entanto, trata-se, apenas, de uma conceituação nova criada pelos cientistas sociais para recriar, no pensamento moderno, a concepção antiga da denominação aristocrática. A conotação que se dá, em suma, a esse termo que se tornou ambivalente traz em si a crença no predomínio das minorias dominantes.

A diversidade do pensamento moderno torna ainda mais difícil o estabelecimento de critérios rígidos na tipificação do que seja a elite. Isto decorre não só da alta complexidade dos sistemas e organização da sociedade moderna como também das inúmeras variáveis que formam os componentes do poder no mundo contemporâneo. Foi por isso que David Riesman, um dos mais lúcidos historiadores do pensamento social, não ousou mais do que enquadrar as elites dirigentes em dois grandes grupos, classificando-as por abstração: as elites "criadoras" e as elites "dominadoras". Mas, mesmo assim, teve o cuidado de mostrar que é exatamente a alternância, ou antes, a intermitência das duas que faz da História um processo iterativo.

No Brasil seria difícil examinar as peculiaridades desse processo, já não pela diversidade do pensamento, mas sobretudo pela unanimidade com que criamos as fórmulas simplificadoras para a explicação de um domínio das elites que, analisado criteriosamente, está muito longe de corresponder quer à realidade do meio social, quer à realidade política, quer à realidade econômica.

A persistência dessas fórmulas — talvez fosse mais apropriado dizer desse "figurino" — e é isso que cria essa unanimidade, evidencia-se em todos os matizes ideológicos ou doutrinários que procuram, de forma dogmática, uma explicação para o processo histórico brasileiro. Analisar, portanto, o papel das elites em nossa evolução equivale a fazer um diagnóstico por autoanálise.

Na verdade, se nos ativermos à minoria brasileira que se exprimiu através de livros, conferências, discursos e artigos, retirando de seus textos o conceito das elites, não estaremos fazendo mais do que traduzir, através da apreciação da elite intelectual, o papel que ela atribui, usualmente, ao que se convencionou chamar de elite política.

Mas o que é, afinal, essa elite que dominou a vida política brasileira em nossa fase nacional? Nada mais é do que a própria elite "criadora" do pensamento nacional.

Vale lembrar que o próprio Capistrano de Abreu, que é o maior historiador do período colonial brasileiro, faz remontar às nossas próprias origens, no início de nosso processo civilizatório, o caráter dominador da elite que para cá se transportou. Mas não deixou de fazê-lo valendo-se de uma fórmula simplificadora, por sinal muito ilustrativa, que se tornou, em razão disso, clássica como síntese dessa época. Trata-se da famosa caracterização da família colonial brasileira: -'pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados".

Graça Aranha, que é uma expressão intelectual de um campo diverso do de Capistrano, mas de tanta projeção no desencadear do movimento modernista, não caracterizou de forma diferente o nosso processo histórico. Em **A Estética da Vida,** publicada em 1920, dizia que "a História da Civilização no Brasil se poderia escrever em quatro linhas, tão simples, tão insignificante tem sido a sua contribuição na luminosa história do espírito humano". Por isso falava das elites com desprezo, dizendo que somente o Governo no Brasil expressava o pensamento coletivo.

Pedro Calmon não destoa do julgamento que vê no Império a continuação da ordem colonial. Em sua **História Social do Brasil** afirma que "a ordem monárquica não destruiu a colônia; emancipou-a, sem a desfigurar". Por isso acrescenta — "cuidou de honrar a casta dos latifundiários".

Essa linha, caracterizadora de uma monótona persistência conceitual, pode ser observada também em Sérgio Buarque de Holanda, para quem "toda a estrutura de nossa sociedade colo-

nial (...) prevaleceu até o final da monarquia ou, mais precisamente, até a abolição da escravidão", segundo faz notar em seu **Raízes do Brasil.** Em certo sentido, o predomínio que ele vê nas elites ultrapassa até mesmo o aspecto aristocrático, pois, segundo acrescenta, "as funções públicas constituíram, desde muito cedo, aliás, o apanágio quase conclusivo da mesma **casta** de homens a que pertenceram os nossos proprietários rurais".

Ivã Lins, o grande historiador positivista, vai além, já que, em sua biografia de Benjamin Constant, ao identificar os interesses da elite rural com a nobreza brasileira, acusa a família imperial de todos os males que sofremos: da tolerância com o tráfico até a guerra com o Paraguai, "desencadeada pela tortuosa política imperial relativamente às repúblicas platinas".

Este tem sido, sem discrepâncias, o julgamento das elites intelectuais sobre a elite social. Vejamos o julgamento sobre as elites intelectuais:

Arthur Ramos, falando em sua **Aculturação Negra no Brasil,** traça um diagnóstico severíssimo de todas as formas de expressão intelectual, começando, aliás, significativamente, com a cultura política. Os defeitos da intelectualidade brasileira são, para o grande antropólogo, carismáticos: "a dispersão verbal, o culto intensivo da palavra, o amor primitivo aos enfeites, aos adornos, símbolos de poder e dominação". Não hesita em denunciar o gosto pela novidade estrangeira, o que se convencionou chamar recentemente o "colonato intelectual"; o narcisismo e a admiração pelo autodidatismo.

Talvez não fosse necessário lembrar o que diz Oliveira Vianna quando, falando das instituições de solidariedade social, em **Populações Meridionais do Brasil,** acusa as elites brasileiras — e delas não exclui os intelectuais — de não terem passado, sob o ponto-de-vista de sua psicologia social, da "fase patriarcal de solidariedade parental e gentílica".

São parcos os estudos de antropologia no Brasil. Por isso mesmo, os casos como os de Roquete Pinto merecem ainda maior destaque. Em seus **Ensaios de Antropologia Brasiliana** adota um rigorismo inusitado no julgamento de nossas elites intelectuais, responsáveis, a seu ver, pelo estado de abandono da população, de vez que estiveram sempre voltadas para um culturalismo artificial, sem qualquer ligação com a nossa realidade. O Brasil, afirma ele, "é uma nação que será o que as classes cultas fizerem dela". E perguntava o que tinham feito, para responder, com um pessimismo que se aproxima muito do de Paulo Prado: "trucidou o índio, importou negros escravos, trouxe gente branca a peso de

ouro e abandonou à triste sorte de sua indigência os melhores elementos nacionais".

Vicente Licínio Cardoso, em seu livro póstumo **A Margem da História do Brasil,** não é menos cáustico ao analisar a dependência intelectual brasileira: "Importavam-se a atitude, o gesto, a cartola e a sobrecasaca, o nome do orador e o seu próprio discurso. Mas ninguém via o que estava por detrás da legislação bancária de Robert Peel".

Sílvio Romero chegou a dizer que o diletantismo da elite intelectual brasileira fê-la derivar para a política: "O recurso geral é a política, sob todos os aspectos grosseiros de que se costuma revestir" (apud **"Provocações e Debates"**).

Demos exemplos muito característicos do julgamento das elites sociais pelas elites intelectuais. E da elite científica sobre as elites intelectuais.

Prosseguir na apresentação desses exemplos não teria mais do que a virtude de confirmar o que já é notório. Mas talvez convenha mostrar, por exemplo, que um dos mais lúcidos representantes da elite que constituiu o poder nos primeiros tempos da República, Joaquim Murtinho, não atribuía menor dose de responsabilidade, pela permanência dos nossos males, à elite financeira que dominava o Brasil. Mostrava, no famoso relatório de 1899, que a preocupação essencial das classes econômicas era exatamente a especulação: "O preço, então, do gênero não é o resultado normal da oferta e procura, mas a conseqüência da imposição do especulador".

Não há severidade maior, porém, do que a dos julgamentos que foram feitos das elites políticas.

Para Arthur Ramos, "o parlamento brasileiro sempre foi um viveiro de portentosa verbiagem". Gilberto Amado diz que "por falta de capacidade construtiva do povo, politicamente inexistente, os estadistas, pouco advertidos diante dos problemas, eram levados, por educação, a procurar nos exemplos estrangeiros os moldes a aplicar, as normas a seguir, sem cogitar das peculiaridades do meio, das suas condições típicas". Com o que acusa o alheiamento da elite política a que ele pertenceu e que tanto dignificou. O que não impediu que também ele fosse mais tarde acusado com as mesmas armas que terçara contra o Império. O epíteto de "carcomido", que com outros recebeu, não indica senão esse elevado grau de alheamento que ele apontou nos políticos do Império.

Para Oliveira Vianna, organizações partidárias nada mais eram do que "clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder". Na República, segundo Hermes Lima, apenas "produtos de agitações e divergências no seio das camadas dirigentes". Não tinham, por isso, "vida interna de base democrática", sendo sua organização de "base oligárquica". Não é por outra razão, acrescenta, que "nunca partido nacional algum se constituiu fora da camada dirigente, de maneira a trazer para o campo político o elemento permanente de uma influência direta e positiva sobre a orientação governamental".

Segundo Pontes de Miranda, tivemos, em nossa evolução constitucional e política, tão-só "as formas autocráticas que se espargem por todo o povo". Diz Felisbelo Freire que a vida político-partidária brasileira sempre girou em torno dos "choques de interesse entre os seus representantes agrícolas e capitalistas. Motivo por que a vida pública foi sempre "cheio de ambições e de ódios". Joaquim Nabuco, que foi dos mais brilhantes políticos do Império, não se cansou de profligar a pobreza da vida política brasileira: "O Pais está fechado em todas as direções; muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento (...) não passam de vielas".

"Os nossos partidos políticos são intolerantes e insaciáveis", afirma João Francisco Lisboa, o historiador precocemente desaparecido. "Qualquer vitória não lhes basta, e ainda a completa aniquilação dos partidos contrários os deixaria talvez pouco satisfeitos e mal seguros de si".

José de Alencar, que tanto se exercitou na literatura quanto na política, disse que, em seu tempo, os "partidos das idéias" eram impraticáveis, pois não havia lugar a não ser para a ambição, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço, ao defender, na Câmara, a extensão do voto aos analfabetos, em 1879, asseverou ter vigorado um sistema na maior parte de nossa vida política inteiramente artificial e odioso, na medida em que reduziu "a delegação nacional ao mandato de insignificante minoria, criação eloqüente do poder".

Paulo Prado, no êxtase de pessimismo, em que escreveu o seu trabalho mais conhecido, **"Retrato do Brasil"**, traduzia no verso popular o desencanto com os meios da política brasileira:

"São desgraças do Brasil;
Um patrimônio fofo,
Leis com parolas, preguiça,
Ferrugem, formiga e mofo."

Dificilmente se encontrará antologia mais completa do pessimismo e de uma geral condenação do papel das elites. São exemplos que, examinados por David Riesman, levariam o grande sociólogo a alterar os termos de sua equação de alternância entre minorias "criadoras" e minorias "dominadoras".

Os exemplos que demos parecem deixar bem claro que o papel das elites, no julgamento das próprias elites, foi sempre profundamente negativo. Falharam as elites na estruturação da sociedade. Nada criaram no âmbito da economia, fora do artificialismo, raiz e todas as crises. Abastardaram a política, reduzindo-a a mera e desprezível associação ocasional de interesses e ambições pessoais.

E o que resta?

Todos são unânimes em mostrar a nulificação do povo, Ferdinand Dénis, Roger Bastide, Jacques Lambert — para citar apenas três de nacionalidade francesa, mas de épocas diferentes — concordam em que fomos sempre uma sociedade "sem povo", ou, no dizer de outro intelectual estrangeiro observador de nossa realidade, um país "onde há um abismo entre as elites e as massas". Um vazio de gente.

Mas se todos reconhecem que as elites não foram "criadoras" e que o povo nenhuma participação teve na construção das elites, quem fez a Independência? Quem realizou o milagre da miscigenação? Quem implantou a harmonia racial, onde o preconceito residual é uma excrescência? Quem realizou o milagre da união nacional? Quem alargou as fronteiras? Quem abrandou as discrepâncias da renda? Quem construiu o progresso material? Quem manteve a integridade territorial? Quem edificou as instituições políticas? Quem deu continuidade à tradição cultural? Quem forjou as formas de cultura que aqui se implantaram? Quem é responsável pela ocupação do território? Quem fez de uma simples colônia, objeto de rapinagem predatória, um País estável? Quem, sobre essa base territorial, construiu, enfim, uma Nação?

Não foi certamente o pessimismo das elites que, na preocupação de se condenarem mutuamente, se esqueceram do papel criador e construtivo que, inconscientemente ou não, desempenharam na formação do Brasil.

O inquestionável é que antes mesmo da independência, quando apenas algumas regiões marcavam posição libertária, antecipando-se à opinião popular, inexistente, já lideranças se formavam. Depois, não obstante os vícios assinalados pelos críticos e

historiadores, um extraordinário acervo nos legaram as elites, a favor das quais se consigna a plena consciência dos problemas brasileiros.

Sem isso, a unidade teria sido comprometida e não estaríamos hoje a planejar e realizar a conquista da Amazônia, pelos brasileiros — lídimos representantes deste povo que soube miscigenar grupos étnicos, sem entrechoques irremediáveis.

Pelos caminhos da expansão territorial, a justificada ambição de brasileiros heróicos levou o insopitável sentimento de união solidária — cimento indestrutível da Pátria nascente.

São fatos históricos a evidenciarem a presença de elites que salvaram, em meio a vicissitudes, valores que nos marcaram a História de características inconfundíveis.

Dir-se-á, todavia, que às nossas elites faltou a ousadia para criar instituições que se adequassem a um País onde ainda se plasmava a consciência popular.

Antes, cópias se fizeram de instituições tão válidas para países cultos, quanto inoperantes para os de cultura ainda em rudimentos.

Esta, a crítica que é, apenas, em parte procedente.

Não faltou, senão, e episodicamente, às nossas elites o conhecimento exato da realidade brasileira.

Não constitui débito o não ter concebido modelos historicamente válidos, capazes de atender aos anseios e ao estágio de nosso desenvolvimento, sem aderir aos moldes já ideados e provados por outros povos.

Tal tarefa foi e é uma das mais difíceis. Importa em incursões vitoriosas no campo do Direito Público e em formulações doutrinárias e normativas accessíveis a alguns, a muito poucos.

Nem mesmo os vícios do uso indevido do poder devem ser postos à conta de instituições artificiais. A corrupção fareja sempre o poder, em razão das amplas possibilidades que ele enseja, aumentando, sempre, na medida em que não houver a ação fiscalizadora da opinião coletiva.

As dificuldades das elites em buscar as fórmulas que atendam às realidades históricas da Nação persistem e nos perseguem, em nossos dias, de forma verdadeiramente dramática. E constituem fenômeno universal. A tecnologia deu outra velocidade aos intercâmbios que se multiplicaram entre indivíduos e povos; as sociedades de consumo geraram novos valores; a segurança, indivi-

dual e coletiva, apresenta outros componentes. E em países industrializados a democracia perde terreno rapidamente à medida que o poder é cada vez mais açambarcado pelas gigantescas instituições e por empresas gerenciais, e as decisões são tomadas por técnicos, especialistas e profissionais, seguidamente isolados dos sentimentos do povo. Grande parte do poder governamental tem sido transferido do Congresso para as agências administrativas, e o poder corporativo pode, à vontade, não tomar conhecimento nem de acionistas nem de c onsumidores. Na medida em que a regulamentação e a administração crescem, a liberdade é minada e o arbítrio burocrático substitui o império da lei.

É que a tecnologia exige do homem uma nova mentalidade — uma razão mais alta e transcendente — para que ela seja controlada e orientada em lugar de se tornar um monstro irracional. Exige uma nova responsabilidade individual diante dos valores, pois, do contrário, ditá-los-á **in totum.**

Nesse contexto desajustado vivemos, sem nos ser oferecido um modelo sugestivo que pudéssemos ter a ilusão de apegar-nos.

A poluição, os conflitos raciais, a licenciosidade sexual, os conflitos de guerra e as tensões que os interesses aguçam, a guerra revolucionária, são fatos que ameaçam os desenvolvidos e, em alguns casos, todas as nações.

Se a técnica caminha ousadamente no rumo da perfeição, as formulações visando a ordenar o pensamento, a sociedade, a vida do homem, param ante o complexo que parece autônomo da vontade de ser criador.

Eis o primeiro dos grandes problemas a enfrentar a elite: entender bem a dependência de nossa sociedade a fatores externos, cujo sentido negativo ou positivo se projeta até nós.

Não se trata de copiar instituições que atendam à realidade de outros povos, como no passado. O mundo de hoje é marcado pelos desajustes e tensões, e os sistemas normativos caducam vertiginosamente.

Até mesmo o fanatismo marxista, que tentou solapar-nos as estruturas em nome da igualdade, caiu em colapso e é ilusão desfeita, apenas alimentada entre nós pelo interesse de poucos, na impostura terrorista. Não há, portanto, fórmulas políticas ortodoxas que preservem os valores do homem neste mundo desumanizado pela tecnologia avassaladora, e urge que as encontremos. Impõe-se que alcancemos, pelos caminhos da Justiça, o desenvolvimento.

Os dogmas políticos perderam o sentido, sob o impacto das coexistências pacíficas, em ação verdadeiramente desconcertante.

A Revolução de 1964 traçou os rumos e, desde então, os persegue.

Respeita e considera necessária a iniciativa privada, mas a sujeita aos interesses sociais — relevantes por sobre os demais.

Fixa e delimita os setores em que o Estado deve exercer atividade, evitando a concorrência com o particular, em tudo que se cinja ao estrito âmbito empresarial.

Dirige e orienta a economia e as finanças, com o que elimina as distorções responsáveis pelas disparidades setoriais e regionais; cuida da Justiça Social, utilizando instrumentos de indiscutível originalidade; aceita o desafio amazônico, que, de fonte de sonhos frustrados, se transforma em manancial de auto-confiança do povo em sua capacidade realizadora.

Neste concerto, em que temos os modelos criados ou em formação, urge a mobilização das elites no sentido de se sintonizarem com o esforço revolucionário.

As elites responsáveis pelos setores privados têm de convercer-se da necessidade do engajamento de todos. Somente com a participação ativa e solidária das lideranças teremos o pluralismo democrático coroando o processo social.

O alheamento das forças vivas, por suas elites, exigirá a concentração do poder, em nome da segurança e da paz.

Compreender a realidade social brasileira e seus condicionamento externos e internos — eis o caminho seguro para a aceitação da presente estrutura que tende à institucionalização, através de normas, desde que não comprometa a segurança do Estado.

Pensar-se nos recursos de que se valiam no passado as sociedades, ante os ataques ou à iminência deles, é desviar a consciência da guerra revolucionária em suas várias manifestações, ou negar a evidência das arremetidas terroristas, sob as formas mais imprevisíveis, antes desconhecidas.

Cumpre-nos descobrir as fórmulas jurídicas que assegurem a tranquilidade de todos, contra os ataques de alguns, pois assim estaremos criando o que os outros povos ainda não souberam formular.

Sei que são desafios que encontramos diante de nós, sem termos a nosso alcance o modelo de outros povos, que não o têm a oferecer-nos.

Cabe-nos um esforço comum de mobilização e engajamento e muito podemos recrutar no seio da juventude, à qual estamos a legar um mundo novo de trabalho, lutas e esperanças.

Assistimos, hoje, no Brasil, a uma mudança decisiva na composição das nossas elites, na medida mesmo em que saímos de uma sociedade tradicional com — papéis e funções bem marcadas e definidas — para uma sociedade tecnológica aberta, onde o acesso à elite não mais se dá pela filiação, pela vinculação a determinadas famílias, mas pelo mérito, pela capacidade de exercício de uma determinada função social.

Essa fase de transição, como sempre ocorre, é dolorosa, cheia de frustração e malogro.

Todos os nossos sistemas sociais, desde a família até a igreja, estão sofrendo uma readaptação a esses novos valores que são os da civilização ocidental. Testemunhamos no Brasil, por exemplo, uma importante revolução educacional, cuja finalidade é remover os últimos resíduos da educação para o privilégio, abrindo as portas dos colégios e universidades a todos os que revelam uma vocação e uma competência.

Do mesmo modo em outros domínios observamos uma disputa acirrada de talentos que é todo um processo de promoção social, no qual depositamos nossa esperança de sobrevivência, como povo, na árdua competição a que se lançam as nações do ocidente em busca do altiplano do domínio internacional. Muito embora desejemos que se caracterizem as relações internacionais por um clima de convivência e não de conflitos, a realidade histórica nos ensina ser a possibilidade de convivência igualitária duramente limitada pela capacidade de conquista rápida dos benefícios da ciência e da tecnologia. Generalizando a expressão da socióloga norte-americana, Suzanne Keller podemos dizer que também há elites estratégicas internacionais e que os países só vêm a participar nesse clube fechado na medida em que se revelam capazes de assimilar, por uma estrutura social flexível, as grandes descobertas e invenções do nosso tempo.

Duvidamos que isso se faça sem que a nossa própria elite de poder, cuja necessidade e legitimidade são para nós indiscutíveis, procure abrir-se — como está fazendo — generosamente a todos os talentos e a todas as competências sem os antigos freios e entraves do paternalismo e do clientelismo. À medida

que nossa população cresce, maiores perspectivas de recrutamento de talentos e de capacidades dentro dela se tornam possíveis. O que se espera do futuro é que as instituições formadoras se tornem cada vez mais flexíveis e aptas a recolher essa massa, transformando-a na flor que é a elite. Merece ser citado, neste passo, o professor Thales de Azevedo:

> "A migração capilar de inteligência, em forma individual cumulativa, afinal revela o desajustamento de determinados grupos às condições globais de existência nas respectivas sociedades. Por falta de adequado e oportuno planejamento da educação, produzem-se diversos mecanismos alienadores dos indivíduos componentes daqueles grupos. Nos meios científicos e culturais da maior parte dos países e, certamente, com efeitos mais desajustadores nos países subdesenvolvidos que têm classes sociais bastante diferenciadas, muitos se orientam para especialidades que não têm condições de exercício no meio, alguns se identificam intelectualmente com meios mais largos e mais sofisticados e outros simplesmente aspiram a um conjunto de satisfações, de realização e de conforto que nos mesmos despertou um tipo de expectativa característico de outras sociedades em geral mais prósperas. Daí que uns e outros infiltram-se nas frestas abertas pela liberdade de movimentação para fora de seus países, ajudados pelo sistema de bolsas-de-estudo ou atraídos pela expectativa de empregos e de carreira, indo, finalmente, fixar-se onde possam apaziguar sua alienação."

Esse é o dilema mais grave que enfrentamos e para o qual voltamos o melhor de nossas energias criadoras, porque, de sua harmoniosa solução, depende o nosso futuro como povo e nosso destino como Nação.

Todas as elites estão convocadas para o concerto renovador. A culpa que se atribui aos que detêm o poder político é abrangente de todos, pois na medida em que (todos) se compenetram da responsabilidade que lhes cabe na promoção do País, sem os isolacionismos que só precariamente dão dividendos, outras serão as nossas perspectivas.

Os políticos não são excrescências de um processo. São partes dele e nele se incluem todas as elites. Se elas se omitem, o processo se retarda ou deteriora; se, todavia, dele participam e nele se integram, o organismo social ganha vitalidade e força, pelo harmonioso funcionamento de suas instituições.

As elites, que muito deram no passado, têm compromissos inafastáveis com a História e hão de usar, no presente, a imaginação criadora para assegurar aos brasileiros todos os frutos do desenvolvimento.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Atenção, Srs. Estagiários. Estão abertas as inscrições para os debates. Quinze minutos de intervalo. **(Pausa)** Atenção, Srs. Estagiários, queiram ocupar os seus lugares no auditório, a fim de ter início os debates desta noite. Tem a palavra o primeiro debatedor, o Deputado Anapolino de Farias.

O SR. ANAPOLINO DE FARIA — Senador Petrônio Portella, muito digno Presidente do Congresso Nacional, meus parabéns pela magnífica conferência. Senhor Senador, sinto-me perfeitamente à vontade para debater com V. Exª, pois somos políticos, falamos a mesma língua. A minha pergunta a princípio pode parecer não ser pertinente, mas, segundo o critério da ADESG, esta é a fase conjuntural, e, como V. Exª é o Presidente de um dos poderes da República, ninguém melhor para responder à pergunta que iremos fazer, iniciando pela sua justificativa. Considerando que além das atribuições do Poder Legislativo, o art. 45 da Constituição diz que "lei regulará o processo de fiscalização pela Câmara e pelo Senado Federal dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta"; considerando que para o exercício pleno de suas funções, carece ainda o Congresso Nacional de um elenco de leis complementares fundamentais à sua participação efetiva nas grandes decisões políticas; considerando que tais medidas indispensáveis ao fortalecimento da vida política e partidária só poderão ser efetivadas pelas lideranças oficiais; considerando que a inexistência desses textos legais torna cada vez mais distante a possibilidade de normalização da vida institucional brasileira; considerando que tanto a Câmara quanto o Sendo já estão praticamente com as suas estruturas administrativas atualizadas para novas relidades da função legislativa, quer com a instalação de sofisticados aparelhos eletrônicos, quer com a criação de assessorias especializadas; considerando que tais reformas administrativas e aquisição de um centro de processamento de dados de nada adiantariam se o Legislativo não estiver em condições de exercitar plenamente as suas atribuições, principalmente as contidas no citado art. 45 da Constituição, pergunto — e adianto a V. Exª que, na minha pergunta, não há nenhuma inspiração maquiavélica e muito menos nenhum sentido de raposismo — como vê V. Exª a realidade e as perspectivas futuras para a atividade legislativa no Brasil, no sentido de

que tenhamos um Congresso no exercício pleno de suas funções? Muito obrigado.

O SR. CONFERENCISTA (Senador Petrônio Portella) — Distingo em sua palavra duas interpelações: uma se refere à plenitude do funcionamento do Poder Legislativo e a outra sobre a possibilidade de ele exercer a fiscalização prevista na Carta Maior.

No tocante à primeira, vejo em sua ação a melhor das provas da liberdade de ação oposicionista.

No que tange à segunda indagação, é ainda fácil responder ao ilustre Deputado Anapolino de Faria:

O Senado Federal, através de comissão integrada por eminentíssimos Senadores, apresentou projeto regulando o art. 45 e fixando a obrigatoriedade de o colendo Tribunal de Contas fornecer os elementos considerados indispensáveis a uma fiscalização eficiente por parte dos órgãos técnicos de uma das Casas do Congresso.

Para tanto, todavia, determinou um quorum para que a deliberação seja adotada pelo Plenário (maioria), pois justo não é que se permita flutue a reputação dos administradores ao sabor das paixões partidárias, divorciadas, não raro, do dever para com a verdade.

Estabelecemos, ainda, a competência do Congresso para acionar o Tribunal de Contas — como órgão técnico — quando necessário esclarecer ou apurar denúncias com indícios de procedência. Assim, afastamos a paixão partidária de um assunto que há de ser sempre inspirado no interesse público.

É dos nossos dias a abundância das Comissões de Inquérito em que o vedetismo deixou marcas e no bojo das quais a verdade nem sempre triunfou.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Segundo debatedor entre doze inscritos, Senador Arnon de Melo.

O SENADOR ARNON DE MELLO — Antes de tudo meus cumprimentos pela magnífica conferência de V. Exª. Não serei eu, evidentemente, quem vá fazer o elogio de V. Exª porque se eu aqui sou seu aluno, no Senado Federal sou seu colega, embora seu liderado. Mas, Sr. Presidente, de qualquer maneira quero dizer que V. Exª, entre as muitas coisas importantes que disse, destacou, muito bem, o papel do político na vida brasileira. Tenho para mim que se não houvesse porlíticos no Brasil não haveria Brasil porque estudei e sei bem o valor da contribuição

do homem político para a estruturação, a permanência e o engrandecimento do Brasil. Mas, Sr. Presidente, a minha pergunta é sobre outro assunto. Li, hoje, na imprensa, resumo de pesquisa do Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Brasília sobre o Poder Legislativo, que conclui pelo seu esvaziamento, tendo em vista que ele vem legislando pouco. Mas os números apresentados pelos pesquisadores parece-me que não dizem tudo. O trabalho do Poder Legislativo é muito mais amplo, e este se afirma pela própria força de catálise. Afinal, de outro ponto de vista, o parlamentar não pode apresentar projetos que aumentem despesas nos termos da Constituição. Mas essa proibição não desfigura o Parlamento. O Parlamento inglês tem, no regime parlamentar, mais poderes que o Congresso Americano no regime presidencial. Mas não se diga que o Congresso Americano está por isso esvaziado. Minha pergunta é a seguinte: Que acha V. Exª das conclusões do trabalho do Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Brasília? Como membro do Poder Legislativo, não considero Poder esvaziado, tanto mais que a função deste não é apenas legislar, mas, entre outras fiscalizar e apresentar ao povo.

O SR. CONFERECISTA — Grato a V. Exª pela referência a uma conferência que sabe bem — porque foi testemunha — da pressa com que a redigimos. Ainda no final da tarde de hoje, V. Exª entrava em meu Gabinete e me via enviar as últimas folhas manuscritas ao datilógrafo. Quero aproveitar a oportunidade para pedir desculpas aos ilustres membros desta assembléia tão respeitável por não ter podido trazer algo melhor exatamente porque exíguo foi o meu tempo. Mas, Sr. Senador, tenho para mim que o esvaziamento do Poder Legislativo não pode ter sido a conclusão de pesquisa por parte de um Departamento tão ilustre quanto este a que V. Exª se refere. Pode, no máximo, ter sido resultado pessoal de estudo de respeitáveis professores não muito identificados com a intimidade do processo legislativo e, sobretudo, com a importância do Poder Legislativo nos quadros institucionais do Brasil e do mundo. Não há negar que se fôssemos considerar como primordial atribuição do Poder Legislativo o ter iniciava de leis poderíamos chegar a essa conclusão, porque, em verdade, o nosso Poder legisla hoje como legislou sempre, mas não tem a iniciativa das leis principais, aquelas de incidência maior no campo administrativo, vale dizer, as que importam em criação de despesas. Esse problema, todavia, não é apenas do Poder Legislativo do Brasil, mas de quase todos, diria — até — de todos os Países. Todas as nações do mundo marcham para o planejamento, que foi primeiramente iniciado na União Soviética. Hoje,

existe em todos os países capitalistas. Por quê? O Estado rege a vida social e não a deixa escravizada ao jogo econômico que, embora necessário, há de ser disciplinado por normas que imponham a Justiça. O Estado, fiel a tal política, estabelece planos global, setoriais e regionais em função dos quais há de ser elaborado o Orçamento. Daí não nos ser possível imaginar o Poder Legislativo, através dos seus 375 membros, crivar o Orçamento da República de emendas as mais respeitáveis, porque inspiradas em justificadas pressões regionais, setoriais e locais, mas que não satisfazem à problemática do País e ao planejamento que, para atender a essa problemática, foi elaborado. Ora, isso significaria o seguinte: esquecer as prioridades, em última instância, desconhecendo os objetivos da política do Governo Federal de eliminar as disparidades setoriais e regionais. Os Planos aludidos visam, sobretudo, ao social, à justiça entre classes e indivíduos. E, para que isto ocorra, não podemos deixar que este planejamento seja comprometido pela ação de um poder plural, constituído de trezentos e tantos eminentes cidadãos. Tal não impede que possamos, estudando e bem planejando, oferecer planos substitutivos que melhor atendam ao interesse do País, o que muito difere de pulverizar o Orçamento, como no passado se fazia. E aos que dizem "bendito passado aquele, que dava ao Sr. Deputado e ao preclaro Sr. Senador uma posição invejável no quadro social", eu lhes responderia com profunda tristeza: "Não, maldito passado, pois isso, não prestigiava a instituição parlamentar, antes, era fator de seu desprestígio". E muito fácil é explicar-lhe. Naquele tempo os senadores e deputados recheavam os orçamentos de emendas e emendinhas. Resultado: criava-se um **deficit** orçamentário enorme. E o Chefe do Governo, o Chefe do Executivo, o que fazia? Simplesmente, por uma figura esdrúxula de um mero decreto estabelecia o plano de conteção. Com isto, punha na geladeira todas as verbas oriundas dos parlamentares e decretava simplesmente o Plano de Contenção do Governo. A culpa dos desacertos do Governo estava no Congresso Nacional, que "pulverizava o Orçamento", embora fosse apenas no papel, pois a inicitiva parlamentar era invalidada por um ato discricionário, mais precisamente, arbitrário do Chefe do Executivo. Mas havia o pior: com isto, se oficializava o tráfico de influência. O Deputado e o Senador influentes iam ao Palácio governamental e conseguiam a liberação, a célebre liberação da verbinha para o seu município ou para o seu Estado. Os influentes tinham vez e conseguiam; a maioria, fora das boas graças do Chefe do Executivo era frustrada. Eis o aviltamento do Poder Legislativo através do tráfico de influência por todos os títulos condenável. No meu entendimento, hoje ninguém pode culpar o Congresso Na-

meu entendimento, hoje ninguém pode culpar o Congresso Nacional para o cumprimento de suas missões constitucionais. Ninguém poderá denunciar o Legislativo por estar tentando desviar o Executivo do caminho que deve seguir, que é o do bem público, o do atendimento ao interesse oceltivo. Ora, sob esse aspecto o Legislativo muito lucrou porque, não podendo emendar, não tem ônus, mas poderá, com certeza, na medida em que se aperfeiçoar através das assessorias, — a que com muita clareza se referiu o nobre Deputado Anapolino de Faria — com um sistema de informática perfeito discutir os mais sérios problemas do País e contestar as teses do Executivo de forma válida afirmando, afinal, o alto forum de debates, o mais alto dos foruns de debate da Nação que deve ser. Por outro lado, já vimos que a ação fiscalizadora deve ser feita por vários meios, inclusive por esse a que vim de aludir, tomando o Congresso Nacional a iniciativa de acionar uma instituição constitucionalmente criada para o fim de ajudar no trabalho de esclarecer as contas dos gestores da administração pública — o Tribunal de Contas. Com isso nos habilitaremos a ser intérpretes rigorosos e fiéis da opinião pública, podendo, de fato, falar ao povo e dizer: missão cumprida. Não creio no esvaziamento do Congresso e acho que ele se está aperfeiçoando porque acompanhando a realidade nacional. Se não tivesse havido a revolução de 1964, de qualquer maneira o Congresso Nacional não teria aqueles falsos poderes que lhe foram atribuídos no passado. Não se culpe, portanto, a Revolução; reconheça-se sim, a necessidade de o povo brasileiro, como, de resto, todos os povos, ter uma economia planificada e uma sociedade bem dirigida para que nela possa imperar a justiça.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Terceiro debatedor, Bacharel Waltenci de Melo Franco, da Caixa Econômica Federal de Brasília.

O SR. WALTENCI DE MELO FRANCO — Eminente conferencista, acho mais oportuno congratular-me com este seleto auditório pela oportunidade de ouvi-lo esta noite do que, mais uma vez, elogiar o brilhante trabalho de V. Exª. A minha pergunta parece que se afina com a precedente, conforme justificarei. Sustentáculo do regime democrático, a participação do cidadão na política nacional deve ser estimulada, encorajada. Daí a formação da elite política. Mas não é raro ouvir-se dizer no Brasil que a política partidária é a principal fonte dos males que afligem nosso povo. Às vezes ouve-se a pergunta: qual é a utilidade de votar se os políticos são todos iguais? Porém, uma análise imparcial desse desencanto nos levaria, certamente, à conclusão de que o povo é que corrompe os políticos. O cidadão quer um servi-

ço público eficiente e um perfeito sistema escolar, com seus parentes nomeados funcionários. Na República velha, um famoso político mineiro já dizia: O bem ao comum é favor a nenhum. Em Brasília,estamos realizando a experiência bem sucedida, a nosso ver, de não termos políticos locais. Mas aqui o Poder nacional está presente, velando 24 horas por dia pelo bem-estar do cidadão. E os eventuais descuidos são apontados pelo Sr. Ary Cunha, na coluna "Visto, Lido e Ouvido", no Correio Braziliense. Fatalmente a experiência fracassaria se estendida a todo o território nacional. Como chegam aos altos escalões da República os graves problemas de um pequeno município, por exemplo, do sofrido e altaneiro Estado do Piauí? Sim, o Piauí existe, e este fato é hoje "slogan" e nós todos, povo e Governo, tomamos conhecimento de sua existência atribulada graças à atuação patriótica de seus ilustres filhos, o Senador Petrônio Portella e outros autênticos políticos piauienses desta e de gerações passadas. Ilustres Conferencista da fase doutrinária desde ciclo de estudos afirmou, com propriedade, que o político indica o que fazer; e o técnico, o como fazer, não podendo este substituir jamais aquele. Mas, já na fase conjuntural, ouvimos aqui de não menos ilustre técnico afirmação indispensável não obstante a presença entre nós de honrados e eminentes congressistas, de que é ele autor de lei vigente neste País, apesar de não ter mandato legislativo e que nessa atividade legiferante a que se tem dedicado já tem algumas outras na gaveta. Diante de tal conjuntura é que perguntamos ao eminente conferencista. A atividade política entre nós está em fase de transição de antigas e superadas tradições para processos novos, condizentes com o desenvolvimento nacional?

O SR. CONFERENCISTA — Cabe-me, antes de mais nada, assinalar que praticamente nas perguntas e nas respostas que encadearam a interpelação do estagiário tudo foi praticamente esclarecido, pouco me cabendo acrescentar. Todavia, o reparo se impõe: o político não é a fonte da corrupção. Esta fareja, como disse, o Poder; é inerente a ele. Quando muita vez nós dizemos que fulano foi uma revelação no Poder ou alguém com quem privamos nos decepcionou no exercício de uma atividade pública, estamos a asseverar que o Poder é sumamente exigente. Exige demais de todos nós, e o homem fraco, débil, moral ou intelectualmente, há de se perder sempre ante as exigências inumanas, às vezes, ou profundamente humanas do Poder. De maneira que, não raro, há políticos que se encodoam no exercício da função pública. Mas outros, que não eram políticos, no exercício da mesma atividade também se enodoam. Portanto, não é no exercício da atividade política propriamente dita, mas no exercício do

Poder, seja em que esfera for, mesmo no âmbito particular, que a corrupção procura instalar-se. Só os fortes, os bravos, os incorruptíveis ficam de fato à margem dela. Tenho para mim que a atividade política no Brasil já está de todo renovada. Já não há mais a política do empreguismo. O político, quer parlamentar, quer entregue às missões do Executivo, já não tem mais cargos a distribuir. Para todos os cargos, hoje, se exigem concursos, exigem-se testes. Agora mesmo, no Congresso Nacional, precisávamos de cerca de 100 datilógrafos. Possivelmente, outrora, estes datilógrafos eram indicados pelos Srs. Senadores. Hoje, passam pelo crivo no concurso. Decrutamos, ainda, nas universidades, assessores de todos os ramos do Direito, e o fizemos mediante concurso de provas. Não vejo, por conseguinte, em que os políticos possam ser acoimados hoje em dia de corruptos, porque eles estão convencidos de que têm dias marcados se não se portam convenientemente, atendendo aos interesses da coletividade. E vale acentuar que, no Congresso Nacional, hoje, os debates que se travam, os trabalhos que se processam, da Oposição ou do Governo, visam exclusivamente à defesa do interesse público. Em nossa Casa, há o dissenso, registra-se a discórdia, desenvolve-se o diálogo para, ao final, prevalecer o consenso da Maioria. É esse o clima em que vivem os políticos brasileiros. Todos nós nos esforçamos por compreender a problemática brasileira e por trabalhar em função dela. Não sei, Sr. Melo Franco, se lhe dei a resposta. Mas creio que a resposta já havia sido dada por V. Exª

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Quarto debatedor, Bacharel Márcio Bruno, da Caixa Econômica Federal de Brasília.

O SR. MÁRCIO BRUNO — A instabilidade do Direito Positivo brasileiro constitui um fator de insegurança. Pode-se entender que a legiferomania nacional vise a uma perfeição, um aprimoramento da norma jurídica, muito louvável, mas enseja, além da insegurança, um desamor, às nossas tradições. Sabe V. Eª que até em detalhes, como por exemplo, o número de Ministros do Supremo Tribunal. Tínhamos 11, esse número foi elevado a 16, foi novamente reduzido a 11 e fala-se novamente em aumento. E essa instabilidade do legislador ordinário contagia o próprio legislador constituinte. Nós temos, na República, uma duração inferior a vinte anos para cada Carta Magna. Eu indago, então, de V. Exª, se a Constituição atual oferece condições de longevidade ou se a evolução do processo político brasileiro torná-la-á superada dentro em breve.

O SR. CONFERENCISTA — Expresso ao ilustre estagiário minha concordância com a crítica magistralmente feita sobre a

profusão de leis e sua constante mutação. Quanto ao problema da longevidade da Constituição vigente, entendo que as linhas básicas da nossa Carta Magna já foram definitivamente incorporadas ao quadro institucional brasileiro com magníficos e auspiciosos resultados. Nós, hoje, temos um Congresso Nacional — outra parte a que muitos aludiam como contrária ao funcionamento do nosso poder com prazos fatais para aprecação de matéria legislativa. É um ponto que reputo fundamental porque isso também evitou o nosso desgaste quando nos jogavam à face os labéus de que estávamos contra o interesse público, porque éramos contumazes engavetadores de projetos de interesse coletivo. Há, na Constituição, normas que hão de ser objeto de reforma se assim exigir a conjuntura, como há normas basilares que vão permanecer, por muito tempo, inalteradas. Acho que a Emenda Constitucional nº 1 buscou seus fundamentos na Constituição de 1967 e fê-lo validamente. Todavia, tudo aquilo que, com o aperfeiçoamento de nossas instituições, a realidade nos apontar como caduco, há de desaparecer, derrotado pela realidade. Este é o meu ponto-de-vista. Não sei se atendeu à indagação do ilustre estagiário.

O SR. COORDENADOR DE DEBATES — Quinto debatedor, entre 12 inscritos: Bacharel Luciano Mesquita, do Ministério das Comunicações.

O SR. LUCIANO MESQUITA — Presidente Petrônio Portella, meus cumprimentos pela sua conferência de alto nível. E meus cumprimentos também à ADESG por ter convidado o Presidente do Congresso, demonstrando, com isso, o quanto a Escola Superior de Guerra e a Associação estão afinadas com o espírito democrático que procuramos implantar neste País. Minha pergunta, Sr. Presidente, é mais de caráter teórico, mas tem um sentido conjuntural, não só para o Brasil mas para todos os países do mundo. Começo pela justificação: A política é a moda da vida humana, no cotidiano e nos seus grandes lances e cometimentos. Se fôssemos como as formigas, as abelhas e os castores, seríamos peças de uma organização da natureza. Por sermos políticos, evoluímos, temos fases de regressão, mas, fundamentalmente, continuamos humanos. Em face disso, Sr. Presidente, não acha V. Exª que, sejam quais forem os caminhos humanos, quanto à organização do Estado, a política continuará sempre a ser a base desses caminhos?

O SR. CONFERENCISTA — Fácil é a resposta, que já estava implícita na própria pergunta. A política é, em verdade, a mais exigente de todas as atividades humanas. Ela, de fato, é de uma exigência totalitária. E aqueles que a malsinam no exercício dos

postos públicos mal sabem que a exercem. Temem-lhe o nome, mas gostam do usufruto ou da oportunidade de servir que ela proporciona.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Sexto debatedor, Deputado Vasco Neto.

O SR. VASCO NETO — Sr. Senador, meus cumprimentos. E vou direto à minha pergunta. Não considera o ilustre conferencista que as elites políticas no Brasil tendem, por feliz identificação, com as aspirações e os sentimentos populares, a criar uma sociedade onde os homens vivam exercendo seus carismas, sem predominância de minorias? Faço logo uma observação. Falo em carismas como o fez São Paulo, no seu Capítulo XII da primeira carta aos Coríntios. Justifico: A evidente tendência do povo brasileiro para igualdade entre todos, por força de um calor humano próprio e inerente a todos, impossibilita a criação de castas. É traço marcante nosso, fixado no cerne da nacionalidade pelos fatores transcendentais incorporados aos sentimentos do povo, pelos valores imutáveis eternos assentados na doutrina de Cristo.

O SR. CONFERENCISTA — De minha parte acho que as lideranças se formam de maneira absolutamente espontânea. O líder não se impõe a ninguém: constrói a liderança no dia-a-dia do entendimento, da dedicação, através de um gesto, de uma palavra, de uma atitude, de uma ousadia e sobretudo através da coragem no defender os seus pontos-de-vista e no ser fiel intérprete do grupo do qual faz parte. Liderança em suma é isso, do setor mais restrito ao mais graduado, qualificado. É o que estamos a pouco e pouco exercitando. Acabamos, de uma vez por todas, com aquelas lideranças familiais ou aquelas chamadas lideranças aristocráticas. Hoje temos o dever de entender-nos com o povo e de sermos seus intérpretes. Na medida em que soubermos exercitar bem e fielmente essa atividade, estaremos engajados na política. A partir do momento em que formos dominados pelos interesses pessoais e nos fizermos melhores defensores de nós mesmos que dos nossos representado, mais cedo ou mais tarde o povo chegará à evidência de que é preciso expulsar-nos da vida pública. Não sei se respondi a pergunta. Acho que este é o sentido da nossa pregação, da pregação da ARENA e do MDB, da pregação dos homens públicos. E esse sentido deve empolgar também as classes empresariais, porque acredito que os partidos tenham validade no quadro institucional brasileiro a partir do momento em que todos se convençam de que a atividade política é absolutamente legítima. Não creio que os partidos e o Parlamento possam ter êxito em suas missões se os de-

mais setores da atividade brasileira não tiverem uma participação ativa no processo político e pelos condutos próprios e constitucionalmente instituídos: os partidos e o Parlamento. Com essa convicção, sentindo este imperativo, é que as lideranças se afirmam, através daqueles que, pensando menos em si, se voltem em definitivo para as coletividades, representando-as bem e convenientemente. Estou à disposição do Deputado Vasco Neto para outros esclarecimentos que julgar necessários.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Sétimo debatedor: o Desembargador Hugo Auler, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

O SR. DESEMBARGADOR HUGO AULER — Não ignoramos que a teoria das elites, que teve seus precursores em Maquiavel, Fousseau e Saint-Simon, foi desencadeada em seu clássico "Tratado de Sociologia Política" por Wilfredo Pareto. De acordo com essa teoria existiria uma classe governante, que se manteria no poder pela força ou pela eleição. Essa elite existiria em qualquer sistema governamental. Sem entrar no complexo das derivações, exposto por Wilfredo Pareto, poder-se-á dizer que essa classe dirigente se impõe porque dela necessitam as massas desde o momento em que somente essa elite possui o poder espiritual, intelectual e material. Todavia, essa elite é suscetível de renovação. A sua permanência depende de sua estrutura, razão por que a denominada circulação de elites importa em seu permanente rejunescimento. George Birdau confessa que essa teoria das elites é revestida de rara saudação. Todavia, duvida que possa ser aplicada na política contemporânea. Não contesta que na formação de certos grupos há membros que, aberta ou ocultamente, pesam sobre as determinações governamentais, agindo **ex-autoritate propria,** autonomamente, sem vinculação com a vontade popular. Ora, o povo, do qual emana o poder e em nome do qual esse último é exercido — segundo o § 2º do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil — tem, como diz Miguel Reale, o significado técnico de nação, isto é, o povo como comunhão formada por laços históricos e culturais e assentada sobre um sistema de relações de ordem objetiva e até mesmo como Estado. Em conseqüência, a vontade popular é a vontade nacional e até mesmo a vontade estatal. Por outro lado, sabemos que a idéia de representação é um meio técnico. A representação não é da essência do regime democrático, mas importante para que se processe a organização do estado moderno, uma transição entre a exigência democrática da liberdade e o princípio da divisão social do trabalho, segundo Kelsen. Daí a necessidade das elites modernas, desde o momento em que o estado moderno

necessita de um poder revestido de unidae e indivisibilidade. A sua permanência, através de constante rejuvenescimento no poder, em cada período histórico, depende, portanto, de sua adequação aos interesses e aspirações nacionais, porque em seu contexto está a vontade popular. Na medida em que determinada elite não tiver sensibilidade para verificar quais os objetivos nacionais permanente e atuais e não souber dar-lhes certeiras soluções, não resta a menor dúvida de que ela será substituída, porque deixou de representar — e aí cabe a idéia de representação — uma função, a vontade popular, que se confunde com a vontade da própria nação. Daí a minha conclusão: O importante papel dos partidos políticos que não se restringem à escolha dos que devam constituir à elite parlamentar, porque se há de estender à forma pela qual essa mesma elite deverá atender a todos os interesses e aspirações nacionais, eis que nesse processo está a idéia de representação do povo e, portanto, da própria nação.

O SR. CONFERENCISTA — Quero felicitar o ilustre Desembargador por estar inteiramente atualizado com a teoria das elites e, mais que isso, absolutamente identificado com a moderna teoria política. E devo dizer que o que foi por ele dito representa exatamente o meu pensamento. Acho que os partidos políticos só terão a representatividade que deles exige a Nação na medida em que haja o engajamento de todos, em que a eles todos se filiem, empolguem os seus quadros e aceitem as suas diretrizes, Executivo e Legislativo. É o apelo que vimos sempre fazendo. Não podemos ter partidos políticos eficientes enquanto todos não se convencerem — homens públicos e cidadãos líderes das iniciativas particulares — de que o organismo social é um todo e a organização política é uma parte fundamental desse organismo. E somente com o interesse, com a participação, com a solidariedade de todos os grupos sociais, através de suas lideranças, é que — como instrumentos políticos, institucionalmente constituídos — os partidos poderão ser verdadeiramente intérpretes da opinião pública brasileira. O que o ilustre Desembargador aqui pregou, em termos muito eruditos, é exatamente objeto permanente da nossa pregação diutuna. Muito obrigado a S. Exª, pois foi uma contribuição que deu aos nossos partidos políticos.

O SR. COORDENADOR DE DEBATES — Oitavo debatedor, Assistente Social Joelma Ribeiro de Siqueira, do Hospital das Forças Armadas.

A SRA. JOELMA RIBEIRO DE SIQUEIRA — Excelência, por estranha coincidência, a pergunta que iria fazer a V. Exª foi feita já pelo ilustre Senador Arnon de Mello, Episódio idêntico ocorreu na quinta-feira última. Como vê V. Exª, há per-

feita sintonia telepática entre o ilustre Senador e a pretensiosa arguidora, que não sei se persegue ou está sendo perseguida. Daí por que dispenso de formular a minha pergunta em mãos de V. Exª brilhantemente já respondida.

O SR. ARNON DE MELO — Ilustre colega, por ter tido a virtude telepática é que espero que chegue também às Alagoas. (Risos)

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Nono debatedor: Deputado Ferreira do Amaral.

O SR. FERREIRA DO AMARAL — Meu nobre Senador e Presidente Petrônio Portella. Outro dia, quando V. Exª presidia a Mesa do Senado, tive ocasião de conversar com V. Exª e chamava sua atenção para o fato de que não se conquistam as posições como esta que V. Exª conquistou na Casa sem um valor extremo. E hoje sinto orgulho de ser parlamentar e de pertencer à Câmara, mas V. Exª, como Presidente do Senado, é o Presidente do Congresso. Sr. Conferencista, ouvimos falar todos os dias na grande necessidade da renovação da classe política. Lemos que a juventude, maioria flagrante da população brasileira, os estudantes responsáveis, os novos líderes têm que ser forjados. Tivemos como resultado de um processo de depuração política imposto pelo momento e aceito pela Revolução, imensa renovação no Legislativo, até aqui a grande fonte de formação da elite dirigente do País. No entretanto, ao chegar-se ao Congresso sente-se que a Mesa dirigente da Casa é escolhida sem a participação dos novos. Na eleição das direções das Comissões Técnicas o papel dos novos foi referendar nomes já escolhidos pelos antigos Parlamentares. Na escolha das lideranças e vice-lideranças nos Parlamentares, a renovação não foi consultada, embora a representação do povo seja idêntica nos novos parlamentares e nos parlamentares mais antigos. Como pregar a imposição da renovação quando se desestimula da maneira mencionada a nova classe política brasileira que está surgindo?

O SR. CONFERENCISTA — Após o elogio, bombardeio. Mas não me sinto de nenhuma forma atingido por ele, porque em mim estuam ainda restos de juventude. Até certo ponto identifico-me com o ilustre Deputado. E, de logo, mando-lhe a mensagem, a melhor delas, porque mensagem da esperança. Estou no exercício do meu primeiro mandato parlamentar. E, para repetir Melo Franco, que ainda há pouco me distinguiu com a sua arguição, sou do Piauí, o que seria para alguns uma

desvantagem é para mim uma honra. Ontem fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, o maior posto das Comissões Técnicas, para hoje chefiar o Poder Legislativo da República. Um pouco mais de 40 anos — não digo exatamente a fração — é uma prova de que há, de fato, oportunidade para os jovens e vale acentuar que o critério de escolha dos mais antigos nos primeiros períodos de legislatura é expediente absolutamente normal em todas as esferas do Poder Legislativo. Os Ferreira do Amaral vão aparecer depois, vão mostrar, pela afirmação de caráter, de talento, de vontade, de espírito público, vão afirmar a capacidade realizadora no plenário da Câmara ou do Senado e, ao longo dos trabalhos — tenho a certeza — dentro de pouco tempo, talvez, as posições estejam invertidas: teremos o deputado a justificar porque ascendeu tão cedo ao comando da Câmara dos Deputados.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Décimo debatedor, Deputado Januário Feitosa.

O SR. JANUÁRIO FEITOSA — Eminente Senador Petrônio Portella, pergunto a V. Exª se apontaria o Congresso Nacional como uma das elites, bojo da conferência de V. Exª, de influência fundamental para o nosso progresso? Justifico: minha justificativa se prende ao fato de ter aquela Casa Legislativa, sob a presidência equilibrada de V. Exª, uma responsabilidade política de todos os Estados da Federação, um todo de nosso País.

O SR. CONFERENCISTA — O Congresso, qualquer que seja a sua composição, em descenso ou em ascensão, é uma instituição absolutamente válida porque representativa de uma conjuntura nacional. No atual momento, posso asseverar até com certa dose de ufania, estamos realizando um esforço extraordinário no sentido de dar ao Congresso Nacional todo o instrumental indispensável ao exercício eficiente de suas atribuições. Consideramos dois pontos básicos sem os quais Congresso algum será inteiramente válido: termos ao nosso alcance as informações prontas e os conselhos técnicos da assessoria para fundamentarmos bem as nossas decisões. Isto estamos conseguindo. O Congresso Nacional, pioneiramente no mundo, ingressou na informática, numa amplitude jamais tentada por qualquer país e, mercê de Deus, e com a confiança de todos nós, ele, em pouco, será uma fonte extraordinária de informações ao povo brasileiro e um foro altíssimo de debates das transcendentais questões que interessam à Nação. Fique certo de que a nossa Casa tem a sua validade, teve no passado e muito mais há de ter no futuro.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Décimo-primeiro debatedor, Procuradora Yeda de Lourdes Pereira, da Procuradoria-Geral da República.

A SRA. YEDA DE LOURDES PEREIRA — Sr. Senador, cumprimento-o pela belíssima palestra com que nos honrou. A um político creio que nada melhor do que uma pergunta essencialmente política. Como a minha pergunta, no formulário que entreguei, parece-me não ter sido muito clara, então vou unir a pergunta à justificativa porque, assim, ganharei tempo e estou certa que agradarei ao Coronel Vinício. A pergunta formulada no folheto diz respeito à posição da Carta atual em função da Carta de 1946. Na Carta atual o legislativo teve os seus privilégios e competência limitados em relação à Carta de 46, que foi excessivamente liberal, pródiga, digamos. Tanto que, no momento atual, notamos que a imunidade parlamentar foi bastante limitada, e outras iniciativas no Congresso, como a parte da elaboração de leis relacionadas com as despesas, todas essas, antigamente pertencentes ao Legislativo, estão, hoje, com o Executivo. Perguntaria, então, se esse campo ampliado, se essa iniciativa até então reconhecida ao Legislativo e hoje transferida para o Executivo, é um fortalecimento, é uma centralização do governante, é uma medida provisória para atender, digamos, à devolução dos valores às elites, a verdadeiras finalidades, ou tem o seu significado real, ou à medida resultante das novas concepções das experiências do mundo atual, em face dos resultados pouco satisfatórios da excessiva liberdade trazida pelas democracias, as quais, mesmo as modelos — como a do sEtados Unidos — tendem a fortalecer também o Executivo, não só no campo federal, atribuindo maior poder ao Poder Federal em relação à das unidades, como também ao ao próprio Presidente. Perguntaria: na segunda hipótese, a tendência do mundo seria para o socialismo, nos moldes dos países escandinavos? Obrigada.

O SR. CONFERENCISTA — A tendência do mundo, exatamente em razão da proximidade entre os povos, da aproximação entre eles, dos perigos para a segurança e para a paz, das comunicações incontroláveis que se processam à nossa revelia ou contra nós, dentro dos nossos próprios lares, tudo isso exige uma disciplina e uma pronta ação de uma chefia singular. Nós, do Legislativo, somos um colegiado. E, em razão disso, temos nossa função permanentemente justificada, renovada, sim, aperfeiçoada, com certeza, mas jamais com aquele sentido de poder administrativo, que precisa sempre, cada vez mais, ser concentrado, para que as decisões e as ações se exercitem de forma

instantânea em salvaguarda da paz social e da segurança pública. Quanto a essa parte, não trepido em afirmar, não obstante ser chefe do Poder Legislativo, que a tendência é para a concentração do Poder Executivo, sem que isso resvale para o poder arbitrário, sem que isso implique em que o arbítrio tome o caminho da lei. Mas é preciso que a instantaneidade da ação do Estado se faça frente aos ataques dos inimigos da sociedade. No referente ao problema da socialização, entendo que o Brasil já escolheu o seu caminho e, como asseverei em minha conferência, naqueles problemas e assuntos que interessem ao mundo social, a empresa estatal estará presente, evitando exorbitâncias do jogo do mercado, e, conseqüentemente, a ação da iniciativa particular que seja prejudicial. No tocante, entretanto, aos outros assuntos que digam respeito ao desenvolvimento e que não incidam diretamente no campo do interesse social, o Estado dará ampla e total liberdade à iniciativa particular. Em suma: nosso caminho é o do capitalismo indissoluvelmente ligado à justiça social. Os países escandinavos, com situações climáticas inteiramente diversas da nossa, com tradições diferentes, com uma cultura extraordinária, talvez não fossem paradigmas para o povo brasileiro. O que devemos fazer é exatamente perlustrar o caminho capitalista, disciplinando, todavia, os meios de produção, indispensáveis à justiça social, à boa distribuição de renda, de tal sorte que ao Estado caiba uma grande dose no bolo do desenvolvimento do produto nacional bruto, a fim de que ele possa criar instituições novas, institutos novos — e no Brasil muitos já se criaram — para dar maior participação ao povo no processo de desenvolvimento. Este é o caminho que escolhemos. O caminho cristão, o caminho da iniciativa particular, o caminho democrático, o caminho do pluralismo, o caminho indesviável, porque, há dois mil anos, a nós apontado pelo Criador.

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Décimo-segundo e último debatedor, bacharel Antônio Carlos Osório, da Associação Comercial do Distrito Federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS OSÓRIO — Minha pergunta já se encontra em parte respondida pelo próprio plenário. Com efeito, estamos aqui reunidos por obra e uma iniciativa que significa precipuamente o esforço da formação de uma elite intelectual, seja na Escola Superior de Guerra, seja neste seu desdobramento menor, que são os ciclos de estudos. É um esforço extremamente válido e de grande alcance no sentido de difundir conhecimentos de ordem intelectual sobre a realidade brasileira. Trata-se de uma iniciativa pública partida da cúpula para a periferia. Por outro lado, justificando ainda a pergunta que farei

a V. Exª, não não sou dos que crêem na ineficácia ou na afastabilidade das elites. Em toda a História, nunca houve formas de participação, em se tratando de elite política, direta do povo na manipulação do poder. Foram sempre grupos, ou sempre foram elites, falando em nome do povo, legitimamente ou não que manipularam e dispuseram do poder. Essa elite tanto mais válido tem o poder que detém, quando mantém contacto com a coletividade que representa, uma vez que, como muito bem situou V. Exª, numa distinção e numa citação muito feliz, a elite se tornará, se não vale a emenda do corpo social, segmentar, ou seja, separada, desligada do corpo social. Parece-me, ainda justificando, que uma necessidade imperiosa de um movimento revolucionário — que significa, até certo ponto, um corte com determinada situação política, senão uma situação nacional, como é a nossa, onde a revolução nasceu de um imperativo autenticamente brasileiro, para se contrapor a uma situação conjuntural que negava essa mesma realidade — que uma necessidade essencial de um movimento desta natureza é manter o processo permanente e aberto, de renovação de suas elites — políticas, bem entendido. Não estou perguntando sobre elites de outras naturezas. Pergunto a V. Exª: que processos pareceriam a V. Exª válidos, sugeríveis e aplicáveis ao atual momento brasileiro, no sentido de manter-se aberto este processo de rejuvenescimento e de renovação das elites?

O SR. CONFERENCISTA — Creio que o caminho mais curto e mais seguro para essa renovação que, como disse o meu prezado colega, Dr. Osório, se faz urgente e necessária, seria voltarmos as vistas e as nossas preocupações para as universidades. Creio que só elas nos darão os elementos indispensáveis a uma oxigenação da vida pública a médio prazo. Creio no esforço extraordinário que o Governo atual realiza, em favor da democratização do ensino. Justifico, inclusive, que as universidades se abram, a título oneroso, para os jovens, e que os dois ciclos sejam definitivamente abertos, a título gratuito, com o que elevaremos em definitivo o corpo social a um padrão médio propício à eclosão de válidas e qualificadas lideranças em todos os setores.

A partir daí, a partir desta possibilidade de todas as classes sociais terem, no campo educacional, a sua oportunidade, marcharemos inelutavelmente para dar à sociedade a mão-de-obra indispensável à sofisticação de uma economia em expansão.

Ora, a elite política não é senão uma conseqüência da vida social. Se temos um número reduzido de classes com acesso à universidade, se não criamos condições para que as classes pro-

dutoras e trabalhadoras sintam que, na medida em que atuem no processo social e se dirijam aos canais competentes de atuação política, haverá aperfeiçoamento institucional, não teremos condições de elevar o padrão político.

Não temos a palavra, mais do que brilhante, mágica, capaz de levar a juventude aos Partidos políticos. É preciso que ela, na escola e fora dela, compreenda que o organismo social é um todo e cada um tem deveres para com a Nação e, entre eles, o de eleger os melhores para conduzi-la. Na medida em que a juventude disso se convencer, pela educação, no lar e nas escolas, no exemplo dos governantes e na mística que estes souberem alimentar, no desenvolvimento que é trabalho de todos, mais fácil será o proselitismo que leve os mais jovens à participação no processo político.

Não basta o conselho, impõe-se o exemplo. É necessário demonstrar que os rumos da bonança e da paz são traçados pela política e esta, porque difícil, recruta os mais capazes e hábeis e fortes.

Só assim, todos acreditando na arte de bem conduzir, servir e decidir — a política — é que poderemos renovar os quadros políticos.

Essa tarefa não é de políticos apenas, é também dos senhores, dos pró-homens, dos líderes, das elites, de todas as classes sociais, dos homens do Ministério Público, dos homens da Magistratura, dos militares, todos têm que se convencer de que a tão árdua missão a cumprir, a mais qualificada delas, a mais difícil e a mais exigente, é a missão de fazer a boa política e administrar bem o País e conduzi-lo a bons destinos. Até hoje o inverso se vem fazendo. O político é aproveitador; o político é escamoteador. Essa distorção reina. Não há participação das lideranças e das elites no processo político, e, na medida em que isso se verificar, outra será a face do Brasil e outros serão os políticos. Este é o sentido da minha pregação, esse, o ideal da minha vida, essa é a ação diuturna que desde os verdes anos venho exercendo afincadamente. Esse é o ofício a quem me entreguei após deixar a Faculdade de Direito, podendo dizer, agora e hoje, aos senhores como perante um altar ou no recesso da minha consciência: nunca faltei à palavra empenhada, nunca sujei as mãos com os dinheiros públicos; fiz da coisa pública aquilo que o cidadão diligente deve fazer da sua própria coisa. Em suma, cumpro o dever fazendo política. **(Palmas).**

O SR. COORDENADOR DOS DEBATES — Senhor Senador, este ciclo de estudos trata da política e pode V. Exª estar

certo de que nesta parcela da elite brasileira que todas as noites, de segunda a quinta-feira, se reúne neste auditório, estudando a política e os seus condicionantes estão convencidos de que não se deve atribuir ao político a pecha que se dava no passado e alguns menos avisados fazem no presente. Há uma consciência formada porque os estagiários, no estudo da política nacional, no estudo do poder nacional, nas suas quatro expressões que tivemos hoje ao abordar a expressão política do poder nacional, com raro valor pudemos entender a importância do papel das elites políticas brasileiras, seja do passado, seja do presente e principalmente do futuro, porque, como V. Exª e todos nós sabemos, todos os grandes movimentos no Brasil foram realizados através das elites brasileiras. Desta forma, Senhor Senador, creia V. Exª do nosso respeito e admiração pelo Poder Legislativo, principalmente do Parlamento Brasileiro, onde encontramos grandes figuras de patriotas, grandes figuras de saber, que contribuem decisivamente para o engrandecimento e desenvolvimento nacional.

Senhor Presidente, Senador Petrônio Portella, aceite o nosso agradecimento pelo brilho da sua conferência e o entusiasmo com que respondeu às indagações formuladas nesta noite. Aos senhores estagiários, o nosso agradecimento pelo elevado padrão apresentado nos debates, o interesse despertado, bem como os relatórios apresentados.

Digo-lhes, também, que quinta-feira sortearemos o grupo de segunda e terça-feira, pois se sorteássemos segunda-feira só teríamos um dia, sortearemos os grupos "C", "D", "E", "F", respectivamente.

Muito obrigado e boa noite.

REPRESENTANDO

O Brasil no Império Persa

Ao ser convidado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República para representar o meu País no Irã, vi, na minha desvalia, que a missão a mim transcendia para projetar o Poder que tenho a honra de presidir.

Mal imaginava, na oportunidade, que outras surpresas agradáveis me eram reservadas, e, tão logo enderecei a este augusto Plenário o pedido de licença para cumprir a missão, eis que recebi do Líder da Maioria desta Casa, do meu Líder, do eminente Senador Filinto Müller, as homenagens que representam um dos títulos maiores da minha vida pública.

Os homens, muita vez, valem pouco pelas designações que a existência lhes proporciona; muito mais valem pelos conceitos que conseguem granjear dos pró-homens, dos vultos eminentes da sua época. E se título tenho de que me envaidecer e orgulhar, há de ser necessariamente aquele de merecer o estímulo, o respeito e a amizade do ilustre Líder que, não faz muito, à guisa de parecer, fez, em verdade, o elogio não do homem público mas do amigo que, neste momento, lhe agradece penhorado.

Srs. Senadores, de regresso estou e eis que novas homenagens me reserva esta Casa: no aeroporto, os colegas e funcionários foram levar ao mais humilde dos servidores do Senado o abraço de boas-vindas, e hoje aqui me encontro cumulado pela honra de receber a saudação entusiástica de um dos grandes varões desta República, o eminente Senador Carvalho Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e, na oportunidade, falando em nome da Maioria.

É muito, Srs. Senadores, para quem, na modéstia de sua vida pública, não aspira aos aplausos, mas deseja apenas, na amizade de cada um dos colegas, o respeito devido a quem, com honestidade, lisura e modéstia, cumpre fielmente um mandato que lhe foi confiado.

Sr. Senador Carvalho Pinto, considero a homenagem que V. Exª, em nome da Maioria, me presta, um galardão dos maiores que poderia desejar, porque sou daqueles que superestimam os

Discurso na sessão do Senado de 25 de outubro de 1971

elogios dos grandes homens, dos grandes valores, como também sou dos que se envanecem das injúrias que se inspiram em sentimentos menores, oriundos de espíritos pouco dados à grandeza.

Senador Carvalho Pinto, nesta ocasião quero dizer a V. Exª que suas palavras não tiveram a autenticidade do extraordinário homem público que é V. Exª, porque foram marcadas pelo timbre de uma amizade que me é um patrimônio, o qual hei de guardar para todo o sempre e transmiti-lo a meus filhos e descendentes.

Senhores Senadores:

Em verdade, não sei responder às palavras poéticas com que meus colegas da Mesa, MDB e ARENA, através do Senador Guido Mondin, resolveram homenagear-me. A emoção da hora tira-me a oportunidade de tentar penetrar o mundo da poesia, de onde não sai, toda vez que assoma à tribuna, essa figura singular do Rio Grande do Sul e do Brasil, este meu ilustre colega de Mesa Diretora, testemunha diária do esforço inaudito que realizo, visando a dar ao Senado a estrutura que merece para cumprir os altos objetivos que a Nação dele espera. Fique o meu muito obrigado aos queridos colegas de Mesa, entre os quais exalto e enalteço a figura, por todos os títulos digna de louvores, do eminente Senador Carlos Lindenberg, a quem, em boa hora, entreguei as rédeas desta Casa, certo e tranqüilo de que S. Exª saberia honrar as tradições do Espírito Santo e engrandecer, cada vez mais, a vida política deste País.

Srs. Senadores, os oradores que aqui falaram disseram — melhor do que poderia fazê-lo — da significação das comemorações de que participei.

Srs. Senadores, como Presidente do Senado e do Congresso, recebi a incumbência do Sr. Presidente da República de ir ao Irã, menos para presenciar festas de mil e uma noites, como, às vezes, pejorativamente alardeiam, mais para participar das homenagens a 25 séculos de cultura, programadas por um homem de Estado que, inspirado na grandeza e no heroísmo de Ciro, o Grande, promete reformas radicais no mundo social sob o seu comando. Sob a inspiração da pujança do passado, afigurassenos a certeza de que saberá construir, no Irã de hoje, aquilo que foi o sonho do extraordinário fundador do Império Persa.

Sei, Srs. Senadores, que não poderia aqui transmitir o que foi o presenciado por mim, no Irã, tal como me convocou, em nome do MDB, essa figura exemplar da Guanabara, que, falando

por seu Partido, mostra o Senado ser um só ante as grandes causas do Brasil; e todos nós, acima das facções e dos Partidos, nos unimos na solução dos problemas, como nos rejubilamos de todos os magnos acontecimentos.

Não tenho, Sr. Senador Benjamin Farah, senão palavras de agradecimento a transmitir a V. Exª e, por seu intermédio, à sua Bancada. Falecem-me engenho e arte para cantar a grandeza do espetáculo a que me foi dado assistir. Não foi um acontecimento de mil e uma noites, mas sim um compromisso de uma Nação, com o testemunho de soberanos e estadistas de todas as partes do mundo, fixando uma posição perante o futuro: aquilo que constitui a cultura persa não há de morrer e, com a ajuda de todos os povos, há de crescer, para que, no alvorecer do século XXI, possa o País, como todos nós, entoar gloriosamente o grande cântico da paz, do desenvolvimento e da justiça social.

Srs. Senadores, neste ensejo, devo testemunhar o esforço excepcional de Sua Majestade, o Xá do Irá, no sentido de dotar seu país de uma estrutura moderna, capaz de justificar os 2.500 anos de cultura.

Não tenho dúvida de que a grandiosidade com que o espetáculo foi pintado, em prosa e verso, por toda a imprensa mundial, teve significação tocante e profunda. O compromisso dos homens do século não é só o de honrar as tradições do passado, cultuar os valores que devem ser preservados, mas, sobretudo, o de construir, sob a égide da justiça social, uma sociedade capaz de abrigar todos os homens marginalizados, todos os deserdados da fortuna, promovendo a igualdade, companheira inseparável da justiça.

Srs. Senadores, cumprida nossa missão na majestosa terra de Ciro, o Grande, deslocamo-nos para Roma, onde, devo assinalar, o Senado da República, por meu intermédio, recebeu as mais tocantes homenagens do Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, o ilustre Diplomata José Jobim. Tendo S. Exª diligenciado uma audiência com Sua Santidade o Papa Paulo VI, com quem tive a ventura indizível de conversar e receber um mundo de mensagens repletas de sentimentos de ternura e amor pelo povo brasileiro. Por alguns momentos, apertando carinhosamente minha mão, Sua Santidade disse do quanto lhe é caro o nosso povo, cujo desenvolvimento acompanha, com a ajuda preciosa de suas preces.

Mas as emoções não cessaram aí. Por elas embalado, fui ter à Embaixada do Brasil junto ao Vaticano e lá presenciei um qua-

dro que considerava impossível: todo o Governo do Vaticano lá se encontrava, para homenagear, em mim, o povo brasileiro, desde o Cardeal Secretário de Estado, Cardeal Villot, ao Subsecretário Monsenhor Bineli; o Secretário para Assuntos Exteriores, Monsenhor Casarolli, ao Presidente da Comissão de Justiça e Paz e ao seu Vice-Presidente. Os Cardeais brasileiros e os mais altos Dignitários do Vaticano, todos lá estiveram para testemunhar ao Presidente do Congresso Brasileiro o apreço que têm por nosso povo, e, mais que isto, o carinho com que acompanham a nossa marcha triunfal no rumo do progresso econômico e social.

Ao final do almoço, a que compareceram figuras da Igreja não habituadas àqueles tipos de cortesias, levantei um brinde a Sua Santidade o Papa Paulo VI, tendo a ventura de receber a saudação do Secretário do Estado, Cardeal Villot, que saudou o povo brasileiro, na pessoa do Presidente Médici.

Srs. Senadores, mantive com os dignitários do Vaticano palestras e entendimentos os mais proveitosos, visando a que o Estado e a Igreja se unam cada vez mais, para acelerar este concerto maravilhoso traduzido em índices extraordinários de crescimento econômico e social. Estou certo de que a Igreja haverá de, sempre mais, colaborar com esta obra que não é só do Governo, é de nós todos, do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, tarefa para a qual estão convocados todos os brasileiros.

Srs. Senadores, minha missão foi cumprida. Sem brilho, é verdade, mas com profunda convicção de que o Brasil esteve presente no Exterior, convencido, absolutamente certo, de que reservado lhe está um lugar extraordinário e relevante no cotejo das nações.

Já temos, hoje, o que apresentar ao Mundo — algo que nasceu de nosso gênio criador — e podemos dialogar de fronte erguida, sem o complexo do subdesenvolvimento. Podemos dialogar com os povos do Mundo, certos de que temos algo a oferecer, como produto da nossa luta, do nosso trabalho, do nosso sacrifício e, sobretudo, do nosso amor.

Srs. Senadores, se o Presidente da República — a quem reitero minha gratidão — me proporcionou uma incumbência da maior relevância, V. Exªs me deram aquilo que, para mim, é caro na vida: o testemunho do respeito e do apreço; a amizade que está acima de quaisquer outras honrarias.

Pela qualificação dos amigos, posso avaliar a importância do que sou e do que faço e, voltado para Deus e para minha

consciência, é-me possível dizer: Sirvo à minha Pátria! Trabalho dia a dia pelo meu semelhante e sou fiel ao meu ofício, cumprindo os deveres de cidadão e de homem público!

Srs. Senadores, aqui trago, a quantos se pronunciaram em nome do Senado, minha palavra de apreço e de estima, dizendo que não esmorecerei na luta. As críticas serão estímulos para que me desdobre no trabalho. Todavia, estou certo de que, com a colaboração de todos, com o inestimável calor e confiança da Mesa Diretora e do Plenário, haveremos, ao cabo de nosso mandato, de apresentar uma obra que não fará imperecível meu nome, mas imortalizará, na História do País e nesta emergência, o nome do Senado Federal! Muito obrigado!

EXALTANDO

É tema palpitante, de renovada atualidade, o exame de certas questões transcendentais que, não obstante parecerem velhas no contexto das ciências, como que ressurgem rejuvenescidas, em aparecimentos cíclicos no curso dos tempos. Dentre elas —essas questões, cuja dimensão histórica é difícil definir e precisar, isoladamente — ressaltam aquelas relacionadas com a importância do Direito no processo evolutivo da humanidade.

Para os que, como nós, espiritualistas, crêem em que o homem haja precedido a sociedade, como ente singular e dotado de inteligência superior, criado à imagem e semelhança de Deus, revela-se sumamente importante o estudo das **causas inteligentes** que têm determinado as transformações sociais, através das quais a humanidade cresce e se desenvolve. Mas, não é menos importante o estudo e identificação de outras causas, materiais e objetivas, de indiscutível e comprovada eficiência, que compõem o dramático "processus" de maturação e aprimoramento social.

Entendemos que o homem tem em si, pelo próprio impulso divino da criação, forças poderosas que o põem sempre à frente do mundo, no exercício de uma efetiva e invencível liderança natural. Contudo, não descremos em que entre o Homem e o Mundo é preciso colocar-se a Humanidade, como observou AUGUSTO COMTE. Não se pode comprender a vida do homem fora da sociedade de seus semelhantes.

É de ver-se, pois, a importância do meio como elemento condicionador das ações humanas. Meio físico ou social a que o indivíduo se amolda, até por imperativo inconsciente de sobrevivência. Amolda-se mas não se submete a ele; antes o comanda, direta ou indiretamente, em consciência ou por intuição.

Nós, a Humanidade, estamos no contexto do Universo. Desde os primórdios o ser humano assimila, através de todos os seus órgãos de contato, o meio ambiente. As componentes de sua inteligência deitam profundas raízes na heterogênea matéria universal. "Toda estrela tem um pouco de nós; cada um de nós tem um pouco de uma estrela".

Publicado no Boletim da Associação Brasileira dos Magistrados

Segundo um conceito de RENÉ WORMS, para a sociedade, o meio é o mundo físico no qual está ela colocada e subsiste; o meio, para o indivíduo, compreende, ao mesmo tempo, esse mundo físico e também a sociedade.

É inegável, portanto, que ela, dependendo do estágio de evolução e aperfeiçoamento que alcançou, concorre, decisivamente, para a formação dos grandes homens. Antes que um destes ouse refazê-la, é preciso que a sociedade o faça, segundo uma observação de PEDRO LESSA.

Se é certo que a sociedade humana não é só governada por vontades, pois a discipliná-la existem também leis naturais rígidas, análogas às que regem os fenômenos materiais, é indiscutível e incontraditada a efetiva e benéfica interferência da ação do homem, aproveitando-as e subordinando-as aos interesses da humanidade, muitas vezes até completando-as com as formulações de sua privilegiada inteligência.

Aí, então, é que sobreleva o papel do jurista, isto é, daquele que se preparou para descobrir e entender as leis de evolução que mantêm liame com o comportamento social.

Apesar das vivas preocupações de nosso tempo com os problemas da vida social, as especulações do presente, assentadas sobre um falso cientificismo, concebido à base de exagerado sistema empírico, só voltado para o material, e atônito diante do espiritual, as especulações do presente — repita-se — têm demonstrado, desgraçadamente, obtuso desinteresse pelas grandes metas de redenção do homem, através da superação de males crônicos que o tem afligido pelos séculos afora.

Constitui, uma verdadeira devoção, nos dias que correm, a procura do **ser**, enquanto as especulações sobre o **dever ser**, em termos de formulações delineadoras da conduta social futura, são relegadas a plano subalterno, sem hierarquia honrosa na escala de valores que se estabeleceu.

Assinale-se que o Direito, como ciência, está intimamente ligado a outros fatores culturais, como a moral, as artes, o costume e a economia. Toda a matéria da Filosofia do Direito se subordina ao conceito unitário de Filosofia, como doutrina crítica de valor, segundo uma observação de EMIL LASK.

Portanto, o jurista há que situar-se bem em relação ao meio, mas há que conhecer também os diversos departamentos do conhecimento geral para poder, com segurança, formular as regras de convivência harmoniosa a que todos aspiram. Nesse entrelaçamento, não é de desprezar-se a cultura de outros povos, a experiência de outras nações e, até, a tragédia social em que

muitos Estados sucumbiram. Tudo é válido em termos de observação, porque é à luz da amarga experiência humana que se há de edificar uma estrutura sólida de princípios, dentro da qual o indivíduo se sinta seguro e confiante.

Não alimentamos o sonho da eterna paz paradisíaca para a sociedade dos homens. Isto seria irreal, utópico. Mas acreditamos seja imperioso dever de todas as consciências lutar para que tal anelo se constitua sempre, em todos os lugares e no seio de todos os povos, a meta prioritária da humanidade.

Por um princípio universal que preside a todas as coisas, da mais ínfima à mais grandiosa, do átomo à constelação, a Paz é filha dileta da Harmonia. Abominemos o caos e busquemos inspiração no maravilhoso e harmônico poema do Universo, em que as leis de gravitação superam, por extraordinário e melodioso equilíbrio, a contradição de poderosas forças antagônicas.

Na sociedade humana essas forças opostas também existem. Ao jurista incumbe dominá-las por via de regras verdadeiras de equilíbrio, amoldadas ao tempo, embora provindas de princípios permanentes e eternos.

Entre quantos aprimoram a ordem jurídica, não há quem se sobreponha à missão do Juiz. Nela todos os ofícios se incluem, numa total vivência das posições diversificadas, seja a do indivíduo ou do Estado; seja a do advogado, promotor, professor ou jurisconsulto. É que ao Juiz cabe a missão que o aproxima de Deus: julgar. Decidir sobre o destino dos homens. E assim há de compreender o ofício de quem defende; o dever de quem acusa; a lição de quem ou ensina, no contato com a juventude, ou pontifica para todos, doutores ou não, mostrando o alcance da doutrina e da lei.

Somente assim, sabendo-se colocar em cada posição, para finalmente subir à maior e mais difícil delas, o Juiz exercita sua função, fazendo justiça que não se reduz à fria aplicação do texto legal, mas abrange um sério trabalho de elaboração e construção.

Não lhe basta entregar-se ao estudo para melhor conhecer a ciência jurídica. Impõe-se-lhe penetrar a realidade social, sem o que a função de julgar, alta, nobre e difícil, se perde em equívoco ou se distancia do sentido exato da lei — que há de ser, cada dia, vivificada pela força do intérprete a dar-lhe plasticidade, para alcançar fatos a serem protegidos pela ordem jurídica.

O jurista, fiel à verdade científica, sensível ao seu tempo e identificado com o meio, será o artífice das sociedades livres e o grande paladino da Liberdade.

A Magistratura

Esta solenidade, que nos reúne e congrega, ostenta o alto sentido de um culto. E é exatamente aquele sem o qual as solenidades declinam, estejam mesmo, no plano material, a afirmarem-se poderosas. Sem ele, Deus se ausenta dos homens e estes perdem o próprio sentido da vida e deformam e descaracterizam a sociedade, que é o encontro de interesses, de crenças e de vontades a sustentar valores, desde os que são eventualmente caros, aos que, permanentes, alimentam e engrandecem a humanidade. Refiro-me ao culto do Direito que, se deve ser de todos, muito mais empolga o Magistrado, quase que lhe totalizando as preocupações da vida.

Ao Juiz não cabe, somente, no diuturno do seu ofício, distribuir justiça à vista do texto legal. Artífice do Direito, cumpre-lhe ostentar a sabedoria de tudo sentir e ver, para bem medir e dosar, sejam os favores, sejam as sanções da lei.

Ao Juiz incumbe conter o Poder para que ele não se faça arbitrário, e assim restaurar, no âmbito individual, a harmonia acaso perdida. A Justiça impõe-se, também, por outros relevantes instrumentos que não são, com exclusividade, os da lei. Longos e tormentosos são, muita vez, os caminhos que a ela conduzem.

Montesquieu, ao enunciar o princípio da separação de Poderes no Estado, assim se exprimiu: "É uma experiência eterna a de que todo homem que detém o poder é levado a abusar dele. Caminha até que encontre limites (...). Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder".

A defesa das fundamentais prerrogativas individuais, em face do Estado e no contexto da própria sociedade, tem sido uma constante e apaixonada preocupação da humanidade.

O homem é o **fim** único a que as organizações sociais visam, no sentido de protegê-lo e resguardar-lhe a dignidade de viver. IHERING, estudando os benefícios do comércio jurídico, relativamente ao indivíduo, procurou mostrar que a sociedade, servindo-se do móvel do egoísmo, utilizando-o como força incontrastável no sistema impositivo que empresta realidade ao comando

---

Discurso na Associação Brasileira dos Magistrados, em 5 de novembro de 1971

da norma jurídica, conseguiu satisfazer muitas de suas necessidades, em termos de valores absolutos. Esses valores primaciais ele os catalogou em três sugestivos títulos: a independência do indivíduo, a igualdade das pessoas e a idéia de justiça.

Assim, o egoísmo, como força motora propulsiva na mecânica de formação da norma jurídica pura, segundo IHERING, pode ser considerado o padrão da norma de direito, ou, pelo menos, como um de seus elementos geradores.

Para que a norma tenha aplicabilidade e exerça, em sua plenitude, o comando que encerra, é preciso que o Estado interfira, valendo-se da **coação,** força motora compulsiva na mecânica de aplicação do direito.

A **coação** pode ser considerada, em sentido geral, como a realização de um **fim** mediante a submissão de uma vontade estranha, tendo como pressuposto um ser vivente dotado de vontade, isto é, o homem.

Nascida do egoísmo e imposta pela força, a norma jurídica, para realizar o ideal de justiça, há que encontrar no Juiz o seu fiel e devotado intérprete. Daí a majestade em que se alcandora o magistrado. A realização do Direito depende mais do homem que o interpreta e aplica, que da lei que o revela e disciplina.

ARISTÓTELES, em sua **Política, asseverava** que a retidão da lei deve entender-se no sentido de igualdade. O que é igualmente reto é o que favorece a todo o Estado e à comunidade dos cidadãos. E indaga: beneficia mais ser governado por um homem excelente ou por execelentes leis?

É difícil responder por opção.

Arrisco-me a dizer, contudo, que conquanto o ideal fosse o governo de um homem excelente sob excelentes leis, beneficia mais ser governado por homens excelentes.

Assim o é, sobretudo — e agora não me arreceio de proclamar — quando o confronto é feito entre o Juiz e a Lei. O bom juiz humaniza a lei; sonda-lhe a alma; perquire-lhe a destinação e o alcance mais próprios; reconhece, em termos expressos, o conflito entre a letra da lei e a eqüidade e pronuncia-se sempre por esta, contra aquela. Se não realiza, muitas vezes, pelo menos tenta sempre realizar o **direito justo.**

Bom Juiz, de que é exemplo o juiz inglês, não faz, como o Pretor, um Edicto de aplicação futura; porém, como o Pretor, prefere a idéia à forma; a noção superior e abstrata do justo à regra positiva e imperfeita.

O bom juiz não é um autômato diante da lei nem dela escravo. Julga buscando uma conclusão benéfica e compatível com o bem geral.

Como FRANÇOIS GENY, entendo que o bom magistrado é o que superpõe a meros argumentos formais de lógica outras considerações maiores, éticas, morais, sociais, em uma palavra — humanas — penetradas de uma sadia intenção do justo. A idéia de justiça transcende conceitos técnicos e construções teóricas.

"SUMMUM IUS, SUMMA INIURIA"

Aplaudo STAMMLER quando sustenta que o excesso de juridicidade é contraproducente; afasta-se do objetivo superior do Direito; desvia os pretórios dos fins elevados para que foram instituídos. Faça-se justiça, porém do modo mais humano possível, de sorte que o mundo progrida sempre e jamais pereça.

Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum. Nesse princípio, que nosso direito escrito acolhe, está a síntese de toda a ideologia constitucional contemporânea.

O dogmatismo inicial das primeiras formulações políticas, baseadas no princípio da separação dos poderes do Estado, impunha ao magistrado a condição subalterna de mero **ente inanimado,** preso à letra da lei, jungido à sua forma.

Os métodos jurídicos estreitos, que tudo pediam à **lógica formal,** constituíam um subproduto de um individualismo extremado, em conjunção orgânica com o legalismo fetichista dos revolucionários de 1789. Propugnava-se a aplicação puramente mecânica do preceito normativo, pelo receio ao arbítrio dos magistrados. O entendimento dos textos legais à luz dos princípios gerais, da idéia de justiça e de utilidade social, era energicamente repelido como perigosa invasão no poder de legislar.

No absolutismo instituído dominava o sistema de **onipotência,** descendente da filosofia política do Século XVIII. A lei tinha de ser onisciente, para tudo prever. O juiz, em seus movimentos, ficava aprisionado nas malhas do edito legal, e de tal modo que, nem nos tempos mais sombrios do despotismo, reinava tamanha desconfiança contra os poderes do magistrado.

Negava-se PLANTÃO, para quem o que parece imutável na lei é o seu fim de justiça e não a sua forma, porque esta varia de acordo com os padrões que cada época impõe. A legislação forma parte da arte régia; mas que não domine a lei como coisa,

e sim o homem como rei e como sábio, porque a lei por si mesma, por um pensamento, nascido de sua forma hirta, nunca poderia ordenar com precisão distribuindo o que fosse mais justo conjuntamente por todos. Pois as desigualdades dos homens e das coisas e a incessante intabilidade das ações exigem que uma consciência ativa alargue ou estreite a lei de modo a que ela amolde o fato ou a ação, dando-lhes o perfeito caráter do bom e do justo, ou, ao contrário, do injusto, desprezível e condenável.

Roscoe Pound, da Universidade de Harvard, adepto da Escola Analítica, observou, a respeito do bitolamento da consciência do juiz, imposto por uma rígida concepção individualista, que as influências desse **radicalismo legal** chegaram até aos Estados Unidos, onde muitos sustentavam a idéia da administração da justiça ao modo desses aparelhos automáticos: põem-se os fatos no anel de entrada, puxa-se a alavanca e retirar-se a decisão préformulada! Assinalou que, no Século XIX, houve sério empenho em todos os sistemas jurídicos, de se conformar o procedimento judicial a essa teoria. Mas — acrescenta — uma natural reação veio exigir uma também radical mudança do método: a substituição daquele sistema pela norma pessoal e subjetiva do juiz, por um conceito geral de bem comum.

A concepção jurídica extremamente positivista da separação dos poderes teria sido responsável pela proposição de que os juízes não tinham poderes de, por meio da extensão analógica dos casos julgados, obter preceitos para novos casos.

Mas, prevaleceu, afinal, a técnica de **common law,** nascida da Escola Sociológica que constituíu uma superação da **lógica formal,** predominando, então, na aplicação da lei pelo juiz, a idéia de justiça, da utilidade comum e das exigências da realidade social.

É de notar-se que uma evolução paralela operou-se no Direito francês, segundo observa MAURICE HAURIOU, para quem, durante o legalismo revolucionário, a própria interpretação contenciosa das leis pelo juiz foi-lhe mesquinhamente **racionada,** pois a concepção revolucionária primitiva era a de que a exegese das leis duvidosas devia ficar reservada ao próprio legislador, de tal modo que o juiz não tinha outra coisa a fazer senão aplicar mecanicamente textos de uma significação certa.

Foi preciso um século para que o juiz recuperasse seus poderes naturais de interpretar as leis em nome dos princípios superiores do Direito.

A mitigação dos primitivos conceitos resultou do aperfeiçoamento das formas democráticas de governo.

Hoje, não é impróprio dizer-se que o juiz tem poder de **legislar** para o caso concreto que é posto sob sua jurisdição. A ele incumbe a aplicação **casuística** da lei sob o influxo de **princípios sociais.** Ao legislador compete a criação da norma geral, contida por **preceitos constitucionais.** Judiciário e Legislativo harmonizam-se e completam-se na elaboração da lei e revelação do Direito.

Afastados das paixões mais incisivas; distantes do Poder material mais susceptível de desvirtuar-se, vós, juízes, estais mais próximos da Razão.

Perdoai-me se vos estou a lembrar o que sabeis mais do que eu. Faço-o numa confissão de fé, nesta esplêndida hora em que me é concedida a excelsa honra de vos dirigir esta saudação.

Num mundo que vertiginosamente se transforma, mais avulta a importância do magistrado. A técnica revoluciona as relações entre indivíduos e povos, numa celeridade impressionante, e o Estado não tem como armar-se das normas disciplinadoras do mundo que, dia a dia, se renova, pois se a lei vem da vida, há que ser fruto das formulações doutrinárias e teóricas de que não se ausente a Justiça. E os conflitos exacerbados pela perplexidade hão de ter a solução para que não se quebre a paz social.

Eis por que o juiz tem de ser também o jurista, o filósofo militante, a inspirar-se nos princípios, para construir a norma justa, que atenda aos fatos que, em tumulto, se lhe apresentam à apreciação e ao julgamento.

Perante este Plenário, onde se reúnem os que da sociedade receberam o supremo, grave e irrecusável direito de julgar — mais do que um ofício ou missão e acima mesmo do poder — desejo exaltar a grandeza humana, em sua altitude maior, quando a serviço exclusivo da Justiça.

Na luta pela vida, muitos são os campos de atuação onde os êxitos se alcançam e, com eles, os aplausos e as honrarias, a que não faltam os abundantes bens materiais. É a alternação de dar e receber, em que as individualidades, enriquecendo o meio social, dele ganham os títulos e as compensações que as destacam, ilustram e alteiam, na consideração e na estima de seus semelhantes.

Há, todavia, um caminho eleito pelo homem, onde muito pouco lhe está destinado para receber e tudo dele se exige e se lhe impõe: trabalho, desprendimento, abnegação, sacrifício, amor. E muito mais: a inteligência para ver melhor, por sobre as paixões desencadeadas, o direito reclamado, a cultura para cons-

truir, em meio à imprevisão da lei, o mandamento soberano da Justiça; coragem de ser sereno e frio, para ser fiel aos princípios que não podem desertar a consciência; a bravura de prever as reações violentas dos insubmissos e, não obstante, expressar, eloqüente, a crença de que mais importante é o cumprimento do dever; a altivez que não se confunde com a soberba, pois é o não temer a arrogância da força, divorciada do justo; a humildade de quem teme o erro e sentencia e manda que a paz se restabeleça, sob a proteção da ordem jurídica.

E assim, imolado ao peso dos maiores valores por que vela e a que se entrega, esquecido de seu próprio destino, engrandece-se — é verdade — pelo que dá e doa e constrói e saneia e corrige e obriga sob a égide da Justiça, e esta, se emana da lei ou da doutrina, brota, imperativa, de uma consciência pura, honesta, incorruptível.

As horas de terror e de amargura que, nestes últimos tempos, têm enlutado a humanidade; o império da força poderosa e insólita que vem tentando e, não raro, desgraçadamente, conseguindo sobrepujar todas as ordens éticas de comportamento social, impõem-nos o dever de proclamar, realçar, elevar até aonde possa ser elevada, a sagrada função dos magistrados.

Faço-o, com incontido entusiasmo, crendo por sentir a necessidade de crer, por estar em mim esta fé que me envaidece professar, proclamando que reside em vós, no vosso gênio, na vossa intuição, na vossa sabedoria, na vossa coragem, a suprema missão de apascentar os homens e reerguê-los à condição de imagem e semelhança de Deus.

Nós — o Congresso — somos o Poder que cria a norma jurídica. Diria melhor: que a revela pela vontade do povo. Vós sois o Poder que a interpreta e lhe dá vida.

Vós tendes, no conceito de MONTESQUIEU, a nobilíssima função de deter o Poder.

Vós sois, como sentenciou CELSO, os artífices do bem e da eqüidade!

Eis porque vos saúdo, Magistrados do Brasil. Vosso destino é maior, oferecendo um labor diário feito de trabalho, estudos e sacrifícios, à Justiça. Vossa missão tem qualificação que vem do vosso ofício e ganha altitude, com o destemor e a honradez, com que souberdes afirmar, pela ação, o reinado da Justiça, entre os homens.

Saúdo-vos, pois, Magistrados, porque tomastes um caminho que repele os fracos e deve conduzir sempre, por sobre todas as

dificuldades e vicissitudes, à Justiça. Ninguém mais do que vós precisa ser livre, mas vossa liberdade há de manifestar-se sempre a serviço do Direito. Que as fraquezas não vinguem, as paixões desfaleçam, os preconceitos não preponderem, e tudo que de vós emane tenha a grandeza de vossas imensas provisões espirituais, dirigidas ao mais sublime dos fins, a Justiça. Juízes, assim sereis, sob nossos aplausos e, o que é melhor, sob as bênde Deus.

Agradecendo

À Academia Brasileira de Letras

Trago a este conspícuo Colégio de expoentes a homenagem de apreço respeitoso do mais alto Plenário político do País.

Sei bem longa a tradição do bem conviver da política convosco. Grandes vultos do passado, nela militantes, entronizaram-se nesta Casa pela honrosa eleição de seus fundadores. Evaristo da Veiga, José Bonifácio, o Moço, José de Alencar, Tavares Bastos e Visconde do Rio Branco apadrinham vossas cadeiras. E contemplo neste Plenário tantos dos que ainda há pouco serviram à causa pública com o mesmo devotamento com que nos ilustram e honram a cultura.

Por isso, reverente, aqui me encontro para um despretencioso diálogo, mas à vontade, porque vi sempre bem sucedidos os políticos que, intelectuais, aspiraram à glória da imortalidade. Digno de assinalar-se, ainda, é a reciprocidade deste entendimento constante. Não sei de nenhum dos vossos que não tenha logrado igual receptividade na vida pública, quer no Parlamento, quer fora dele.

A instituição parlamentar brasileira guarda em seus Anais a riqueza de vossa eloqüencia e as provas de vossa criatividade, na busca incessante de soluções para os grandes e desafiadores problemas brasileiros. A vossa missão preservadora do patrimônio espiritual brasileiro há, necessariamente, de ser coadjuvada pela ação indispensável da política. O Congresso não pode nem quer ser espectador passivo do esforço inadiável de darmos à estrutura material do País o suporte ou o embasamento cultural e humanístico, sem o qual corremos o risco de nos despersonalizarmos como Nação. Mas esta visita tem o objetivo de exaltar-vos e agradecer-vos. Sou grato ao vosso concurso inestimável.

Utilizei-me de vosso trabalho até mesmo de forma abusiva. Dentre vós viemos buscar um dos mais ilustres historiadores — Professor José Honório Rodrigues — para dirigir a primeira das obras com que o Senado Federal iniciou sua contribuição às comemorações do Sesquicentenário da Independência. Vali-me de outro historiador não menos preclaro, o Professor Pedro Calmon, para valorizar, com erudita introdução, a edição fac-similar

---

Discurso na Academia Brasileira de Letras, em 18 de janeiro de 1973

desta raridade bibliográfica que são, hoje, os Diários da Assembléia Constituinte de 1823. Os estudos que encontrei, para comporem um volume de análise histórica de nossa primeira instituição parlamentar, foram todos de membros desta Casa: **A Ação da Imprensa em torno da Constituinte,** de autoria desse exemplo de retidão e combatividade, que é o nosso companheiro comum, Acadêmico e ex-parlamentar, Barbosa Lima Sobrinho; **A Constituinte Perante a História,** obra de um de vós que não chegou a tomar posse nesta Casa, mas que militou ativamente na política do Império, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, compilador dos Anais do Senado, para honra nossa; e, finalmente, o de Rodrigo Otávio, **A Constituinte, sua Obra Legislativa.**

Espero, contudo, que essa cooperação ganhe intensidade, marcando, não uma reconciliação, porque entre nós e as instituições que integramos nunca houve divergências, mas um estreitamento fecundo, tão necessário ao enriquecimento da vida pública quanto indispensável é o estabelecimento de diretrizes à formulação de uma política cultural para o Brasil.

A compatibilidade entre a política e a Academia preocupou os fundadores desta Casa. Na sessão inaugural, Nabuco, sem dúvida a expressão mais acabada de intelectual e homem público, disse com admirável precisão:

> "Eu bem sei que a política, tomando-a em sua forma a mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Panteon."

Mas acrescentou, como a complementar um pensamento de notória atualidade:

> "Nós não pretendemos matar no literato, no artista, o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político. A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressente em cada povo a literatura toda de uma época; mas para a política pertencer à Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um Parlamento".

Penso como ele, que a política é realmente indissociável das grandes obras, as que materiais sejam, como as imperecíveis criações do espírito. Por isso mesmo, comungo convosco do

ideal de, juntos, preservarmos os elementos imateriais de nossa cultura que fazem, em última análise, a grandeza da Nação.

Neste Colégio cessam os facciosismos partidários. Não há lugar para o que possa dividir, separar, obumbrar a clarividência dos imortais. Vossa missão é o descortinar todos os horizontes da cultura, oferecendo contribuição isenta de preconceitos ou prevenções. Vossa visão abrange todo o universo social.

Eis, então, como as missões ainda se confundem e intelectuais e políticos se ajustam em comunhão, não raro, providencial, para as formulações e os embates, sem o perigo da confusão, denunciado por Nabuco.

A Medalha Comemorativa do Sesquicentenário da Independência que outorgo ao vosso Presidente — a quem sou grato pela acolhida generosa — este primoroso jornalista, Dr. Austregésilo de Athayde, que imprime à crônica diária a marca do seu próprio destino — a imortalidade — expressa o reconhecimento do Legislativo à inestimável contribuição que destes, sempre, individual ou coletivamente, às formas mais eloqüentes da cultura brasileira.

A de vosso Fundador, que ora recebo, tenho que seja um qualificado testemunho de apreço que honra, desvanece e me concede a certeza de que, no ofício, cheguei à altura de ser por vós distinguido.

Vossa colaboração, notável no passado, faz-se imperiosa e indispensável no presente.

Vivemos uma crise. Urge reformulemos tudo, contemplando, sob inspirações humanísticas e cristãs, o grande marginalizado — o homem — esmagado pela burocracia totalitária ou triturado pela engrenagem da máquina multiplicadora do lucro.

Aqui, e em todos os países, o fanatismo político se arma ameaçador, e somos um povo que nasceu para a liberdade. Não aquela que nos faça inertes ante os que, terroristas, agridem os valores e os bens que cremos eternos, mas, para a liberdade que nunca se ausenta da responsabilidade. A liberdade que, pelos caminhos da solidariedade, nos conduza à Justiça.

E para que este ideal empolgue as leis, conduzindo e disciplinando a Nação, impõe-se, num encontro feliz, a ação harmoniosa, a luta solidária de intelectuais e políticos.

Eis uma tarefa que, sendo de todos, é principalmente nossa. Unamo-nos, cada dia mais, aos que, preocupados, estudam e tentam as fórmulas humanizadoras. Cabe-nos o dever de persegui-las, não obstante a certeza de que difícil é alcançá-las.

E porque creio em vós, no vosso talento criador e na contribuição que podeis dar ao aprimoramento de nossas Instituições, é que aqui estou, Presidente do Congresso Nacional, para, em seu nome, no ano do Sesquicentenário do Poder Legislativo Brasileiro, dizer à vossa Instituição benemérita um pouco da admiração imensa que temos pelo vosso ofício brilhante, nobre e fecundo.

À Sociedade Brasileira de Geografia

As Instituições que marcam a atuação, no trabalho e no estudo da Pátria, vistas em termos de tempo e espaço, merecem, sempre, não apenas os favores do elogio, mas as reverências do respeito de todos e, principalmente, dos que têm, pelo ofício, o dever maior de servir sempre, abnegadamente, sem desvios ou tibiezas, o povo, a Nação.

Esta vetusta Entidade traz em si a juventude que não esmaece e morre, com o passar dos anos, antes ganha mais vigor, porque acompanha sempre o evolver de uma realidade, cujo destino é renovar-se e aperfeiçoar-se, para nossa vaidade e ufania.

E assim a vejo e compreendo e, por isso mesmo, já a venero, ao ser aqui recebido, ostentando láurea que, se honra e eleva, vincula-se a responsabilidades de que serei digno, pois esta é a determinação de minha vontade, sob os influxos de varões tão ilustres, encanecidos no serviço da Pátria, aqui e aonde já foram levados para o cumprimento do dever.

Creiam-me, Senhores, honrado e agradecido.

Este Casa, que já é, também, minha, tem um soldado a mais, disposto ao esforço de ombrear-se à altura dos que, hoje, como ontem, sustentaram-lhe a bandeira auri-verde, símbolo de um povo que, nos trópicos, constitui uma Pátria e luta por que esta seja desenvolvida e próspera, e, sobretudo, livre e cristã, para que a entreguemos, como o melhor dos legados, aos nossos filhos e a todas as gerações.

Senhores, aqui estou, despojado de tudo, mas rico de civismo, para acompanhar-vos em vosso mister de servir.

E muito temos diante de nós, sob as inspirações de uma realidade geográfica que, de tão grandiosa, assusta os fracos, mas não intimida a raça de pioneiros que começa a escrever a grande epopéia de incorporação da Amazônia à economia nacional. Jovens e velhos, na fascinação do desconhecido que deslumbra, e sob o arrimo de um estímulo em que todos crêem — o do Governo — marchemos, resolutos, para a grande conquista de integração de todo o nosso povo.

Discurso na Sociedade Brasileira de Geografia em 8-5-72

E sob o binômio homem-terra, muito tendes a doutrinar, pois bem posso dizer que ele é o mais eloqüente objeto de vosso culto.

Daqui subsídios brilhantes hão de ser úteis à sinfonia de coragem, audácia, trabalho e fé que os brasileiros de todos os quadrantes cantam e fazem ecoar, nos confins da Amazônia. Ensinando à nossa gente o que temos a arrancar — e como — das entranhas da terra, estaremos a traçar, com segurança, os próprios rumos da grandeza nacional.

Esta Instituição, sob a Presidência brilhante de Jurandir Pires Ferreira, promove seminários, mobiliza valores, para a compreensão de nossa problemática, com o que clareiras se abrirão ainda mais ao célere desenvolvimento do País.

No culto à História, no conhecimento e na guarda vigilante de nosso patrimônio geo-econômico, este Instituto se alteia no conceito nacional e constitui uma cidadela cívica e uma força intelectual militante, a serviço do Brasil.

Hoje, mais um ciclo de Altos Estudos se inicia e terá o destino de outros já realizados por esta benemérita Entidade.

Estudando a nossa problemática, através o depoimento e os subsídios das mais qualificadas autoridades dos Estados-membros, teremos, ao cabo desta promoção, um retrato fiel da realidade que precisa ser conhecida por todos, para que cada um possa dar sua contribuição ao desenvolvimento brasileiro.

Distante estamos das improvisações danosas. Da nossa cultura fazemos nascer as instituições sócio-políticas que, em breve, nos farão a grande potência — sonho de várias gerações.

Nossos horizontes se ampliam graças às iniciativas geradas no seio de todas as forças vivas da Nação. Impõe-se o trabalho de todos, sem o que as mutações se cingem a setores e não penetram todo o organismo social.

Aos estímulos do Governo cabe a resposta decidida do empresariado, dos trabalhadores e das entidades que têm a preocupação do debate e do estudo. Entre elas avulta o Instituto Geográfico Brasileiro.

E como se não bastasse a honra de presidir solenidade de tão alta significação cultural e cívica, que se desdobrará em ambiente de fecundo trabalho em que as discussões, os debates e os testemunhos formarão anais a enriquecerem o patrimônio comum, eis que o orgulho quase de mim se apodera ao ouvir a saudação do ilustre Marechal Ademar de Oliveira e Cruz, exemplo da alma do militar brasileiro, vigilante sempre e disposto

a mais um sacrifício, quando uma causa do Brasil houver por defender.

A rígida disciplina do quartel, que se fêz hábito no alvorecer de sua vida, inseparável está sempre do civismo e eis que vemos soldados, tão brilhantes quanto desinteressados, renunciando à remançosa e justificada paz do lar, para a febril agitação de um concerto desenvolvimentista, ao qual se integra, com brilho intenso, esta notável Instituição.

Assim vos vejo e contemplo, ilustre Marechal, e, por isso, avulta aos meus olhos e cresce em meu coração cada palavra com que fui saudado.

Em companhia tão ilustre, muitas centenas de brasileiros aqui estarão em busca de aperfeiçoamento intelectual — a forma mais hábil de qualificação para servir.

E quantos, dentro desta Entidade, lhe injetam, pelo trabalho e pela fé, vida cívica militante, têm diante de si novas motivações benfazejas, para tornarem ainda mais benemérita uma casa que, se de estudos é, também ostenta a expressão dignificante do idealismo do nosso povo e, sobretudo, de nossa elite intelectual.

E disso vivem os povos, com vocação de grandeza. Os que têm limitadas as ambições quedam-se na rotina ou se deixam abalar e ameaçar pela voragem de inconformismo da juventude sem perspectivas, sob influência, não raro, de forças desagregadoras, mobilizadas fora do País. O que não ganha impulso visando a acompanhar o ritmo de desenvolvimento oferecido ao homem na era da tecnologia, em que os espaços se dominam e os recursos se transformam, celeremente, em riquezas a serviço dos povos, cai no imobilismo, causador de crises. Os bons governos avocam as missões pioneiras, mas têm de, em simbiose com a Nação, através de todas as classes, realizar o trabalho criador.

É a grande mística de afirmação nacional que se cristaliza, longe dos equívocos que geraram, entre os povos, teses negativistas de preconceitos raciais ou sonhos expansionistas, de domínio, qualquer que sejam os disfarces em que se ocultam firmada na floração de ideais assentados no amplo, promissor e rico espaço geográfico que, se amado é — e como o amamos — há de ser melhor conhecido para que proporcione a afirmação do povo que aceitou um legado e crê na missão histórica de transformá-lo em obra de redenção.

Este, o sentido de mobilização dos brasileiros. Neste concerto de trabalho uma força tem de, necessariamente, atuar, para,

na vanguarda, estimular, orientar e esclarecer — tendo ante si um mapa que tanto nos promete — as forças desencadeadas pelo notável impulso de criar, inovar e abrir caminhos ao futuro.

Eis por que creio ainda mais na capacidade realizadora da Sociedade Brasileira de Geografia. Quando o ceticismo tomava conta de tudo, a entidade sempre foi núcleo de crenças nas potencialidades do nosso País ou expressava a palavra do equilíbrio científico ante as fórmulas passionais com que se pretendia dar solução a problemas.

A técnica oferece a todos os meios de conhecer e dominar a natureza, e a sabemos rica e dadivosa. Não nos faltará ação para transformar a terra da promissão na terra da felicidade e da paz.

Creio em vós, Senhor Presidente, porque acredito na equipe que arregimentais, lúcida e prestimosa, em torno de iniciativa do maior sentido patriótico.

De minha parte, e da Instituição a que tenho a honra de presidir, podeis contar, sempre, com o apoio caloroso, que não se cinge às comodidades dos aplausos, mas tem a promessa do trabalho que se impuser necessário à obra comum do desenvolvimento brasileiro.

E o Congresso Nacional se junta a um pugilo de brasileiros notáveis, na fidelidade sem transigências ou vacilações a um povo que já sorri dos **slogans** de que será o País do futuro, porque já começa a ser a Pátria do presente, desenvolvida, próspera, sob a égide da paz e a proteção da Justiça.

Eis a razão por que cresce, em muito, Senhores, a vossa responsabilidade. Muito temos a construir, e a História há de consignar registro honroso do trabalho extraordinário que, ao longo do tempo, este Instituto realiza e de que é exemplo este conclave, cujo limiar estamos festejando, convictos de sua excepcional valia. Se maiores as tarefas nesta quadra histórica, maiores hão de ser também os compromissos do Instituto Geográfico Brasileiro com a Pátria, que é o seu culto.

Ontem, quando o cassandrismo cobria, com o crepe negro do pessimismo, uma região para alguns economicamente inviável — o Nordeste — desta Entidade ecoavam os gritos de protesto, que eram autênticos hinos de esperança.

Mais nos homens que na terra haveríamos de encontrar os fundamentos das frustrações sucessivas que quase tragavam uma região inteira de descrença, se não de desesperança, e — por que não dizer? — de desespero.

E foi do conhecimento, obra de anos de trabalho deste Instituto, que mensagens de otimismo se fizeram, e os homens públicos ganharam o sentido da crítica, isenta e desapaixonada, primeiro dos caminhos para as revisões retificadoras de uma política responsável pela sucessão de fracassos, no Nordeste.

Não sou eu o conferencista desta magna sessão e perdoai-me o me estar alongando em considerações alinhadas, na pressa, de quem tem todas horas cheias de um trabalho que desafia os restos de mocidade que, mercê de Deus, ainda ostento.

É que a homenagem de que sou alvo é importante para mim e não me bastariam as palavras formais que, de improviso, viesse aqui proferir. Sei que a honra transcende a mim, para abranger a Instituição em nome da qual me cumpre falar.

Os homens não valem pelos seus privilégios de poder ou de fortuna, mas pelo bem que possam realizar em favor dos seus semelhantes.

Com esta homenagem com que me distinguis, vós estais me concedendo a graça, de, por um instante, julgar-me, eu próprio, acima de minha própria valia. Isto me comove, conforta-me e creio que, inclusive, me estimula a crescer e subir até aonde terei que situar-me para merecer o galardão da vossa excelsa bondade.

Transponho os umbrais de vosso centenário Instituto com a contrição de quem ascende a um Templo. Aqui reunistes, com uma devoção apostolar a mais viva, imperecível, acervo de conhecimento sobre a terra grandiosa que, com nosso trabalho, se desenvolve. E o fizestes, e continuais fazendo, ainda, por exclusivo amor às nossas tradições mais caras, realizando um trabalho só recompensado pelo reconhecimento da Pátria.

Por isto, aqui no vosso Templo, eu assumo uma posição de contrita humildade pelo que não sou por não ter podido ser, mas acalentando a terna ilusão, por sugestão de vossa graça, de ter, pelo menos, feito por merecer ostentar a condecoração que agora me impondes e que — eu vos prometo — nunca será deposta do meu peito por desonra ou desamor a meu País.

À Associação Comercial de Sergipe

Homem do Nordeste, sei bem a significação de uma entidade que se fundou, num Estado pobre, 50 anos após nossa independência. Já era a grandeza de um Estado, pequeno apenas em limites territoriais, a afirmar-se, pelo associativismo — o melhor dos caminhos, então precursor, numa época em que soltas estavam as asas do individualismo que, mais que um sistema, constituia uma concepção de vida.

A antevisão de um povo fê-lo crer, precocemente, nas excelências da organização que disciplina e une cidadãos e grupos específicos, para a defesa comum e para a promoção e aperfeiçoamento das atividades a que se dedicam.

Foi esse o espírito propulsor que, há cem anos, inspirou a criação da Associação, nascendo, assim, do impulso fraterno de união de um povo, na luta por seus direitos, no seio de uma Federação, então, imprecisa, porque objeto de obstinada construção teórica e jurídica.

E, desde então, foi ganhando prestígio esta Entidade, num testemunho de clarividência e trabalho das forças atuantes de Sergipe.

E como uma sociedade em formação, a nova Instituição estava fadada a irradiar-se por todos os setores, socorrendo, provendo de recursos, auxiliando.

Em pouco, sob a liderança do comércio, a Associação seria uma Instituição organizada e benemérita, a demonstrar o de que é capaz um povo que sabe, sob as melhores inspirações, modelar o próprio destino.

Oportuno é, portanto, que prestemos as homenagens de apreço a uma classe, símbolo notável de uma coletividade, justificadamente ufana de seus grandes líderes que deixaram mensagens que hão de permanecer no campo das letras, da filosofia, das artes, da política e da iniciativa particular.

Discurso na Associação Comercial de Sergipe em 22-5-72

Nesta noite festiva, minha alma sensível de nordestino vibra na exaltação de um século de história feita de trabalho e lutas, a que não faltou desde a dádiva material à doação que muitos fizeram de si mesmos, em gesto de solidariedade, em sacrifícios, para amenizar as agruras de outros, na vigilia que é o tirar horas reservadas à tranqüilidade e ao repouso, para destiná-las ao serviço da comunidade.

Se naqueles idos tempos, em que outros eram os objetivos, mais sociais que reivindicatórios, menos específicos que voltados à defesa dos interesses gerais, esta Entidade impôs-se ao respeito de todos e logrou realizar obra benfazeja, hoje, com suas atividades se dirigindo ao estudo dos problemas e à busca constante de soluções viáveis, mais lhe cresce, portanto, a valia.

Em nossa época, bem sei que os vanguardeiros, cujos nomes são lembrados com gratidão, encontram egrégios continuadores, que dão às festas que se iniciam um sentido acima das congratulações, pois representam um ato de fé e um compromisso mais solene, daqueles que têm, nas dificuldades e nos óbices, estímulos de luta.

As classes produtoras vivem o grande momento do Brasil que cresce e se renova, buscando construir uma sociedade livre e aberta, na qual uma força proeminente se destaca e avulta: o Comércio.

A Federação, marcada por desconcertos em razão da estagnação de muitas de suas Unidades e o desenvolvimento acelerado de poucas, não era um todo orgânico vivendo em equilíbrio. Havia um centro de decisão, no seio do qual uma política se perpetrava, minando, continuadamente, a segurança nacional pelos ressentimentos e frustrações dos que viam — como gesto de injustiça — a abastança multiplicar-se em zonas e as carências materiais castigando e açoitando o corpo, já batido pelas intempéries, dos indômitos nordestinos.

Há um processo de desenvolvimento em curso, do qual caberá ao Estado o comando, voltado a uma política em que o sistema produtivo seja provido dos recursos tecnológicos e estes provenham, intensificados, não apenas do Exterior, mas das instituições de pesquisas que devem ser estimuladas ao máximo.

Num País marcado por disparidades, o mercado deve ser visto, atualmente, atendendo-se ao social e empresarial e sem que o fomento às exportações relegue, jamais, o mercado interno a ser atendido.

É, pois, um trabalho complexo em busca do equilíbrio entre forças desiguais e, não raro, conflitantes, tendo em vista os diferentes estágios sócio-econômicos de regiões.

Ingressamos numa era em que a ausência de recursos materiais, em muitos casos, não obsta o desenvolvimento, como este se multiplica pela existência daqueles.

Assim, se impõe a presença de uma política estatal que, além de fixar normas e diretrizes, ajude, promova, estimule áreas e empresas, com o que há de ampliar o mercado interno e dar poder competitivo ao nosso intercâmbio com o exterior.

Deste modo, facilita-se a ação da pesquisa, que inclui sempre grandes dispêndios e riscos, e se estimula a fusão e incorporação das empresas, sem que se olvidem os incentivos fiscais, os programas de integração, as retificações tributárias, em proteção a regiões pouco desenvolvidas ou às médias e pequenas empresas.

Como se viu, somente um Plano Global audacioso, como o que se executa, será capaz de prover a iniciativa particular para que ouse inovar métodos de trabalho e ação, sem entrechoques perigosos, ao mesmo tempo em que o uso dos recursos tecnológicos sejam utilizados por todas as regiões.

Em nossos dias todo um quadro se transforma. À pioneira Associação, que agora bendizemos, unem-se as de todo o País, formando um poderoso forum de debates onde as distorções são apontadas com o embasamento de números e índices verdadeiramente convincentes, que sabemos serão, com isenção, examinados para que as correções se processem.

As diretrizes indispensáveis ao desenvolvimento do País, em suas implicações com o comércio interno e a necessidade de dar-lhe poder competitivo no âmbito externo, constituem objetivos de discussões e debates, ao cabo dos quais soluções são preconizadas, interessando ao todo, como recentemente demonstrou o Congresso das Classes Produtoras, na Guanabara.

É um grande complexo que se forma, irrigado pela força propulsora do Comércio e outras atividades produtivas, que não se cingem ao imediatismo do lucro, mas prevêem, no aperfeiçoamento das formas de intercâmbio, a expansão multiplicadora do desenvolvimento.

É o País, com um parque industrial poderoso e diversificado, disposto a oferecer a uma população que cresce, nas diferentes regiões, oportunidade de consumir, o que importa em integrá-la no organismo social.

Somente assim as mudanças qualitativas abrem os horizontes a todos, erigindo uma vigorosa democracia, solidária e cristã, preocupada não apenas em oferecer a uma minoria os direitos que esta exige, mas em fazer de cada brasileiro sujeito ativo do desenvolvimento.

Ao Comércio cumpre o exercício de missão de sumo relevo, no passado antevista pelos precursores desta pujante Instituição, e, no momento, demonstrado no trabalho de participação a influir, decisivamente, na direção a ser dada ao País.

E nós, do Congresso Nacional, que somos os representantes do povo, temos de ensejar a identificação constante das forças vivas com as Instituições, umas e outras marchando no sentido do aperfeiçoamento resultante do encontro harmonioso do progresso com a Justiça.

Na medida em que, homens públicos e das classes produtoras, soubermos sentir, captar e interpretar tudo que válido seja à formulação do melhor e do mais justo para a sociedade que estamos construindo, maior há de ser a autoridade com que afirmaremos a respeitabilidade de nossa atuação entre Nações.

Delineado está nosso perfil sócio-político. Passado é o alheamento do Estado ao jogo das forças econômicas, em nome da liberdade do indivíduo, este a vítima maior do processo.

Queremos a liberdade de iniciativa, em plena e indissolúvel união com o interesse público, que é o interesse geral, de todos os nossos concidadãos.

Subsidiando, provendo, mas fiscalizando e demarcando a ação da empresa privada, o Estado cria condições de estabilidade social, sem o que o desenvolvimento será mero acaso intermitente ou cíclico, interrompido, sempre, por crises paralisadoras da vida nacional. E vivemos num mundo em que não basta andar, porque é indispensável correr, para acompanhar o ritmo vertiginoso das mutações que a era tecnológica proporciona.

A necessidade de aceleração do progresso, com a manutenção das liberdades e com maior grau possível de participação da iniciativa privada e de descentralização da atividade econômica, importa na expansão das oportunidades a todos os setores e regiões, o que só será possível sob a ação disciplinadora do Estado, pois o contrário determinará sempre a concentração da riqueza em áreas já providas de infra-estrutura e organização para o livre e crescente jogo das economias de mercados.

Em busca do equilíbrio, o Estado destina seus recursos para assegurar ao trabalhador a participação efetiva nos lucros das empresas a que se somam verbas públicas. O funcionalismo tem, na formação do seu patrimônio, o testemunho da proteção do Estado; o lavrador, pária mais que homem, a esta condição finalmente se eleva, tal o ordenamento dos Evangelhos, ao receber do FUNRURAL o arrimo e a segurança no infortúnio da doença ou no ocaso da vida; o PROTERRA dará a reforma agrária que proporcione a distribuição não, apenas, da terra, o que é pouco, mas promova, pela educação, o homem e o erga a agente do desenvolvimento; a TRANSAMAZÔNICA, a abrir os caminhos do desconhecido tanto quanto do ambicionado, para que o brasileiro se proclame dono do seu território, como do seu destino; a SUVALE e PROVALE, integrando regiões e lhes dando recursos, antes acenos de promessas, já, agora, expressões do trabalho redentor de um povo sob o impulso inconformista ante o quadro triste da pobreza.

E sob a inspiração da Justiça Social o Estado cria, inova, renova, aperfeiçoa e revoluciona instituições, com modelos embasados em nossa realidade, e, dentro em pouco, as forças econômicas, fortalecidas, trarão o desenvolvimento, ampliando mercado, multiplicando as trocas e dando, afinal, densidade demográfica ao Brasil grande, anseio e meta de todos os nossos compatriotas.

Ao lado dessas providências, pelas quais o Estado se atribui missão democrática e cristã, outras tarefas se impõem, ligadas à segurança ou à proteção dos interesses nacionais.

Serei, sempre, por que a economia tenha os impulsos criadores através da iniciativa privada. Mas julgo indispensável o controle de setores pelo Estado, cuja ação há de eliminar distorções e privilégios, de sorte a não constituir, em certos casos, concorrência desleal com a empresa particular.

Mas há ainda os que devem ser objeto de monopólio estatal — e exemplos os há, é bom se ressaltem — em que a administração do Estado se acredita, no País e fora dele, e basta declinar um nome para que os aplausos confirmem a assertiva que venho de fazer: a PETROBRÁS, dirigida pelo General Ernesto Geisel, um homem de Estado, patriota clarividente, por cujo esforço e trabalho o Brasil inteiro se manifesta agradecido. Se ontem foi a Empresa tema de demagogia para os alardes de um nacionalismo suspeito, avulta, hoje, como incontratável expressão de que o Estado, no âmbito da iniciativa privada, não é predatório,

sabe organizar-se, impondo-se pela ostentação dos melhores recursos técnico-administrativos.

Esse, o nacionalismo que não precisa de "slogan" ou propaganda mirabolante, porque logo se identifica com o que, sem mistificação, brota do coração dos brasileiros. O problema da iniciativa privada deve ser equacionado considerando-se regiões e setores, nunca sob a ótica otimista de que somos um todo harmonioso, o que, além de falso, é injusto.

A distribuição da renda, já, como vimos, está sob vigilância e disciplina do Estado. E outra meta importante ganha recursos — a educação — que, abrangendo todos, em diferentes níveis, tudo há de transformar.

O sentido tradicional da estrutura da empresa, limitada a grupo familiar ou não, alargar-se-á, por imperativo da época de crescimento e aprimoramento sem limites. Os recursos tecnológicos não ficarão ao alcance apenas das empresas estatais ou estrangeiras, mas se estenderão a todos, numa nova visão do universo econômico. A figura do capitalista não se confundirá com a do administrador, e ambos terão os estágios de "reciclagem".

A era do desenvolvimento chegará, não para um País separado por regiões, onde poucos dominam a economia, se não o poder. Virá, sim, aquela em que, sob o império da Justiça que exige a presença do Estado, estaremos conquistando, em ritmo acelerado, mercados externos, numa afirmação do Poder nacional, a representar uma sociedade que a todos ofereça um lugar, humilde que seja, mas decente e cristão.

O comércio ganhará outra dimensão. O intercâmbio e trocas, no âmbito interno, registrará a integração de todos, e a exportação, **acrescida e diversificada** por nosso poderoso parque industrial, levará produtos manufaturados a todos os países, numa demonstração do nosso auspicioso progresso tecnológico — resultado da valorização do homem brasileiro, pela educação.

Muito mais poderia dizer não fora a premência com que alinhavei estas notas.

Dir-vos-ei, entretanto, que, concluída a obra já em meio, o Mundo poderá ver, pelo turismo, o que, nestes dias, me fez deslumbrado: o passado que São Cristóvão apresenta e o presente que me foi dado contemplar: Aracaju, que se é pequena é para que melhor a vejamos, em todos os seus encantos: os que Deus lhe deu e os que os homens, com trabalho e amor, souberam construir.

É o Brasil se abrindo para oferecer maravilhas da História e da natureza, num concerto que só se pode sentir plenamente pela intimidade, o que será um permanente convite à curiosidade turística.

Sergipe, não faz muito, demonstrou ao Brasil, através esta pujante entidade de classe, que há continuidade na vigorosa política de defesa do Estado e da região.

No Congresso das Classes Produtoras, no Rio de Janeiro, esta Instituição, e, através dela, Sergipe brilhou, mostrando ao Brasil a invencibilidade da fé, nas grandes causas que devem ser sempre as mais justas.

O Estado agigantou-se na sustentação dos interesses da região nordestina, não para o protesto estéril dos negativistas, mas com as teses fecundas da justiça, que terminaram vitoriosas no conclave, o qual, estou certo, representará expressiva contribuição à vida sócio-econômica da Nação.

É a entidade centenária, no vigor da juventude, em plena luta que não esmoreceu nunca ao longo do tempo, antes se manteve fiel às inspirações que não se limitam ao interesse de classes ou grupos, mas se retemperam de invencível paixão cívica.

Em linguagem clara e incisiva, o problema do ICM foi abordado, em lúcida análise que mereceu, em meio ao debate apaixonante, o exame dos técnicos e a preocupação dos interessados, cabendo assinalar que o assunto — não tenho dúvidas — há de ser estudado pelo Governo Federal, sob o comando esclarecido do Presidente Médici.

Eis, então, Sergipe, na vanguarda, secundando seu Governo, através o trabalho altivo e clarividente dos representantes da Associação Comercial.

Este traz, além do valioso sedimento da tradição, o sentido de um processo de luta. Não basta sensibilizar, pela ilustração deprimente de um quadro desumano, mas persuadir e convencer, na palavra adulta de que, sabendo ver, sabe ensinar os que porventura se queiram fazer cegos diante da injustiça.

Se grande é o complexo industrial do País e indispensável é darmos prioridade a teses que nos proporcionam perspectivas ao comércio interno e externo, impõe-se humanizemos, entre nós, as relações de troca, a fim de que sejamos o País da União, do entendimento e do progresso harmônico.

Onde quer que examinemos a vida deste Estado, nas crises, nos movimentos de depressão ou catástrofe, nos pleitos que im-

pulsionaram o povo pelo desenvolvimento, onde quer que uma porta precisasse abrir-se, uma luz acender-se, ou houvesse uma esperança a alimentar, uma reinvidicação a impor-se, eis que esta Entidade dava o sinal de partida — a medida da grandeza de um povo, acima das comodidades egoísticas ou os temores dos fracos e os tímidos — e a temos sempre partícipe indefectível de uma História, até há pouco marcada pelo heroísmo e pelo sofrimento, e, não haverá muito, estimulada pela riqueza com que se lhe iluminam os horizontes.

O homem valente, indômito, afeito à luta sempre cruel contra o subdesenvolvimento, encontra, afinal, nas entranhas da terra bem-amada, a própria fonte da bonança e da opulência. O petróleo nós o vemos sair da terra, inflamando almas de fé e as mobilizando para batalhas mais amenas porque, certamente, promissoras. No trabalho febril, novos poços se descobrem, e, com eles, os minerais que mudarão a face deste Estado, ampliando, em muito, a contribuição de Sergipe ao engrandecimento nacional.

São minas imensas de potássio e magnésio que, recentemente descobertas, me fazem feliz poder proclamar que não saúdo a terra da pobreza triste e sem esperança, mas a fabulosa terra da promissão.

E facíl é imaginar-se o futuro que já podemos entusiasticamente homenagear.

Se, em meio à adversidade, Sergipe nos deu, ao Brasil, estadistas, filósofos, escritores, militares, artistas e notáveis homens públicos, num milagre de afirmação, bem fácil é o imaginar-se o que nos poderá oferecer, contando com a abastança a jorrar e a ser arrancada da terra dadivosa.

Contemplo este plenário augusto como se estivesse a mirar o futuro grandioso do meu País, vendo o homem, bravo, a construir uma cultura, sem dúvida, prodigiosa em que todos sejam fiéis às lições Daquele que soube, como ninguém, por ser Deus, pregar o amor fraterno à humanidade. Ele a Sergipe deu tudo: fez a terra mais dócil às conquistas do trabalho, como predestinou o coração do sergipano aos ternos apelos dos sentimentos e lhe fez ágil e penetrante o cérebro radioso, para a compreensão da vida.

Sergipe de São Cristóvão Del Rei — marco de uma civilização que ostenta com orgulho, nas construções que me deslumbraram, nos monumentos de cultura que se conservam para o nosso culto, nas linhas arquitetônicas do passado — delineou, preco-

cemente no tempo, tangida por impressionante vocação, o seu destino de grandeza. Séculos se foram, de trabalho, sonho, lutas, sacrifícios, e as paisagens dos tempos idos, conservadas, pela vigilância dos que nunca abandonaram a crença, se ajuntam ao mundo novo nascido do petróleo, potássio, magnésio, sal-gema, calcáreos, e humanizado pela força criadora e invencível do homem.

Tenho como expresso o motivo por que, desvanecido, aqui estou, em atenção ao vosso convite que, se foi uma honra, vem sendo, para mim e minha mulher, fonte de inenarráveis alegrias.

Eis por que aqui me encontro sintonizado com todos, Governo e povo, nesta festa que não assinala, apenas, o perpassar dos anos, mas uma história rica de trabalho irrigado pela fé, indestrutível e inabalável.

Quero agradecer a um amigo dileto, a Godofredo Diniz, ex-Prefeito, como eu, que de si tudo deu à Capital, as palavras que recolho sem a pretensão de julgá-las exatas, mas certo de que traduzam as benemerências de um povo acolhedor, que me deixa descontraído e feliz, como no meu lar, a fruir os encantos da vida, alheio a tudo que não seja bom, nobre e belo. Ao varão ilustre, a quem me ligam laços de amizade filial, tão fraternos são os vínculos entre mim e o seu filho — meu colega de Faculdade e, hoje, do Congresso Nacional, digo: muito obrigado. A verdade, em suas palavras, cedeu a vez aos sentimentos, e isso é válido.

Meus senhores:

As últimas de minhas palavras eu as dedico aos agradecimentos: aos meus queridos colegas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, prestimosos na amizade que me vale como um título dos maiores, e aqui estão honrando a terra que sabem tão bem enaltecer, na serventia austera à Instituição que integramos — meu muito obrigado!

A todos vós que constituís este Colégio, cidadãos insignes, no devotamento à causa de todos a que se consagrou esta Entidade, meus agradecimentos, acima do que possam estas palavras expressar.

Tendes minha admiração e meu apreço; minha estima, poderei acrescentar, minha amizade. Creio em vós, porque acreditei sempre em Sergipe, de cuja história participais há um século.

Bem haja o vosso trabalho, o vosso exemplo. Do trabalho resultou uma obra de amor, em todos os campos de atividade

criadora. O vosso exemplo transcende vossas fronteiras. Vale como uma lição a ser ministrada ao Brasil de hoje e de amanhã. Que a juventude a recolha, e será feliz.

Senhor Governador:

Minhas últimas palavras a V. Exª dirijo. São repletas de respeito e representam uma mensagem de estímulo. Governador fui e me revi em V. Exª quando, eloqüente, me falava de sua terra e de seu povo, em meu Gabinete, em Brasília.

Creio em Sergipe, porque já o vi projetado por sobre o futuro através de sua palavra, transmitindo o sentido de sua ação de governante.

Que o Piauí acompanhe Sergipe e, com ele, saiba fruir as excelências do desenvolvimento, cujo alvorecer, nesta terra, saúdo comovido a respeitoso.

Sergipe teve fé e hoje tem as provisões com que gloriosamente ingressa na era do desenvolvimento, sob nossa saudação entusiástica e as bênção de Deus Todo-Poderoso.

DIRIGINDO

O Senado, em 1971

Esta investidura, por si alta, cresce mais ante minha desvalia. Mas a inarredável vontade de honrá-la há de operar o milagre de multiplicar, em mim, as forças para dela ser digno. E circunstância especial faz crescer minha responsabilidade. É que aquele a quem me cabe suceder se chama João Cleofas.

Há um ano sentava pela primeira vez a esta Mesa, como seu Presidente, o Senador João Cleofas, político que se pode qualificar de padrão, pois nele se reúnem os atributos que devem marcar quantos se entreguem à vida pública.

E, desde então, se não surpreendeu, superou em muito o que dele era justo esperar-se. Não trabalhou como quem, apenas, emprega bem o tempo, desdobrou-se, dando-se em entusiasmo, devotamento, direi, em amor, tudo que possível lhe foi e impossível a outros parecia, ao labor de bem administrar.

E poucos, como eu, podem dar o testemunho da luta em que S. Exª se alteou ao respeito ainda maior de seus companheiros, afirmando e exaltando a Instituição a que jurou servir, com coragem, paciência, firmeza e abnegação.

Ao deixar o cargo que ora assumo, S. Exª desce as escadas que o levam ao Plenário, mas sagrado está, para todo o sempre, pela estima de seus companheiros e o respeito da Nação.

Foi e é um político daqueles que do ofício se envaidecem, porque o sabem árduo, difícil, incompreendido, não raro, menosprezado, mas nobre, alto e fecundo.

Eis, Senhores Senadores, o quadro que contemplo ao assumir a Presidência do Senado: João Cleofas e seus admiráveis companheiros de Mesa Diretora voltando ao Plenário, felizes pela consciência de que a obra realizada será, mais que os nossos calorosos aplausos, o reconhecimento por quanto souberam cumprir o dever.

Senhor Senador João Cleofas:

Apesar de em mim falecerem as virtudes que o distinguem e engrandecem, não me faltarão, todavia, a força, a determinação e o espírito público para continuar o trabalho aqui desenvolvido

---

Discurso na sessão do Senado de 30 de março de 1971

neste período que se encerra. Entre nós houve sempre identidade de posição e fraternal convivência que turbadas jamais foram pela dissenção, ao velar pela Instituição a que juramos servir.

Graças à confiança do nosso líder Filinto Müller, por muitos meses exerci a liderança da Maioria, fazendo-se mais constantes as nossas relações. Assim melhor pude ver sua inexcedível capacidade de administrador e homem público.

E fiel à linha inflexível de fidelidade ao regime, cujo destino muito depende de nosso trabalho, Senhores Senadores, é que assumo a Presidência do Senado Federal. Neste recinto augusto, guardamos a Federação, para que se torne, pelas reformas, a expressão de uma realidade fundada na Justiça.

Não lhe queremos desfigurados os fundamentos que devem ser fortalecidos, não pela identificação com fórmulas ou modelos transplantados, mas pela adequação às características brasileiras. Preservemos a linha de descentralização indispensável a um País da nossa dimensão territorial e marcado por incontáveis desigualdades.

Restringir a autonomia dos Estados seria reduzir-lhes a competência para gerir a coisa pública ou os meios necessários à solução de seus problemas específicos; anular a autonomia seria negar aos Governos estaduais os recursos para promover o desenvolvimento regional, tendo em vista as peculiaridades geográficas, histórico-sociais, econômico-financeiras; negar à Federação seria desconhecer a competência dos Estados-membros de se organizarem, através de Lei Fundamental, para atendimento de seus interesses próprios, coexistindo harmoniosamente com o Poder Federal.

E constitui nosso dever impedir que assim seja, provendo a União dos meios de proteger, contra as distorções cristalizadas ao longo do nosso processo histórico, a Federação, que será forte na medida em que diminuir as distâncias econômico-sociais entre suas unidades.

Somente bem definido nosso sistema federativo, no qual se delimite a autonomia dos Estados-membros ante a presença indiscutível, incontrastável e necessária da União, a corrigir desequilíbrios setoriais e regionais, é que daremos à economia a direção social, sem a qual o crescimento será razão de luta e não o desejado fator de paz.

Assim, fixaremos diretrizes, longe das crises e dos sobressaltos, porque estaremos todos integrados no mesmo processo de equilíbrio. Este, o sistema federativo por que lutamos.

Antes, a Federação, constitucionalmente instituída, perdia-se, insensível, na instabilidade de um contexto desigual, em que o desenvolvimento alcançava níveis auspiciosos e crescentes em algumas regiões, e, em outras, imperava a estagnação econômica, aviltando um quadro social aterrador e subumano.

Não se cuidava de ver que a industrialização de poucos Estados haveria de sofrer estrangulamento, pela carência de mercado, confinado aos que tinham renda e, por isso, capacidade para consumir. Se o sistema ofendia a Justiça, obstava o desenvolvimento e comprometia a segurança.

Sob o Governo do Presidente Castello Branco e a colaboração efetiva de eminentes homens públicos, a partir de 1967, a Revolução legou ao País uma estrutura jurídica sob novas concepções políticas e sinceros e obstinados foram os propósitos de consolidá-la. Vicissitudes surgiram, crises foram criadas, mas princípios basilares permaneceram intocados, não obstante a edição do Ato Institucional nº 5.

A nova e oportuna divisão de atribuições entre os Poderes do Estado nasceu da idéia, para alguns pouco ortodoxa, de assegurar-se o comando político-administrativo, notadamente nos setores econômico e financeiro, à União, através do Executivo.

Ingressamos na era do planejamento que, não cerceando a liberdade da iniciativa particular, gera deveres intransferíveis ao Poder Federal, no sentido de que oriente, em planos e programas, sua política e sobre ela decida.

Antes, a Federação era nominal, formal, mas desfigurada por fatores tão graves quanto contristadores.

A Constituição de 1967 transformou uma realidade que precisava de ser corrigida, não pela simples mudança de homens, por mais capazes e honrados que fossem, mas por normas maiores que minimizaram a influência individual ou regional, de grupos ou facções, no processo de crescimento nacional.

Impondo planos plurianuais, em consonância com os quais hão de ser elaborados orçamentos e os planos regionais e municipais, eliminaram-se vícios oriundos mais do sistema que dos homens, e se concedeu à elaboração legislativa um sentido de alcance maior e mais alto, em que o individual porventura não se afirme tanto, mas o Poder exerça suas funções orientado por diretrizes, cuja execução lhe cabe fiscalizar, acompanhar, condenar ou defender.

Extintos estão, sem meios de ressurreição, os orçamentos, que expressavam uma realidade que desacreditou homens e institui-

ções. Pulverizavam-se verbas e, sem estudo ou exame, mas sob pressões conhecidas, dotações se destinavam a obras sem alcance social ou econômico, fora dos planos meticulosa e tecnicamente adequados à solução de velhos problemas.

Em plena era do planejamento, persistiam, consagradas na Lei Maior, práticas que lhe anulavam os benfazejos efeitos. No entanto, o individual ganhava dimensão, enquanto minguava o prestígio do Poder.

Os Partidos, proporcionalmente representados nas Comissões Técnicas, não constituíam barreiras aos entendimentos individuais que, nelas, se processavam, notadamente na Comissão de Orçamento ou fora dela. Eminentes cidadãos ajustavam-se e decidiam, bem intencionados, sempre, mas presos a um sistema em descompasso com a nova realidade do País.

E aos que se deixam perder pela saudade dos tempos idos, vale lembrar: as verbas rateadas no âmbito parlamentar, por força de influências individuais, recebiam o golpe de uma figura esdrúxula que se criou, acima da lei, ou, mais precisamente, contra ela, denominada: Plano de Contenção.

O orçamento, votado pelo Congresso, anulava-se ao impacto de um mero decreto executivo, sem a marca da inflexibilidade — é verdade — porque modificável ao sabor dos influxos, nem sempre inspirados no interesse público.

E o desdobramento fugia ao controle do Poder Legislativo, reduzindo-se tudo ao tráfico das influências: políticos ou interessados confluíam, ao final, para o centro de decisão em busca das célebres "liberações de verbas".

Se forte era a vontade dos Deputados ou Senadores, no âmbito parlamentar, no modificar, em tudo, o Orçamento, bem outra era a posição do postulante humilde e súplice ante a onipotência de um Poder Executivo flexível ou plástico no liberar as verbas, como se dádivas fossem, a fluírem da fonte que, mais que a verba, oferecia ao País espetáculo onde alguns se perderam, caindo, com eles, o prestígio de uma classe.

Outro é o quadro dos nossos dias. A Federação ganhou vigor, assumindo a União responsabilidades maiores, mas ao Estado-membro foi dada participação mais expressiva nas rendas públicas.

União, Estados e Municípios, num esforço integrado de planejamento, ordenam os trabalhos e se habilitam à execução de um Plano que abranja o todo.

Males que se atribuíam aos políticos deitavam raízes em Instituições superadas. E, não obstante, exceções havia. Antecipando-se às reformas revolucionárias, alguns Governadores já lutavam por dar execução a planos, interrompendo, constantemente, a continuidade do seu trabalho, nas andanças em busca de financiamento, ajuda ou crédito.

Eram atitudes isoladas, que ilustravam a mentalidade nova de políticos e administradores, que, depois, puderam saudar, na reforma do sistema tributário, sobretudo na redistribuição de rendas, o advento de uma política revolucionária fixadora de novos rumos.

Ao Senado da República, símbolo da igualdade dos Estados-membros, cumpre o dever de contribuir para preservar essas conquistas e aperfeiçoar o sistema federativo, ajudando a controlar, na esfera de sua competência, as expansões dos créditos públicos, estaduais e municipais, e de lutar por que o fortalecimento da Nação não se traduza apenas no aumento da renda **per capita** de alguns Estados, mas na ascensão de todas as Unidades federadas.

E como ainda pouco é o se dar mais aos Estados menores em renda, a Revolução marchou para um programa de integração nacional, que não se cinge, apenas, a ocupar uma região, até então abandonada e desconhecida, ligando-a ao restante do País, mas se empenha em abrir perspectivas outras a um setor em descompasso com os demais, notadamente no Nordeste e Norte — a agricultura.

Ao lado dessas reformas auspiciosas impõe-se alarguemos os horizontes de nossas preocupações. Não queremos privilégios, antes os repelimos, como expressão de um passado em que as distorções atingiam, por força de inadequações técnicas, políticas e institucionais, todos os setores.

Um modelo de desenvolvimento global — legado de um Governo aos que virão — visa a construir uma sociedade livre e aberta, sob a proteção de um Estado forte e sobranceiro aos ataques de todas as formas de violência, porque juridicamente preparado para enfrentá-las e destruí-las.

Controlamos a inflação, aceleramos o desenvolvimento, preocupados, todavia, com a distribuição da renda. Reformam-se os métodos de educação e o seu próprio conceito, qualificando-se os recursos humanos como fatores de desenvolvimento. O analfabetismo é combatido, numa luta de Governo e povo. A integração se estende às regiões estagnadas, classes sociais e setores relega-

dos. O parque industrial se amplia através do mercado interno e as exportações ganham expressão maior, não se cingindo a produtos primários, mas também aos industrializados.

O Brasil encontra seus caminhos, que são os da paz e do aprimoramento político: "A paz não é a ausência de conflitos, mas um processo criativo e dinâmico de harmonia e desenvolvimento". E essa palavra ressoa nos auditórios internacionais, afirmando uma presença soberana.

Ao ensejo da sessão comemorativa do XXV aniversário das Nações Unidas, eis a mensagem do Brasil: "A igualdade jurídica dos Estados soberanos ainda parece freqüentemente comprometida pela prática de uma política de poder, contrária aos propósitos e princípios desta Organização".

O Brasil "não abdica do direito de opinar e expor seus pontos-de-vista em matérias suscetíveis de afetar, de maneira direta e indireta, mediata ou imediata, seus direitos e seus interesses. Está convencido do seu dever de contribuir para harmonizar as diferenças internacionais e encaminhá-las para soluções pacíficas".

Estes objetivos, que não se confinam a um quadriênio, hão de ganhar a praça pública, as fábricas, os campos, as universidades, empolgando o povo para o trabalho comum. Impõe-se a mobilização geral. E esta há de ser a função dos Partidos políticos, no grande trabalho de intermediação entre o povo e o Poder.

Não basta que o Partido da Maioria se empolgue com os projetos que tramitam no Congresso. Muito mais é preciso fazer, sem os preconceitos regionalistas ou a visão distorcida do passado, influindo junto às fontes de elaboração dos projetos, dando contribuição à análise e ao debate, além dos subsídios de vivência dos problemas. Assim, no Congresso, os projetos serão a resultante de um trabalho comum, dos dois Poderes, harmônicamente funcionando, porque identificados com os objetivos políticos do Partido.

Não nos cabe disputar cargos, queremos trabalho; não aspiramos a posições pessoais, mas desejamos que o Partido tenha um programa e por ele lute, num proselitismo que alcance todas as classes e as convença da imprescindibilidade da participação de todos.

Sabemos difícil libertar-nos das prevenções contra as agremiações partidárias. Mas as dificuldades que se apresentem como desafios devem ser estímulo para a comunicação que tarda, para o entendimento que esclarece e aproxima.

Os caminhos estão fechados, mas a verdade há de ser ouvida. A juventude perplexa, mas sensível, muito tem a oferecer-nos se convencida de que nos empenhamos na realização de trabalho que não se nos destina, mas contempla o amanhã, que não será nosso.

Senhores Senadores:

Vivemos, ainda, momento de excepcionalidade. Não modelamos, na plenitude, o nosso sistema político, já aperfeiçoado, como vimos — é verdade — mas, ainda, por tomar a forma definitiva em que a segurança se concilie com a liberdade. A Revolução de Março buscou, em vão, por duas vezes, o leito constitucional, e emergências surgiram, compelindo-a a valer-se de instrumentos de exceção, sem abandonar sua vocação democrática.

Irrealístico, se não inoportuno, voltarmos as atenções, apenas, para o estritamente político. Os fatos sociais não se isolam e condições não temos de destacar, num contexto subdesenvolvido, fórmulas políticas perfeitas. O regime democrático não deve ser privilégio de alguns e não vige, de forma estável, em país onde a maioria da população se encontra em condições subumanas.

A liberdade de não morrer de fome, que deve ser assegurada a todos os brasileiros, é meta que, com obstinação, perseguimos, ao lado das outras liberdades integrantes do ideal democrático que, entusiasticamente, professamos.

Não basta um ato de vontade, por mais poderosa que seja, capaz de fazer todos viverem fruindo os excelentes frutos da liberdade. O processo é penoso e não pode ser parcial, posto que de extraordinária importância.

A Constituição de 1967, se modificada e aperfeiçoada para reger e disciplinar nossa sociedade conturbada pela violência do fanatismo político, poderia ser o diploma ideal.

Muito dependerá de nós este trabalho de dar ordenamento jurídico-político à Nação.

Vamos cumprir nosso dever, Minoria e Maioria, na postura de dignidade que não pode desertar este Plenário. Discutindo e contrariando, com a veemência dos que crêem na pregação, a Minoria estará valorizando a Instituição, pela crítica ou pela advertência, pelo subsídio ou pela sugestão, e assim, expressando opiniões e conceitos de parcela da opinião pública, marca sua presença e comprova sua representatividade que crescerá na medida em que sintonizar com mais extensas camadas do povo.

A Maioria tem deveres impostergáveis. Ligada à política governamental pelos vínculos partidários, sua palavra e sua ação

hão de ser exercidas na sustentação de um programa, a depender sempre do apoio consciente e, por isso mesmo, caloroso. A ação parlamentar da Maioria traz a marca do Partido e a esse cabe fazer mais fortes os elos entre os que legislam e executam, os que planejam e os que decidem.

Senhores Senadores:

Creio nas instituições democráticas, e por elas optou a Revolução que amanhã completa seu sétimo aniversário, fiel a seus sustentáculos — as gloriosas Forças Armadas do Brasil.

E nelas creio porque minha crença está, também, na ação altiva, honesta e respeitável dos ilustres Senadores. A incompreensão nos trará desencantos; as críticas injustas desvirtuarão o sentido dos nossos trabalhos; nossa ação pode, não raro, confinar-se a este Recinto que — tenho certeza — será sempre austero. Que tudo nos seja adverso. Mas não nos deteremos. Nossa contribuição será dada à causa democrática, e isso basta, pois é tudo saber cumprir o dever.

Ao Presidente Emílio Médici, que realiza uma obra que supera as previsões dos otimistas, e a quem sou grato pela confiança sempre demonstrada em meu trabalho, a certeza de que o Senado cumprirá patrioticamente sua missão. E aos Senhores Senadores, que nos deram o voto consagrador, a palavra de quem sempre soube honrá-la: Tudo de nós daremos, eu e meus eminentes companheiros de Mesa Diretora, para que o mandato que vimos de assumir seja de lutas e sacrifícios, a serviço da Federação e da República.

O Congresso, em 1971

Os trabalhos a que, solenemente, damos início, hão de, com certeza, marcar a vida do País, mobilizado para o desenvolvimento econômico e social, plenamente alcançável, sob a proteção de uma ordem jurídica estável e duradoura.

Árduo é o exercício do nosso ofício, por alguns condenado, por outros malsinado sem conhecer-lhe a valia, pois o que caracteriza a vida parlamentar é oferecer, é dar, é aperfeiçoar, ressoando os efeitos do seu trabalho em áreas que lhe não são próprias.

As atribuições constitucionais do Congresso afastam o arbítrio, conduzindo a elaboração das leis a um processo de exame e contradição, debate e decisão, e a expõem à publicidade prévia e necessária da opinião pública, vale dizer, do povo.

O sistema normativo do País não pode ser a resultante da visão parcial do tecnocrata, indispensável ao trabalho de assessorar, esclarecer e apresentar — ao exame dos que decidem — as entranhas do organismo a que se dedicam. Poderá este estar ligado a outros de maior ou menor importância, mas, todos, necessariamente, devem estar entrosados para o bom funcionamento da máquina estatal, que isso é o próprio caminho do equilíbrio e da estabilidade, é missão do político.

Mas é do encontro dos dois, caracterizado pela mútua compreensão, que nascem as soluções duradouras, não para amenizar ou minorar males, na eventualidade de crises, mas para vencer os desafios permanentes de um mundo tão complexo quanto tumultuado e inquieto.

Ao Congresso Nacional não cabe disputar, com os demais Poderes, o primado da eficiência, mas afirmar sua presença necessária e insubstituível, legislando, debatendo e fiscalizando, sem a preocupação do confronto. Assim, as leis estarão sempre disciplinando a realidade nacional, isentas das prevenções danosas, dos privilégios odiosos, abrangendo a todos e a todos contemplando, num constante e permanente trabalho de aperfeiçoamento do organismo social.

Discurso na sessão do Congresso de 31 de março de 1971

O Congresso, como Poder, há de ser independente, para que possa, dentro de seu leito e na conformidade de suas normas internas, decidir sobre as proposições que dele nasçam ou a ele venham, sem as sujeições que aviltam ou as concessões que degradam; livre, sim, mas submisso, sempre, ao interesse público e à realidade nacional.

Se o Poder Legislativo independente é, tem, todavia, de preservar as relações entre os demais Poderes da República: o Judiciário que, entre outras atribuições, guarda a Constituição dos ataques que lhe sejam desferidos e vela pelo seu primado, bem como o Executivo — Poder como o nosso, político — ao qual cabe participar do processo legislativo, em posição igualmente relevante.

E o entendimento recíproco, a plena compreensão da posição de cada um, a convivência permanente que o trabalho construtivo proporciona, constituem o que se chama harmonia, sem a qual o equilíbrio se perde e, assim, se debilita a Nação.

No Plano dos Poderes políticos, além das missões comuns, avulta o elo, inerente ao sistema, que é o instrumento adequado para o encontro de vontades, sob a inspiração de princípios e objetivos: os Partidos.

Na dinâmica diuturna dos trabalhos legislativos, afirma-se, sempre, sem desvios das normas regimentais, o Poder independente, acionado por uma maioria vinculada a um Partido, e este, unido e motivado, participando da obra de desenvolvimento nacional e garantindo a sintonia, que evita o colapso das Instituições.

No âmbito da vida parlamentar, alteiam-se os Partidos em sua missão constitucional. O do Governo, emprestando o seu apoio, que não se exaure na mera aprovação das matérias, porque inclui a responsabilidade na condução dos negócios públicos, discutindo idéias, debatendo questões, examinando problemas, antes que exijam sistema normativo, consubstanciado em leis. O Partido não deve ser simples instrumento de acesso aos cargos eletivos, mas organismos onde se formem e cristalizem as melhores idéias, transformando-se em ação conjunta e solidária dos dois Poderes.

A Oposição tem, igualmente, missão importante. Se não dispõe de número que a habilite a decidir, discute, debate, fiscaliza e, quantas vezes, através de emenda, vê seus subsídios aceitos pela Maioria, que pode e deve decidir.

É, pois, dos Partidos, em seu funcionamento eficiente, que depende o aperfeiçoamento do regime democrático. Desvirtuados

foram, no passado, em sua atuação, por orientações políticas incompatíveis com a realidade social ou desviados de suas finalidades, jungidos a caudilhos ou a líderes carismáticos, comprometidos, esses, com regiões ou facções, e rebeldes aos programas que devem ser a matéria-prima do trabalho incessante e indormido de comunicação com o povo.

A vida parlamentar será tanto mais eficiente e indispensável quanto mais fortalecidos forem os Partidos, que lhe dão trabalho e força.

Ao longo de nossa formação histórica, as agremiações partidárias não encontraram meios de afirmar-se. Os vícios a que venho de aludir juntaram-se à fragilidade de Instituições artificiais, montadas para disciplinar realidade fragmentada por interesses esparsos e caracterizada por toda sorte de disparidades. Nesse quadro a palavra "maioria" perdia o sentido e, em seu lugar, figuras eminentes pontificavam e decidiam em nome do povo.

Hoje, pertencemos a uma Nação disposta a manter seus rumos e seus compromissos, visando a ser economicamente forte e politicamente organizada.

A justificação do poder político do Estado — já o disse Jellinek — está em que sua suprema autoridade de mando é inseparável de sua personalidade moral indispensável à realização de seu objetivo social. O Estado é uma entidade diferenciada e autônoma que, para realizar seus fins, impõe, coativamente, sua vontade diretora a toda pessoa, individual ou coletiva.

A vontade do Estado é orientada no sentido da implantação e defesa da Ordem, sem a qual falece o direito. O caos é a própria negação do estado de direito.

A manutenção da ordem pública, dever intangível do Estado, é, pois, pressuposto necessário a um estado de direito estável, e **o direito não é mais que a ordem na comunidade social,** na referência de Edmond Piccard.

Outros não são os objetivos a que aspiramos alcançar.

O esforço dos Governos da Revolução tem sido, inquestionavelmente, orientado para o estabelecimento da ordem comunitária e do equilíbrio social, condição indispensável ao estado de direito estável — vale repetir. Ordem nas finanças públicas; ordem na planificação orçamentária; ordem nas estruturas internas da Administração; ordem na produção e distribuição da renda nacional; ordem na equânime participação dos encargos tributários; ordem na justa partilha da receita pública entre os

Poderes da Federação; ordem, enfim, para que se faça humano e cristão o convívio dos homens em sociedade.

É de ver-se improcedente a crítica de que, em sete anos, a Revolução não levou a todos os meios da maior participação na renda nacional. Mas é necessário ressaltar que o Plano de Integração Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, o Plano Nacional de Habitação, os planos regionais — notadamente, o de Integração Nacional — e, já agora, o projeto-de-lei, há dois dias anunciado, de instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, são fatos incontestáveis de que a Revolução tem uma direção: o da Justiça Social.

Indispensável salientar o que essas e outras medidas, naquela oportunidade transmitidas ao País, representam. É o homem do campo, abandonado, a ser amparado, com seus dependentes, pela aposentadoria e pensão, pelo auxílio-invalidez, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social.

E se a Revolução tem como meta ajudar o homem do campo a erguer-se, não se detém na Previdência e avança mais em medidas de crédito e assistência que lhe possibilitam e ensejam afirmação, no meio rural, transformando proprietário ou trabalhador em agente eficiente do desenvolvimento agrícola, antes temas de mistificação, principalmente no Nordeste.

É, pois, um movimento que não se cinge à superfície, penetra no âmago das questões cruciais e busca, na intimidade com elas, soluções sérias e profundas, transformando párias — antes objetos de manipulação subalterna — em homens, sob a proteção do Estado, integrados num processo do qual todos devem ser beneficiários.

Se em mais de meio século de regime totalitário e socialista países não conseguiram eliminar as disparidades entre indivíduos, classes e regiões, gerando, por isso, graves problemas internos, não é de se cobrar ou exigir, em sete anos de trabalho, que a Justiça Social tenha firmado o seu império, barrando a concentração de riqueza de grupos ou regiões — o que seria um desastre — e contemplando todos os cidadãos dos bens e serviços indispensáveis. "A economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal", já o proclamou o Presidente Médici, num brado de inconformismo e determinação de mudar, inovar e transformar.

Consciente de que sem o desenvolvimento econômico a Justiça Social será, apenas, mero tema demagógico, é que a Revolução busca acelerá-la, corrigindo-lhe, por medidas, como vimos,

originais, os desvios que deixem relegado o homem — fim único de todas as realizações do Estado — dotado de direitos inalienáveis, imprescritíveis e impostergáveis.

A Nação tem, por destinação, que assegurar a todos uma realidade ética tangível, no seio da qual se agasalhe toda uma gama de regalias, juridicamente tuteláveis, a que cada um dos indivíduos que a compõem aspire, isoladamente.

Esses objetivos, que representam o pleno estabelecimento da ordem, num País em desenvolvimento, impõem uma penosa seqüência de tarefas severas, cuja execução não pode ser, apriorística e arbitrariamente, dimensionada no tempo.

De nosso esforço comum, da tenacidade com que, juntos, nos dediquemos à ingente tarefa de preparar o campo para a semeadura de bonança, muito dependerá uma maior ou menor medida de tempo para a dura fase de sacrifício.

Será vã e insólita a tentativa de apagar etapas, contorná-las ou contestá-las. Elas compõem uma realidade inexorável, num contexto bem definido: realidade social, política e, poder-se-á dizer, histórica.

Temos um modelo de desenvolvimento econômico e social essencialmente brasileiro, nascido do nosso sofrimento e trabalho, sem a preocupação de imitar ou copiar fórmulas estrangeiras.

Mas o êxito desse impressionante esforço estaria comprometido, se não tivéssemos, como temos, uma linha de política exterior firme e definida:

> "Nosso País crê firmemente na fraternidade necessária entre os povos e almeja, não apenas o convívio amistoso com as demais nações, mas também a efetiva colaboração entre elas, aceitando, de bom grado, toda cooperação, desde que compatível com a sua condição de Estado soberano."
>
> "O nosso País se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos."
>
> "Na proporção em que crescemos, em que convertemos as promessas em realidade, dilata-se e aprofunda-se, outrossim, a nossa participação nas relações internacionais.

Cabe-nos exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses."

"Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria."

"A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais. Ela não pode ser instrumento da manutenção e, muito menos, da ampliação da distância que atualmente separa as nações ricas das nações pobres. É indispensável, por isso, a mudança das regras do comércio internacional, que secularmente têm favorecido os países desenvolvidos, e, bem assim, a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico. Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça — como ocorreu, no século XIX, com a Revolução Industrial — em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos. Repelimos qualquer tentativa, seja qual for o pretexto invocado, de restauração da tese de zonas de influência ou de imposição da vontade política de um país, ou grupo de países, a outros."

Eis, em síntese, a clara posição definida pelo Presidente Médici. Ela traduz o culto nacionalista de nosso povo, sem transigência comprometedora de nossa soberania e protege, sempre, os interesses brasileiros. Nela não se encontra o fanatismo que, a pretexto de defender, entrega o País; nem se vê a dependência que exclui a liberdade de agir e negociar.

Eis, Senhores Congressistas, o muito que temos diante de nós, para discutir, analisar, aperfeiçoar e corrigir. E essa é a missão primeira dos partidos, neste Recinto e fora dele, em contato com todos os brasileiros, trabalhadores das cidades e dos campos, comerciantes e industriais, profissionais liberais, intelectuais, clero e sobretudo, com a juventude que, nas Universidades, aprende e tem, também, o que nos dizer, neste diálogo e neste trabalho de construção.

Fixadas as posições dos que aceitam este e dos que escolheram outro caminho, impõe-se a contribuição dos Partidos, meio de dar organicidade e direção correta aos movimentos de opinião pública.

As suspeitas com que se viam os políticos, vítimas mais que autores dos males entronizados nas Instituições, perderam seus fundamentos.

A indiferença popular ante os Partidos, quebrada, apenas, nas épocas eleitorais, será vencida se levarmos mensagens que empolguem o povo e façam voltar à crença a juventude.

Muito já realizamos. E o mais a ser feito deve resultar da confiança e do otimismo de todos os brasileiros.

Se tentados formos pelo pessimismo, debrucemo-nos sobre o quadro da América Latina e teremos razões para aplausos à obra que, sob as inspirações de Deus, estamos edificando. E se não bastar tal exemplo, contemplemos o Mundo, e, nele, países desenvolvidos, mas perturbados pela onda de violência, no paroxismo do terror, a irradiarem mensagens através dos mais eficientes veículos de comunicação.

Não obstante, temos a vocação indesviável da liberdade e vamos alcançá-la pelos caminhos que o nosso gênio político constrói, certos de que seremos, amanhã, exemplo democrático entre as nações.

A plenitude democrática ainda não a atingimos e a ela não chegaríamos mesmo que leis de emergência, com risco para a estabilidade e a segurança, fossem de logo revogadas.

Uma minoria teria mais amplos meios de expandir-se, em oposição ou em protesto, mas muitos, econômica e socialmente ainda sofrendo provações, veriam seus problemas agravados pela instabilidade das Instituições, com reflexos danosos para a economia em inegável expansão, repercutindo, auspiciosamente, no plano internacional.

Eis um quadro a ser vivido, meditado e sofrido pelos políticos brasileiros.

No cumprimento do seu dever, os Partidos precisam atuar, sensibilizando todas as camadas sociais, para a adesão às fórmulas que nos conduzam ao desenvolvimento, com liberdade. Faz-se indispensável, para tanto, que se organizem e tomem consciência de sua missão, verdadeiramente revolucionária. Que se esqueçam divergências pessoais e cada um crie, em seu seio, a ambiência inspiradora dos verdadeiros militantes políticos.

A vida partidária há de ser marcada pelo debate, pela discussão em busca das melhores soluções, pela disputa entre companheiros a que não faltem a lealdade, a decência, a compostura, o respeito mútuo, porque assim não se dispersam as energias nos

descaminhos do personalismo, mas, após a decisão, que as forças se somem, objetivando o aperfeiçoamento das Instituições.

A vida partidária proporciona a comunhão, sem dispensar a diversidade de posições, pois isso divide responsabilidade, facilita a crítica e ajuda a abrir os caminhos que serão de todos; quando a hora da escolha é superada e diante dos companheiros só há sacrifício, luta e desprendimento a serem mobilizados a serviço da Nação.

Vida partidária é parceirismo no que há de mais nobre na existência dos povos: o dever de conduzi-los bem, falando verdades, mesmo quando estas parecem ofender, e distribuindo, quando no Governo, os benefícios do trabalho, que só tem um legítimo destinatário: o povo.

Vida partidária é confiança, a salvo das surpresas, acima da benquerença ou desafeições pessoais, pequenas demais para minar ou destruir uma estrutura que é de todos e a todos pertence, porque instrumento político do regime democrático.

Vida partidária é congraçamento, união, convívio, entendimento de correligionários entre si e destes com o povo.

E é bem sabendo que o regime democrático vive e se alimenta do livre, espontâneo e caloroso apoio popular aos Partidos, que vejo neles os organismos constitucionais adequados a aperfeiçoarem, cada um em sua posição, a nossa atuação parlamentar, que será uma corrente permanente a levar e a trazer-nos as aspirações e os anseios da própria Nação.

Esses, os caminhos da Revolução que o povo e as Forças Armadas nos oferecem, para afirmarmo-nos como Nação forte, desenvolvida e soberana.

Sem fugir ao respeito aos que de mim divergem, e certo de que o alto posto que, neste momento, me impõe a altitude de um magistrado a decidir com energia sempre, mas em consonância com a Lei Maior e com nossos mandamentos internos, dirijo a minha palavra de confiança a todos, Oposição e Governo, jurando cumprir o dever de ser fiel às Instituições democráticas, que o nosso trabalho aperfeiçoará.

Senhores Congressistas, creio no Brasil, e o seu futuro muito depende do que soubermos, neste quadriênio, construir. Nosso trabalho será alimentado pela fé, e Deus — tenho certeza — não nos faltará com as suas bênçãos.

O Congresso, em 1972

O dia santificado, feito para a meditação e a prece, propício nos seja pedir, confiantes Naquele que, hoje, renova, na liturgia, seu sacrifício pela salvação da humanidade, nos inspire e eleve ao alto plano da vida pública, onde devemos sempre servir e atuar, em trabalho obstinado de quem não vacila, não teme, não esmorece, antes, confia e se empenha e luta empolgado pela mensagem nova, não obstante mais de 1.900 anos.

Sob tão alta proteção, nosso Plenário funciona, com novas instalações, mercê da operosidade da Mesa Diretora da Câmara, à frente o Presidente Pereira Lopes, para um novo período de atividades que sabemos difícil, pela ignorância de uns, desinformação de tantos, o que é pior, indiferença de muitos e hostilidades, felizmente, de poucos.

A tudo que negativo for, temos de opor a eloqüência dos fatos, acima do brilho da tribuna, num processo de persuasão insistente, visando a demonstrar que não há instituição que possa, no regime democrático, substituir com eficiência o que compete ao nosso Poder. As fórmulas preconizadas são sempre, além de mais onerosas, desvirtuadoras da representação popular, restritivas das liberdades, aliciadoras do suborno e fundamentadas na coação que esteriliza os espíritos e inquieta as Nações. Se no mundo moderno não lhe cabe mais o desempenho de certas atribuições, outras há de importância inegável que hão de ser exercidas, em apoio e ajuda aos outros Poderes, em defesa dos direitos individuais e, sobretudo, para que o Estado possa, com a co-responsabilidade de todos, vale dizer, com o consenso da Nação, atingir os fins de proteção geral, sob a égide do desenvolvimento estável, só alcançável com segurança e paz, que não subsistem em divórcio com a Justiça.

Sem conta são as dificuldades que se nos antepõem, geradas, não raro, também no nosso seio, pela incompreensão de funções que nos competem — altas, nobres e fecundas — não sendo, todavia, as que, no passado, nos foram deferidas e, porque inadequadas, mais constituíram fontes de desgaste que de prestígio.

Discurso na sessão do Congresso de 30 de março de 1972

Que resolutamente nos entreguemos ao cumprimento de nossa missão constitucional, em defesa da sociedade à mercê de todas as mensagens políticas desagregadoras que, sem barreira, minam campos e cidades, invadem os lares, marcam de desencontros gerações, desagregam a família, dissolvendo vínculos nobres, destruindo crenças e gerando conflito, se não desespero.

Eis o legado que recebeu nossa geração: o espetáculo da conquista da lua, o domínio total do homem sobre a natureza, o gigantismo das corporagões multinacionais, destituídas de outra motivação que não seja o lucro, as armas atômicas criando o falso equilíbrio do terror, e o homem, diante do mundo transformado, atônito e sem força para deter a máquina que ele criou e não sabe como fazê-la parar. Sociedades e Nações, na instabilidade das mutações vertiginosas, assistindo à morte das crenças e ao império dos interesses ocasionais.

E o homem? O Estado? Seu papel e seu destino?

São perguntas que imperiosamente hão de ser feitas, para que sintamos necessidade de mudar, de adequar à nossa realidade instituições condicionadas ao que próprio nos é, sendo ainda afinadas aos tempos novos, para que, vigorosas, resistam aos impactos de todas as direções e procedências.

Cremos na vida democrática — que exclui ou, pelo menos, diminui o arbítrio — reino onde os direitos protegem todos os cidadãos. Nela, todavia, meios eficientes hão de ser dados ao Estado, na medida dos ataques possíveis ao organismo social. Mas nos recusamos a aceitar a tese que, a pretexto de proteger o homem, o desampare, atribuindo-lhe direitos que são usufruídos por poucos, enquanto a massa viva marginalizada, sob o pauperismo desumanizante. Os reclamados direitos do homem encobrem uma realidade excludente da proteção da Justiça.

Repelimos a posição dos que justificam a miséria extrema como fatalidade a que está condenada uma grande parte da humanidade, ou acenam com soluções enganadoras que consistem em distribuir o que é necessário mobilizar para a superação do subdesenvolvimento, porque acreditamos na sociedade livre e aberta, e a estamos construindo sob a guarda e controle do Estado, a corrigir os desvios da economia, sujeitando-a ao império da Justiça Social.

Que a liberdade seja mais que um direito, constitua a força propulsora da solidariedade que integre todos na obra comum de desenvolvimento. Que nunca seja arma de uns contra todos, contra a Sociedade e o Estado. Que a violência encontre a má-

quina estatal com prontos instumentos de autodefesa. Que os surtos terroristas, qualquer que seja o manto em que se embucem ou disfarcem, tenham a resposta tão incontrastável quanto eficiente.

Arregimentem-se todos os que tenham a oferecer subsídios à consolidação do regime democrático, a serviço do homem de todos os quadrantes da Pátria.

As idéias que hão de moldar as instituições duradouras serão as inspiradas na realidade que soubermos compreender e interpretar. Não cremos em soluções dogmáticas, muito menos em fórmulas ortodoxas, que serviram a tempos que se foram e contemplaram situações hoje mortas ou diversas das que se nos apresentam, a exigirem de nós imaginação criadora.

Desde o mundo que nos rodeia ao que de nós mais se afasta, tudo muda, exigindo-nos determinação e coragem e, assim, o que edificarmos não será resultante de idéias ultrapassadas, mas modelos vivos e dinâmicos, a servirem eficientemente a sociedade de nossos dias.

No Brasil, a intervenção estatal dá novos rumos à economia, estimulando a iniciativa particular, erguendo-a nas crises, suprindo-a na necessidade, mas lhe impondo as correções, e dela recebendo os subsídios indispensáveis à promoção e defesa do homem que só se realiza integrado numa sociedade justa e livre.

No âmbito político, que se cristalizem as fórmulas que visam ao essencial: à defesa dos direitos individuais que só se podem afirmar se a autoridade contiver os predeterminados abusos da liberdade que consistem em usá-la para destruí-la.

Suspeitos são os que, a pretexto de preservar o regime democrático, pretendem o Estado omisso ante a ação militante dos contestadores do organismo social. Não raro mostram ou entremostram simpatia por regimes que desnaturam o homem, fazendo-o mera peça de uma engrenagem totalitária.

As comunicações facilitam as mensagens negativas, e as barreiras não resistem às pregações mais destruidoras. E se esse é o clima que sujeita a Nação a todos os ataques, urge tomemos consciência dos perigos para que aperfeiçoado seja o regime em definitivo, em que a autoridade garanta a liberdade, sem esquecer a segurança.

Nos nossos dias, os fatos podem tardar, mas as idéias, em difusão multiplicada, promovem, integram e frustram, aproximam ou afastam homens e Nações.

Hoje, o Estado tem de ser mais ágil que os ataques dos que queiram destruí-lo.

Fiéis a esses postulados, Senhores Congressistas, vamos consolidar e construir nossas Instituições políticas, contemplando o essencial, sem vermos o que eventualmente possa contrariar opiniões ou pretensões de cunho estritamente pessoal.

De nosso gênio criador, de nossa capacidade de ação, de nosso idealismo, que exigem obstinação e sacrifício, façamos Oposição e Governo, dos Partidos o instrumento político de um País adulto, capaz de, no debate que implica no dissenso e na disputa, convencer e conduzir o povo à participação consciente do processo de desenvolvimento nacional, que inclui o processo político.

E ao Congresso, que queremos reformado e habilitado a um trabalho ainda mais eficiente, que todos, motivados pelos compromissos partidários, possamos dar-lhe a dimensão política sem a qual a democracia fica a flutuar, instável, entre o jogo personalista de líderes sem mensagens e a aventura dos que, valendo-se dos carismas, substituem Instituições protetoras por místicas truncadoras da História.

E nesta data histórica, de 31 de Março, muito temos a assinalar de uma Revolução para que reforcemos a confiança no País.

No âmbito externo, uma política se define, de forma nítida e clara. E evidencia-se, nela, um objetivo: o interesse nacional. Sem prevenções ou preconceitos, sem apoios incondicionais, e fiel à linha de defesa das Nações em desenvolvimento, o Brasil conquista uma posição respeitável, na comunidade internacional.

E ostenta, em seu favor, índices incontestáveis que testemunham um esforço hercúleo. Temos um Plano de Desenvolvimento Nacional. Cresce o produto interno bruto; as forças produtoras ganham todos os estímulos, entre os quais a segurança para o trabalho; os trabalhadores vêem, nos Sindicatos, fontes novas de atração e recebem o apoio do Estado, que abdica do que lhe cabe para que se constitua o Plano de Integração Social. É a maior participação estável e efetiva do trabalhador nos frutos do desenvolvimento. É o servidor público, sob o arrimo de um patrimônio que lhe ajudará a velhice. É o FUNRURAL já operando, com sua ação, autêntico milagre no campo, erguendo o homem e lhe dando consciência de que pode ser e será agente do engrandecimento nacional. É o PROTERRA organizando-se, para realizar a reforma agrária. É o PROVALE ampliando as

perspectivas de uma região nordestina. O PRODOESTE incluise, no sistema integrado, incorporando área vasta e promissora à vida nacional. É a Amazônia que se abre não à aventura de alguns, nem à cobiça estrangeira. As estradas lhe penetram as entranhas, onde brasileiros de todos os quadrantes realizam o sonho de várias gerações, plantando, construindo, arrancando da terra o muito que ela pode dar, amando, fazendo amazônicos os filhos, ganhando a terra grandiosa e assustadora, na contemplação e nos devaneios, mas, de fato, dadivosa e fecunda, para a raça de bandeirantes e pioneiros, a repetir, em nossos dias, os lances heróicos que engrandeceram, no passado, a Pátria. São os recursos, pela ação pioneira do Estado, transformando-se celeremente em riquezas. É o MOBRAL motivando todos, para a destruição do analfabetismo. São as Universidades que se abrem à juventude, sob novas inspirações excludentes da rotina e do conformismo e a descortinarem amplos horizontes, através da renovação constante e indispensável à qualificação dos recursos humanos. Se nos foi dado contribuir para melhorar o País, este será no futuro o que soubermos fazer dos nossos filhos. E eis que as Universidades não apenas multiplicam as oportunidades, mas forjam, no trabalho e no estudo orientados, os dirigentes de um mundo melhor. É, em suma, o brasileiro, aatravés de todas as classes, compondo a tessitura Estado—Sociedade. Aquele, protegendo, disciplinando, corrigindo, criando. Esta, ganhando condições de expansão e crescimento.

E como persistem desequilíbrios regionais, a ação do Estado não se omite. Estuda, inova e abre caminhos. Não fora isso e o Nordeste estaria minado pela descrença e pelo desespero. Mas, consciente, sabe que as distorções não se eliminam senão através da conjugação de medidas sucessivas, que exigem tempo. E não temos dúvida de que a política eliminadora das disparidades continua, buscando aperfeiçoar-se, para salvar, finalmente, das carências materiais, o Nordeste, rico, mercê de Deus, de provisões espirituais.

Perdoem-nos, Senhores Congressistas, a digressão. Ela não tem o sentido da louvação, pois ilustra a tese de que é preciso ver, em termos globais, o sentido e a direção da política brasileira, o homem — sua proteção e seu destino, humano e cristão.

Que, ao se iniciarem os nossos trabalhos, pensemos acima de nós, de nossos desalentos e de nossas tristezas e marchemos, com a resolução dos que não se sabem deter ante temores ou dúvidas, e saibamos dar de nós à Pátria, na imitação de Cristo, o que de melhor tivermos. Voltados para o amanhã que será dos

que, a caminho, já vêm receber de nós a sociedade que estamos construindo.

Bem sei que muitos se tentam afirmar negando a Instituição, a pretexto de defendê-la. Forma oblíqua de negar e contestar o regime.

Recusamo-nos, após rigorosa autocrítica, a aceitar a tese de que o período próximo findo não tenha sido fecundo. Os fatos aí estão e nos é fácil demonstrar o quanto fizemos para o aperfeiçoamento das proposições legislativas. Improdutivo pode ter sido para os que alimentam a idéia de que a missão do Congresso é no sentido do confronto com o Executivo, como se não estivessem vinculados politicamente e a maioria não integrasse um Partido. Se comum é a missão, maioria partidária e Executivo hão de entender-se sempre na fixação das diretrizes político-administrativas da Nação.

Se há instituições criadas para harmoniosa convivência, sob os influxos de normas partidárias, não entendemos como a dissensão seja o elemento aferidor de trabalho eficiente e patriótico.

Compreender diversamente nossos compromissos é negar responsabilidades, é qualificar como subalterno o que constitui o estrito cumprimento do dever; é estimular a contraposição da opinião individual às diretrizes coletivas, a que todos se sujeitam, Oposição e Governo, ao optarem por legendas.

Não queremos a complacência com o que não se ajustar à compostura, à honradez. Que proclamem nossos erros e isso nos ajudará. Mas que não transformem o acerto de nossas posições, em ato desprovido de altivez e brio, honestidade e espírito público, simplesmente porque seguimos o caminho que o Partido nos aponta. Integramo-lo, por livre vontade, antes de sermos parlamentares.

Nossa palavra, neste dia que relembra o Sacrifício, mas anuncia a Aleluia, é de justificadas esperanças.

Somos um Poder que se renova, para fazer melhor sua contribuição ao País. Debatendo os problemas, aperfeiçoando as Instituições, fiscalizando, através de novos instrumentos legais, a ação do Poder Público, alteando neste Plenário a voz do povo, este período legislativo, a que solenemente damos início, há de engrandecer o Congresso Nacional.

E nele cremos porque o sabemos mobilizado para o desempenho de suas funções. Que todos o vejamos, despojados de

apriorismos e, realisticamente, acionando os seus instrumentos ao nosso alcance. Somos um Poder armado pela força que soubermos emprestar à nossa atuação vinculada aos Partidos e indefectivelmente voltada para o desenvolvimento do País, sob o regime de nossa eleição — o regime democrático.

As Comemorações do Sesquicentenário

Bem haja a Nação que se concilia em torno de seus valores permanentes.

Nesta tarde, todos se unem, por sobre as dissenções que afastam indivíduos ou Partidos, para que só a Pátria, em suas tradições, em seu patrimônio cívico e no que lhe constitui as aspirações maiores, avulte e prevaleça.

No Congresso, os três Poderes se reúnem, no primeiro dia da Semana da Pátria do Sesquicentenário da Independência, para a reverência à memória dos que, sonhadores e mártires, foram augustos precursores da causa da justiça e da liberdade.

E nos é grato assinalar que, Nação jovem, ostentamos o impulso indômito da luta — enriquecidos da experiência que as inclinações nos fizeram adquirir e acumular — visando a que se aperfeiçoe, como expressão política, este grande País.

Somos a resultante do encontro feliz de três grupos étnicos. Se a História consigna a ocorrência de relacionamento cruento ou iníquo entre eles, consagrou, afinal, o enlace cristão que nos fez um povo unido na busca do seu destino.

Assim é que explicamos a grande imagem geográfica, íntegra e portentosa, que oferecemos ao Mundo. Não foi obra do acaso, mas de trabalho ousado que começou no desbravamento aventuroso dos bandeirantes para consolidar-se, por vigorosa decisão política, em domínio soberano.

Quando os ideais libertários da Revolução Francesa levavam ao patíbulo cabeças coroadas, na destruição de princípios divinizadores do Poder Real, o Brasil, pelo gênio político de José Bonifácio, fazia inevitável, em atos de inteligência e coragem, a independência, sob a égide da Monarquia que foi a indispensável fonte de mística, preservadora da unidade da Pátria nascente.

A conciliação, como forma de convivência social, marcava-nos o destino, já como idéia-gênese da nacionalidade.

Discurso na sessão do Congresso de 7 de setembro de 1972

A Federação e a República, que se consolidaram mais tarde, resultaram da habilidade com que se formou, no primeiro momento, o soberano Estado brasileiro.

Assim se edificou esta Nação que, na juventude de seus 150 anos, se afirma consciente, madura e responsável em sua política externa.

> "Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria. A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais."

No plano interno, pelo muito que construímos, proclamamo-nos dignos dos nossos patrocinadores. Os índices de crescimento, a formulação de uma política que concilie a economia em expansão com as imposições da justiça social marcam os nossos dias de otimismo e confiança. Classes, setores e regiões são contemplados, em trabalho de integração, no qual se visa ao desenvolvimento harmônico.

Muitos serão os problemas a superar. Mas não nos falta imaginação criadora, liberta do dogmatismo que aprisiona e é estéril. Edificamos instituições convictos de que elas promovem a Nação, oferecendo-lhes os necessários meios de defesa, num mundo repleto de violência. É um erro — diz Ihering — julgar-se que a segurança do Direito e a liberdade política são incompatíveis com um poder forte. Sem a força coativa, incontrastável expressão do Estado organizado, não será viável assegurar-se a proteção de qualquer direito, individual ou coletivo.

E vivendo, revolucionariamente, no inconformismo ante o que obsta o desenvolvimento, iniciamos, no setor rural, onde a previdência já chegou, a reforma agrária, certos de que é preciso impregnar de justiça a sociedade que estamos modelando.

Jefferson, secundando Aristóteles, assevera que o homem, por ter sido destinado à vida em coletividade, não tem um direito natural em oposição a seus deveres sociais.

Fundados na melhor doutrina moral e política, haveremos de encontrar sempre, dentro de nós mesmos, os insopitáveis impulsos da razão, as forças inspiradoras da concórdia, para continuarmos edificando uma sociedade justa e livre.

Fiéis ao passado, aqui estamos, Senhores, para a evocação dos mártires, heróis e construtores, de cujos sonhos, ideais, trabalhos e lutas afirmou-se livre a Nação. Que se exalte, em todo o seu valor, quem, entre todos, o mais bravo foi e deu às gerações a imagem do que deve ser, necessariamente, o patriota — livre do medo, sobranceiro às tentações que afastam do cumprimento do dever, mas submisso, sempre, à causa de todos. O nome basta para que avulte como o símbolo dos mártires da Independência: Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes.

Que se consagre, nesta hora de solene justiça, aquele que marcou, nos seus arroubos, na sua coragem indômita, no seu amor audacioso e incontido, a Nação, mobilizando-a para a vida adulta e livre: Pedro I, nosso Imperador e Defensor Perpétuo!

Que a glória cinja um nome e o faça, para todo o sempre, a expressão mais alta, nobre e brilhante do homem público brasileiro.

Foi a audácia providencial em meio à cautela dos dúbios; foi a clarividência no antever a redenção quando tudo eram dúvidas e incertezas; não obstante arrebatado, foi a cabeça fria do homem de Estado a conduzir-nos, sem açodamento, à liberdade; foi a incorruptibilidade que não sabia ceder ao que digno não fosse; em suma, foi o estadista, firme, resoluto, bravo, puro, que, nos três anos de lutas profícuas, deu de si à terra-berço o que a graça de Deus lhe proporcionou e sua vontade obstinada soube acumular, em estudos, viagens e trabalhos, ao longo da vida e pelos caminhos do Velho Mundo. Patriarca da Independência — José Bonifácio de Andrada e Silva.

E nesta tarde, ao nos voltarmos reverentes ao passado e buscarmos nele, para o culto, as figuras nossas e dos vindouros, podemos, ante elas, dizer:

Acordamos para o mundo sob as preces à Santa Cruz e, desde então, nos erguemos das crises pelos caminhos da conciliação.

Aqui estamos, como em 1823, ao lado do Chefe-de-Estado, assinalando, nesta hora de culto cívico, o entendimento entre os poderes constituídos.

No Parlamento do Império, a saudação da independência, feita em deputação das duas Casas perante o Imperador, constituía missão da Minoria, como a significar que tudo cessava ante o dever maior para com os valores permanentes simbolizados na Pátria.

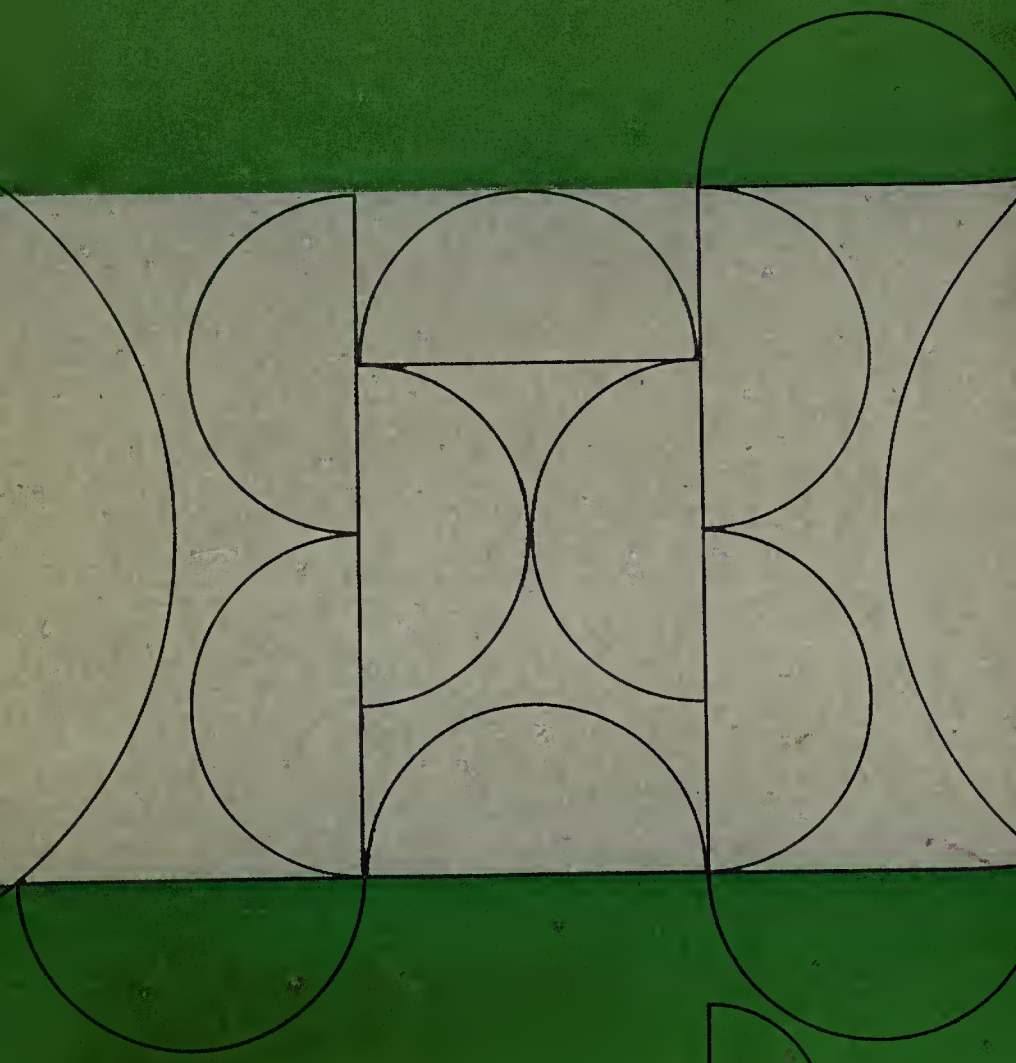
E a tônica da palavra do Imperador, ao dirigir-se pela primeira vez à legislatura ordinária, foi de exortação à harmonia entre os poderes.

Hoje, o encontro se renova, sob o registro do gesto democrático do Presidente Emílio Médici que, ao invés de receber-nos em visita, como no protocolo do passado, vem a este plenário juntar-se a todos nós no louvor e exaltação ao Brasil.

"O Parlamento deve ser a casa da conciliação", já preconizava o mais lúcido e afortunado dos nossos conciliadores, o Marquês do Paraná.

Neste recinto desdobram-se, fermentam e até se excedem, mas também se purificam as aspirações populares. Nele, manifestam-se as divergências doutrinárias e, do embate, nascem as fórmulas da conciliação. E as melhores são, sempre, as que honram, elevam, dignificam e engrandecem a Nação.

No culto aos antepassados e no amor à Pátria, brasileiros, conciliemo-nos e saibamos, todos, pela luta presente, merecer as bênçãos de Deus e a gratidão daqueles a quem couber a missão de receber e julgar, no futuro, o nosso legado.



Senado Federal
SEN00130642